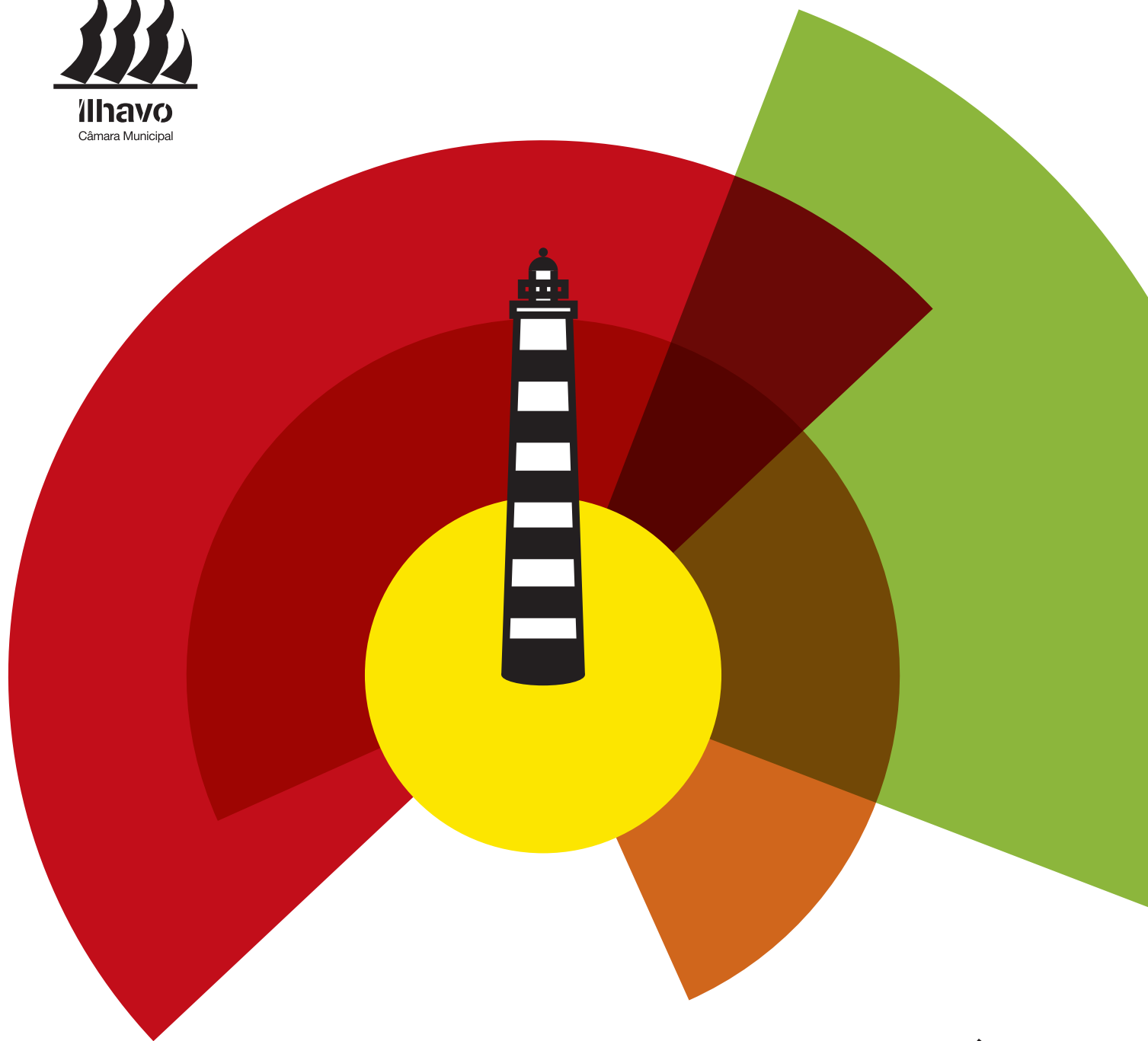




Diagnóstico Social

Município de Ílhavo
2025-2028

FICHA TÉCNICA

Título:

Diagnóstico Social do Município de Ílhavo 2025-2028

Entidade Promotora:



Av. 25 de Abril
3830-044 Ílhavo - Portugal
geralcmi@cm-ilhavo.pt
<https://www.cm-ilhavo.pt/>

Documento elaborado por:



Colaboração:



Data:

Janeiro 2026

Índice

Introdução	15
Enquadramento Legal e Conceptual.....	15
Objetivos e Finalidade do Diagnóstico Social	15
Radar Social: base metodológica do Diagnóstico Social.....	16
1. Perfil do Território e Dinâmica Demográfica.....	19
1.1. Geolocalização e Características do Concelho	19
1.1.1. Ambiente e Sustentabilidade	20
1.1.2. Mobilidade e Acessibilidades	26
1.2. Atividades Económicas	30
1.3. Estrutura e Dinâmica Demográfica	31
Síntese Interpretativa: elementos-chave.....	40
2. Habitação e Condições de Vida	42
2.1. Análise da Habitação no Concelho	42
2.2. Histórico das Principais Medidas na Área da Habitação no Concelho	50
2.3. Condições de Vida e Infraestruturas Básicas	51
2.4. Estratégia Local de Habitação	52
Síntese Interpretativa: elementos-chave.....	52
3. Educação e Formação	54
3.1. Oferta Educativa no Município	54
3.1.1. Rede Educativa Pública.....	54
3.1.2. Rede Educativa Privada e Solidária	57
3.1.3. Evolução dos Ciclos Educativos	59
3.2. Educação e Formação de Adultos	63
3.3. Educação Inclusiva	65
3.4. Migração no Ensino	68
3.5. Equipa Multidisciplinar de Apoio à Comunidade Educativa (EMACE)	70
3.6. Programa Municipal de Bolsas do Ensino Superior.....	72
3.7. Ação Social Escolar	73
3.7.1. Transportes Escolares	75
3.7.2. Escola a Tempo Inteiro	76
3.7.3. Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF)	76
3.7.4. Componente de Apoio à Família (CAF)	76
3.7.5. Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)	77
3.8. Projetos Educativos dos Agrupamentos de Escolas.....	77
Síntese Interpretativa: elementos-chave.....	78
4. Infância e Juventude	80
4.1. Infância e Juventude no Concelho de Ílhavo	80
4.2. Ocupação de Tempos Livres e Participação Juvenil.....	81
4.2.1. Programa Municipal de Tempos Livres – Ocupação Jovem.....	81

4.2.2. Outras Respostas Locais de Ocupação Jovem	83
Síntese Interpretativa: elementos-chave.....	84
5. Família e Cuidado	85
5.1. Respostas Base de Apoio à Família	86
5.1.1. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)	86
5.1.2. Gabinete de Apoio à Família (GAF).....	91
5.1.3. Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)	95
5.1.4. Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAP)	96
5.1.5. Apoio ao Luto	96
5.1.6. Grupo de Apoio ao Cuidador Informal	97
5.2. Medidas e Apoios Complementares à Família.....	100
5.2.1. Cartão Família	100
5.2.2. Outras Respostas Locais.....	101
5.3. Participação no Diagnóstico Social – sessão com pessoas cuidadoras informais	101
Síntese Interpretativa: elementos-chave.....	104
6. Envelhecimento e Longevidade	106
6.1. Respostas e Dinâmicas Comunitárias com Pessoas Mais Velhas	107
6.1.1. Respostas e Dinâmicas Promovidas pelo Município de Ílhavo	107
6.1.2. Respostas e Iniciativas Dinamizadas por Instituições do Território	109
6.2. Participação no Diagnóstico Social – sessões com pessoas mais velhas	110
6.3. Respostas Formais de Cuidado a Pessoas Mais Velhas	116
6.4. Participação no Diagnóstico Social – sessão com equipas de apoio formal a pessoas mais velhas.....	117
Síntese Interpretativa: elementos-chave.....	123
7. Saúde e Bem-Estar	124
7.1. Enquadramento Institucional e Governação da Saúde	124
7.2. Caracterização Geral da Saúde da População do Concelho de Ílhavo	125
7.3. Recursos e Respostas no Âmbito da Saúde	129
7.3.1. Organização da Rede de Saúde no Território.....	129
7.3.2. Recursos Humanos e Área de Atuação.....	130
7.4. Saúde Mental	133
7.5. Toxicodependência e Comportamentos Aditivos	134
Síntese Interpretativa: elementos-chave.....	139
8. Inclusão	141
8.1. Aproximação Estatística à Deficiência no Concelho	142
8.2. Respostas Formais de Apoio à Inclusão no Território.....	144
8.2.1 Caracterização dos Públicos Abrangidos	146
8.3. Município e Outras Entidades Empregadoras Inclusivas	148
8.4. Participação no Diagnóstico Social – sessão com famílias com pessoas com deficiência ...	148
Síntese Interpretativa: elementos-chave.....	154
9. Participação Comunitária e Voluntariado Informal	155
9.1. Tecido Associativo no Concelho de Ílhavo	155

9.1.1. Lista das Associações Existentes no Território:	156
9.2. Voluntariado Jovem.....	160
9.3. Iniciativas Municipais de Voluntariado	161
9.4. Voluntariado em Instituições Particulares de Solidariedade Social	161
9.4. Grupos Socio-Caritativos no Concelho de Ílhavo	162
9.5. Participação no Diagnóstico Social – sessão com grupo socio-caritativo	163
Síntese Interpretativa: elementos-chave.....	164
10. Igualdade e Cidadania	166
10.1. Comunidades de Etnia Cigana em Acampamentos – retrato sociodemográfico	166
10.2. Migração e Integração no Concelho de Ílhavo	173
Síntese Interpretativa: elementos-chave:.....	174
11. Segurança, Proteção Civil e Comunitária.....	176
11.1. Forças de Segurança no Território	176
11.2. Socorro e Emergência.....	178
11.3. Proteção Civil e Gestão Florestal.....	179
11.4. Proteção Animal, Saúde Pública e Vulnerabilidade Social	179
11.5. Articulação Institucional e Trabalho em Rede	180
11.6. Violência Doméstica e de Género e Respostas de Proteção no Território	180
11.7. Entrevista a Militares da Guarda Nacional Republicana – perceções e contributos.....	181
Síntese Interpretativa: elementos-chave.....	183
12. Respostas e Recursos de Apoio Social	184
12.1. Entidades Sociais do Concelho	184
12.1.1. IPSS e Respetivas Respostas Sociais:	184
12.1.2. Grupos Sócio Caritativos	187
12.2. Proteção Social.....	188
12.2.1. Pensões.....	188
12.2.2. Complemento Solidário para Idosos (CSI)	190
12.2.3. Subsídio de Desemprego	191
12.2.4. Rendimento Social de Inserção (RSI).....	193
12.2.5. Subsídio de Assistência à 3ª Pessoa e Prestação Social para a Inclusão (PSI).....	194
12.2.6. Abono de Família	196
12.3. Atendimento Social Integrado (ASI).....	197
12.3.1. Emergência Social.....	208
12.4. Radar Social.....	215
12.4.1. Radar Social e Diagnóstico Social: contributos para o conhecimento do território	215
12.5. Medidas Municipais de Apoio.....	223
12.5.1. Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados (FMAFIC).....	223
12.5.2. Pessoas 2030 – Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão (PTDQI)	228
Síntese Interpretativa: elementos-chave.....	230
13. Emprego, Desemprego e Empregabilidade	232
13.1. Dinâmica e Caracterização do Desemprego no Concelho	232
13.1.1. Evolução e Perfil do Desemprego no Concelho	232

13.1.2. Distribuição do Desemprego no Território.....	234
13.1.3. Caracterização Sociodemográfica do Desemprego	235
13.1.4. Desemprego Registado no IEFP – situação recente (2024)	241
13.2. Formação Profissional e Empregabilidade	247
13.3. Apoio à Inserção Profissional e Acompanhamento ao Desemprego	249
13.4. Participação no Diagnóstico Social – sessão com pessoas em situação de desemprego com 50 anos ou mais.....	252
Síntese Interpretativa: elementos-chave.....	256
14. Tecido Empresarial e Setor Social	258
14.1. Caracterização das Empresas Respondentes.....	258
14.2. Responsabilidade Social Empresarial: práticas existentes.....	260
14.3. Disponibilidade para Iniciativas de Inclusão Social	262
14.4. Contributo para Respostas a Situações de Emergência Social	263
14.5. Promoção da Saúde Mental e do Bem-estar no Local de Trabalho	264
14.6. Situações de Vulnerabilidade em Contexto Laboral	266
Síntese Interpretativa: elementos-chave.....	267
Bibliografia / Webgrafia	269
Legislação.....	270
Fontes Digitais	272
Anexos	274
Anexo I – Calendário das Sessões Participativas Dinamizadas pelo Radar Social	274

Índice de Tabelas

Tabela 1. Lista de escolas que participam no programa Eco-Escolas.....	21
Tabela 2. Distribuição das empresas no concelho de Ílhavo por tamanho de empresa.	31
Tabela 3. Empresas do concelho de Ílhavo distribuídas por freguesia.	31
Tabela 4. Evolução da densidade populacional, população residente e proporção da população residente por faixa etária em Ílhavo, 2013 – 2024.....	32
Tabela 5. Dados sobre a população para diversas unidades territoriais.....	33
Tabela 6. Evolução dos índices de dependência da população, dos jovens e dos idosos de Ílhavo.	34
Tabela 7. Evolução da esperança média de vida à nascença em diversas unidades territoriais.	34
Tabela 8. Evolução da taxa bruta de natalidade no concelho de Ílhavo.	35
Tabela 9. Índices relativos ao envelhecimento em diversas unidades territoriais.	35
Tabela 10. Residentes do concelho de Ílhavo por faixa etária, 2021-2024.....	35
Tabela 11. População de Ílhavo por faixa etária.....	36
Tabela 12. Evolução da natalidade em algumas unidades territoriais.	37
Tabela 13. Indicadores sobre fecundidade em algumas unidades territoriais em 2024.	37
Tabela 14. Evolução dos nados-vivos no concelho de Ílhavo.	38
Tabela 15. Tipo de alojamento em Ílhavo por freguesias, censos 2011 e 2021.....	44
Tabela 16. Valor mensal das rendas em Ílhavo, à data dos censos 2021, por escalão do valor mensal da renda e época de celebração do contrato de arrendamento.	47
Tabela 17. Ganho médio mensal (€) em Ílhavo de acordo com o nível de escolaridade.....	48
Tabela 18. Construções por parte do Município para venda e arrendamento ao longo das décadas.	50
Tabela 19. Equipamentos e respostas do Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação.	55
Tabela 20. Equipamentos e respostas do Agrupamento de Escolas de Ílhavo (São Salvador).	56
Tabela 21. Equipamentos e respostas do Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré.....	56
Tabela 22. Distribuição da rede pública de jardins de infância e agrupamentos de escolas do concelho de Ílhavo.	57
Tabela 23. Rede Educativa Privada e Solidária.	58
Tabela 24. Capacidade e frequência da resposta de Pré-escolar (ano 2024).	58
Tabela 25. Representação de certificação de adultos.	64
Tabela 26. Taxa de analfabetismo (%) em Portugal: dados dos censos 2011 e 2021.....	67
Tabela 27. Taxa de analfabetismo (%) por freguesia e sexo no concelho, censos 2021.....	68
Tabela 28. Número de bolsas atribuídas.....	73
Tabela 29. Projeto educativo do Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação.	77
Tabela 30. Projeto educativo do Agrupamento de Escolas de Ílhavo.	78
Tabela 31. Projeto educativo do Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré.	78
Tabela 32. Ocupação Jovem - candidatos por turno.....	82
Tabela 33. Mortalidade (nº) por localização geográfica, 2014-2024.	127
Tabela 34. Estatísticas do pessoal da saúde e Estatísticas das farmácias de 2024.	131
Tabela 35. Tabelas de distribuição utentes ativos em 2024 com residência no concelho de Ílhavo, por Escalão Etário.....	136
Tabela 36. População residente com dificuldades na execução de ações, por tipo de dificuldade, sexo e freguesia.....	142
Tabela 37. População residente que não consegue efetuar determinadas ações, por tipo de dificuldade, sexo e freguesia.	143
Tabela 38. Distribuição etária e por género das pessoas a frequentar o CAO/CACI em 2024.	146
Tabela 39. Distribuição etária e por género das pessoas no Centro de Emprego Protegido em 2024.	147
Tabela 40. Média de idades e antiguidade dos trabalhadores em regime de emprego protegido em 2024.....	147
Tabela 41. Caracterização da população residente em acampamentos.	168
Tabela 42. Análise dos agregados familiares residentes nos acampamentos.	171
Tabela 43. Análise dos elementos por género e idade dos residentes nos acampamentos.....	172
Tabela 44. Número de pensionistas da Segurança Social em Ílhavo por tipo de pensão.	189
Tabela 45. Valor médio das Pensões da Segurança Social entre 2017 e 2024.....	190
Tabela 46. Beneficiários com processamento do CSI, por distrito de residência e sexo do ano 2024.	191

Tabela 47. Beneficiários (N.º) de subsídios de desemprego, da segurança social por Local de residência e Sexo.	192
Tabela 48. Valor (€) processado de subsídios de desemprego da segurança social por Local de residência e Sexo.	192
Tabela 49. Número de beneficiários do RSI da Segurança Social por local de residência e sexo. ...	194
Tabela 50. Beneficiários do RSI da Segurança Social por 1000 habitantes em idade ativa (%).	194
Tabela 51. Número de beneficiários do subsídio por assistência de terceira pessoa da Segurança Social por local de residência.	195
Tabela 52. Número de beneficiários da PSI da Segurança Social por local de residência e sexo. ...	195
Tabela 53. Número de beneficiários da PSI no concelho por grupo etário nos anos 2023 e 2024. .	196
Tabela 54. Número de beneficiários do abono de família para crianças e jovens da Segurança Social por local de residência.	196
Tabela 55. Famílias com Processos Ativos por tipo de família.	201
Tabela 56. Dimensão do agregado das famílias com Processos Ativos.	202
Tabela 57. Beneficiários de Processos Ativos por nacionalidade em Dezembro de cada ano.	208
Tabela 58. Resposta por tipologia.	212
Tabela 59. Número de candidaturas deferidas e indeferidas ao FMAFIC, por tipologia de apoio, no ano de 2025.	227
Tabela 60. Beneficiários PESSOAS 2030 no ano 2025.	229
Tabela 61. Géneros alimentares distribuídos no Cabaz.	230
Tabela 62. Número de desempregados registados no IEFP em Portugal e Ílhavo de 2014 a 2024.	233
Tabela 63. Dados sobre o GIP da CMI e SAFE.	250
Tabela 64. Dados sobre o GIP da Junta de Freguesia de Ílhavo (São Salvador).	251
Tabela 65. Empresas por setor de atividade.	259
Tabela 66. Empresas por n.º de colaboradores.	259
Tabela 67. Empresas por freguesia.	260
Tabela 68. Empresas por tipologia de iniciativa de responsabilidade social.	260
Tabela 69. Empresas por tipologia e colaboração em inclusão social.	262
Tabela 70. Empresas por tipologia de apoio a disponibilizar em situações de emergência social. ...	263
Tabela 71. Empresas por tipologia de iniciativa de promoção de saúde mental e bem-estar em contexto de trabalho.	265

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Resíduos urbanos geridos pelo concelho de Ílhavo em toneladas (t).	23
Gráfico 2. Resíduos urbanos recolhidos pelo concelho de Ílhavo em toneladas (t).	24
Gráfico 3. Resíduos urbanos recolhidos por habitante no concelho de Ílhavo (kg/hab.).	25
Gráfico 4. População de Ílhavo por freguesia, censos 2021.	32
Gráfico 5. Pirâmide etária do concelho de Ílhavo, 2021.	36
Gráfico 6. População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Ílhavo por nacionalidade, 2021.	39
Gráfico 7. População estrangeira que solicitou estatuto de residente (N.º) por nacionalidade, em Ílhavo em 2023.	40
Gráfico 8. Número de edifícios em Ílhavo e taxa de variação (%), censos 2011 e 2021.	42
Gráfico 9. Número de alojamentos em Ílhavo e taxa de variação (%), censos 2011 e 2021.	43
Gráfico 10. Alojamentos familiares clássicos em Ílhavo de acordo com a forma de ocupação e taxa de variação (%), censos 2011 e 2021.	44
Gráfico 11. Alojamentos familiares clássicos classificados como residência habitual em Ílhavo de acordo com o regime de ocupação e taxa de variação (%), censos 2011 e 2021.	45
Gráfico 12. Evolução do valor médio mensal das rendas nas freguesias de Ílhavo e taxa de variação (%), censos 2011 e 2021.	46
Gráfico 13. Valor mensal das rendas em Ílhavo, à data dos censos 2021, por escalão do valor mensal da renda e época de celebração do contrato de arrendamento.	47
Gráfico 14. População residente de Ílhavo de acordo com o nível de escolaridade, censos 2021.	49
Gráfico 15. Oferta educativa pública no concelho por ensino, no ano letivo 2023/2024.	55
Gráfico 16. Distribuição de matrículas no ensino pré-escolar no concelho no ano letivo 2023/2024.	59
Gráfico 17. Alunos matriculados na educação pré-escolar, ensino básico e secundário entre os anos letivos 2014/15 e 2023/24.	60
Gráfico 18. Variação do número de alunos inscritos no ensino de 2020/2021 até 2023/2024.	61
Gráfico 19. Alunos inscritos na rede pública e rede privada e solidária.	62
Gráfico 20. Alunos matriculados no ensino secundário em 2023/2024.	63
Gráfico 21. Número de alunos integrados nas Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão no Concelho de Ílhavo, 2023/2024.	66
Gráfico 22. Resultados escolares - taxa de retenção e desistência (%).	67
Gráfico 23. Alunos migrantes dos Agrupamentos de Escolas, por nacionalidade em percentagem.	69
Gráfico 24. Evolução de n.º de processos entre 2020 - 2025.	87
Gráfico 25. Situação de perigo diagnosticada (2022-2024).	88
Gráfico 26. Medidas de promoção e proteção.	89
Gráfico 27. N.º de processos por ano (2017 - 2025).	93
Gráfico 28. Taxa bruta de mortalidade (‰) por localização geográfica, 2014 - 2023.	126
Gráfico 29. Óbitos (N.º) em Ílhavo distribuídos por sexo e grupo etário no ano de 2023.	128
Gráfico 30. Evolução do n.º de médicos, enfermeiros, farmacêuticos e farmácias em Ílhavo, 2021 - 2024.	132
Gráfico 31. Número de utentes ativos durante 2024 com residência no concelho de Ílhavo.	135
Gráfico 32. Uteses ativos por tipo de resposta de ICAD no concelho de Ílhavo.	136
Gráfico 33. Distribuição dos agregados familiares por número de elementos.	169
Gráfico 34. Distribuição etária por género.	170
Gráfico 35. N.º de Atendimentos por nacionalidade realizados pelo CLAIM no ano 2024.	174
Gráfico 36. Pensionistas da segurança social em Ílhavo.	188
Gráfico 37. Valor médio das Pensões da Segurança Social entre 2017 e 2024.	190
Gráfico 38. Evolução dos processos familiares ativos por freguesia desde o ano de 2022 até 2025.	198
Gráfico 39. Número de beneficiários de Processos Familiares Ativos por freguesia desde o ano de 2022 até 2025.	199
Gráfico 40. Pirâmide etária do número de beneficiários acompanhados em 2025.	200
Gráfico 41. Famílias com Processos Ativos por tipo de família.	201
Gráfico 42. Dimensão do agregado das famílias com Processos Ativos.	202
Gráfico 43. Processos Ativos por vulnerabilidade tipo.	203
Gráfico 44. Histórico do tipo de contacto em procedimento regular por ano.	205
Gráfico 45. Beneficiários de Processos Ativos por nacionalidade em Dezembro de cada ano.	207

Gráfico 46. Situações de Emergência Social por freguesia nos anos 2023, 2024 e 2025.	209
Gráfico 47. Situações de Emergência Social por sexo.	210
Gráfico 48. Situações de emergência por tipologia.	211
Gráfico 49. Histórico do tipo de contacto em procedimentos de emergência por ano.	214
Gráfico 50. Distribuição territorial das sinalizações do Radar Social por freguesia (2025).	217
Gráfico 51. Número de desempregados registados no IEFP em Portugal e Ílhavo de 2014 a 2024.	234
Gráfico 52. Desempregados por freguesia (Censos 2021).	235
Gráfico 53. Desempregados por freguesia e por sexo (Censos 2021).	236
Gráfico 54. Desempregados por grupo etário em Ílhavo (Censos 2021).	237
Gráfico 55. População residente, população ativa e desempregados por grupo etário em Ílhavo (Censos 2021).	238
Gráfico 56. Desempregados por grupo etário e por sexo nas diferentes freguesias de Ílhavo (Censos 2021).	239
Gráfico 57. População desempregada por nível de escolaridade no concelho de Ílhavo (Censos 2021).	240
Gráfico 58. Desempregados registados no IEFP distribuídos por sexo no concelho de Ílhavo no ano 2024.	242
Gráfico 59. Desempregados registados no IEFP distribuídos por grupo etário no concelho de Ílhavo no ano 2024.	243
Gráfico 60. Desempregados registados no IEFP distribuídos por nível de escolaridade completo no concelho de Ílhavo no ano 2024.	244
Gráfico 61. Desempregados em Ílhavo por tempo de inscrição no IEFP.	245
Gráfico 62. Situação de procura de emprego dos desempregados em Ílhavo inscritos no IEFP em 2024.	247

Índice de Figuras

Figura 1. Subdivisões administrativas de Portugal, NUTS I, II, III de 2024 e Município de Ílhavo.	19
Figura 2. Rede Ecológica Nacional (REN) de Ílhavo.	26
Figura 3. Mapa das ciclovias do concelho de Ílhavo.	27
Figura 4. Mapa com as linhas e paragens de autocarro no concelho de Ílhavo.	29
Figura 5. Crianças e jovens subsidiados por nível de ensino e escalão.	74
Figura 6. Registos escritos pelas pessoas cuidadoras informais durante a sessão exploratória, no âmbito do Radar Social (13 de Outubro de 2025).	102
Figura 7. Sessões participativas com pessoas mais velhas: (A) Laboratório do Envelhecimento; (B) Fórum Maior Idade; (C) Sala de Estar (2025).	111
Figura 8. Sessões participativas com cuidadoras (2025): (A) Lar São José; (B) Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Nazaré; (C) Centro Comunitário Gafanha do Carmo.	119
Figura 9. Pirâmide de relevância da substância principal – utentes do concelho de Ílhavo, 2024. ..	138
Figura 10. Registos escritos das famílias cuidadoras de pessoas com deficiência durante a sessão participativa, no âmbito do Diagnóstico Social do Município de Ílhavo (3 de Dezembro de 2025).	150
Figura 11. Localização dos Acampamentos no concelho.	167
Figura 12. Vulnerabilidade de partida - motivo de sinalização (2025).	218
Figura 13. Participação e registos durante as sessões com pessoas em situação de desemprego com 50 anos ou mais.	253

Lista de Siglas

1º CEB – 1.º Ciclo do Ensino Básico

2º CEB – 2.º Ciclo do Ensino Básico

3º CEB – 3.º Ciclo do Ensino Básico

AAAF – Atividades de Animação de Apoio à Família

ABAAE – Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação

ADI – Associação Desportiva Ílhavo

ADIG – Associação para a Defesa dos Interesses da Gafanha

AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular

AE – Agrupamento de Escola

AGIL – Associação Gráfica Ilhavense

AIIDO – Associação Intercultural & Intergeracional de Desenvolvimento Orgânico

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APCV – Associação Portuguesa da Classe Vouga

ASE – Ação Social Escolar

ASI – Atendimento Social Integrado

AT – Autoridade Tributária

ATL – Atividades de Tempos Livres

CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CAF – Componente de Apoio à Família

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CAO – Centro de Atividades Ocupacionais

CAPGE – Clube da Associação de Pais Amigos e Crianças da Gafanha da Encarnação

CASCI – Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo

CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres

CCI – Casa da Cultura de Ílhavo

CD – Centro de Dia

CEDEV – Centro Desportivo para a Vida da Gafanha da Nazaré

CERCIAV – Cooperativa para a Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Aveiro

CI – Cuidador Informal

CIEMar-Ílhavo – Centro de Investigação e Empreendedorismo de Ílhavo

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CLDS 5G – Contrato Local de Desenvolvimento Social de 5.ª geração

CMI – Câmara Municipal de Ílhavo

CNAI – Clube Natureza e Aventura de Ílhavo

CNBB – Clube Náutico Boca da Barra

CNE – Corpo Nacional de Escutas

CNQ – Catálogo Nacional de Qualificações

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRI – Centro de Recursos para a Inclusão

CROACI – Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Ílhavo

CRP – Centro de Reabilitação Profissional

CRQE – Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego

CSI – Complemento Solidário para Idosos

C.S.P. – Centro Social e Paroquial

DDSS – Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde

DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

EB – Escola Básica

ECI – Estatuto do Cuidador Informal

ECSM – Equipas Comunitárias de Saúde Mental

EFA – Educação e Formação de Adultos

EMACE – Equipa Multidisciplinar de Apoio à Comunidade Educativa

EMAAC – Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas

EPE – Educação Pré-Escolar

ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

ES – Escola Secundária

ET-ICAD – Equipa de Tratamento do Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências

FAMI – Fundo de Asilo, Migração e Integração

FEE – Foundation for Environmental Education

FMAFIC – Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados

FOR-MAR – Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar

GAAF – Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família

GAF – Gabinete de Apoio à Família

GIP – Gabinete de Inserção Profissional

GNR – Guarda Nacional Republicana

GPAPL – Grupos de Partilha para Apoio a Pessoas em Luto

GRAL – Grupo Recreativo Amigos da Léguas

HM – Homem/Mulher

IAS – Indexante dos Apoios Sociais

ICAD – Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica

INR – Instituto Nacional para a Reabilitação

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISS, I.P – Instituto da Segurança Social, Instituto Público

JI – Jardim de Infância

LNES – Linha Nacional de Emergência Social

NAV – Núcleo de Apoio a Vítimas

NAVVD – Núcleo de Atendimento a Vítima de Violência Doméstica

NEE – Necessidades Educativas Especiais

NEGE – Novo Estrela Gafanha da Encarnação

NLI – Núcleo Local de Inserção

NSE – Necessidades de Saúde Especiais

OTL – Ocupação de Tempos Livres

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PASEO – Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

PC – Pessoa Cuidada

PDM – Plano Diretor Municipal

PEDS – Pilar Europeu dos Direitos Sociais

PE – Projeto Educativo

PIE – Plano Intervenção de Específico

PIICIE – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar

PMAACI – Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Ílhavo

PNS 2030 – Plano Nacional de Saúde 2030

POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

Projeto IRA – Integrar, Resolver, Adaptar

PR – Profissionais de Referência

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

PSI – Prestação Social para a Inclusão

PTDQI – Programa Temática Demografia Qualificações e Inclusão

RAP – Resposta de Apoio Psicológico

REN – Rede Ecológica Nacional

RNCCI – Rede Nacional de Cuidados Integrados

RSI – Rendimento Social de Inserção

RU – Resíduos Urbanos

RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

SACI – Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

SAFE – Serviço de Apoio à Formação e Emprego

SAT – Serviço de Alojamento Temporário

SCMI – Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo

SEFSTAT – Portal de Estatística do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SESS – Serviço de Estatística da Segurança Social

SLSM – Serviços Locais de Saúde Mental

TEAM – Truques & Engenhocas Associação de Modelismo

TSH – Tráfico de Seres Humanos

UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade

UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados

UCSP – Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados

UFCD – Unidades de Formação de Curta Duração

ULS – Unidade Local de Saúde

ULSRA – Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro

USF – Unidades de Saúde Familiar

USP – Unidade de Saúde Pública

Introdução

Enquadramento Legal e Conceptual

A Rede Social é um programa de âmbito nacional, enquadrado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, e pelo Despacho Normativo n.º 8/2002, de 12 de Fevereiro, que promove a articulação entre os organismos do setor público, as autarquias locais, as instituições do setor social e solidário e outras entidades com intervenção relevante na área da ação social. O seu objetivo central consiste na prevenção, atenuação ou erradicação de situações de pobreza e exclusão social, bem como na promoção da inclusão, da coesão social e do desenvolvimento social local, através de um trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica.

Afirma-se como uma plataforma de governação colaborativa e planeamento estratégico orientada para adequação e melhoria da qualidade das respostas sociais e dos serviços prestados à população, em particular às pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. Este modelo assenta na construção de uma visão partilhada sobre os problemas sociais existentes, na definição conjunta de objetivos, prioridades, estratégias e ações e na utilização eficiente dos recursos disponíveis.

Para tal, a Rede Social desenvolve uma estratégia de planeamento participada estruturada pelo Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social e respetivos Planos de Ação. O Diagnóstico Social assume-se como instrumento fundamental de produção de conhecimento sobre a realidade social, fornecendo evidência para a tomada de decisão e a intervenção social.

A valorização de processos de diagnóstico contínuo, baseados na proximidade ao território, na articulação entre entidades e na sistematização de informação relevante, responde às exigências atuais das políticas públicas de ação social, que privilegiam abordagens mais antecipatórias, coordenadas e centradas nas pessoas e nas comunidades. Neste enquadramento, consolidam-se dinâmicas que reforçam a capacidade da Rede Social para identificar situações de vulnerabilidade, acompanhar tendências sociais emergentes e ajustar estratégias de intervenção, potenciando respostas mais eficazes e articuladas às necessidades do território. Estas abordagens não substituem os instrumentos clássicos de planeamento social, antes os complementam e aprofundam, reforçando o papel da Rede Social enquanto estrutura central de coordenação, conhecimento e governação colaborativa da intervenção social local.

Objetivos e Finalidade do Diagnóstico Social

Além da atualização de estatísticas, o Diagnóstico Social pretende proporcionar uma leitura integrada, plural e contextualizada da realidade social do território, resultante da partilha e da participação de diferentes atores locais. Identifica necessidades, recursos, potencialidades e desafios emergentes, em sustento da definição de prioridades, estratégias e intervenções ajustadas às dinâmicas territoriais. Assume-se como um instrumento de suporte à conceção, implementação e monitorização de políticas,

programas, medidas e projetos, incluindo candidaturas a financiamentos e iniciativas de âmbito comunitário, promovendo a utilização eficiente de recursos e a coerência das respostas sociais.

O documento organiza-se em 14 áreas temáticas, que permitem compreender as características, oportunidades e constrangimentos do território, bem como as interações entre os diferentes contextos e atores:

- Perfil do território e dinâmica demográfica;
- Habitação e condições de vida;
- Educação e formação;
- Infância e juventude;
- Família e cuidado;
- Envelhecimento e longevidade;
- Saúde e bem-estar;
- Inclusão social;
- Participação comunitária e voluntariado informal;
- Igualdade e cidadania;
- Segurança, proteção civil e comunitária;
- Respostas e recursos de apoio social;
- Emprego, desemprego e empregabilidade;
- Empresas e setor social.

Radar Social: base metodológica do Diagnóstico Social

A elaboração deste Diagnóstico Social é realizada através do Radar Social, uma medida integrada na componente 03 – Respostas Sociais, no investimento RE-C03-i01 – Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Esta medida prevê a constituição de equipas técnicas multidisciplinares, distribuídas pelos concelhos de Portugal continental e ajustadas à dimensão populacional e à abrangência da intervenção¹.

Integradas nos Conselhos Locais de Ação Social, na Rede Social e nas Câmaras Municipais.

O Radar Social recolhe, sistematiza e atualiza informação sobre a realidade social dos territórios garantindo que o Diagnóstico Social assenta em dados consistentes e atualizados das diferentes dimensões da vida social, económica e comunitária.

¹ PRR – Componente C03: Respostas Sociais | Investimento RE-C03-i01 – Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais – <https://recuperarportugal.gov.pt>.

A recolha e produção de informação basearam-se numa metodologia mista, conjugando dados quantitativos e qualitativos. Foram mobilizadas fontes secundárias e administrativas, nomeadamente através da análise documental e estatística dos principais indicadores sociais e demográficos disponíveis, com particular incidência nos dados do último período censitário e noutras bases oficiais, enquadrados no contexto socioeconómico local. Sempre que possível, os dados administrativos e institucionais utilizados têm como ano de referência 2024, correspondendo à informação mais recente disponível à data da recolha e sistematização. Paralelamente, foi integrada informação institucional proveniente do Atendimento Social Integrado, do Conselho Local de Ação Social e das entidades parceiras da Rede Social, permitindo caracterizar as respostas sociais existentes, os recursos disponíveis e as dinâmicas de intervenção no território.

Complementarmente, foram dinamizadas sessões colaborativas e realizadas entrevistas exploratórias, coordenadas pela equipa do Radar Social, que constituíram espaços de escuta ativa e recolha de contributos qualitativos. Estas sessões envolveram diferentes públicos – atores sociais, incluindo pessoas idosas, cuidadores/as informais, profissionais da área do cuidado, pessoas em situação de desemprego, entidades da Rede Social, grupos comunitários e de voluntariado. Estes momentos permitiram identificar necessidades sentidas, problemas emergentes, potencialidades e contributos relevantes para a definição de prioridades de intervenção, enriquecendo a leitura técnica da realidade social com perceções e experiências vividas no concelho.

Os contributos das sessões participativas sistematizados são integrados diretamente nos respetivos capítulos temáticos do Diagnóstico, assegurando coerência entre os dados estatísticos, administrativos e as dimensões qualitativas. Cada capítulo indica as sessões realizadas com data e local, permitindo uma leitura contextualizada e localizada²

O Radar Social assegura a coerência metodológica e a monitorização das dinâmicas sociais emergentes, garantindo que o Diagnóstico se mantém dinâmico e alinhado às necessidades de planeamento estratégico e intervenção local.

O processo de elaboração do Diagnóstico Social contou com o acompanhamento e a validação contínua do Núcleo Executivo da Rede Social. Foram realizadas reuniões periódicas³ para validar estrutura, áreas temáticas, conteúdos, e contributos das sessões colaborativas, reforçando a coerência interna e legitimidade do Diagnóstico enquanto instrumento coletivo de planeamento.

O documento está alinhado com orientações e referenciais internacionais (Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Pilar Europeu dos Direitos Sociais), referenciais estratégicos nacionais (Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021–2030, Portugal 2030, Plano Nacional de Implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais) e documentos estratégicos municipais em vigor. Tem presente a continuidade e atualização do anterior Diagnóstico Social de 2020.

Num contexto marcado por rápidas transformações sociais, económicas e demográficas, e pela crescente complexidade dos fenómenos de vulnerabilidade, o Diagnóstico Social assume-se como

² O detalhe global do calendário das sessões encontra-se disponível no Anexo I – Calendário de Sessões Colaborativas.

³ Realizadas a: 17 setembro 2025; 15 outubro 2025; 19 novembro 2025; 10 dezembro 2025; 14 Janeiro 2026.

um instrumento dinâmico e em permanente atualização, aberto a revisões periódicas, ajustes e atualizações.

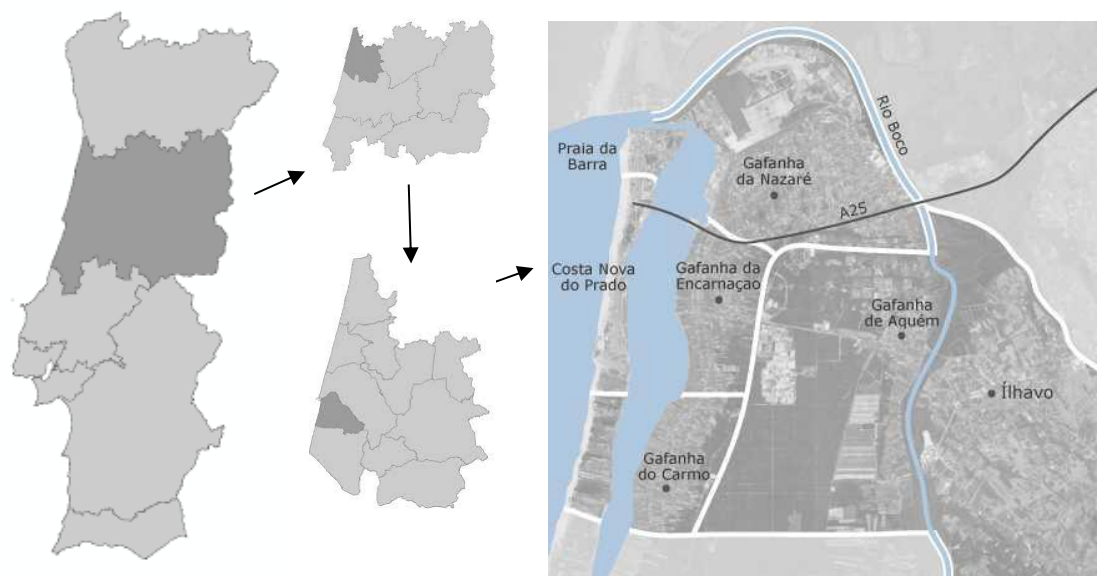
Pela sua atuação de proximidade na comunidade, sustentada em diversos pontos de ligação com as pessoas, os contextos e as respostas existentes no território, o Radar Social desempenha um papel central na atualização contínua do Diagnóstico Social, assegurando a recolha sistemática de informação e a monitorização das dinâmicas e tendências emergentes. Desta forma, o Diagnóstico Social afirma-se como um referencial vivo de conhecimento, em permanente diálogo com a realidade social e comunitária do Município.

1. Perfil do Território e Dinâmica Demográfica

1.1. Geolocalização e Características do Concelho

O Concelho de Ílhavo situa-se no litoral sul do distrito de Aveiro, na região centro de Portugal, é limitado a sul pelo concelho de Vagos, a norte e este pelo concelho de Aveiro e a oeste pelo oceano Atlântico. Morfologicamente, é principalmente uma planície de baixa altitude com relevo uniforme e tem uma área territorial de cerca de 73,47 km².

Figura 1. Subdivisões administrativas de Portugal, NUTS I, II, III de 2024 e Município de Ílhavo.



Um dos elementos geográficos mais marcantes é o sistema lagunar da Ria de Aveiro, que atravessa o concelho e tem uma grande influência na paisagem e na ecologia local. Os canais de Mira (a oeste) e do Boco (no centro) atravessam o território e ligam partes do concelho à ria, fazendo todos estes com que Ílhavo tenha traços de clima temperado mediterrânico com alguma influência oceânica, resultando numa temperatura e humidade moderadas ao longo de todo o ano.

Administrativamente, o município está dividido em 4 freguesias:

- Ílhavo (São Salvador);
- Gafanha da Encarnação;
- Gafanha da Nazaré;
- Gafanha do Carmo.

O concelho integra duas áreas urbanas de maior densidade: a cidade de Ílhavo que é a sede de concelho e a cidade da Gafanha da Nazaré.

Em termos ambientais e territoriais, Ílhavo integra áreas relevantes de ecossistemas lagunares e zonas costeiras que exigem monitorização e gestão integrada, atendendo à vulnerabilidade a riscos

climáticos, como galgamentos oceânicos, erosão costeira e cheias. O uso do solo reparte-se entre áreas urbanas consolidadas, zonas florestais dominadas por pinheiro-bravo e eucalipto, espaços agrícolas e áreas naturais protegidas, compondo um território que necessita de um equilíbrio constante entre desenvolvimento e sustentabilidade. A sustentabilidade territorial constitui um eixo central da gestão autárquica, com foco no saneamento, na valorização ambiental, na eficiência energética e na economia circular.

1.1.1. Ambiente e Sustentabilidade

A crescente preocupação com as questões ambientais e com o impacto das ações humanas no equilíbrio do planeta tem vindo a reforçar a necessidade de promover uma educação orientada para a sustentabilidade desde as primeiras idades. As escolas assumem, neste contexto, um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes, críticos e responsáveis, capazes de adotar atitudes e comportamentos mais sustentáveis no seu quotidiano. É neste enquadramento que surgem programas de educação ambiental estruturados, que apoiam as comunidades educativas na integração de práticas sustentáveis e na promoção da cidadania ambiental, destacando-se, entre eles, o Programa Eco-Escolas.

Este Programa é uma iniciativa internacional de educação ambiental que visa promover a sustentabilidade e a cidadania ativa em contexto escolar. Surgiu em Portugal em 1996, no âmbito da Foundation for Environmental Education (FEE), como resposta à necessidade de envolver as comunidades educativas na adoção de práticas ambientalmente responsáveis. Em Portugal, o programa é desenvolvido pela Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação (ABAAE) e implementado em estabelecimentos de ensino de todos os níveis. Através de uma metodologia participativa, o Eco-Escolas incentiva a reflexão, a ação e a melhoria contínua em áreas como o ambiente, a sustentabilidade, a saúde e a cidadania, promovendo comportamentos conscientes e o envolvimento ativo de alunos, docentes, famílias e parceiros locais. A sua importância nas escolas reside no contributo para a formação de cidadãos mais informados, responsáveis e comprometidos com a proteção do ambiente e o desenvolvimento sustentável.

O município de Ílhavo é um dos que participa neste programa. Abaixo segue a lista de escolas do concelho que colaboraram no programa Eco-Escolas no ano letivo 2024-2025, possível de consultar no sítio de internet <https://ecoescolas.abaae.pt/>.

Tabela 1. Lista de escolas que participam no programa Eco-Escolas.

	2024 - 2025
Escola EB 2,3 José Ferreira Pinto Basto	☒
Escola Básica /JI da Marinha Velha	☒
Escola EB1 Farol da Barra	☒
Escola EB1/JI da Chave	☒
Escola EB 1 Costa Nova do Prado	☒
Escola EB 2,3/S Gafanha da Nazaré	☐
Jardim de Infância da Chousa Velha	☐
Centro Escolar da Nossa Sra. do Pranto	☒
Escola Básica de Ílhavo	☒
Escola EB1 Sra. dos Campos	☐
Escola EB1/JI de Chousa Velha	☒
Jardim de Infância da Gafanha de Aquém	☐
Jardim de Infância da Gafanha da Encarnação Sul	☐
Jardim de Infância da Gafanha do Carmo	☒
Escola EB1/JI da Gafanha da Encarnação Sul	☒
Escola Sec. de Ílhavo	☐
Centro Escolar da Légua	☒
Escola EB1/JI da Gafanha da Encarnação Norte	☒
Escola EB1/JI da Cale da Vila	☒
Escola Secundária da Gafanha da Nazaré	☒
Jardim de Infância da Remelha	☐
Centro Escolar da Coutada (ex JI)	☐
Jardim de Infância de Ílhavo	☐
Centro Escolar da Cambeia	☒
Escola EB1 de Corgo Comum	☒
Jardim de Infância de Vale do Ílhavo	☐
Escola Sec. Dr. João Carlos Celestino Gomes	☒
Centro Paroquial de Ílhavo	☒
Jardim de Infância da Marinha Velha	☐
Centro Escolar de Vale de Ílhavo	☒
Jardim de Infância de Cale da Vila	☐
Obra da Providência	☒
Escola EB1 da Gafanha do Carmo	☒
Escola EB1 de Vale de Ílhavo	☐
Jardim de Infância da Cambeia	☐
Jardim de Infância da Gafanha da Encarnação Centro	☒
Escola EB1 da Carvalheira - Ermida	☐
Jardim de Infância da Chave	☐
Escola Básica 2,3 da Gafanha da Encarnação	☒
Jardim de Infância de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos	☐
Escola EB1 Gafanha da Encarnação Centro	☒
Escola Básica Professor Fernando Martins	☒
Centro Escolar de Santa Maria Manuela	☒
Centro Social Paroquial da Gafanha da Encarnação	☐
Escola EB1/JI da Gafanha de Aquém	☒
Fundação Prior Sardo	☐
Centro de Acção Social de Ílhavo - CASCI	☒
Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo (Centro Infantil)	☒
Centro Social Padre José Kentenich	☒

Fonte: sítio da internet do programa Eco-Escolas em <https://ecoescolas.abaae.pt/>; 2025.

O tratamento de resíduos é um processo essencial para a proteção do ambiente e da saúde pública, uma vez que visa reduzir os impactos negativos resultantes da produção e acumulação de resíduos. Envolve um conjunto de operações destinadas à recolha, separação, valorização e eliminação adequada dos materiais, promovendo a reutilização, a reciclagem e a redução do recurso a aterro. A adoção de práticas eficazes de tratamento de resíduos contribui para a utilização mais sustentável dos recursos naturais e para a construção de uma economia mais circular.

A Câmara Municipal de Ílhavo (CMI) tem dinamizado e potenciado múltiplas ações de intervenção, inseridas na Política Municipal de Ambiente, com a comunidade em prol da melhoria e defesa do Ambiente.

Destaca-se a importância do Ecocentro Municipal, construído em 2003, que tem um papel fundamental na promoção de boas práticas de reciclagem e valorização dos Resíduos Urbanos (RU). O Ecocentro é um parque amplo equipado com contentores de grandes dimensões destinados a receber, separadamente, diversos materiais para posterior valorização e/ou reciclagem. É uma área aberta ao público, residente no Município de Ílhavo, onde se podem deixar resíduos recicláveis que não podem ser colocados nos ecopontos. Este Ecocentro difere dos ecopontos tradicionalmente conhecidos pelo facto de poder receber resíduos que não cabem nos outros ecopontos como também abrange uma maior variedade de tipo de resíduos, incluindo madeiras, entulho de obras/demolições, eletrodomésticos, móveis e outros, sendo ambos o primeiro passo na rota da transformação e reciclagem dos objetos.

Depois de colocados separadamente, os materiais são encaminhados pela Câmara Municipal, para empresas e entidades especializadas no tratamento de resíduos que prosseguem com o processo de transformação e de reciclagem.

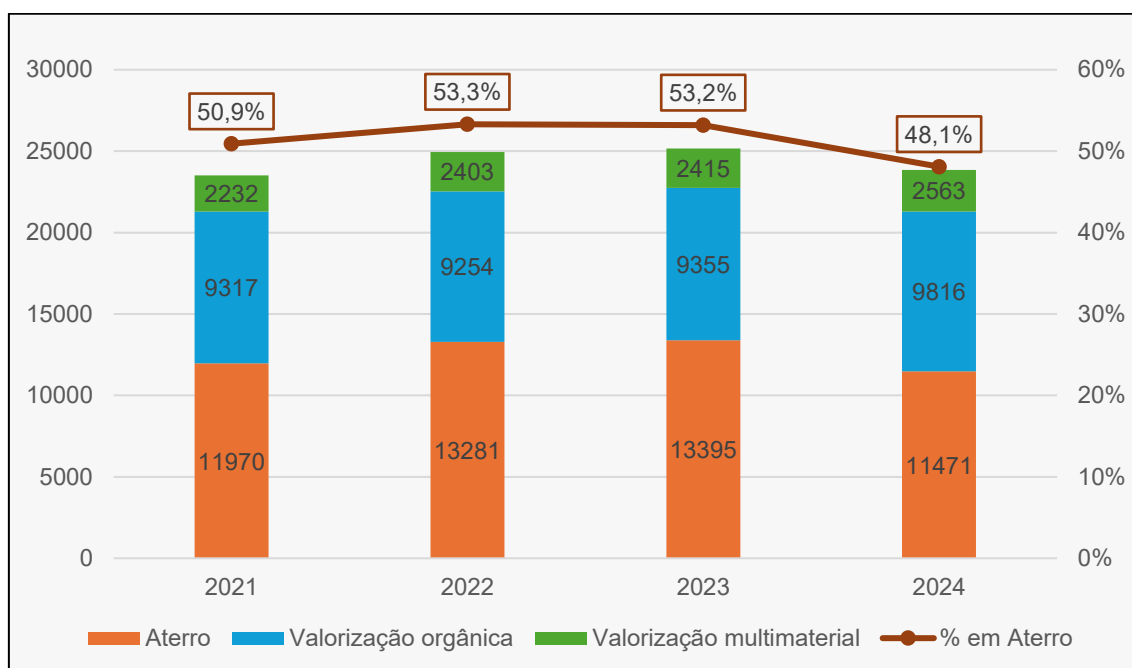
Além da sua função na área da separação, valorização e reciclagem de resíduos, desempenha também um papel importante ao nível da capacitação e formação de crianças e jovens da comunidade educativa para as temáticas da sensibilização ambiental.

É também de salientar o contrato de Recolha de Resíduos Urbanos, celebrado em 2020 entre a Câmara Municipal e a empresa SUMA, S.A., que permitiu melhorar e alargar vários serviços no Município. Este contrato inclui a recolha de resíduos indiferenciados, a renovação e manutenção dos contentores e papeleiras, o reforço da varredura e da limpeza urbana, bem como a recolha porta-a-porta de mobiliário doméstico fora de uso, com horários mais alargados e maior frequência.

Inclui ainda a recolha porta-a-porta de Resíduos Verdes e a criação de novos serviços que não existiam anteriormente.

No que respeita ao tratamento dos resíduos, de acordo com dados recolhidos no INE em Dezembro de 2025 e demonstrado no gráfico abaixo, o concelho geriu no ano de 2024, 23850 toneladas de resíduos urbanos, dos quais 48,1% foram colocados em aterro.

Gráfico 1. Resíduos urbanos geridos pelo concelho de Ílhavo em toneladas (t).

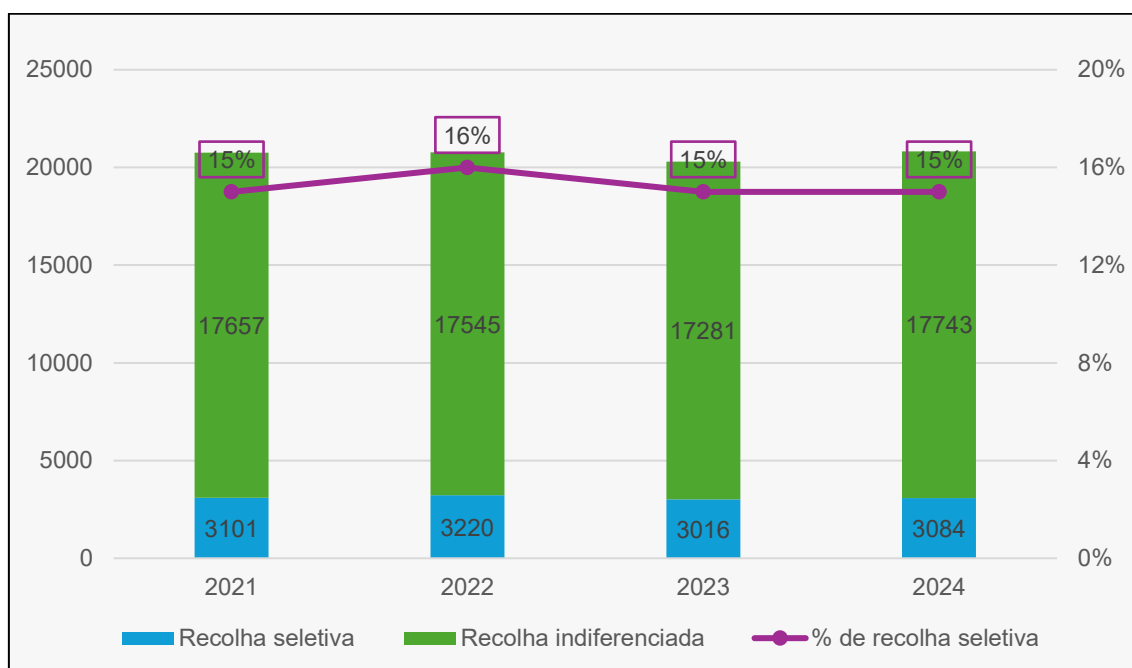


Fonte: INE; Dezembro 2025.

Como se observa, a percentagem de resíduos enviados para aterro desceu dos 50% em 2024. A quantidade de resíduos recicláveis secos (papel, cartão, metal, etc.), que correspondem à valorização multimaterial, aumentou todos os anos e os resíduos biodegradáveis de origem orgânica (restos de comida, resíduos de jardins, etc.) teve um aumento considerável em 2024.

Relativamente aos resíduos recolhidos, de acordo com a mesma fonte de dados, o concelho recolheu em 2024 um total de 20827 toneladas de resíduos, dos quais 15% são de recolha seletiva.

Gráfico 2. Resíduos urbanos recolhidos pelo concelho de Ílhavo em toneladas (t).

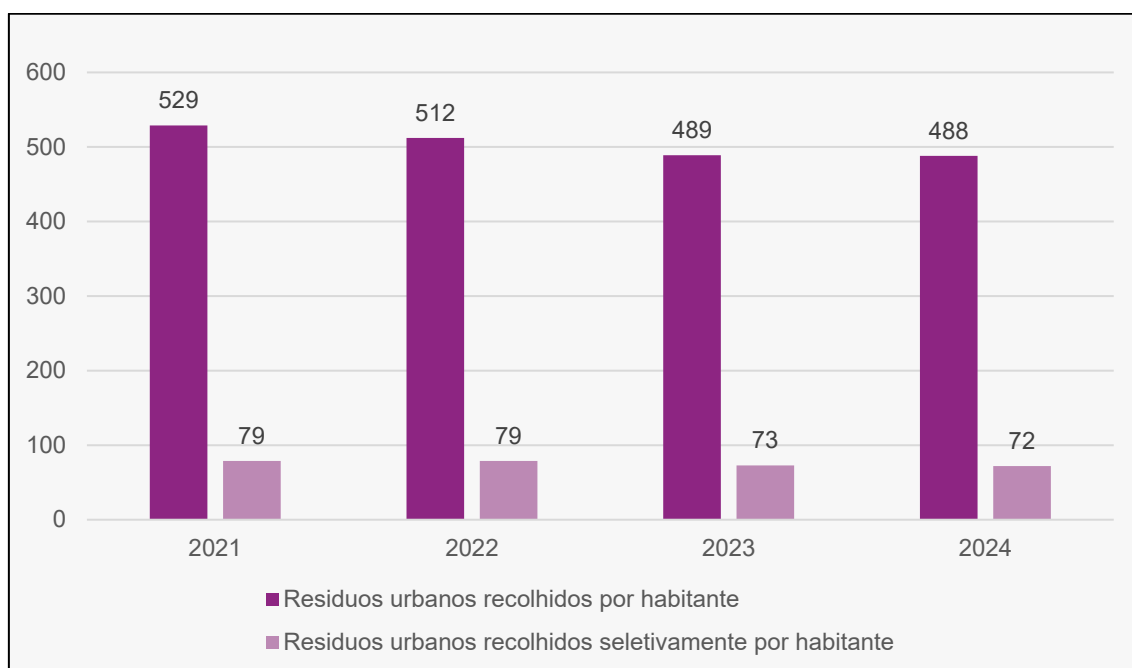


Fonte: INE; Novembro 2025.

Como podemos verificar, os valores no que respeita ao tipo de resíduos recolhidos mantêm aproximadamente as quantidades nos últimos 4 anos. Em 2023, a proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem foi de 57,8%.

Segundo o INE, por habitante foram recolhidos 488 kg/hab. em 2024, dos quais 72 kg/hab. respeitam a resíduos urbanos recolhidos seletivamente.

Gráfico 3. Resíduos urbanos recolhidos por habitante no concelho de Ílhavo (kg/hab.).



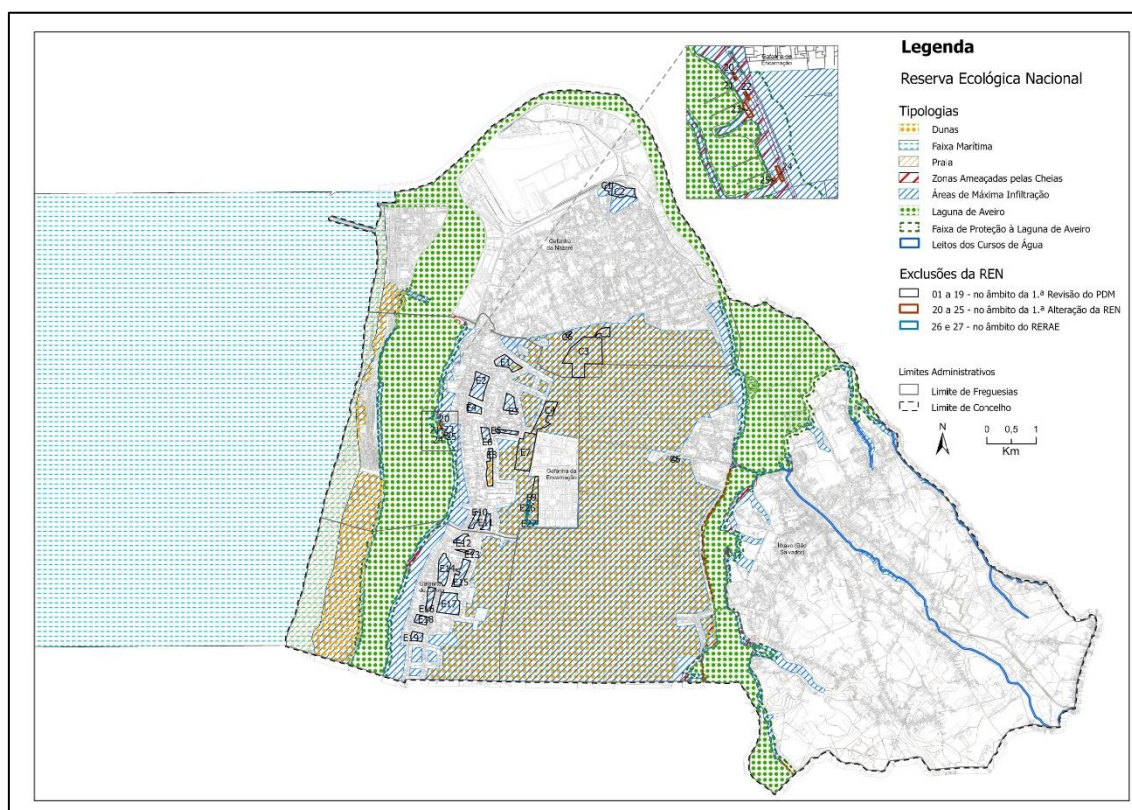
Fonte: INE; Novembro 2025.

Como se nota, tem havido uma diminuição dos valores relativos a recolha de resíduos por habitante desde 2021.

No que respeita ao ambiente, nos últimos anos, ganhou especial importância a preocupação com as alterações climáticas, reconhecidas como um dos maiores desafios do século XXI. Neste contexto, a Câmara Municipal investiu na definição de uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) e na elaboração do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Ílhavo (PMAAC-I), com o objetivo de promover uma resposta coordenada e eficaz em todo o território municipal.

Também de forma a preservar e proteger os recursos naturais do concelho, a prevenir riscos ambientais e a promover o uso sustentável do solo e do território é elaborada a Rede Ecológica Nacional (REN), que é um instrumento que é incorporado no Plano Diretor Municipal (PDM). Abaixo apresentamos a última versão da REN no Município de Ílhavo, datada de 2023, que corresponde à 4ª alteração da REN desde a sua revisão em 2014.

Figura 2. Rede Ecológica Nacional (REN) de Ílhavo.



Fonte: CMI; 2023.

O Município de Ílhavo continua empenhado na preservação das zonas costeiras (frente Mar e frente Ria), na preservação da qualidade dos espaços públicos e dos espaços verdes.

1.1.2. Mobilidade e Acessibilidades

As acessibilidades constituem um aspeto muito importante na conectividade de um concelho. Um bom planeamento da rede de acessos pode melhorar muito a mobilidade das pessoas para os seus locais de trabalho, escolas e serviços do município.

Assim, a ligação de Ílhavo, quer aos outros municípios da região de Aveiro, quer às restantes regiões do país, é favorecida pela qualidade das vias de comunicação que cruzam e rodeiam o seu território, cujo sistema de vias nacionais e municipais possibilitam uma cobertura total dos seus aglomerados populacionais.

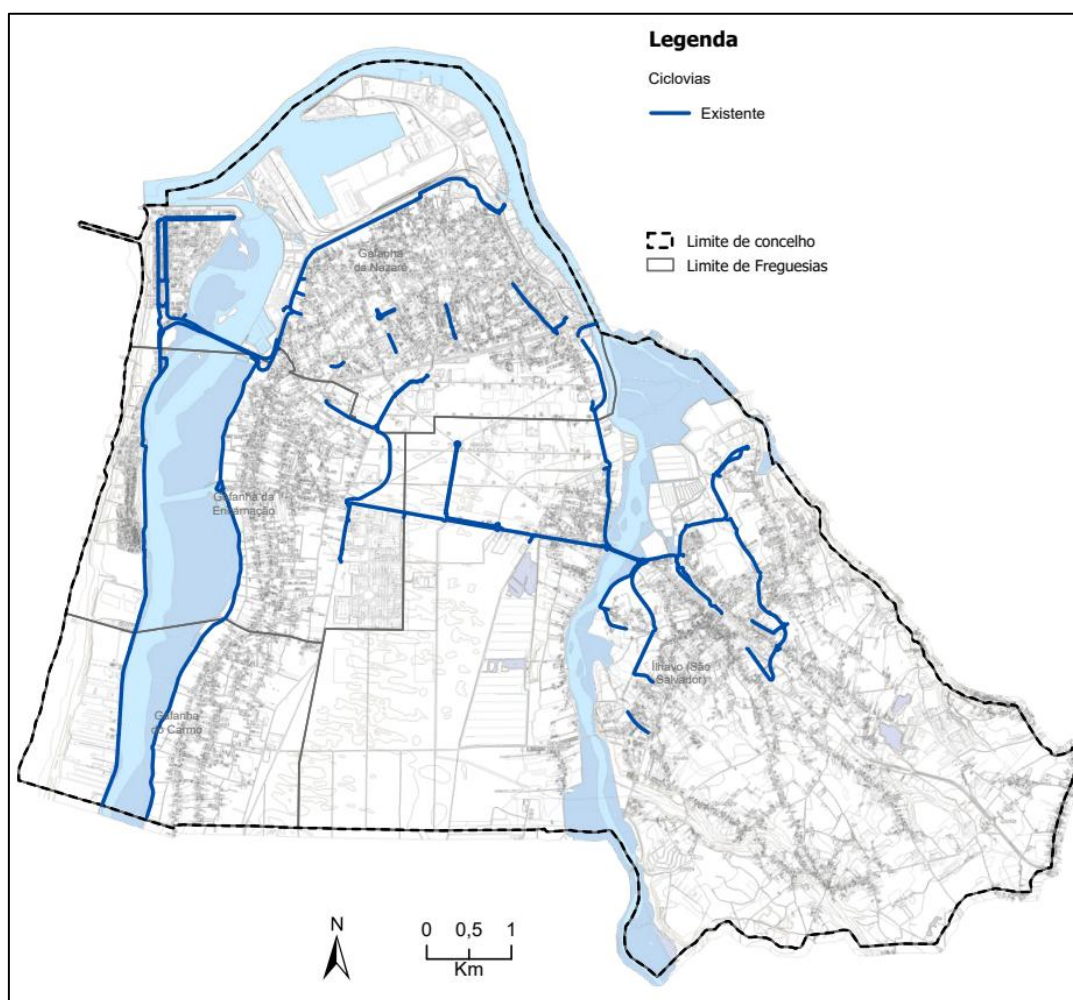
A existência de acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e marítimas privilegiadas reforçam a posição geoestratégica de Ílhavo, ao que se destacam os corredores rodoferroviários para transporte de mercadorias que possibilitam importantes ligações.

Ílhavo encontra-se a 10 minutos do centro de Aveiro e a cerca de uma hora da cidade do Porto, aspetos que lhe conferem atratividade habitacional e empresarial. O bom enquadramento

geoestratégico, por se inserir numa zona litoral e fortemente industrializada, fomenta o forte investimento em acessibilidades.

A existência de 3 autoestradas no concelho é reflexo dessa importância geoestratégica. A A1 que passa ao largo de Ílhavo e que liga Aveiro a Coimbra, a A25 que é um eixo de ligação rodoviário entre a zona turística das praias da Costa Nova e da Barra, o aglomerado urbano de Ílhavo e a cidade de Aveiro, e a A17 que estabelece ligação à A8 e que liga Aveiro à Figueira da Foz, local também com grande atração turística. Neste aspeto há que salientar também a N109, que como via municipal estabelece ligação de diversas vilas da região como Vagos, Mira e Ílhavo aos centros urbanos maiores como Aveiro e Figueira da Foz. Salienta-se também a cobertura de ciclovias no concelho, com cobertura atual na zona urbana da povoação Ílhavo, passagem na zona da Colónia Agrícola até à Gafanha da Encarnação e duas outras que percorrem o concelho de norte a sul junto ao canal de Mira da ria de Aveiro de ambas as margens. Além das vias atuais, que totalizam 53,4 km, existem estudos no sentido de aumentar a cobertura desta no concelho.

Figura 3. Mapa das ciclovias do concelho de Ílhavo.



Fonte: CMI; 2025.

Uma outra vertente da mobilidade são os transportes públicos que servem o concelho, que no caso do município de Ílhavo, no que respeita ao transporte de autocarro está entregue à empresa BusWay. Através de dados fornecidos pela empresa pôde ser analisado o período compreendido entre Janeiro e Agosto de 2025 no que respeita à quantidade de viagens. Segundo estes, houve neste período, um volume total superior a 230 mil viagens, com uma média de perto de 29 mil viagens por mês, tendo sido os meses de Maio e Julho os que transportaram mais pessoas, ambos com um número superior a 30 mil viagens. O concelho tem à sua disposição 139 paragens de autocarro e 11 rotas, 2 rotas inter-regionais, 3 rotas intermunicipais e 6 rotas municipais, que dão resposta a necessidades desde viagens para outros municípios, viagens para as zonas industriais, para as zonas urbanas e para as zonas mais turísticas da Barra e Costa Nova. Destas rotas, existe uma rota intermunicipal que apenas opera nos meses de Julho e Agosto e cinco das rotas municipais não operam nesses mesmos dois meses.

Legenda

Paragens

Linhas

- 18: Aveiro - Fig. da Foz
- 20: Aveiro - Praia de Mira
- 34: Ilhavo - Aveiro
- 35: Aveiro - Praia da Barra*
- 36: Aveiro - Costa Nova
- 70: Costa Nova - Ilhavo
- 71: Presa - Ilhavo**
- 72: Gaf. do Carmo - Ilhavo**
- 73: Gaf. da Enc. (Escolas) - Costa Nova**
- 74: Gaf. da Enc. - Gaf. da Enc. (Escolas)**
- 75: Gaf. do Carmo - Gaf. da Enc. (Escolas)**

*Apenas em julho e agosto
**Período Escolar

Limites de concelho
Limites de Freguesias

Ilhavo (São Salvador)

0 0,5 1 Km

No âmbito da Semana Europeia da Mobilidade foram realizados desde 2022 inquéritos sobre os padrões de mobilidade no concelho junto de uma amostra de pessoas que vivem e/ou trabalham no município. Os respetivos inquéritos não são uma amostra representativa, mas apenas uma auscultação pública, uma vez que tiveram uma quantidade pequena no que respeita à participação, com 129 respostas em 2022, 72 no ano de 2023, 54 em 2024 e 52 respostas no ano de 2025.

- Modo preferencial de transporte é o automóvel, a gasolina e gasóleo, com uma média de 2 veículos por agregado;
- A maioria das pessoas nunca utiliza ou utiliza esporadicamente os transportes públicos;

- Os motivos estão relacionados com a rapidez e o conforto do automóvel e com a fraca resposta da rede de transportes públicos, a não adequação ao seu percurso ou horários não compatíveis;
- Insuficiente resposta na ligação às zonas industriais relativamente aos transportes públicos;
- Grande utilização da bicicleta no concelho, mas sobretudo com finalidade de desporto/lazer;
- Uma média de 3 bicicletas por agregado e de 2,5 utilizadores por agregado;
- Não existência de ciclovias e passeio (em algumas partes) a fazer a ligação entre Ílhavo e Aveiro, pois é referido que atualmente é perigoso para fazer de bicicleta e a pé;
- Melhoria da conectividade da rede de ciclovias de modo a construir uma malha, a sua manutenção e segurança relativamente aos carros e peões, optando por implementar separação física relativa à estrada, e melhoria da sinalização e iluminação da mesma;
- Satisfação com a rede viária;
- Pouca satisfação com o estacionamento automóvel, principalmente nas zonas turísticas da Barra e Costa Nova, com o estacionamento para bicicletas, com a rede pedonal e o posicionamento/quantidade de paragens de autocarro;
- A oferta de Táxis no município não é considerada como alternativa;
- Insatisfação com a rede de autocarros e a rede de carregamento para veículos elétricos.

1.2. Atividades Económicas

Historicamente, Ílhavo é um município profundamente marcado pelo mar. A pesca do bacalhau, sobretudo nos longínquos mares da Terra Nova e da Gronelândia, deixou uma herança cultural e identitária muito expressiva. Essa memória está preservada em locais emblemáticos como o Museu Marítimo de Ílhavo e o Navio-Museu Santo André. Além da pesca, o concelho destacou-se ao longo dos anos pela sua indústria cerâmica, tendo na Vista Alegre um dos seus maiores símbolos, cuja fábrica, fundada em 1824, permanece como um marco industrial, artístico e turístico de relevância regional e nacional. A indústria cerâmica constitui um pilar estruturante, gerando emprego qualificado e potenciando sectores criativos e turísticos. A estes juntam-se unidades industriais nas áreas da metalomecânica, construção e reparação naval, transformação alimentar e logística. O sector terciário assume uma expressão crescente, impulsionado pelo turismo associado às praias da Barra e da Costa Nova, ao património marítimo e à oferta cultural ao nível de museus. O concelho apresenta de forma consistente uma taxa de desemprego reduzida, com 6,3% à data dos censos de 2021 (dados do Instituto Nacional de Estatística - INE), que demonstra um mercado de trabalho relativamente estável e diversificado.

De acordo com a Pordata e com o INE existiam, em 2023, 4993 empresas no concelho de Ílhavo, na sua maioria microempresas (4817 – 96,5%). Cerca de 72% do total de empresas com atividade no território são empresas individuais. Estes dois dados permitem afirmar que a maioria do tecido económico do município é composto por microempresas unipessoais.

Tabela 2. Distribuição das empresas no concelho de Ílhavo por tamanho de empresa.

Categoria	Micro	Pequena	Média	Grande
Nº de empresas	4817	140	27	9

Fonte: INE; 2025.

Estas 4993 empresas operam em grande parte em três setores de atividade:

- Atividades administrativas e dos serviços de apoio – 893;
- Comércio por grosso e a retalho; reparação de automóveis e motociclos – 771;
- Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares – 509.

As empresas estão distribuídas ao nível do território de acordo com a tabela abaixo.

Tabela 3. Empresas do concelho de Ílhavo distribuídas por freguesia.

Freguesia	Gafanha da Encarnação	Gafanha da Nazaré	Gafanha do Carmo	Ílhavo (São Salvador)
Nº de empresas	784	2044	146	2019

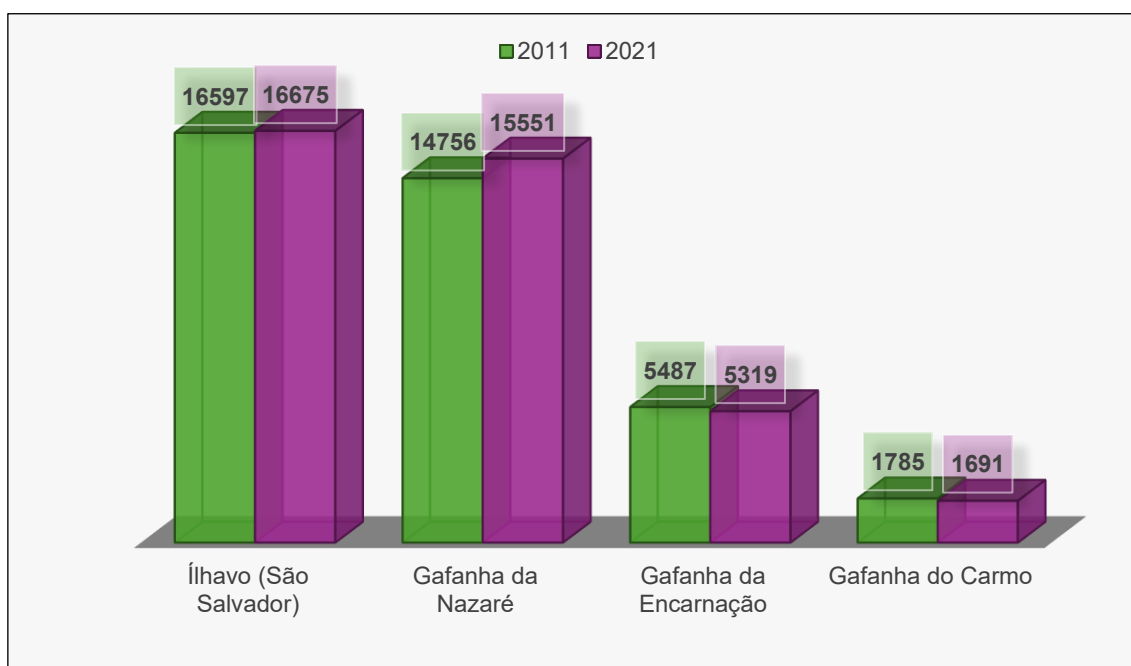
Fonte: INE; 2025.

Como se constata na tabela, a distribuição das empresas está feita essencialmente pelas duas freguesias mais populosas, pois as freguesias de Ílhavo (São Salvador) e Gafanha da Nazaré contém 81% do número de empresas no território.

1.3. Estrutura e Dinâmica Demográfica

À data dos últimos censos, realizados em 2021, o concelho era povoado por 39235 habitantes distribuídos por um território de 73,47 km², na sua maioria residentes nas freguesias da Gafanha da Nazaré e Ílhavo (São Salvador) com cerca de 15 mil habitantes em cada um destes. Cerca de 5 mil residiam na freguesia da Gafanha da Encarnação e os restantes na Gafanha do Carmo.

Gráfico 4. População de Ílhavo por freguesia, censos 2011.



Fonte: INE; censos 2011 (Novembro 2012) e censos 2021(Outubro 2025).

De acordo com dados do INE, Ílhavo registava em 2024 um aumento da população. A população residente no concelho em 2024 era de 43210 habitantes, fazendo com que a densidade populacional no concelho subisse para 588,10 hab/km². Mais de 22% da população é composta por indivíduos com 65 ou mais anos.

Tabela 4. Evolução da densidade populacional, população residente e proporção da população residente por faixa etária em Ílhavo, 2013 – 2024.

ANOS	2013	2017	2021	2024
Nº de Indivíduos por Km ²	523,80	522,70	547,50	588,10
População Residente	38 487	38 406	40 233	43 210
População residente dos 0 - 14 (%)	14,90%	14,14%	13,61%	12,92%
População residente dos 15 - 64 (%)	67,34%	66,04%	64,77%	64,84%
População residente com 65 ou mais anos (%)	17,76%	19,82%	21,62%	22,24%

Fonte: INE; 2025.

Através da análise dos dados acima podemos verificar que a quantidade de pessoas tem vindo a aumentar consecutivamente e de forma mais acentuada a partir de 2017. Deste modo também a densidade populacional do território tem sido cada vez maior. Este aumento pode ser influenciado por fatores relacionados com a imigração. Podemos também notar que a população tem vindo a ficar cada vez mais envelhecida, à semelhança do que acontece a nível nacional, ao vermos que a percentagem de jovens e população com menos de 64 anos tem diminuído e a percentagem de residentes com 65

anos ou mais passou de perto de 18% em 2013 para mais de 22% em 2024, tendo sido o único grupo a registar um aumento da percentagem.

Ílhavo enfrenta assim um processo de duplo envelhecimento tanto na base como no topo da pirâmide demográfica, por um lado existe uma diminuição da população jovem e por outro um aumento da população mais velha.

Enquadrando o município com outras regiões, de forma a obter uma visão mais alargada, podemos verificar que Ílhavo tem uma maior densidade populacional, maiores valores de crescimento efetivo e menores valores de taxa bruta de mortalidade.

Tabela 5. Dados sobre a população para diversas unidades territoriais.

	2024	Portugal	Continente	Centro	Região de Aveiro	Ílhavo
Densidade Populacional N.º/ Km2		116,60	115,00	73,80	231,70	588,10
Taxa de Crescimento Efetivo (%)		1,03	1,04	1,28	1,95	2,50
Taxa de Crescimento Natural (%)		-0,32	-0,32	-0,61	-0,33	-0,25
Taxa de Crescimento Migratório (%)		1,34	1,36	1,89	2,28	2,78
Taxa Bruta de Mortalidade (%)		11,10	11,10	12,90	10,50	9,40
Índice de renovação da população em idade ativa (N.º)		77,40	77,30	72,60	77,20	77,10
Relação de Masculinidade (N.º)		91,60	91,60	92,00	93,10	91,80
População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 habitantes (N.º) - (2023)		3,10	3,20	2,40	2,60	2,60

Fonte: INE; 2024 e 2025.

Olhando para a tabela acima podemos verificar que este aumento de população se deve a efeitos migratórios, pois o valor da taxa de crescimento efetivo é positivo devido à influência da taxa de crescimento migratório que serve para compensar em muito a negativa taxa de crescimento natural, que nos indica que os nascimentos no ano 2024 foram inferiores ao número de óbitos.

A elevada densidade populacional em comparação com as outras regiões mencionadas na tabela é resultado de Ílhavo ser um concelho litoral ajudado pela proximidade a um grande centro urbano (Aveiro). Em Portugal a maioria da população está distribuída pelo litoral do país.

No que concerne à taxa bruta de mortalidade podemos verificar que esta anda na mesma ordem de grandeza que a existente a nível nacional, sendo que Ílhavo apresenta um valor inferior.

Tal como o que acontece no resto do país, o concelho apresenta uma baixa taxa de renovação ativa da população, por cada 100 pessoas que sai do mercado de trabalho (pela reforma) apenas 77

peçoas iniciam a sua vida laboral, valores que estão inteiramente ligados ao envelhecimento da população e à baixa natalidade.

A relação de masculinidade no concelho espelha os valores nacionais com 92 homens por 100 mulheres.

A tabela de dados abaixo vem evidenciar mais uma vez o já falado anteriormente acerca do envelhecimento da população.

Tabela 6. Evolução dos índices de dependência da população, dos jovens e dos idosos de Ílhavo.

ANOS	2013	2017	2021	2024
Índice de dependência total (%)	48,5	51,4	54,4	54,2
Índice de dependência de jovens (%)	22,1	21,4	21,0	19,9
Índice de dependência de idosos (%)	26,4	30,0	33,4	34,3

Fonte: INE; 2024 e 2025.

Aqui podemos constatar que o aumento progressivo do índice de dependência total (mesmo com uma pequena diminuição em 2024) vem por um lado da diminuição da dependência dos jovens, mas em maior relevância do aumento da dependência dos idosos, que para muito contribui o aumento da esperança média de vida à nascença. Sofremos um aumento de 48,5% em 2013 para 54,2% em 2024 e ao analisar os outros dois índices podemos verificar que o que mais levou a esse aumento foi a passagem do índice de dependência dos idosos de 26,4% para 34,3%.

Tabela 7. Evolução da esperança média de vida à nascença em diversas unidades territoriais.

	2017 - 2019	2018 - 2020	2019 - 2021	2020 - 2022	2021 - 2023	2022 - 2024
Portugal	81,1	81,2	81,0	81,0	81,2	81,5
Continente	81,1	81,2	80,8	81,1	81,3	81,6
Região de Aveiro	81,3	81,4	81,1	81,5	81,6	81,8

Fonte: INE; 2025.

Podemos ver que, na região de Aveiro, a esperança média de vida à nascença subiu, progressivamente, de 81,3 anos em 2018 para 81,8 anos em 2023, e que a taxa bruta de natalidade em Ílhavo era 7,7‰ em 2014, teve um aumento até 9,2‰ em 2019 e voltou a descer até 6,8‰ em 2024.

Tabela 8. Evolução da taxa bruta de natalidade no concelho de Ílhavo.

ANOS	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Taxa bruta de Natalidade (‰)	7,7	9,1	8,4	8,4	8,2	9,2	8,5	8,1	7,9	7,3	6,8

Fonte: INE; Junho 2025.

Tabela 9. Índices relativos ao envelhecimento em diversas unidades territoriais.

	Índice de longevidade Nº (2024)	Esperança de vida aos 65 anos (2022-2024)	Índice de envelhecimento Nº (2024)	Índice de dependência de idosos (%)
Portugal	49,5	20,19	192,4	38,6
Continente	49,7	20,08	194,4	39,1
Centro	51,7	20,39	246,3	46,1
Região de Aveiro	49,0	20,59	196,4	38,1
Ílhavo	47,5	-	172,2	34,3

Fonte: Pordata e INE; Junho e Novembro (Esperança de vida aos 65 anos) 2025.

Ílhavo apresenta, no que diz respeito aos indicadores da população mais velha, valores mais baixos em vários índices comparativamente com todas as outras regiões indicadas na tabela. Da análise da tabela notamos que o concelho segue os padrões nacionais, com valores ligeiramente melhores. Com um índice de longevidade de 47,5 e inferior às outras regiões, significa que a percentagem de idosos com mais de 65 anos é maior face à percentagem de idosos com mais de 75 anos, fazendo com que o quociente do segundo pelo primeiro seja mais baixo em Ílhavo. Da mesma forma, podemos ver que o índice de envelhecimento em 2024, ou seja, a percentagem de idosos comparativamente aos jovens (14 anos ou menos), apesar de ser alta, é inferior à apresentada por outras unidades territoriais. Por cada 100 jovens existem 172 idosos. Valor que segundo a Pordata se situava em 2021 em 159.

Em baixo apresentamos os valores do número de residentes no concelho dos últimos anos por faixa etária e a pirâmide etária relativa à população residente à data dos censos de 2021.

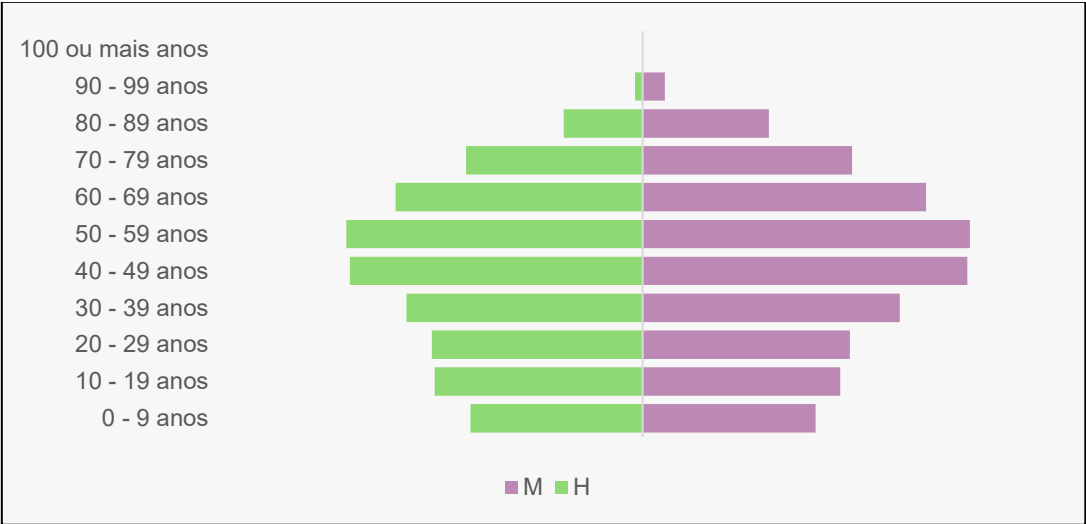
Tabela 10. Residentes do concelho de Ílhavo por faixa etária, 2021-2024.

	Total	0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 - 74	75 e mais
2021	40233	5474	4112	21949	4649	4049
2022	40938	5537	4186	22234	4808	4173
2023	42129	5579	4361	22887	4922	4380
2024	43210	5581	4447	23571	5046	4565

Fonte: INE; Junho 2025.

Ao olharmos a tabela podemos constatar que as faixas etárias com maior aumento de população em proporção do seu intervalo são as de 25-64 anos e dos 65-74 anos.

Gráfico 5. Pirâmide etária do concelho de Ílhavo, 2021.



Fonte: INE; 2024.

Tabela 11. População de Ílhavo por faixa etária.

	H	M
100 ou mais anos	1	2
90 - 99 anos	72	216
80 - 89 anos	763	1220
70 - 79 anos	1709	2027
60 - 69 anos	2389	2741
50 - 59 anos	2866	3168
40 - 49 anos	2833	3143
30 - 39 anos	2286	2489
20 - 29 anos	2039	2006
10 - 19 anos	2013	1913
0 - 9 anos	1664	1675

Fonte: INE; 2024.

Ao ler a tabela observa-se que o número de mulheres é predominantemente mais elevado, acentuando-se nos escalões etários mais avançados essa diferença.

Tal como já foi referenciado anteriormente neste documento, a evolução da natalidade no concelho de Ílhavo ao longo da última década acompanha, de forma bastante evidente, a tendência demográfica observada a nível nacional. Embora se tenham verificado algumas oscilações, como um

aumento até 2019 seguido posteriormente de um decréscimo, os valores mantiveram-se sempre baixos, refletindo o padrão nacional de baixa fecundidade e envelhecimento populacional.

Esta quebra recente, alinhada com o comportamento geral do país, evidencia a persistência de fatores estruturais que limitam o número de nascimentos que podem estar relacionados com instabilidade económica, adiamento da maternidade e paternidade ou a dificuldade em conciliar vida familiar com vida profissional.

Tabela 12. Evolução da natalidade em algumas unidades territoriais.

	2014	2016	2018	2020	2022	2024
Portugal	7,9	8,4	8,4	8,1	8,0	7,9
Continente	7,9	8,4	8,4	8,1	8,0	7,9
Região de Aveiro	7,5	7,9	7,9	7,7	7,5	7,2
Ílhavo	7,7	8,4	8,2	8,5	7,9	6,8

Fonte: INE; Junho 2025.

Como podemos verificar na tabela, o concelho de Ílhavo regista as mesmas tendências que as restantes sub-regiões apresentadas, porém com um valor mais baixo que as restantes no ano 2024.

A taxa de fecundidade geral mede o número de nados vivos num determinado período temporal por cada mil mulheres em idade fértil (15 anos – 49 anos). A tabela abaixo mostra-nos valores para algumas sub-regiões de Portugal.

Tabela 13. Indicadores sobre fecundidade em algumas unidades territoriais em 2024.

2024	Taxa de Fecundidade Geral (‰)	Índice Sintético de Fecundidade Nº	Taxa de Fecundidade na Adolescência (‰)	Idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho (em anos)
Portugal	37,9	1,40	6,0	30,7
Continente	38,1	1,41	5,9	30,7
Centro	34,9	1,31	5,0	30,9
Região de Aveiro	34,3	1,26	6,1	30,7
Ílhavo	31,6	-	-	-

Fonte: INE; Junho 2025.

Através dos dados apresentados podemos ver que Ílhavo apresenta valores muito abaixo ao nível da fecundidade. Em Portugal o número de nados vivos por mil mulheres em idade fértil é de quase 38 e em Ílhavo fica pelos 31,6.

Sobre os restantes indicadores na tabela, não existem dados com nível de detalhe relativo aos concelhos, e desse modo são apresentados os valores para a região de Aveiro. Em Portugal, o número de filhos por cada mulher ao longo da vida é de 1,4 e vem sempre reduzindo à medida que vamos diminuindo a dimensão da amostra apresentada, chegando a ser de 1,26 filhos por cada mulher na região de Aveiro. Ao nível da fecundidade na adolescência, os valores andam sincronizados em todas as regiões mencionadas com exceção da zona Centro com um valor mais baixo. Perto dos 31 anos é a idade média para o nascimento do primeiro filho em todas as zonas referidas.

Relativamente ao concelho de Ílhavo é possível analisar alguns dados num horizonte temporal de 10 anos acerca da evolução dos nados vivos e as características das respetivas mães.

Tabela 14. Evolução dos nados-vivos no concelho de Ílhavo.

		2014	2016	2018	2020	2022	2024
Nados Vivos	Total	295	323	317	334	322	292
Nados Vivos de acordo com a idade das mães	10 - 14 anos	0	0	0	0	0	0
	15 - 19 anos	9	8	9	6	2	5
	20 - 24 anos	40	40	34	33	24	17
	25 - 29 anos	56	68	60	71	84	59
	30 - 34 anos	113	126	112	105	86	97
	35 - 39 anos	62	65	82	98	96	86
	40 - 44 anos	15	16	19	21	28	25
	45 - 49 anos	0	0	1	0	2	1
	50 - 54 anos	0	0	0	0	0	2
	55 e mais anos	0	0	0	0	0	0
	Idade ignorada	0	0	0	0	0	0
Nados Vivos Nacionalidade da mãe	Portuguesa	281	313	304	310	280	236
	Estrangeira	14	10	13	24	42	56

Fontes INE: Abril 2025.

Nos últimos 10 anos, o município teve um aumento de nados vivos, voltando depois a descer até 2024 para 292, valor esse igual ao que existia em 2014.

Podemos ver que a maioria dos nascimentos se dão com mães entre os 30 e 40 anos, verificando-se a tendência da mulher ilhavense para ser mãe mais tarde.

Os dados também nos revelam uma tendência de descida do número de mães de nacionalidade portuguesa, em contrapartida e de maneira relevante, existe uma tendência de aumento do número de mães de outras nacionalidades. Estes resultados estão em concordância com os valores relativos à imigração, pois o aumento de mães estrangeiras está relacionado com a imigração. Assim, podemos prever que esta tendência é para se manter caso se mantenha também o aumento da imigração.

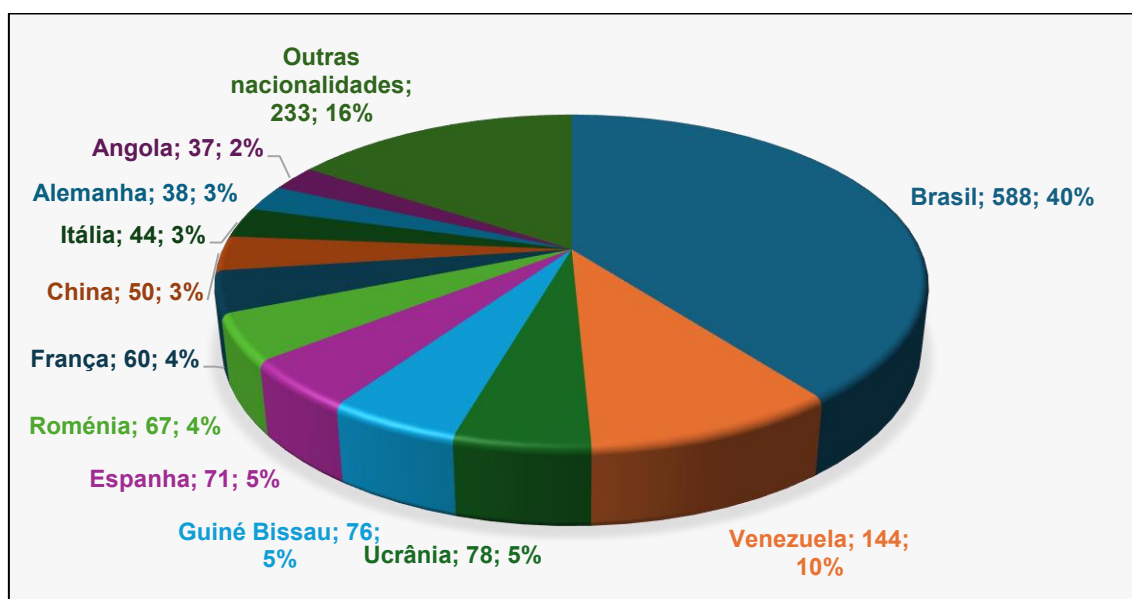
Apesar das variações pontuais, o concelho mantém uma natalidade reduzida, insuficiente para assegurar a renovação das gerações, o que contribui para o envelhecimento da população e para a manutenção de um saldo natural negativo.

Deste modo, a análise da natalidade em Ílhavo nos últimos dez anos revela não só a evolução dos nascimentos, mas também os desafios demográficos e sociais que o município enfrenta, enquadrando-se num cenário mais amplo que caracteriza Portugal como um dos países europeus com índices de fecundidade mais baixos.

Movimento da população

Ao abordar o crescimento migratório de Ílhavo, é fundamental analisar a população estrangeira com estatuto legal de residente. Segundo os dados do portal de estatística do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEFSTAT), em 2021, residiam 1.486 cidadãos estrangeiros com estatuto legal de residente em Ílhavo, o que correspondia a cerca de 4% da população do concelho.

Gráfico 6. População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Ílhavo por nacionalidade, 2021.

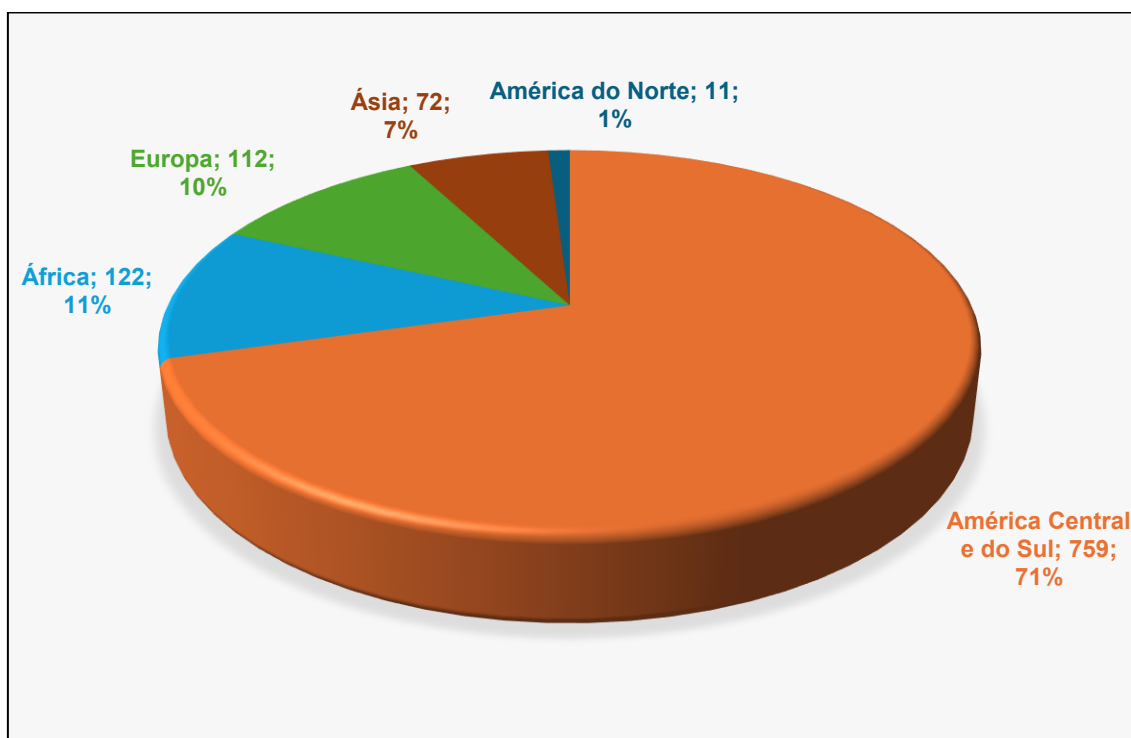


Fonte: SEFSTAT; Junho 2022.

Como o gráfico nos mostra, a população brasileira com estatuto legal de residente em Ílhavo em 2021, tem um peso de 40% no valor total. Em seguida estão as pessoas oriundas da Venezuela com segundo maior peso. No total existem residentes em Ílhavo oriundos de 58 nacionalidades diferentes, o que confere ao concelho uma característica multicultural.

Relativamente a pedidos de estatuto de residência, existem valores mais recentes referentes ao ano de 2023. Como está ilustrado no gráfico seguinte.

Gráfico 7. População estrangeira que solicitou estatuto de residente (N.º) por nacionalidade, em Ílhavo em 2023.



Fonte: SEFSTAT; Setembro 2024.

Como podemos verificar, a maioria dos pedidos de estatuto de residência provém da América Central e do Sul representando 71% dos pedidos efetuados, pedidos estes com uma grande prevalência de pessoas oriundas do Brasil, com 708 pedidos. Estes dados estão em conformidade com o que foi mostrado anteriormente e com o histórico do município, em que a comunidade brasileira tem uma grande expressão no território.

Síntese Interpretativa: elementos-chave

Ílhavo é um concelho litoral do distrito de Aveiro, com 73,47 km², morfologia plana e forte influência da Ria de Aveiro. Integra quatro freguesias: Ílhavo (São Salvador), Gafanha da Nazaré como polos urbanos e Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo.

O território combina áreas urbanas, industriais, agrícolas, florestais e zonas naturais sensíveis, exigindo equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade.

Apresenta vulnerabilidade a riscos climáticos, como erosão costeira, galgamentos oceânicos e cheias. O município assume a sustentabilidade como eixo estratégico da governação local.

Participa ativamente no Programa Eco-Escolas, envolvendo a comunidade educativa na educação ambiental. Dispõe de um Ecocentro Municipal que promove a recolha seletiva, valorização de resíduos e sensibilização ambiental.

Em 2024, foram geridas 23.850 toneladas de resíduos urbanos, com redução do envio para aterro e aumento da reciclagem e valorização orgânica. O concelho implementou a Estratégia e o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e integra a Rede Ecológica Nacional no PDM.

Ílhavo beneficia de uma localização geoestratégica, próxima de Aveiro e do Porto, com bons acessos rodoviários (A1, A25, A17 e N109).

Possui uma rede de ciclovias em crescimento, embora ainda pouco conectada e com limitações de segurança. Predomina o uso do automóvel individual, sendo os transportes públicos considerados pouco adequados em termos de horários e percursos. Identificam-se fragilidades na ligação às zonas industriais, no estacionamento e na mobilidade sustentável.

O concelho apresenta uma forte identidade marítima e industrial, com destaque para a pesca do bacalhau e a indústria cerâmica (Vista Alegre). O tecido económico é diversificado, integrando indústria, logística, comércio, serviços e turismo. O turismo assume crescente relevância, associado às praias da Barra e da Costa Nova e ao património cultural. Regista uma taxa de desemprego relativamente baixa. O tecido empresarial é maioritariamente composto por microempresas e empresas individuais, concentradas nas freguesias mais populosas.

A população residente tem aumentado, atingindo 43.210 habitantes em 2024, com elevada densidade populacional. O crescimento populacional é assegurado sobretudo pela imigração, compensando o saldo natural negativo.

O concelho enfrenta um processo de envelhecimento demográfico, com mais de 22% da população com 65 ou mais anos. Observa-se uma diminuição da população jovem e um aumento da dependência dos idosos. A natalidade mantém-se baixa, com fecundidade inferior à média nacional e maternidade cada vez mais tardia, com um número crescente de nascimentos de mães estrangeiras.

A população migrante tem vindo a crescer e apresenta elevada diversidade, com destaque para população de origem brasileira.

Apesar de indicadores ligeiramente mais favoráveis do que outras regiões, Ílhavo enfrenta desafios estruturais associados ao envelhecimento, à baixa renovação geracional e à pressão sobre os serviços sociais.

2. Habitação e Condições de Vida

A habitação e as condições de vida são fatores essenciais para o bem-estar e a qualidade de vida da população. O acesso a uma habitação adequada, segura e com condições dignas tem um impacto direto no dia a dia das famílias e no desenvolvimento equilibrado do território.

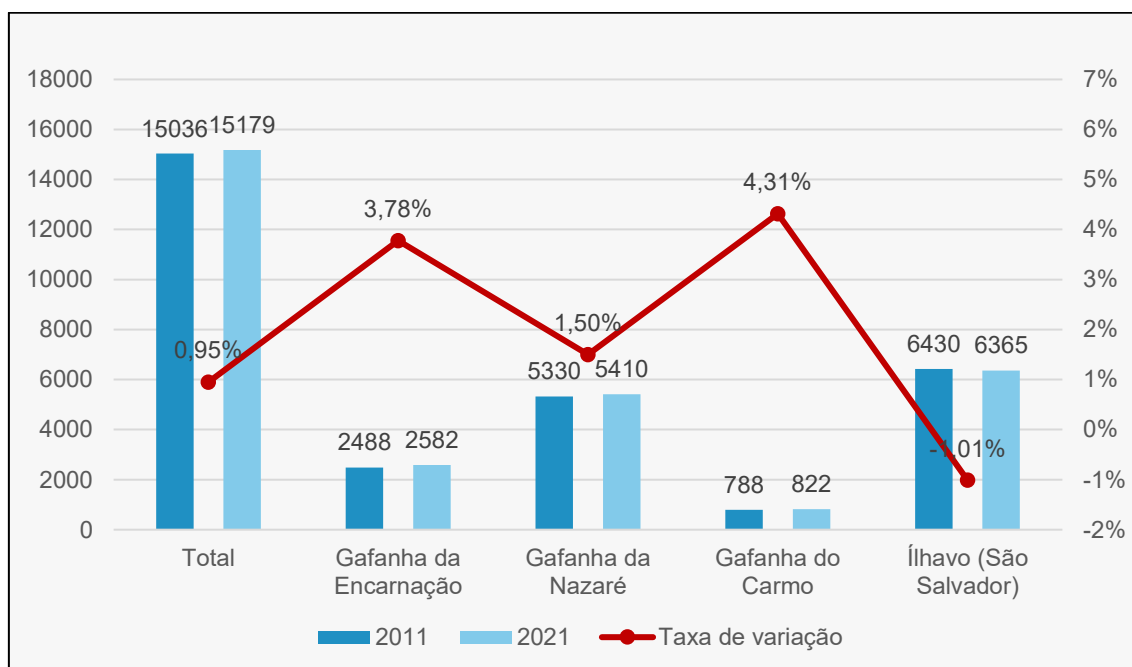
2.1. Análise da Habitação no Concelho

A análise destas áreas permite compreender a realidade habitacional e social atual, constituindo uma base fundamental para a definição de estratégias e políticas futuras. Conhecer a situação existente é, assim, indispensável para apoiar o planeamento e a tomada de decisões que visem a melhoria contínua das condições de vida no concelho. Este diagnóstico pretende, assim, fornecer uma visão global da realidade habitacional e social do concelho, constituindo um instrumento de apoio ao planeamento e à intervenção social.

Para esta análise iremos recorrer aos dados relativos à habitação no concelho recolhidos nos censos 2011 e 2021 fornecidos pelo INE.

Havia no concelho de Ílhavo em 2021 um total de 15179 edifícios, valor que estava distribuído pelo território como podemos ver abaixo.

Gráfico 8. Número de edifícios em Ílhavo e taxa de variação (%), censos 2011 e 2021.

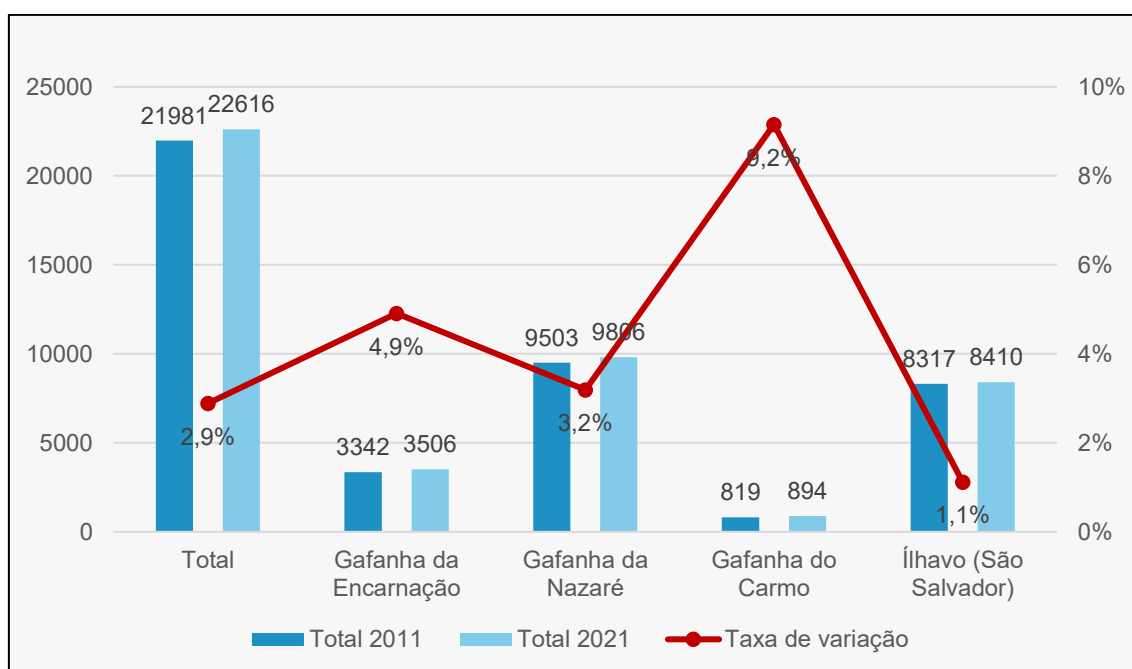


Fonte: INE; Novembro 2022.

Ao olharmos para o gráfico podemos verificar que todas as freguesias tiveram um aumento no número de edifícios relativo a 2011 com exceção de São Salvador, que diminuiu. O concelho teve um aumento de 1% no total dos edifícios, com a Gafanha da Encarnação a ter uma maior fatia em termos absolutos nesse aumento (94 edifícios). No que respeita à variação relativa dentro de cada freguesia, a Gafanha da Encarnação e a Gafanha do Carmo registaram os maiores aumentos com respetivamente 3,78% e 4,31% em comparação com 2011.

No que diz respeito a alojamento, à data dos censos de 2021, o concelho tinha 22616 alojamentos. Abaixo mostramos a sua distribuição e comparação com os censos anterior.

Gráfico 9. Número de alojamentos em Ílhavo e taxa de variação (%), censos 2011 e 2021.



Fonte: INE; Dezembro 2021.

No seguimento do que se verificou no número de edifícios, o número de alojamentos sofreu um aumento de 2011 para 2021, também aqui com as freguesias da Gafanha da Encarnação e do Carmo com maior evolução. A Gafanha da Nazaré foi a maior contribuidora para esse aumento e ao contrário do que vimos no gráfico anterior, a freguesia de Ílhavo (São Salvador) também aumentou.

A sua distribuição por tipo é a seguinte:

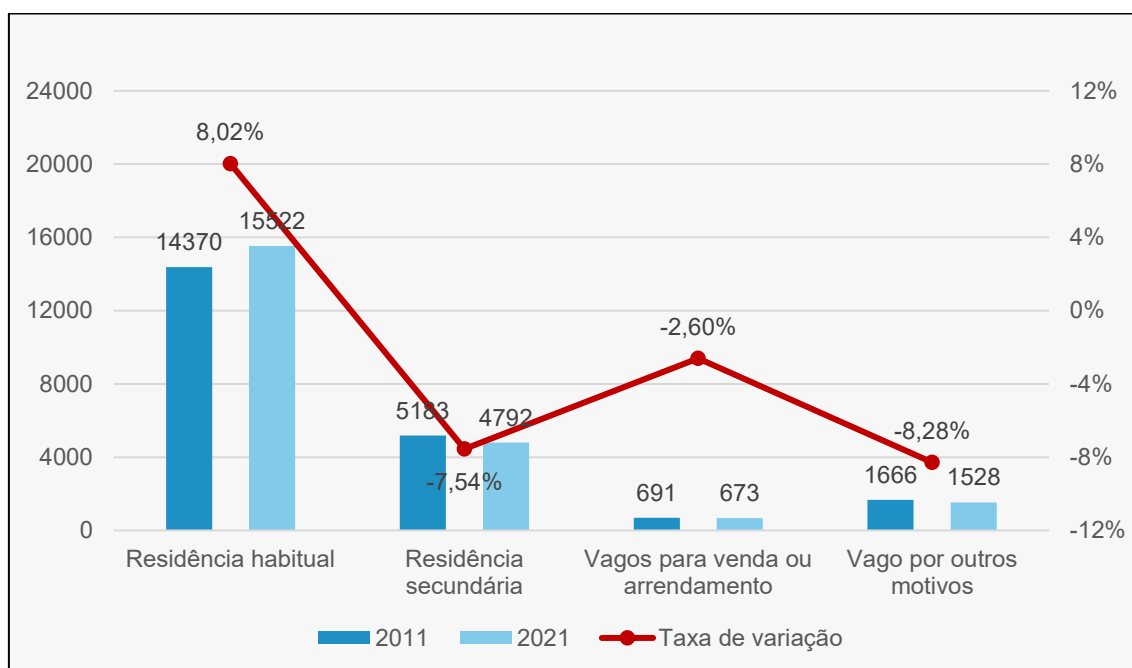
Tabela 15. Tipo de alojamento em Ílhavo por freguesias, censos 2011 e 2021.

	2011			2021		
	Alojamentos familiares		Alojamentos coletivos	Alojamentos familiares		Alojamentos coletivos
	Clássicos	Não Clássicos		Clássicos	Não Clássicos	
Total	21910	45	26	22515	84	17
Gafanha da Encarnação	3324	14	4	3505	0	1
Gafanha da Nazaré	9477	15	11	9800	1	5
Gafanha do Carmo	812	6	1	885	8	1
Ílhavo (São Salvador)	8297	10	10	8325	75	10

Fonte: INE; Dezembro 2021.

De acordo com os dados recolhidos em Dezembro de 2025 no INE, datados de 2021, os alojamentos clássicos podem ser classificados de acordo com a sua forma de ocupação. O gráfico seguinte mostra a distribuição dessa caracterização no concelho.

Gráfico 10. Alojamentos familiares clássicos em Ílhavo de acordo com a forma de ocupação e taxa de variação (%), censos 2011 e 2021.

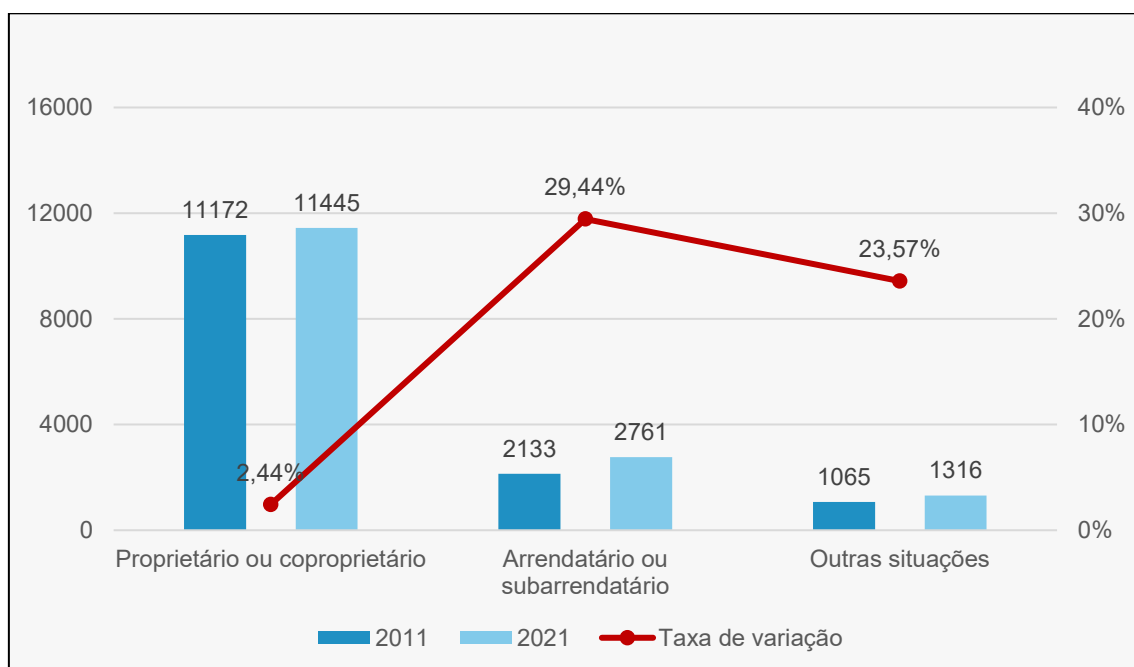


Fonte: INE; Dezembro 2021.

Do gráfico podemos notar que o número de residências habituais em 2021 subiu 8% relativamente aos censos de 2011. O número de residências secundárias diminuiu, assim como os alojamentos vagos. Isto significa que mais pessoas estão a usar a residência como residência habitual do que antigamente, podendo querer dizer que mais pessoas estão a procurar o concelho como local para viver e o número de pessoas que obtém alojamentos em Ílhavo como residência de férias está a diminuir.

Os alojamentos clássicos classificados como residência habitual podem ter diferentes tipos de regime de ocupação. Vamos em seguida verificar como se distribuem as residências habituais relativamente a este aspeto, comparando os dados dos censos de 2021 com os censos de 2011.

Gráfico 11. Alojamentos familiares clássicos classificados como residência habitual em Ílhavo de acordo com o regime de ocupação e taxa de variação (%), censos 2011 e 2021.

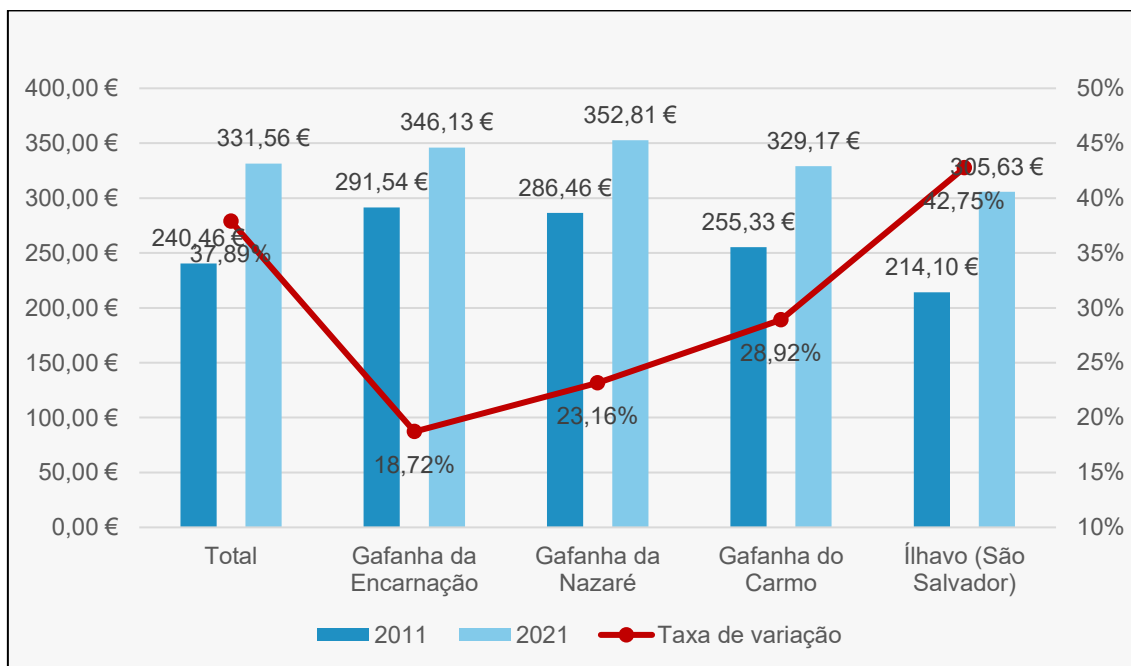


Fonte: INE; Dezembro 2021.

O que mais contribuiu para o aumento do número de residências usadas como residência habitual foram os arrendamentos, com um aumento de 628 arrendamentos registados relativamente a 2011, equivalente a um aumento de quase 30%. Isto conjugado com o que vimos no Gráfico 10 pode indicar que a redução do número de casas vagas e de segunda residência, conjugado com novos alojamentos foram direcionadas para o mercado de arrendamento.

Tendo sido o setor do arrendamento o que teve mais mudanças a este nível, podemos analisar a evolução do valor médio das rendas usando dados fornecidos pelo INE relativos aos censos 2011 e 2021. O gráfico abaixo mostra os valores médios das rendas no concelho.

Gráfico 12. Evolução do valor médio mensal das rendas nas freguesias de Ílhavo e taxa de variação (%), censos 2011 e 2021.



Fonte: INE; censos 2011 (Janeiro 2013) e censos 2021 (Dezembro 2021).

O valor médio das rendas aumentou no concelho 38% entre 2011 e 2021, sendo que a freguesia de Ílhavo (São Salvador) foi a que registou maior aumento de valor com perto de 43% e a freguesia com menor aumento foi a Gafanha da Encarnação.

No entanto, o valor médio mensal mais elevado encontra-se na freguesia da Gafanha da Nazaré, seguido da Gafanha da Encarnação, Gafanha do Carmo e por último a freguesia de Ílhavo (São Salvador).

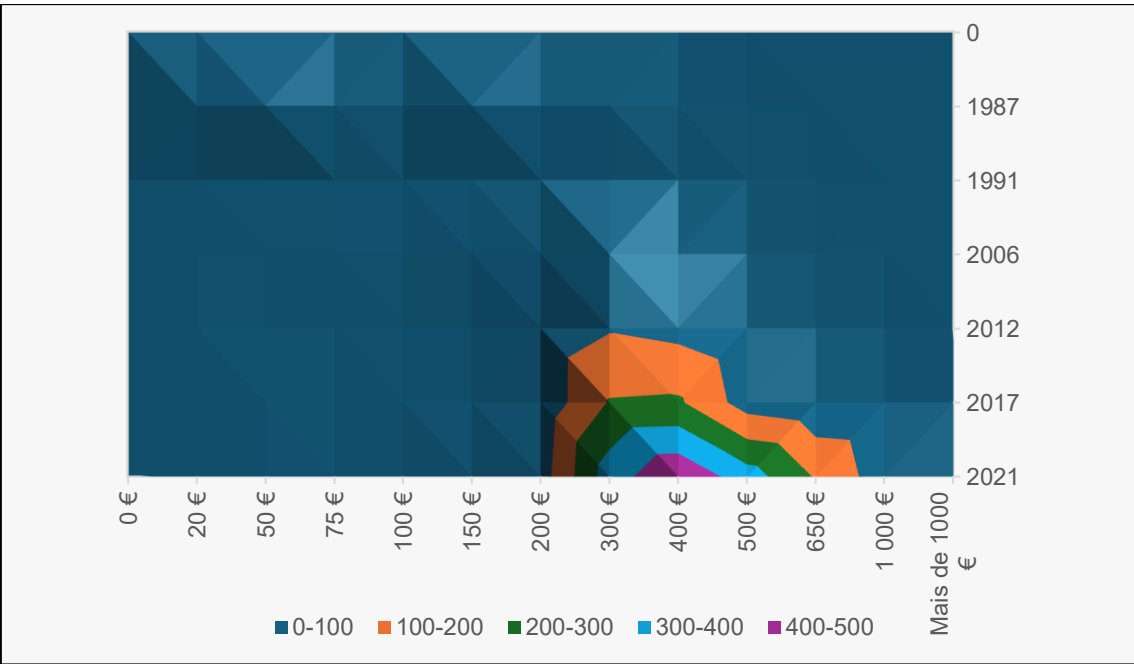
Acerca do arrendamento, pode ainda ser visto a distribuição do valor mensal das rendas à data dos censos de 2021 por escalão do valor mensal da renda e a época de celebração do contrato de arrendamento.

Tabela 16. Valor mensal das rendas em Ílhavo, à data dos censos 2021, por escalão do valor mensal da renda e época de celebração do contrato de arrendamento.

Censos 2021	Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual						
	Época de Celebração do contrato						
	Total	Antes 1987	Entre 1987 e 1990	Entre 1991 e 2005	Entre 2006 e 2011	Entre 2012 e 2016	Entre 2017 e 2021
Total	2761	219	37	173	235	567	1530
Menos de 20 €	54	33	3	3	5	4	6
20 a 49,99 €	75	50	3	5	3	7	7
50 a 74,99 €	42	26	4	6	1	2	3
75 a 99,99 €	29	14	2	4	2	4	3
100 a 149,99 €	98	43	6	15	6	9	19
150 a 199,99 €	173	23	8	27	30	31	54
200 a 299,99 €	753	24	7	70	92	207	353
300 a 399,99 €	807	5	2	32	69	214	485
400 a 499,99 €	430	0	2	7	18	55	348
500 a 649,99 €	223	1	0	3	8	20	191
650 a 999,99 €	54	0	0	1	0	7	46
1000 € ou mais	23	0	0	0	1	7	15

Fonte: INE; Março 2024.

Gráfico 13. Valor mensal das rendas em Ílhavo, à data dos censos 2021, por escalão do valor mensal da renda e época de celebração do contrato de arrendamento.



Fonte: INE; Março 2024.

Como podemos notar pela tabela e pelo gráfico, a maioria das rendas situa-se entre o valor de 200€ e 500€ e estão mais relacionadas com contratos mais recentes. Observa-se que para contratos após 2017 já existem 191 casos de rendas com valor entre os 500€ e os 650€. De referir que aqui estão representados os contratos existentes em 2021 com data de celebração nestes intervalos definidos, assim sendo, é natural que existam poucos contratos com datas mais antigas e maior número de contratos com datas recentes, neste caso o último intervalo, à data dos dados, são contratos entre 2017 e 2021. Isto não reflete a quantidade de contratos feitos nesses intervalos, mas sim a quantidade de contratos feitos nesses intervalos que ainda se mantêm à data dos censos 2021. É natural que novos contratos tenham valores de rendas mais altos, porém é um dado preocupante o facto de, no último período na tabela, já existirem quase 200 contratos com valor entre os 500€ e os 650€ e 45 casos de contratos entre os 650€ e os 1000€, algo que pode ajudar a indicar, acompanhando a tendência nacional, a possibilidade de um problema com a habitação no concelho.

Relativamente ao arrendamento, existe a informação fornecida pelas equipas da Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo e do CASCI à Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde (DDSS) da Câmara Municipal de Ílhavo (CMI), de que foram identificadas 76 situações sem emissão de recibos de renda. Destes, existe a confirmação de que 26 não possuem contrato de arrendamento. Os restantes podem ter contrato, mas a situação não estar regularizada e os contratos não estarem registados na Autoridade Tributária devidamente, pelo que se conclui que as 76 situações têm irregularidades.

Se estudarmos o nível de remuneração das pessoas do concelho podemos ficar com uma ideia sobre o peso que a habitação tem nos orçamentos das pessoas.

Os dados do INE atualizados em Abril de 2025 referente ao ganho médio mensal de acordo com o nível de escolaridade pode ser visto abaixo na tabela.

Tabela 17. Ganho médio mensal (€) em Ílhavo de acordo com o nível de escolaridade.

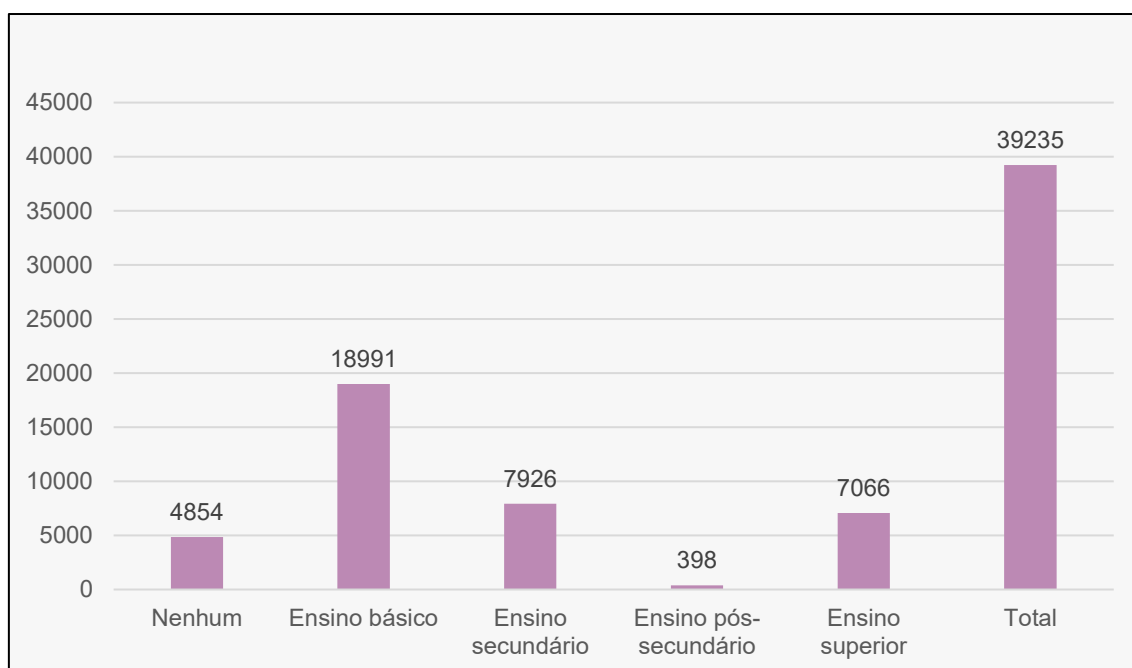
	2021	2022	2023
Inferior ao 1.º ciclo	789,27	824,22	907,10
1.º ciclo do ensino básico	996,75	1039,72	1107,33
2.º ciclo do ensino básico	1091,12	1121,49	1206,25
3.º ciclo do ensino básico	1044,51	1079,79	1196,46
Ensino secundário	1122,93	1167,35	1248,00
Curso técnico superior profissional	2297,99	1442,78	1272,89
Bacharelato	1699,79	1972,60	1955,60
Licenciatura	1711,96	1794,60	1913,48
Mestrado	1846,85	1998,73	2048,40
Doutoramento	2195,74	2536,08	3363,51

Fonte: INE; Abril 2025.

Os valores acima são a remuneração bruta média que um trabalhador recebe por mês, incluindo salário base, subsídios (férias, Natal, alimentação) e horas extras, dividido pelo número de meses (geralmente 14).

Para ter um melhor enquadramento é necessário abordar a distribuição da população de Ílhavo relativamente ao nível de escolaridade.

Gráfico 14. População residente de Ílhavo de acordo com o nível de escolaridade, censos 2021.



Fonte: INE; Novembro 2022.

Olhando para estes dados sobre a população do concelho, fornecidos pelo INE e referentes aos censos 2021, podemos ver que 31.771 pessoas não têm mais do que o ensino secundário completo, isto equivale a 80% da população do concelho. Isto significa que ao olharmos para a tabela anterior podemos concluir que 80% da população do concelho não ganha mais do que 1.250€ brutos.

Neste contexto, rendas mensais entre os 500€ e os 650€ podem representar cerca de 40% a 50% do rendimento bruto mensal da maioria dos trabalhadores, e valores acima dos 650€ ultrapassam largamente os limites geralmente considerados sustentáveis para o esforço financeiro com habitação. Tal situação aumenta o risco de sobrecarga financeira das famílias, reduz a capacidade de resposta a outras despesas essenciais e pode contribuir para fenómenos de precariedade habitacional.

Adicionalmente, a existência de 76 situações, conhecidas pelos serviços de ação social, de arrendamento com irregularidades, incluindo 26 casos sem contrato, sugere que a pressão no mercado de habitação pode estar a empurrar parte da população para soluções informais ou ilegais, agravando a vulnerabilidade social e dificultando a intervenção pública.

Em conclusão, a conjugação entre o aumento das rendas nos contratos mais recentes e o nível médio de remuneração da maioria da população de Ílhavo indica um desfasamento crescente entre os

preços da habitação e a capacidade económica dos residentes. Este cenário, alinhado com a tendência nacional, aponta para um potencial problema estrutural no acesso à habitação no concelho, justificando a necessidade de monitorização contínua e de políticas públicas que promovam o acesso a habitação digna e financeiramente comportável.

2.2. Histórico das Principais Medidas na Área da Habitação no Concelho

No domínio da habitação, o Município tem vindo a desenvolver diversas políticas habitacionais, incluindo habitação pública, conservação do parque habitacional, habitação a custos controlados e, mais recentemente, apoios ao arrendamento no mercado privado e à aquisição de habitação, bem como apoio à melhoria das condições de habitabilidade e a situações de crise.

Atualmente, o Município de Ílhavo dispõe de 40 fogos, dos quais 35 se encontram em regime de arrendamento apoiado, com acompanhamento social, registando-se a existência de cinco fogos desocupados. Ao longo do tempo, parte do parque habitacional inicialmente destinado ao arrendamento foi vendido a custos controlados, reduzindo a oferta pública disponível.

Abaixo apresenta-se uma tabela retirada do Relatório N.º1 de 2024 da DDSS da CMI.

Tabela 18. Construções por parte do Município para venda e arrendamento ao longo das décadas.

Tipo de habitação	Década de construção	Localização	Nº de Fogos
Venda a custos controlados	1980	Lagoa, S. Salvador	11
Arrendamento	1980	Lagoa, S. Salvador	39
Arrendamento	1980 a 1990	Dispersas pelo Município	14
Venda a custos controlados	1990	Bebedouro, Gafanha da Nazaré	18
Arrendamento	1990	Bebedouro, Gafanha da Nazaré	12
Arrendamento	2000	Lagoa, S. Salvador	6
Venda a custos controlados	2000	Lagoa, S. Salvador	39
Venda a custos controlados	2000	Ílhavo	6
Arrendamento	2009	Avenida dos Bacalhoeiros	6

Fonte: Relatório N.º1 de 2024 da DDSS da CMI.

Foram construídos 74 imóveis para venda entre 1980 e 2000 e construídos 77 imóveis para arrendamento entre 1980 e 2009, dos quais 38 foram posteriormente vendidos, por solicitação dos residentes, sob o regime de propriedade resolúvel. Uma das construções arrendadas foi reconvertida em espaço para utilização por uma Associação Municipal.

Face à realidade atual, torna-se importante reavaliar e reforçar as estratégias na área da habitação, promovendo soluções que permitam responder de forma mais rápida e eficaz às necessidades

existentes, nomeadamente através do arrendamento apoiado no mercado privado. Neste âmbito, encontra-se em funcionamento o Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados (FMAFIC), que integra medidas de apoio ao arrendamento, à aquisição de habitação, à realização de obras, ao pagamento de quotas de condomínio e ao apoio nas despesas de água, saneamento e resíduos sólidos, que são implementadas em parceria com as IPSS do concelho.

Esta medida pretende promover a inclusão social e territorial e permitir que as pessoas tenham mais opções de habitação. Aposta em soluções integradas e participativas, com maior proximidade e acompanhamento das populações mais desfavorecidas, incluindo pessoas em situação de desemprego ou com rendimentos intermédios. O objetivo é garantir o acesso à habitação sem que isso represente um peso excessivo no orçamento familiar (informação sobre FMAFIC mais detalhado no capítulo - 12. Respostas e Recursos de Apoio Social).

A medida tem áreas de intervenção bem definidas, bem como critérios de elegibilidade, direitos, deveres e procedimentos claros. Pretende-se, assim, contribuir para o desenvolvimento social efetivo, através de uma intervenção social ativa e preventiva.

2.3. Condições de Vida e Infraestruturas Básicas

O abastecimento público de água, o saneamento de águas residuais urbanas e a gestão de resíduos sólidos urbanos são serviços públicos essenciais. Estes serviços são fundamentais para o bem-estar da população, a saúde pública, a segurança coletiva, o desenvolvimento económico e a proteção do ambiente.

As melhorias nas condições dos alojamentos familiares têm impacto na qualidade de vida da população. Neste campo, destacam-se, em particular, os investimentos realizados nos últimos anos ao nível do saneamento público, sobretudo nas freguesias da Gafanha da Nazaré e da Gafanha da Encarnação.

O cuidado com o ambiente e a prevenção são essenciais, por isso, tal como já foi abordado anteriormente neste documento na caracterização do território, o Município tem investido na sensibilização para a reciclagem e na correta gestão dos resíduos, desde a infância até à idade adulta.

Este trabalho começa nas escolas, através do programa Eco-Escolas, e estende-se à população adulta, com ações de sensibilização em festivais e no setor da restauração, através do programa Eco Restaurante.

Atualmente, o concelho dispõe de 232 conjuntos de ecopontos, o que corresponde a cerca de 1 ecoponto por cada 169 habitantes, superando a meta definida pela União Europeia, que é de 1 ecoponto por cada 500 habitantes. Existem ainda 5 vidrões, 29 oleões e 25 roupeiros.

Destacam-se também várias ações no âmbito da Política Municipal de Ambiente, desenvolvidas em conjunto com a comunidade, com o objetivo de proteger e melhorar o ambiente. Recentemente, o Município adotou uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, através da elaboração do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Ílhavo.

2.4. Estratégia Local de Habitação

Atualmente, encontra-se em elaboração a revisão da Estratégia Local de Habitação, com o objetivo de atualizar o diagnóstico e ajustar as respostas às necessidades habitacionais do concelho.

O diagnóstico realizado, referente à Estratégia Local de Habitação que está em vigor, aprovada em 2022, identificou 146 agregados familiares em situação de carência habitacional. Destes, 24 são beneficiários diretos, enquanto os restantes 122 terão as suas soluções habitacionais asseguradas pela Câmara Municipal de Ílhavo.

No âmbito do programa 1.º Direito, foram definidas várias soluções habitacionais, combinando diferentes tipos de intervenção. Estas incluem a reabilitação de frações ou edifícios habitacionais, a aquisição de casas ou prédios para fins habitacionais, a compra de imóveis degradados seguida da sua reabilitação, a construção de novos edifícios habitacionais e a aquisição de terrenos para a construção de habitação a custos controlados.

Como resposta a esta Estratégia, foram adquiridos dois fogos de tipologia T3, na freguesia da Gafanha da Nazaré, que já se encontram atribuídos a agregados familiares, no âmbito do concurso de habitação pública realizado entre 27 de Março e 9 de Abril de 2024.

Foram ainda adquiridos dois terrenos, um na Gafanha da Encarnação e outro na Gafanha da Nazaré, destinados à construção de 64 novos fogos. Foi adquirido um edifício na Gafanha da Nazaré em reabilitação habitacional com fim para 8 fogos, perfazendo um total de 72 fogs para habitação.

Síntese Interpretativa: elementos-chave

O Município registou um **aumento do número de edifícios em 1%** de 2011 (15036) para 2021 (15179), com maior contributo na Gafanha da Encarnação e registou também um **aumento do número de alojamentos em 3%** de 2011 (21981) para 2021 (22616), com maior influência da Gafanha da Nazaré.

Verificou-se um **aumento do número de alojamentos clássicos para residência habitual em 8%** e diminuição nas restantes categorias, segunda habitação e vagos. Este **aumento direcionou-se mais para o arrendamento** que registou um **aumento de 30%** de 2011 para 2021.

O **valor médio mensal das rendas subiu 38%** de 2011 (240€) para 2021 (331€), com o maior aumento verificado em Ílhavo (São Salvador) com 43%. **A maioria das rendas situa-se entre os 200-500€**, mas já há quantidades consideráveis no escalão 500-650€ e 650-1000€ de valor de renda mensal.

Foram registadas situações irregulares de arrendamento no concelho.

Tendo em conta a escolaridade da população, temos 80% da população com rendimentos brutos mensais inferiores 1250€, o que pode fazer com que **a habitação tenha um grande peso nas despesas mensais, 40-50%**.

Existe um **desfasamento crescente entre os preços da habitação e a capacidade económica**, acompanhando a tendência nacional, há potencial para um problema estrutural no acesso à habitação.

Ente 1980 e 2009, o Município construiu 77 imóveis para arrendamento e 74 para venda. A estes, somam-se em 2024 72 fogos para fins habitacionais, providenciados pela Câmara Municipal.

A existência do **programa FMAFIC** para apoio a arrendamento, aquisição de habitação, realização de obras, ajuda ao pagamento do condomínio, apoio a despesas de água, saneamento e resíduos, implementadas em parceria com IPSS do concelho. O programa serve para **tentar garantir o acesso à habitação** sem que isso represente um peso excessivo no orçamento das pessoas.

É importante a melhoria das condições de abastecimento de água, saneamento de águas residuais, gestão dos resíduos e das infraestruturas de saneamento do concelho.

Existe uma **sensibilização da população em relação ao ambiente com programas como Eco-Escolas** e com a cobertura de ecopontos, oleões, vidrões e roupeiros existentes.

O Município adotou uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, através da **elaboração** do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Ílhavo (**PMAACI**).

A **revisão da Estratégia Local de Habitação está em elaboração**, com situações diagnosticadas de carência habitacional. A **Estratégia em vigor incorpora o programa nacional 1º Direito** com algumas medidas de intervenção como: reabilitação de frações ou edifícios habitacionais, aquisição de casas para fins habitacionais, compra de imóveis degradados para reabilitação, aquisição de terrenos e construção de novos edifícios a custos controlados. Existem já no Município alguns exemplos práticos desta atuação.

3. Educação e Formação

A educação é a base de formação de Capital Humano, devendo ser incentivada e promovida num território que se pretende desenvolvido. Implica, não só, o crescimento económico, mas também, o progresso social, a diminuição das desigualdades sociais e cuidados com o meio ambiente, passando a integrar a transformação sociocultural como um fator essencial no progresso global e coerente com as comunidades e necessidades humanas.

Em Portugal a Educação Escolar contempla o Pré-escolar, Ensino Básico, Secundário, Superior e ainda Educação e Formação de Adultos.

Educação Pré-Escolar – destina-se a crianças com idade compreendida entre os 3 e os 5 anos, tendo como objetivo contribuir para o seu desenvolvimento, estabilidade, segurança, integração e participação;

Ensino Básico – destina-se a alunos a partir dos 6 anos de idade e compreende 9 anos de escolaridade divididos em três ciclos (1.º, 2.º e 3.º CEB);

Ensino Secundário – integra 3 anos de escolaridade e organiza-se em diferentes cursos, a fim de promover o desenvolvimento de competências para continuar os estudos ou para inserção no mercado de trabalho;

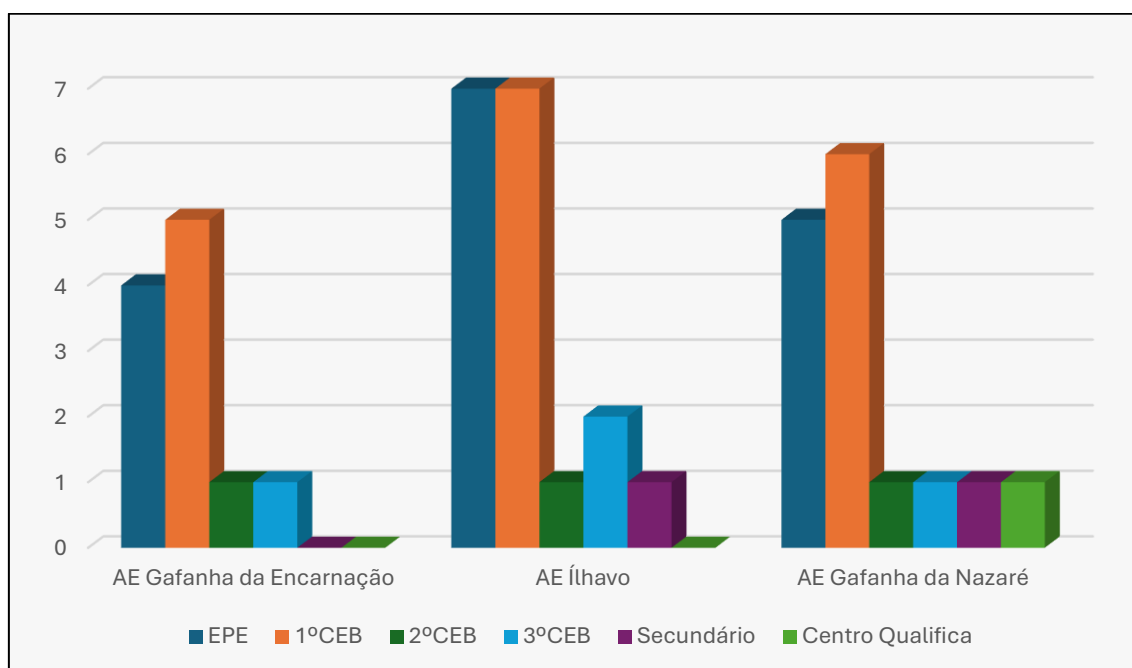
Ensino Superior-compreende o ensino universitário e o ensino politécnico e destina-se a alunos qualificados com o ensino secundário completo ou equivalente.

3.1. Oferta Educativa no Município

3.1.1. Rede Educativa Pública

O concelho de Ílhavo apresenta uma Rede Educativa Pública constituída por três unidades orgânicas – Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação, Agrupamento de Escolas de Ílhavo e Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré às quais se associam distintos equipamentos educativos e respostas diferenciadas. Adicionalmente, o concelho de Ílhavo, dispõe de dez estabelecimentos que integram a Rede Privada e Solidária. Assim, no ano letivo de 2023/2024, a rede escolar de Ílhavo contempla um total de 35 estabelecimentos de ensino, sendo que 25 integram a rede pública e 10 encontram-se afetos à rede privada e solidária.

Gráfico 15. Oferta educativa pública no concelho por ensino, no ano letivo 2023/2024.



Fonte: CMI; 2025.

Tabela 19. Equipamentos e respostas do Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação.

Rede Educativa Pública		
Freguesia	Equipamento	Respostas
AE da Gafanha da Encarnação	EB Gafanha da Encarnação - Norte	EPE e 1ºCEB
	EB Gafanha da Encarnação - Sul	EPE e 1ºCEB
	Jl Gafanha do Carmo	EPE
	Jl Gafanha da Encarnação - Centro	EPE
	EB Costa Nova do Prado	1ºCEB
	EB Gafanha da Encarnação - Centro	1ºCEB
	EB Gafanha do Carmo	1ºCEB
	EB Gafanha da Encarnação	2ºCEB e 3ºCEB

Fonte: CMI; 2025.

Atualmente, o Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação é constituído por oito equipamentos educativos, distribuídos pelas freguesias da Gafanha do Carmo e Gafanha da Encarnação, tendo assim respostas ao nível da Educação Pré-Escolar (EPE) até ao 3º ciclo do Ensino Básico. A Escola Básica da Gafanha da Encarnação constitui a sede deste Agrupamento de Escolas.

Tabela 20. Equipamentos e respostas do Agrupamento de Escolas de Ílhavo (São Salvador).

Rede Educativa Pública		
Freguesia	Equipamento	Respostas
AE de Ílhavo	EB Chousa Velha	EPE e 1ºCEB
	EB Presa	EPE e 1ºCEB
	EB Senhora do Pranto	EPE e 1ºCEB
	EB Vale de Ílhavo	EPE e 1ºCEB
	EB Corgo Comum	EPE e 1ºCEB
	EB Ílhavo	EPE e 1ºCEB
	ES Dr. João Carlos Celestino Gomes	3ºCEB (8º/9º) e secundário
	EB José Ferreira Pinto Basto	2º CEB e 3ºCEB (só 7ºano)
	EB Gafanha de Aquém	EPE e 1ºCEB

Fonte: CMI; 2025.

O Agrupamento de Escolas de Ílhavo é composto por nove equipamentos educativos, restritos à freguesia de Ílhavo (S. Salvador), tendo respostas desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário e Profissional. A sede deste Agrupamento é a Escola Secundária Dr. João Celestino Gomes.

Tabela 21. Equipamentos e respostas do Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré.

Rede Educativa Pública		
Freguesia	Equipamento	Respostas
AE da Gafanha da Nazaré	EB Marinha Velha	EPE e 1ºCEB
	EB Chave	EPE e 1ºCEB
	EB n.º1 de Cale da Vila	EPE e 1ºCEB
	EB n.º2 de Cale da Vila	EPE e 1ºCEB
	EB Cambeia	EPE e 1ºCEB
	ES Gafanha da Nazaré	3ºCEB, secundário e Centro Qualifica
	EB Professor Fernando Martins	2ºCEB
	EB Farol da Barra	1ºCEB

Fonte: CMI; 2025.

O Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré é composto por oito equipamentos educativos, inseridos na Freguesia da Gafanha da Nazaré, incluindo respostas desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário (Cursos Científicos-Humanísticos e Cursos Profissionais), e ainda o Centro Qualifica. A sede deste Agrupamento de Escolas é a Escola Secundária da Gafanha da Nazaré.

Tabela 22. Distribuição da rede pública de jardins de infância e agrupamentos de escolas do concelho de Ílhavo.

	Jardim de Infância	1ºciclo	2º/3º ciclo	Secundário	Número de Escolas da Rede Educativa Pública
AE da Gafanha da Encarnação	4	5	1	0	8
AE de Ílhavo	7	7	2	1	9
AE da Gafanha da Nazaré	5	6	2	1	8

Fonte: CMI; 2025.

No que respeita à educação pré-escolar, verifica-se uma presença significativa de jardins de infância nos três agrupamentos, com um total de 16 estabelecimentos, sendo o AE de Ílhavo o que apresenta maior número (7 jardins de infância), seguindo-se o AE da Gafanha da Nazaré (5) e o AE da Gafanha da Encarnação (4).

Relativamente ao 1.º ciclo do ensino básico, há existência de 18 escolas, com maior expressão no AE de Ílhavo (7 escolas) e no AE da Gafanha da Nazaré (6), seguido do AE da Gafanha da Encarnação (5).

No que concerne aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, a rede pública apresenta um total de 5 escolas, distribuídas pelos três agrupamentos, garantindo a continuidade do percurso escolar no concelho. O ensino secundário encontra-se assegurado em dois agrupamentos (AE de Ílhavo e AE da Gafanha da Nazaré), inexistindo esta oferta no AE da Gafanha da Encarnação.

Importa salientar que o número de escolas não corresponde à soma dos diferentes ciclos de ensino, uma vez que, no mesmo estabelecimento, podem ser lecionados mais do que um ciclo, refletindo uma organização integrada da rede educativa.

3.1.2. Rede Educativa Privada e Solidária

O domínio da rede educativa Privada e Solidária verifica-se apenas na resposta de creche e no ensino pré-escolar.

Tabela 23. Rede Educativa Privada e Solidária.

Rede Educativa Privada e Solidária (Pré-Escolar)		
Gafanha da Encarnação	Gafanha da Nazaré	Ílhavo (São Salvador)
Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação	Centro Infantil da Gafanha da Nazaré- Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo	Centro Infantil da Lagoa - Santa Casa Misericórdia de Ílhavo
	Jardim de Infância da Obra da Providência	Centro Infantil de Ílhavo - Santa Casa da Misericórdia Ílhavo
CASCI - Costa Nova	Jardim de Infância do CASCI - Praia da Barra	Jardim de Infância do CASCI - Ílhavo
	Centro Social Padre José Kentenich	Jardim de Infância do Centro Paroquial e Assistência D.Manuel Trindade Salgueiro

Fonte: CMI; 2023.

Estabelecimentos de Educação Pré-escolar

Resposta desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família. Destinada a crianças a partir dos 3 anos de idade.

Na Rede Solidária a Educação Pré-Escolar é realizada em 9 equipamentos distribuídos por 5 entidades.

Tabela 24. Capacidade e frequência da resposta de Pré-escolar (ano 2024).

	Capacidade	Frequência	Acordo SS
CASCI - Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo	174	164	157
Centro Paroquial de Assistência e Formação D. Manuel Trindade Salgueiro	49	46	46
Centro Social Paroquial da Gafanha da Encarnação	50	50	50
Obra da Providência	22	21	22
Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo	145	126	143
Centro Social Padre José Kentenich	50	23	sem acordo
Total	490	430	418

Fonte: Carta Social da CMI; 2024.

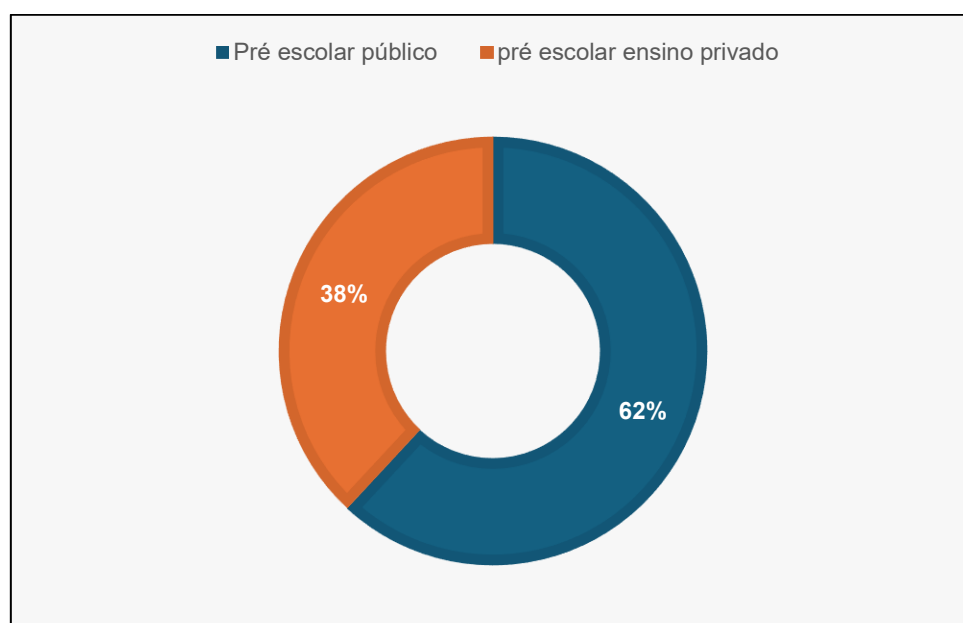
Na tabela anterior são referidos os estabelecimentos de Educação Pré-Escolar (Rede Solidária e Privada) existentes no concelho de Ílhavo. A maior parte das vagas está concentrada na Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo e no CASCI, que assumem um papel determinante na cobertura desta etapa

educativa. Esta elevada taxa de ocupação traduz uma procura crescente por respostas de pré-escolar, refletindo uma dinâmica positiva de natalidade e atração de famílias jovens para o concelho.

Mediante a informação disponibilizada referente ao ano de 2024, a educação pré-escolar da Rede Privada e Solidária dá resposta a 430 crianças, havendo uma capacidade para 490 vagas.

3.1.3. Evolução dos Ciclos Educativos

Gráfico 16. Distribuição de matrículas no ensino pré-escolar no concelho no ano letivo 2023/2024.

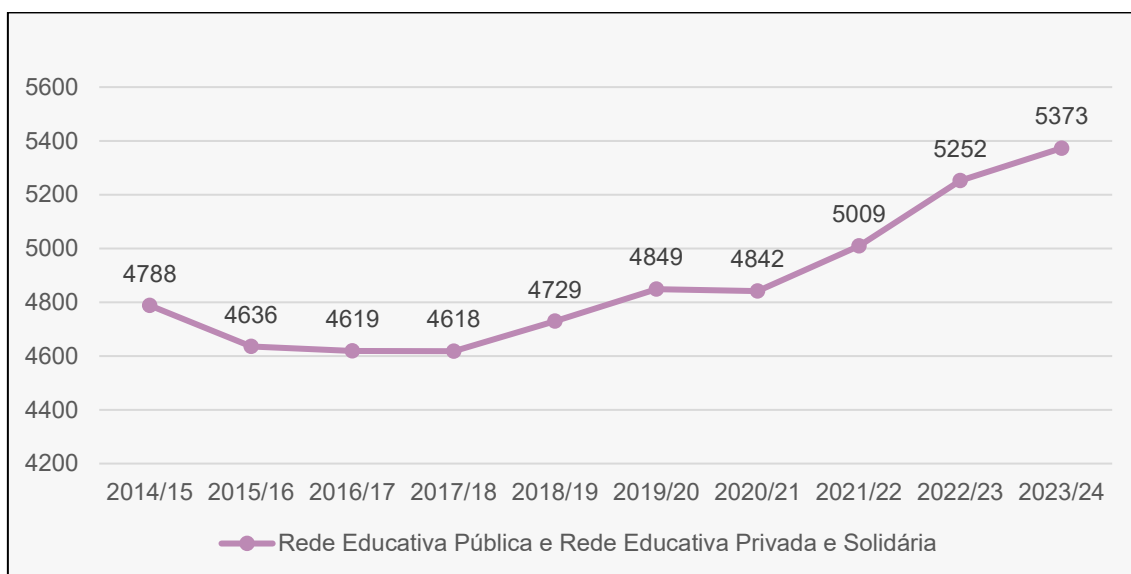


Fonte: Pordata; Ano Letivo 2023/24.

O gráfico apresentado ilustra a distribuição de matrículas no ensino pré-escolar no Município de Ílhavo, no que diz respeito à rede pública e rede privada. O pré-escolar é a principal oferta, responsável por 62% do total das matrículas. O pré-escolar ensino privado detém uma fatia significativa, abrangendo 38% do total das matrículas, no ano letivo de 2023/24.

Os dados relativos à evolução do número de alunos inscritos ao longo da última década evidenciam a predominância da rede pública no sistema educativo do concelho de Ílhavo. A quase totalidade dos alunos frequenta estabelecimentos públicos. Assim, verifica-se a capacidade das escolas públicas em responder às necessidades educativas locais. A diferença entre o ensino privado e o ensino público resulta da oferta disponibilizada pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) na área das creches e pré-escolar, que complementam a oferta pública nesta faixa etária. Esta articulação equilibrada contribui para a cobertura educativa do concelho e para a manutenção de níveis consistentes de escolarização.

Gráfico 17. Alunos matriculados na educação pré-escolar, ensino básico e secundário entre os anos letivos 2014/15 e 2023/24.



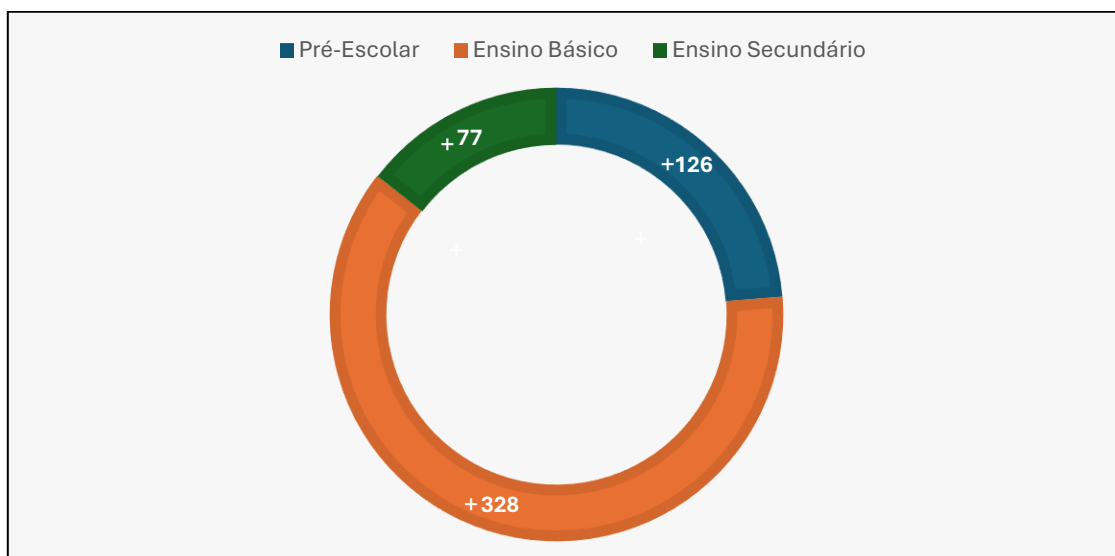
Fonte: DGEEC; 2023/2024.

No que diz respeito ao número de alunos matriculados, observa-se um crescimento acentuado a partir do ano letivo de 2020/21 (4842 alunos) ao ano de 2023/24 (5373 alunos).

Durante o período analisado, entre o ano letivo de 2014/15 e o ano de 2023/24, a educação pré-escolar apresentou um crescimento no número de crianças matriculadas passando de 939 para 1073, ou seja, um total de 134 crianças. Paralelamente, o 1ºCEB teve um acréscimo de 144 crianças (de 1409 a 1553), o 3ºciclo teve um aumento de 61 alunos (de 1118 a 1057). No que corresponde ao ensino secundário verifica-se um aumento significativo de 255 alunos. Em contrapartida, o 2º ciclo regista uma redução de alunos (menos 9 alunos).

Apresentamos uma variação desde o ano de 2021 até ao ano de 2024, onde é possível verificar um aumento do número de alunos inscritos.

Gráfico 18. Variação do número de alunos inscritos no ensino de 2020/2021 até 2023/2024.

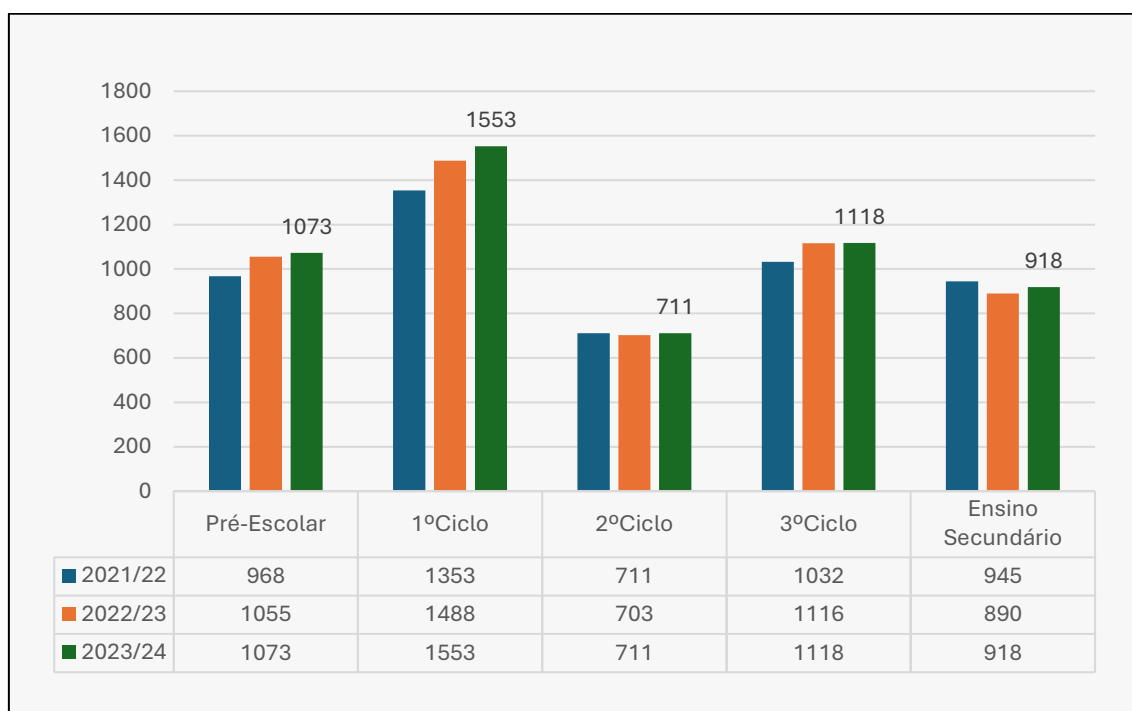


Fonte: Pordata; 2023/2024.

Verifica-se um aumento significativo de alunos inscritos no ano de 2024 em relação ao ano de 2021, correspondendo ao total de 531 alunos. No pré-escolar verificam-se 126 alunos inscritos, correspondendo a uma percentagem de 23,7%. No que diz respeito ao ensino básico existem 328 alunos inscritos, o que corresponde a uma percentagem de 61,8%. Relativamente ao ensino secundário temos 77 alunos inscritos, o que se associa à percentagem de 14,5%.

Entre 2021 e 2024 verifica-se um aumento significativo do número de alunos em todos os níveis de ensino, destacando-se um crescimento expressivo do ensino básico. Este acréscimo, superior a 500 alunos, revela uma tendência de rejuvenescimento populacional e uma atratividade crescente do município para famílias e jovens em idade escolar. No que diz respeito ao crescimento do ensino básico e secundário, evidencia-se a necessidade de acompanhar esta evolução com investimentos em infraestruturas, recursos humanos e oferta educativa.

Gráfico 19. Alunos inscritos na rede pública e rede privada e solidária.



Fonte: DGEEC; 2023/2024.

Nas escolas do município de Ílhavo, estavam matriculados 5373 alunos, no ano letivo de 2023/24. Contabilizam-se aqui as ofertas existentes desde o pré-escolar até ao ensino pós-secundário (não superior) e incluem-se, quer as modalidades para jovens, quer as modalidades para adultos (Pordata).

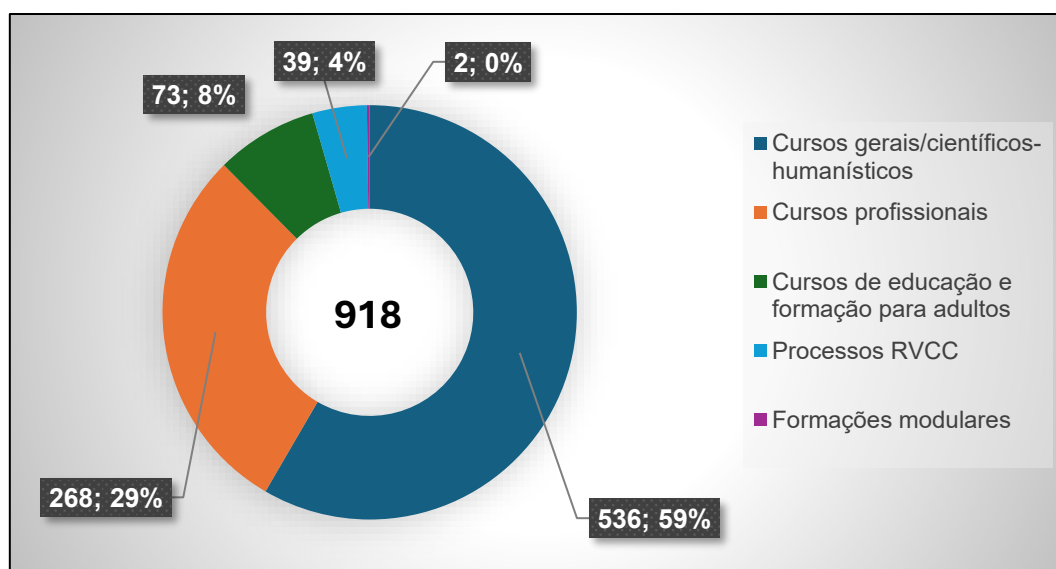
No ano letivo de 2023/24, no ensino pré-escolar conforme representado no gráfico, foram matriculados 1073 alunos. No 1º ciclo verificam-se 1553 alunos inscritos, no 2º ciclo foram matriculados 711 alunos. O 3º ciclo apresenta um total de 1118 alunos matriculados. No que diz respeito ao ensino secundário 918 alunos foram matriculados. Assim é notório que o 1º ciclo é o grau de ensino que tem mais alunos inscritos, correspondendo a uma percentagem de 28,9, seguindo-se o 3º ciclo, representando 20,8% dos alunos inscritos. O pré-escolar tem uma representação de 20%, o ensino secundário apresenta uma percentagem de 17,1 e por fim o 2º ciclo representa 13,2% dos alunos inscritos.

Importa destacar que no nível de ensino secundário, inclui cursos **científico-humanísticos**. Estes cursos subdividem-se em quatro áreas distintas, nomeadamente, Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e Artes Visuais. Incluem ainda os **cursos profissionais** que se destinam aos alunos que concluíram o 9º ano de escolaridade (ou equivalente) e procuram uma formação mais prática, orientada para o mercado de trabalho e não excluem a possibilidade de prosseguimento de estudos a nível superior.

O **Agrupamento de Escolas de Ílhavo** integra **Cursos Científico - Humanísticos** – Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidades e também **Cursos Profissionais** - Técnico/a de Restauração, Cozinha/Pastelaria; Técnico/a de Desporto; Técnico de Eletrónica, Automação e Comando; Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos e Técnico/a de Informática (Instalações e Gestão de Redes).

Similarmente, a oferta educativa de nível secundário do **AE da Gafanha da Nazaré** inclui **Cursos Científico-Humanísticos** – Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidades, Ciências Socioeconómicas e Artes Visuais, bem como Cursos Profissionais- Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores; Técnico/a de Restaurante/Bar; Técnico de Comunicação e Serviço Digital e Técnico de Receção.

Gráfico 20. Alunos matriculados no ensino secundário em 2023/2024.



Fonte: DGEEC; Ano de referência: 2023/24.

Dos 918 alunos matriculados no secundário em 2024, **536** frequentavam cursos científico-humanísticos, **268** frequentavam **cursos profissionais** e **114** frequentavam **outras ofertas** (incluindo **Cursos de Educação e Formação para adultos (73)**, **Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (39)** e **Formações modulares (2)**).

3.2. Educação e Formação de Adultos

Os **cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)** são um percurso flexível de formação, de duração variável, especificamente dirigido a adultos, que permite o desenvolvimento de competências sociais, científicas e profissionais necessárias ao exercício de uma atividade profissional e simultaneamente a obtenção de um nível básico ou do nível secundário de educação (Portaria n.º 86/2022, de 4 de Fevereiro).

Os cursos EFA destinam-se a pessoas adultas que, à data do início da formação, tenham idade igual ou superior a 18 anos e compreende três tipologias, nomeadamente EFA de Dupla Certificação (conjugação de habilitação escolar e certificação profissional), EFA escolar (habilitação escolar) e EFA profissional (certificação profissional).

Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) – proporcionam ao adulto a oportunidade de demonstrar as competências adquiridas e desenvolvidas ao longo da vida. Existem dois tipos de RVCC, o **Escolar** que poderá ocorrer em termos de certificação escolar dos adultos que não possuem o nível básico ou secundário e o **Profissional** para situações de adultos que não detenham certificação na área profissional, mas que apresentem competências resultantes da sua experiência.

Formações Modulares – destinam-se a indivíduos que possuam habilitações inferiores ou iguais ao 9º ano de escolaridade. Enquanto unidades de formação de curta duração (UFCD) que variam entre 25 e as 50 horas, são capitalizáveis para a obtenção de uma ou mais qualificações constantes do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).

Cursos de Português Língua de Acolhimento – visam responder às necessidades de aprendizagem da língua portuguesa por pessoas migrantes, rumo a uma plena inclusão e coesão social.

Importa fazer uma breve referência ao **FOR-MAR-Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar**, que tem como principal atribuição a promoção de atividades de formação profissional para a valorização dos recursos humanos dos setores ligados às atividades marítimas.

Tabela 25. Representação de certificação de adultos.

		2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24
1º Ciclo	EFA	-	-	-	22	22
	Processos RVCC	-	-	-	-	-
	Formações Modulares	-	-	-	-	-
2º Ciclo	EFA	19	32	9	29	26
	Processos RVCC	-	-	-	-	-
	Formações Modulares	-	-	-	-	-
3º Ciclo	EFA	12	18	42	42	35
	Processos RVCC	-	13	12	12	19
	Formações Modulares	-	-	-	1	-
Ensino Secundário	EFA	61	52	118	65	73
	Processos RVCC	-	16	29	32	39
	Formações Modulares	1	7	3	3	2

Fonte: DGEEC; 2023/2024.

Na tabela acima, estão representados os números de certificação complementares e flexíveis de ensino e certificação para adultos, tais como, os cursos de educação e formação para adultos (EFA),

Processos de reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e as Formações Modulares, visando a qualificação escolar e/ou profissional, a inserção ou progressão no mercado de trabalho desde o ano lectivo 2019/20 até 2023/24 no concelho de Ílhavo.

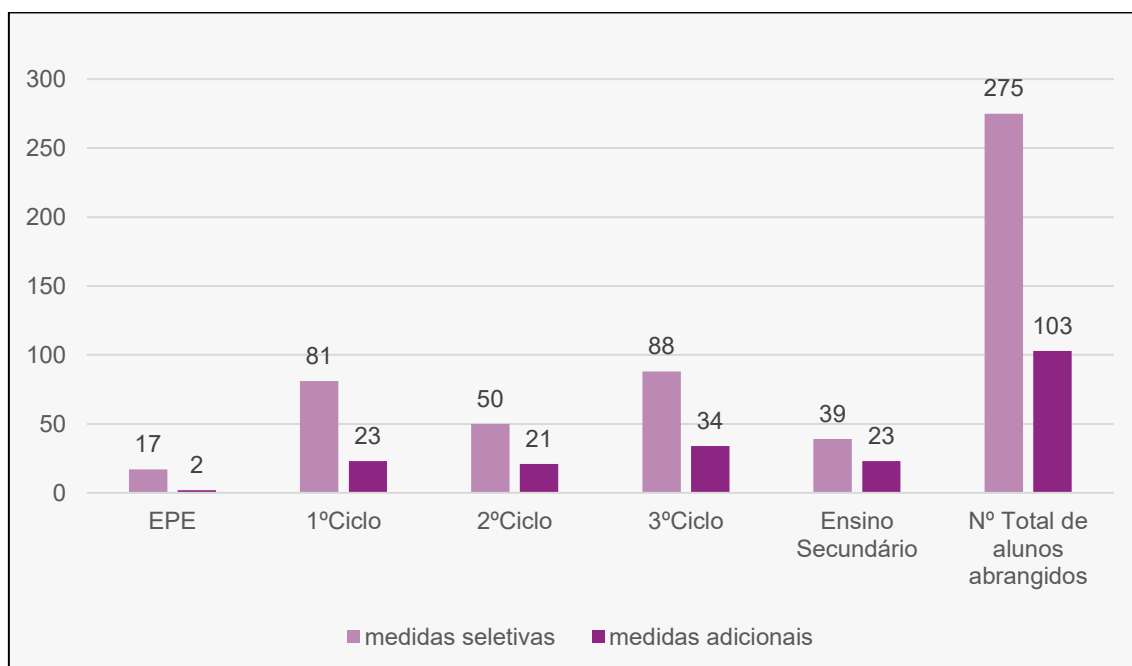
3.3. Educação Inclusiva

A educação inclusiva é uma abordagem que garante o acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos numa escola comum, valorizando a diversidade. Conforme Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de Julho, vem estabelecer “*os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos*”. Neste sentido, procura-se garantir que o perfil dos Alunos à saída da escolaridade obrigatória (PASEO), seja alcançado por todos, ainda que mediante trajetórias distintas.

O normativo legal destaca medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão que assenta em três níveis de intervenção:

- **Medidas Universais**, correspondem às respostas educativas direccionadas a todos os alunos com o objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens (artigo 8.º).
- **Medidas Seletivas**, destinadas aos alunos em situação de risco acrescido de insucesso escolar, cujas necessidades de suporte à aprendizagem não foram supridas pela aplicação de medidas universais (artigo 9.º).
- **Medidas Adicionais**, de carácter mais frequente e intensivo, visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível de comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão (artigo 10º).

Gráfico 21. Número de alunos integrados nas Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão no Concelho de Ílhavo, 2023/2024.

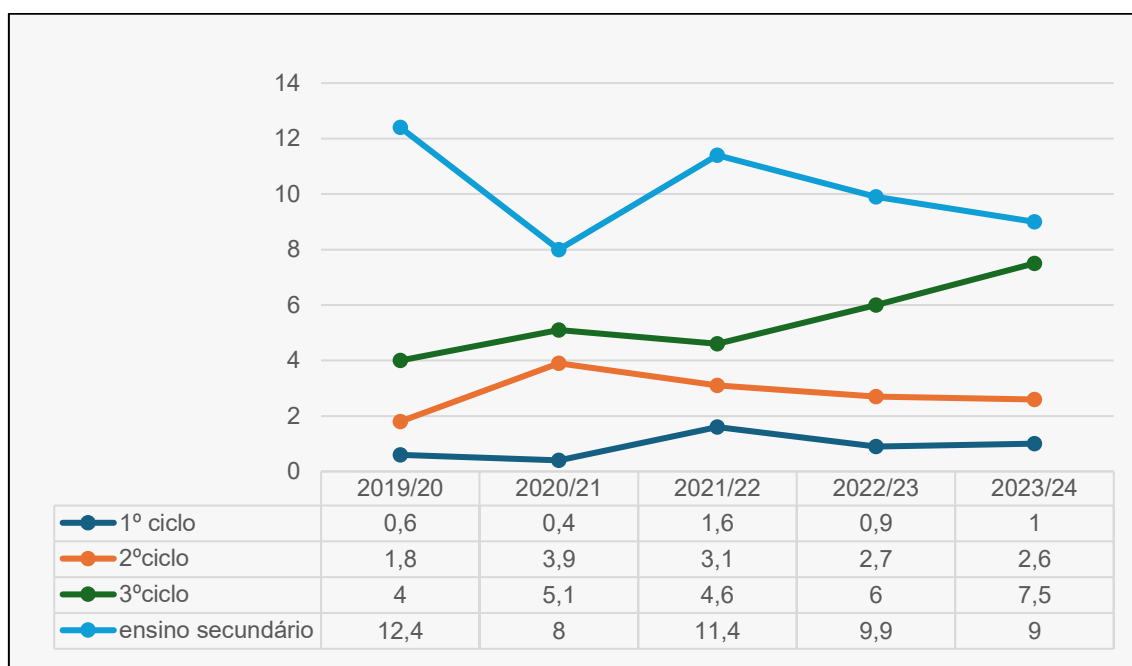


Fonte: Agrupamento de Escolas do concelho; 2023/2024.

No ano letivo de 2023/24, conforme representado no gráfico acima, os Agrupamentos de Escolas do concelho de Ílhavo tiveram 275 alunos abrangidos pelas medidas seletivas. No que diz respeito às medidas adicionais foram abrangidos 103 alunos. É de sublinhar que para cada aluno podem ser mobilizadas as duas medidas em simultâneo. No que se refere às medidas universais, não foram destacadas por constituírem uma resposta para todos os alunos.

Importa ainda referir que nos Agrupamentos de Escolas do concelho de Ílhavo estão identificados 6 alunos com **Necessidades de Saúde Especiais (NSE)** bem como 392 alunos a beneficiar de medidas no âmbito das **Necessidades Educativas Especiais (NEE)**, conforme dados disponibilizados pelos Agrupamentos de Escolas.

Gráfico 22. Resultados escolares - taxa de retenção e desistência (%).



Fonte: DGEEC; 2023/2024.

No gráfico acima verifica-se que a taxa de retenção e desistência no que diz respeito ao 1º e 2º ciclo no ano de 2023/24 comparativamente aos anos anteriores tem-se mantido. No 3º ciclo houve um ligeiro aumento em relação aos anos 2022/23 e 2023/24. No que diz respeito ao ensino secundário houve uma diminuição das taxas de retenção e desistência.

Tabela 26. Taxa de analfabetismo (%) em Portugal: dados dos censos 2011 e 2021.

Censos	Taxa de analfabetismo (%)	
	2011	2021
Portugal	5,22	3,08
Continente	5,19	3,04
Região de Aveiro	4,16	2,47
Ílhavo	3,19	2,16

Fonte: INE; Março 2024.

A tabela compara a Taxa de Analfabetismo (Homens e Mulheres em %) por local de residência dos Censos de 2011 e 2021. Verifica-se que a taxa de analfabetismo em Portugal e no Continente diminuiu significativamente. **Ílhavo** apresenta os **valores mais baixos** do conjunto, com melhoria contínua (3,19% → 2,16%).

Tabela 27. Taxa de analfabetismo (%) por freguesia e sexo no concelho, censos 2021.

Censos	Taxa de analfabetismo (%) em Ílhavo em 2021		
	Total	H	M
Ílhavo	2,16	1,47	2,77
Gafanha da Encarnação	2,28	1,38	3,11
Gafanha da Nazaré	1,95	1,29	2,54
Gafanha do Carmo	3,43	2,65	4,19
Ílhavo (São Salvador)	2,18	1,53	2,74

Fonte: INE; Março 2024.

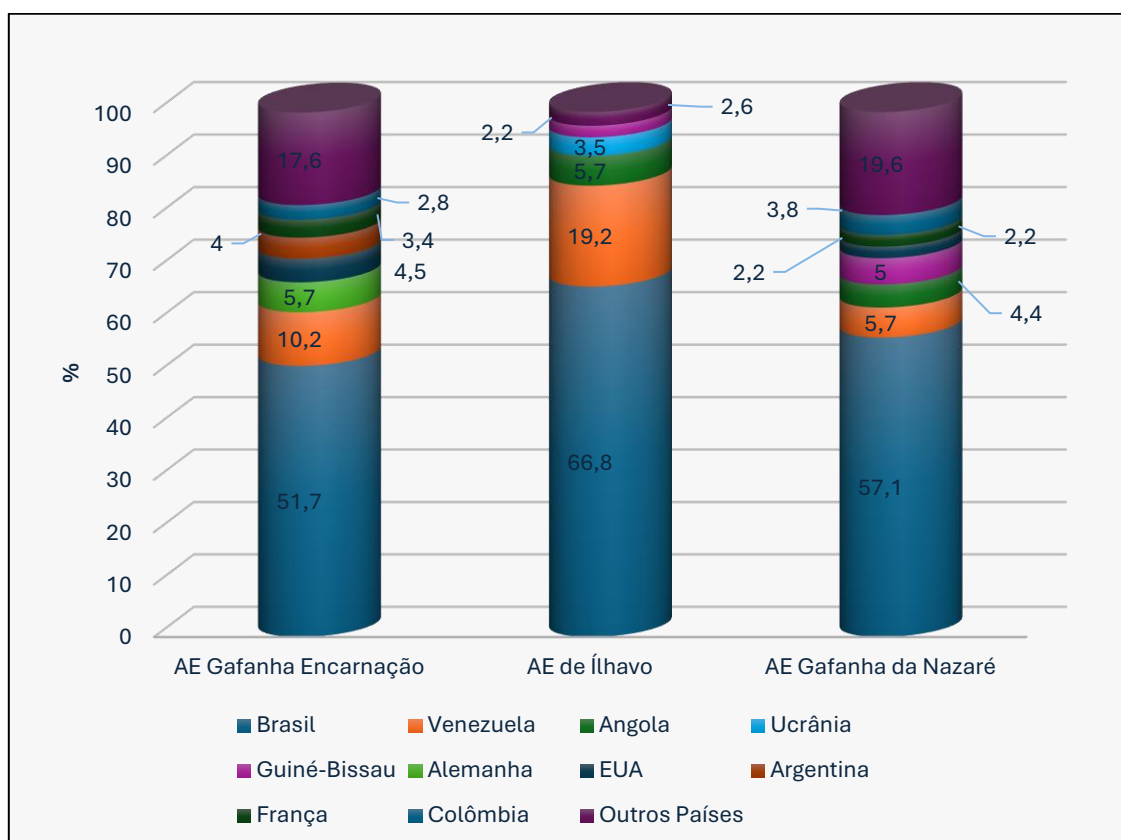
Em todas as freguesias do concelho, a taxa de analfabetismo é substancialmente mais elevada nas mulheres, refletindo o contexto histórico em que as mulheres mais velhas tiveram menos acesso à escolarização em comparação com os homens. Verifica-se que a freguesia da Gafanha do Carmo é a que apresenta uma taxa mais elevada (4,19%), seguindo-se a freguesia da Gafanha da Encarnação (3,11%), ultrapassando assim a média nacional (3,08%).

A freguesia da Gafanha da Nazaré é a que apresenta uma taxa mais baixa de analfabetismo nas mulheres (2,54%) tendo uma população com um perfil etário mais jovem. A freguesia de Ílhavo (São Salvador) apresenta uma percentagem próxima da média do concelho (2,74%). A baixa expressão global do analfabetismo em Ílhavo traduz um território com boa qualificação de base e com condições favoráveis para o desenvolvimento de competências ao longo da vida.

3.4. Migração no Ensino

A multiculturalidade constitui um fenómeno de grande relevância no contexto educativo de Ílhavo. Assim, no ano 2023/2024 é possível fazer um retrato do fluxo migratório reconhecendo a dimensão do fenómeno e o seu impacto nas dinâmicas educativas.

Gráfico 23. Alunos migrantes dos Agrupamentos de Escolas, por nacionalidade em percentagem.



Fonte: CMI; 2023/2024.

Importa destacar que o Agrupamento de Escolas da **Gafanha da Encarnação** integra 176 alunos migrantes, distribuídos por 24 nacionalidades, representando um total de 22,7% do total de inscritos. Cerca de metade dos alunos estrangeiros inscritos neste AE, são oriundos do Brasil (91 alunos - 51,7%). De seguida encontram-se os alunos provenientes da Venezuela (18 alunos - 10,2%), da Alemanha (10 alunos - 5,7%), dos EUA (8 alunos - 4,5%), da Argentina (7 alunos - 4,0%), da França (6 alunos - 3,4%), da Colômbia (5 alunos - 2,8%) e de um conjunto de outros países (31 alunos - 17,6%).

Conforme é possível verificar no gráfico, o Agrupamento de Escolas de **Ílhavo** acolhe 229 alunos migrantes provenientes de 9 países, correspondendo a 11,8% de alunos face ao número de total inscritos neste AE. A nacionalidade brasileira corresponde a 153 alunos (66,8%). Segue-se os alunos provenientes da Venezuela (44 alunos - 19,2%), Angola (13 alunos - 5,7%), da Ucrânia (8 alunos - 3,5%), da Guiné-Bissau - (5 alunos - 2,2%) e de outros países (6 alunos - 2,6%).

Relativamente ao Agrupamento de Escolas da **Gafanha da Nazaré** integra 317 alunos, representando 13,1% face ao número total de inscritos. A forte representatividade da nacionalidade brasileira mantém-se, com 181 alunos (57,1%). De seguida, a Venezuela (18 alunos - 5,7%), a Guiné-Bissau (16 alunos - 5,0%), a Angola (14 alunos - 4,4%), a Colômbia (12 alunos - 3,8%), os EUA e a França (com 7 alunos - 2,2%) integram a lista com maior número de alunos migrantes. Acrescem ainda 25

nacionalidades, consideradas, para efeitos de simplificação de análise, na categoria “Outros” (62 alunos - 19,6%).

Em suma, os Agrupamentos de Escolas do concelho de Ílhavo integram 722 alunos migrantes, correspondendo a 13,4% do número total de alunos inscritos. Assim, demonstra uma crescente diversidade cultural e um processo de internacionalização da comunidade educativa. A predominância dos alunos provenientes do Brasil, acompanhada por uma multiplicidade de outras nacionalidades, confirma a posição de Ílhavo como território de acolhimento. Esta diversidade constitui uma riqueza sociocultural, mas coloca também desafios acrescidos às escolas, nomeadamente ao nível da integração linguística, do acompanhamento socioeducativo. A presença de 40 nacionalidades distintas, no ano de 2023/24 evidencia a urgência de estratégias de inclusão cultural e educativa que promovam o sucesso escolar e igualdade de oportunidades.

3.5. Equipa Multidisciplinar de Apoio à Comunidade Educativa (EMACE)

A Equipa Multidisciplinar de Apoio à Comunidade Educativa (EMACE), foi inicialmente criada, em 2021, com enquadramento na Atividade 8 do Projeto Educ@RA, no âmbito do qual os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas dos concelhos que integram a CIRA, estabeleceram o Acordo Entre Parceiros para o Desenvolvimento e Execução do Projeto de Prevenção do Abandono Escolar Precoce e Promoção do Sucesso Escolar nos Municípios, apresentado e aprovado no âmbito do CENTRO2020 - Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE).

Atualmente assumida pela Câmara Municipal de Ílhavo, a equipa multidisciplinar, agora reforçada com mais dois elementos, é composta por um coordenador e seis técnicas especializadas nas áreas de Educação Social (1), Psicologia (2), Serviço Social (1) e Terapia da Fala (2). O trabalho desenvolvido pela EMACE consiste no acompanhamento permanente dos alunos, designadamente aqueles que revelam maiores dificuldades de aprendizagem, risco de abandono escolar, comportamentos de risco, violadores dos deveres do aluno ou que se encontram na iminência de ultrapassar os limites de faltas legalmente previstos. Assume-se, assim, como uma estrutura de apoio aos estabelecimentos de ensino, destinada a acompanhar em permanência os alunos e as suas famílias que revelam maiores dificuldades de aprendizagem, risco de abandono escolar, comportamentos de risco, e necessidades ao nível social, em articulação com as estruturas da escola e com a família.

A EMACE tem como população-alvo as crianças e os jovens referenciados pelos estabelecimentos de ensino do Município de Ílhavo (e por outras entidades da comunidade) e as suas famílias. Os objetivos da intervenção da Equipa Multidisciplinar são, designadamente:

- a. Inventariar as situações problemáticas com origem na comunidade envolvente e respetiva sinalização, alerta e motivação dos agentes locais para a sua intervenção, primordialmente preventiva;
- b. Promover medidas de integração e inclusão dos alunos nas escolas tendo em conta a sua envolvência familiar e social;
- c. Atuar preventivamente junto de alunos que se encontrem em situações de maiores dificuldades de aprendizagem, risco de abandono escolar, que manifestem comportamento

de risco ou gravemente violadores dos deveres do aluno ou se encontrem na iminência de ultrapassar os limites de faltas legalmente previstos;

- d. Acompanhar os alunos nos planos de integração nas escolas e na aquisição e desenvolvimento de métodos de estudo, de trabalho escolar e medidas de recuperação da aprendizagem;
- e. Supervisionar a aplicação de medidas corretivas e disciplinares sancionatórias, sempre que essa missão lhe seja atribuída pelos responsáveis dos Agrupamentos de Escolas;
- f. Aconselhar e propor o encaminhamento para percursos alternativos dos alunos em risco, em articulação com outras equipas ou serviços com atribuições nessa área;
- g. Estabelecer parcerias com órgãos e instituições, públicas ou privadas, da comunidade local, designadamente com o tecido socioeconómico e empresarial, de apoio social na comunidade, com a rede social municipal (incluindo os serviços especializados de apoio à formação e ao emprego) de modo a favorecer a participação ou execução das diferentes medidas de integração escolar, social ou profissional dos jovens em risco;
- h. Articular com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, nos termos legalmente previstos e colaborar nas ações previstas no Plano Local de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens de Ílhavo que se revelem complementares do objeto de trabalho da equipa;
- i. Promover sessões de capacitação parental, através de programas de educação parental próprios, ou mediante parceria com outras respostas existentes na comunidade;
- j. Promover sessões de formação em gestão comportamental, através de programas próprios de promoção de competências pessoais e sociais, ou mediante parceria com outras respostas existentes na comunidade;
- k. Promover atividades de mediação social articuladamente com outros agentes, com incidência na comunidade educativa e no meio envolvente, nomeadamente pais e encarregados de educação;
- l. Apresentar relatórios de acompanhamento das atividades, resultados das intervenções e/ou outra documentação solicitada pela coordenação e que seja do âmbito da sua atuação.

Em 2021, primeiro ano de atuação da equipa, foram referenciadas para a EMACE 83 crianças e jovens. Em 2022, existiam 118 processos, sendo que foram referenciadas 59 crianças e transitaram 59 processos ativos de 2021. Em 2023, estavam abertos 121 processos, com 37 novas referenciações e 84 processos que transitaram ativos de 2022.

No final do ano de 2024, estão abertos 118 processos de crianças e jovens, com 40 novos¹ processos referenciados e 78 que transitaram ativos do ano de 2023. Destes processos, 18 frequentam o ensino pré-escolar, 58 frequentam o 1.º ciclo, 14 encontram-se no 2.º ciclo, 17 frequentam o 3.º ciclo e 11 o ensino secundário.

No que concerne à intervenção por valência, no final de 2024, a valência de Educação Social contabilizava 37 processos, Psicologia incluía 52 processos, Serviço Social 44 e Terapia da Fala com 57 processos.

Desde o início das suas atividades a EMACE, por sua iniciativa ou dando resposta a solicitações expressas dos seus parceiros, leva a cabo atividades de natureza grupal, dirigidas a crianças e jovens, alunos em contexto de turma, alunos de diferentes turmas, pais e famílias.

São apresentadas as médias de cada ano desde 2021, no que concerne à abrangência da sua atuação por ano civil, sendo contabilizadas as intervenções individualizadas e as atividades de natureza grupal. Em 2021, a EMACE atuou com 269 pessoas; tal como em 2022; no ano de 2023 o número subiu para 401 e, segundo os dados apurados a 19 de Dezembro de 2024, no ano de 2024⁴ foram abrangidas 410 pessoas.

Assim, a EMACE contribui para a **redução das desigualdades**, para a promoção do sucesso educativo e para o apoio às famílias que enfrentam dificuldades socioeconómicas, emocionais ou relacionais. A sua intervenção precoce e concertada permite mitigar fatores de risco e fortalecer fatores de proteção, assumindo um papel determinante na construção de uma comunidade educativa mais resiliente, integrada e orientada para o bem-estar geral das crianças e jovens de Ílhavo.

3.6. Programa Municipal de Bolsas do Ensino Superior

O Programa Municipal de Bolsas do Ensino Superior, iniciado no ano letivo 1999/2000, constitui uma medida estruturante da política social do Município de Ílhavo, centrada na promoção da igualdade de oportunidades e no apoio à continuidade dos estudos dos jovens residentes. Esta iniciativa torna-se um complemento essencial às medidas nacionais de ação social escolar, dirigindo-se a estudantes pertencentes a agregados que enfrentam constrangimentos económicos que dificultam o acesso, a permanência ou o sucesso académico no ensino superior.

A Bolsa de Estudos é suportada integralmente pela Câmara Municipal de Ílhavo, que anualmente gere e delibera as seguintes informações: o prazo das candidaturas, a sua publicitação, o número de bolsas de estudo a atribuir e o valor das bolsas, fixado atualmente em 30% do valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS) por dez meses.

O apoio municipal é determinante para colmatar despesas essenciais como alojamento, alimentação, transporte, material escolar e propinas.

⁴ Fonte Relatórios Anuais (2021 a 2024) e Relatórios Mensais da EMACE.

Tabela 28. Número de bolsas atribuídas.

Ano Letivo	Bolsas deliberadas
2024 / 2025	43 bolsas
2025 / 2026	53 bolsas
Nota: Estes valores excedem o limite de 20 bolsas estabelecido no Artigo 8.º do Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo, demonstrando a prioridade política na expansão do apoio	

Fonte: CMI; 2025.

3.7. Ação Social Escolar

A Ação Social Escolar (ASE) constitui um dos instrumentos fundamentais de promoção da igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativo. No Município de Ílhavo, o programa assume particular relevância enquanto mecanismo que reduz desigualdades económicas e garante que todas as crianças e jovens têm condições adequadas para frequentar a escola com dignidade, segurança e bem-estar e está incluído no FMAFIC no que diz respeito ao 1º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar.

Neste âmbito, no ensino pré-escolar e no 1º ciclo, existe por parte da autarquia um cuidado especial em conhecer cada situação sinalizada por carência económica, no caso dos restantes ciclos, esta avaliação é mais linear tendo por base o escalão de abono de família para crianças e jovens⁵, sendo uma responsabilidade dos Agrupamentos de Escolas.

Assim, o cálculo do escalão de apoio social escolar atribuído depende do valor do abono de família do agregado familiar, sendo que nos termos de Ação Social Escolar, contam os dois primeiros escalões do abono familiar, a saber:

- Escalão A da Ação Social – Escalão 1 do Abono de Família;
- Escalão B da Ação Social – Escalão 2 de Abono de Família.

De acordo com os dados do Município de Ílhavo, tendo como referência o mês de Novembro de 2024, foram servidas 10.059 refeições no Ensino Pré-Escolar e 25.449 no 1º Ciclo. Deste universo, 5.596 tiveram total comparticipação pela autarquia por se tratar de refeições de alunos com escalão A, e 715 com comparticipação familiar reduzida pelo facto de se tratar de refeições de alunos com escalão B.

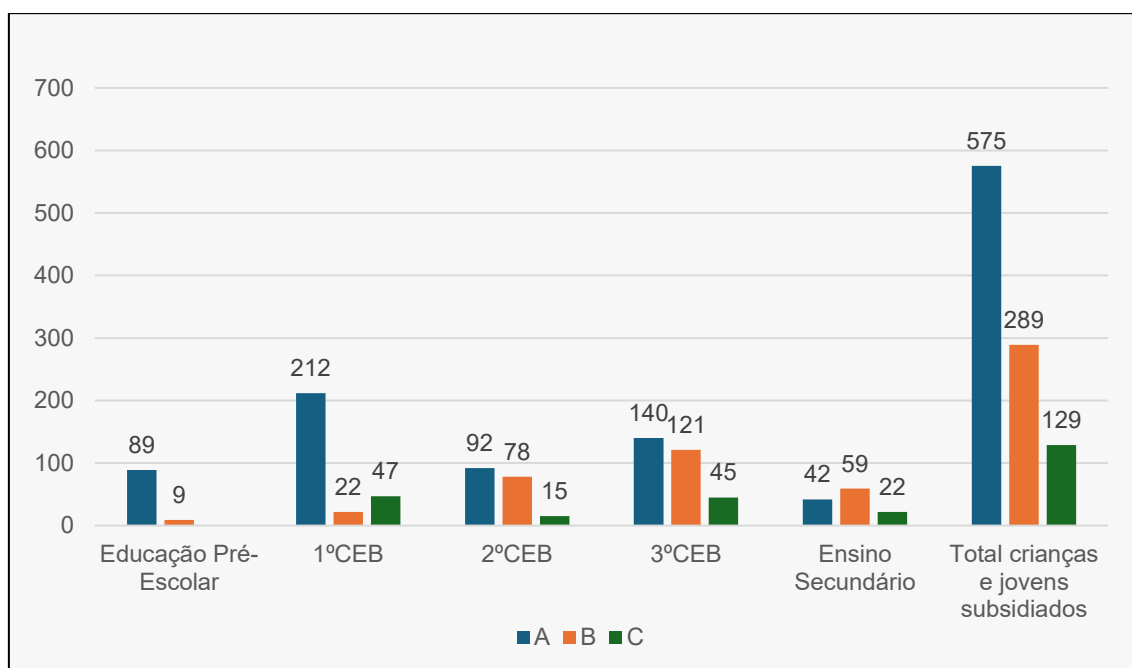
Relativamente aos apoios previstos e respetivos valores de referência, os alunos que beneficiem de escalão A terão direito a apoio no custo total da refeição, a 37,50€ para despesas de material escolar e para visitas de estudo. No caso do escalão B, o aluno beneficia do mesmo tipo de apoios, no que se refere às refeições trata-se de um apoio consubstanciado a 50% e no valor de 25€ para despesas de material escolar e para visitas de estudo.

⁵ Prestação em dinheiro atribuída mensalmente, com o objetivo de compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens.

Por sua vez, de acordo com o programa de gratuidade e reutilização de manuais escolares, todos os alunos que frequentem o ensino obrigatório têm acesso a livros gratuitos. Destaca-se, porém, que este programa não inclui os cadernos de atividades/fichas, nem os restantes componentes dos chamados packs pedagógicos. Deste modo, esses livros continuarão a ter de ser adquiridos pelas famílias.

No concelho de Ílhavo, a implementação da ASE permite avaliar as condições sociais que podem comprometer a continuidade escolar, sobretudo em famílias com rendimentos baixos ou situações de vulnerabilidade social.

Figura 5. Crianças e jovens subsidiados por nível de ensino e escalão.



Fonte: CMI, 2023/24.

No ano letivo de 2024/2025, a ASE abrangia um total de 993 alunos da rede pública de Ílhavo. O município apoia um total de 575 alunos no Escalão A, 289 no Escalão B e 129 no Escalão C. Estes dados demonstram que os alunos que necessitam de apoio estão em situação de carência económica mais acentuada.

O gráfico da distribuição das crianças e jovens subsidiados por ciclo de ensino e escalão da Ação Social Escolar (ASE) é um indicador crucial da vulnerabilidade socioeconómica das famílias do município de Ílhavo e da resposta social da Câmara Municipal.

A análise da distribuição por ciclo revela uma concentração significativa no Ensino Básico, onde se localiza o maior volume de carência e, conseqüentemente, a maior pressão sobre os recursos municipais e estatais:

O 3º CEB é o nível que concentra o maior número total de alunos apoiados, no escalão A e B, com 261 beneficiários. Este número elevado sublinha a importância de manter e garantir a transição para o Ensino Secundário.

O 1º Ciclo do Ensino Básico (1.º CEB) apresenta o maior número absoluto de alunos no escalão A (212 alunos), indicando que a carência mais extrema se concentra nas famílias com crianças mais jovens. A referir outros critérios de atribuição do mesmo escalão tais como: a atribuição a todas as crianças com necessidades educativas especiais; famílias monoparentais; famílias com um elemento em situação de desemprego; crianças acompanhadas pela CPCJ e famílias numerosas.

No Pré-Escolar, os 98 alunos apoiados concentram-se fortemente no Escalão A (89), reforçando a necessidade de apoio na fase de entrada para o sistema educativo. Já no Ensino Secundário, embora o número total de alunos abrangidos seja de 123, a maior representatividade centra-se no Escalão B (59 alunos). Assim, importa destacar que a manutenção deste apoio é um fator essencial de prevenção ao abandono escolar precoce, evitando que a necessidade económica comprometa a qualificação dos jovens.

3.7.1. Transportes Escolares

O Município de Ílhavo é responsável por organizar e gerir os transportes escolares, tendo como objetivo principal contribuir para a efetiva igualdade de oportunidade no acesso à Educação de acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro.

Atualmente, o Regulamento Municipal de Transportes Escolares de Ílhavo encontra-se em processo de revisão, contudo, existe a atribuição de passes escolares gratuitos a todos os alunos, de acordo com a Portaria nº 7-A/2024, de 5 de Janeiro.

No âmbito do transporte escolar em circuito especial, o Município procede à contratação anual de serviços de transporte de passageiros em Táxi em alunos residentes que se enquadram nos termos previstos da legislação:

- Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de Julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva;
- Despacho n.º 18987/2009 de 17 de Agosto, que regula as condições de aplicação (a partir do ano letivo de 2009-2010) das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e dos Municípios, em diversas modalidades;
- Portaria n.º 9/2023 de 4 de Janeiro, alterada pela Portaria n.º 110/2024/1 de 19 de Março, que determina a fórmula de cálculo das transferências financeiras do Fundo de Financiamento de Descentralização para o Exercício, pelos órgãos das autarquias locais, da competência relativa ao transporte de alunos com necessidades específicas individuais.

3.7.2. Escola a Tempo Inteiro

A Escola a Tempo Inteiro integra um complemento educativo fundamental, ao possibilitar uma maior adequação dos períodos de permanência no espaço escolar às necessidades das famílias e, em simultâneo, adequa os períodos não letivos em momentos enriquecedores e potenciadores de desenvolvimento integral das crianças.

Assim, de acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de Janeiro, fazem parte das atribuições das Câmaras Municipais a promoção e a implementação de medidas de apoio à família que assegurem uma escola a tempo inteiro, mediante o desenvolvimento de Atividades de Animação de Apoio à Família (AAAF), da Componente de Apoio à Família (CAF) e das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

Nota-se que, no caso de Ílhavo, a gestão das AAAF e da CAF resulta de acordos de cooperação celebrados entre a Câmara Municipal de Ílhavo e as Associações de Pais. A autarquia procede à atribuição de verbas conforme o número de alunos matriculados a frequentar estas componentes, delegando nas Associações de Pais a gestão dos serviços de almoços, ocupação dos tempos livres e desenvolvimento de projetos de animação e outras atividades.

3.7.3. Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF)

As atividades de Animação de Apoio à Família (AAAF) asseguram o acompanhamento das crianças em Educação Pré-Escolar antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção letiva (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro, artigo 39.º).

Relativamente às AAAF, foram abrangidas em 2023/2024, segundo dados cedidos pelo Município 544 crianças, distribuídas pelo AE de Ílhavo (243 crianças), pelo AE da Nazaré (214 crianças) e pelo AE da Gafanha da Encarnação (87 crianças). Esta resposta compreende domínios gerais associados à leitura de contos, jogos e expressão plástica.

As AAAF compreendem três períodos distintos: o acolhimento (7h30 e as 9h00), o almoço (12h00/12h30 e as 13h30/14h00), e o prolongamento que ocorre entre as 15h30 e as 18h30/19h00.

3.7.4. Componente de Apoio à Família (CAF)

A Componente de Apoio à Família (CAF) inclui as atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1º ciclo do ensino básico antes e/ou depois das componentes do currículo e das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), bem como durante os períodos de interrupção letiva (Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de Agosto).

No ano letivo de 2023/24 registaram-se 1299 alunos na CAF, distribuídos pelos três Agrupamentos de Escolas, designadamente: 625 alunos no AE de Ílhavo, 486 alunos no AE da Gafanha da Nazaré e 188 alunos no AE da Gafanha da Encarnação (dados facultados pelo Município de Ílhavo).

A CAF dispõe de três períodos de funcionamento: o acolhimento, disponibilizado entre as 7h30 e as 9h00, o almoço, que decorre entre as 12h00/12h30 e as 13h30/14h00; e o prolongamento que difere

nos diferentes equipamentos, contudo pode funcionar entre as 15h30 e as 18h30/19h00 ou pode funcionar num horário mais reduzido, entre as 17h00 e as 18h30/19h00.

3.7.5. Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) dirigem-se aos alunos que frequentam o 1.º CEB (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro) assumem um carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural.

De acordo com a Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de Agosto, a Câmara Municipal de Ílhavo, em parceria com os AE, apresenta-se como entidade promotora das AEC, orientando a sua ação para quatro domínios (artigo 7.º, da Portaria n.º 644-A/2015) - desportivo, artístico, científico e tecnológico – aos quais se associam os ramos + Desporto (desenvolvimento motor, cognitivo e relacional), + Ciência (desenvolvimento do pensamento crítico, criatividade e curiosidade), +Música (estímulo à criatividade e à expressão de emoções através da música) e +BRINCArte (desenvolvimento de expressão e comunicação, da criatividade e da apropriação artística).

Considerando os dados remetidos pelo Município, no ano de 2023/24, a oferta da AEC abrangia 1188 alunos, representando 76,5% do total de alunos no 1ºCEB. O AE de Ílhavo integra 545 alunos, o AE da Gafanha da Nazaré abrange 457 alunos e o AE da Gafanha da Encarnação compreende 186 alunos. As AEC's decorrem nos respetivos estabelecimentos escolares e funcionam entre as 16h00 e as 17h00.

3.8. Projetos Educativos dos Agrupamentos de Escolas

O Projeto Educativo (PE) constitui um instrumento orientador das práticas pedagógicas e promotor da melhoria do processo educativo, que responda às necessidades de todas as crianças e jovens, sendo desenvolvido e aprovado pelos órgãos de administração e gestão, por um período de três anos. Cada agrupamento de Escolas do concelho de Ílhavo definiu o seu projeto Educativo.

Tabela 29. Projeto educativo do Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação.

Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação	O Projeto Educativo corresponde ao período 2022-2025 e centra-se numa jornada de descoberta e autodescoberta: "Cuidar de mim, do Outro e do Planeta". Inclui como principais linhas orientadoras: oferecer a todas as crianças e jovens as mesmas oportunidades de aprendizagem e valorizar a educação para a saúde, bem-estar e ambiente.
--	--

Fonte: Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação; 2025.

Tabela 30. Projeto educativo do Agrupamento de Escolas de Ílhavo.

Agrupamento de Escolas de Ílhavo	O Projeto Educativo corresponde ao período 2020-2023, ancorado em “Ser a Escola de Todos, alicerçada por Todos e projetada para Todos”, tendo como principal missão o indivíduo ser livre, autónomo, responsável e consciente de si próprio e do mundo que o rodeia, capaz de lidar com a mudança e a incerteza.
--	---

Fonte: Agrupamento de Escolas de Ílhavo; 2025.

Tabela 31. Projeto educativo do Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré.

Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré	O Projeto Educativo 2022-2025, centra-se na “formação de cidadãos de um mundo em rápida transformação, sedimentando a igualdade de oportunidades e incrementando a abertura à comunidade, já evidenciada ao longo dos tempos, nos projetos existentes e nos reconhecimentos nacionais e internacionais obtidos”. Tem como principal missão garantir condições que visem o sucesso educativo dos alunos e o seu desenvolvimento integral, preparando-os para o prosseguimento de estudos.
---	---

Fonte: Agrupamento da Gafanha da Nazaré; 2025.

Síntese Interpretativa: elementos-chave

A educação assume um papel central no desenvolvimento sustentável do concelho de Ílhavo, constituindo um fator determinante para a formação do capital humano, a coesão social, a redução das desigualdades e o progresso económico assim como a integração sociocultural. O sistema educativo local articula diferentes níveis de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, integrando ainda a educação e formação de adultos, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida.

O concelho de Ílhavo dispõe de uma rede educativa maioritariamente pública, organizada em três Agrupamentos de Escolas — Gafanha da Encarnação, Ílhavo e Gafanha da Nazaré — complementada por uma rede privada e solidária, com especial incidência nas respostas de creche e educação pré-escolar. No ano letivo de 2023/24, esta rede integra 35 estabelecimentos de ensino.

A evolução do número de alunos, particularmente a partir do ano 2020/2021, evidencia também, uma dinâmica demográfica. Este crescimento é transversal aos diferentes níveis de ensino, destacando-se o ensino básico e o ensino secundário.

A educação pré-escolar apresenta uma elevada taxa de ocupação, a refletir uma elevada procura de respostas nesta etapa educativa. O ensino secundário apresenta uma oferta que integra percursos científico-humanísticos e profissionais. Paralelamente, a educação e formação de adultos assume um papel relevante na qualificação da população e na promoção da empregabilidade.

No domínio da educação inclusiva, o concelho implementa medidas universais, seletivas e de suporte à aprendizagem dirigidas a alunos com necessidades educativas específicas.

De referir igualmente, a intervenção da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Comunidade Educativa, que contribui para a prevenção do insucesso e abandono escolar e para o reforço da articulação entre escola, família e comunidade.

Os indicadores de retenção, desistência e analfabetismo revelam uma evolução globalmente favorável, com taxas inferiores às médias regional e nacional, embora persistam algumas assimetrias territoriais e diferenças de género, sobretudo associadas a faixas etárias mais envelhecidas.

A crescente diversidade cultural da população escolar, refletida no aumento do número de alunos migrantes de múltiplas nacionalidades, constitui uma dimensão estruturante da realidade educativa local.

No enquadramento das políticas educativas locais, importa ainda referir o progressivo envolvimento do Município de Ílhavo na área da educação, no contexto do processo nacional de descentralização de competências, traduzido no reforço do seu papel em domínios como a ação social escolar, os transportes escolares e o apoio às famílias, em articulação com os Agrupamentos de Escolas.

Apesar do contexto globalmente positivo, a dinâmica demográfica, a diversidade da comunidade escolar e o reforço das responsabilidades municipais colocam desafios que exigem uma abordagem integrada e sustentada. A informação aqui apresentada assume, assim, um carácter enquadrador, cabendo o aprofundamento estruturado das diversas dimensões da educação a instrumentos próprios de diagnóstico e planeamento estratégico de âmbito educativo.

4. Infância e Juventude

A infância e a juventude constituem uma parcela da população com grande importância, não apenas enquanto investimento no futuro, mas também enquanto recurso ativo no presente, uma vez que as capacidades, energia e disponibilidade associadas a estas fases do ciclo de vida podem ser potenciadas através de experiências de participação ativa, crítica, inovadora e responsável. Neste sentido, a forma como o território responde às necessidades de crianças e jovens assume um papel determinante no seu desenvolvimento pessoal, social e comunitário.

No território de Ílhavo, as dinâmicas associadas à infância e juventude atravessam múltiplas áreas de intervenção, encontrando-se refletidas ao longo do Diagnóstico Social em capítulos como a Educação e Formação, a Família e Cuidado, a Saúde e Bem-Estar, a Inclusão Social e a Participação Comunitária. Além da transversalidade, esta múltipla dimensão sugere ainda uma leitura integrada, que permita compreender o seu papel estruturante no território.

Neste contexto, opta-se por uma abordagem autónoma da área da Infância e Juventude, não com o objetivo de repetir informação já analisada noutros capítulos, mas de destacar as respostas, iniciativas e dinâmicas especificamente orientadas para a ocupação de tempos livres, a participação juvenil e a intervenção preventiva em contexto comunitário. Estas respostas assumem um papel complementar à educação formal e às intervenções de apoio familiar, e contribuem simultaneamente para a promoção do bem-estar de crianças e jovens, assim como para o apoio indireto às famílias.

O presente capítulo enuncia a relevância da infância e juventude enquanto eixo transversal do Diagnóstico Social, sublinhando a importância da articulação entre os diferentes setores e da complementaridade das respostas e dos recursos existentes no território na promoção de espaços e contextos de desenvolvimento seguros, inclusivos e participados.

4.1. Infância e Juventude no Concelho de Ílhavo

A análise sobre a infância e juventude deve ser enquadrada no contexto das dinâmicas demográficas do território, marcadas por um crescimento populacional sustentado sobretudo por efeitos migratórios e por um processo de envelhecimento progressivo da população. À semelhança do observado a nível nacional, o concelho enfrenta uma redução relativa da população jovem, associada a baixos níveis de natalidade e fecundidade, e a coexistir com um aumento significativo da população mais envelhecida.

Apesar desta tendência, a dinâmica demográfica recente apresenta um acréscimo populacional nas faixas etárias ativas, bem como uma crescente diversidade cultural, decorrente do aumento da população migrante. Esta realidade tem impacto direto na vivência da infância e juventude, que se reflete na composição da população escolar e na necessidade de respostas educativas, sociais e

comunitárias cada vez mais inclusivas e adaptadas à diversidade de contextos familiares e socioculturais.

A diminuição da população jovem, conjugada com o envelhecimento da população e com o aumento do índice de dependência dos idosos, reforça a centralidade da infância e juventude enquanto grupos estratégicos tanto para a projeção demográfica como para a sustentabilidade social no território. E assim, as medidas dirigidas a estas faixas etárias assumem um papel fundamental não apenas na promoção do bem-estar e do desenvolvimento pessoal e social, mas também na prevenção de futuras vulnerabilidades.

Neste contexto, as respostas de ocupação de tempos livres, participação juvenil e intervenção comunitária assumem particular relevância, enquanto complemento aos contextos formais de educação, contribuindo para a criação de ambientes estruturados, seguros e promotores de inclusão, especialmente em períodos não letivos e junto de crianças e jovens provenientes de contextos familiares com maior fragilidade social e económica.

Paralelamente, o município de Ílhavo tem vindo a desenvolver medidas específicas de promoção da empregabilidade jovem e de transição para a vida ativa, destacando-se o Programa Municipal de Bolsas de Trabalho, que constitui uma ação estruturante de apoio à integração profissional de jovens. Atualmente (desde Março de 2025 a Março de 2026), este programa integra 16 jovens, com habilitações ao nível do 12.º ano (estágios de nível V) e de licenciatura (estágios de nível VI), distribuídos por diferentes áreas e serviços da Câmara Municipal de Ílhavo, nomeadamente: Paços do Concelho, Estaleiro – Estação Científica de Ílhavo, Centro de Investigação e Empreendedorismo, Museu Marítimo de Ílhavo, Laboratório do Envelhecimento, Biblioteca Municipal, 23 Milhas, Armazéns Gerais e área do Turismo.

Os/as jovens abrangidos/as por esta medida auferem uma bolsa mensal de 836 euros (nível V) e de 1.045 euros (nível VI).

4.2. Ocupação de Tempos Livres e Participação Juvenil

4.2.1. Programa Municipal de Tempos Livres – Ocupação Jovem

Com esta finalidade, existe no concelho o Programa Municipal de Tempos Livres – Ocupação Jovem, uma resposta estruturada da Câmara Municipal de Ílhavo, enquadrada na área da juventude, dirigida à promoção de uma ocupação construtiva dos tempos livres da população jovem. A juventude constitui uma parcela da população com grande importância, não só para o futuro, mas também para o presente, sendo fundamental potenciar as suas capacidades, energia e disponibilidade através de experiências de participação ativa, crítica, inovadora e responsável.

O programa destina-se a jovens residentes no concelho, com idades compreendidas entre os 14 e os 30 anos, e visa proporcionar experiências em diferentes áreas de intervenção, através da integração em projetos organizados pela Câmara Municipal e por entidades que acolhem os participantes. Estas iniciativas assumem particular relevância nos períodos não letivos, funcionando como complemento à educação formal e como apoio às dinâmicas familiares.

Do programa fazem parte diversos projetos, tais como:

- Animação de espaços lúdicos, culturais e educativos;
- Eventos municipais;
- Férias divertidas;
- Maior Idade;
- Valorização e promoção do património e da cultura do mar;
- Animação cultural para a infância;
- Animação cultural para idosos;
- CROACI – Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Ílhavo.

A gestão do Programa Ocupação Jovem é assegurada pela Câmara Municipal de Ílhavo, cabendo às entidades acolhedoras a coordenação dos projetos realizados nas suas instalações. Esta lógica de funcionamento assenta na articulação entre o município e o tecido institucional local.

A edição de 2025 contou com a existência de 8 projetos distribuídos ao longo do ano e agrupados em 6 turnos.

Tabela 32. Ocupação Jovem - candidatos por turno.

Turno	Meses	Nº de Candidatos	Nº de Colocados
Turno 1	Janeiro e Fevereiro	17 candidatos	13 colocados
Turno 2	Março e Abril	26 candidatos	15 colocados
Turno 3	Maio e Junho	26 candidatos	13 colocados
Turno 4	Julho	102 candidatos	27 colocados
Turno 5	Agosto	73 candidatos	28 colocados
Turno 6	Novembro e Dezembro	41 candidatos	14 colocados

Fonte: CMI; 2025.

A procura pelo programa tem sido significativa, com maior incidência nos meses de verão, nomeadamente em Julho e Agosto, períodos em que não há atividade letiva, o que revela esta resposta enquanto medida de ocupação de tempos livres e de envolvimento comunitário dos jovens do concelho.

Na edição de 2026, o programa municipal de tempos livres – Ocupação Jovem – apresentará as seguintes alterações:

- 6 turnos com a duração de 50 horas/turno, a realizar em 2 meses ou 1 mês (apenas Julho e Agosto);
- 8 projetos em diversas áreas;
- Bolsa monetária no valor de 3,00 € por hora.

4.2.2. Outras Respostas Locais de Ocupação Jovem

Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo (CASCI)

No domínio da infância e juventude, o CASCI dinamiza, entre outras iniciativas, respostas de ocupação de tempos livres e projetos de intervenção comunitária.

Mediante informação disponibilizada pela entidade, o Centro Comunitário contou com a presença de 130 jovens que incorporaram o Clube Jovem e 27 jovens que incorporaram o seu campo de férias habitual.

Clube Jovem:

Dentro do Clube jovem existem duas atividades:

- Patrulha das Florestas – Atividade que decorre durante o Verão, que prevê a monitorização das florestas, a sensibilização da população para boas práticas e cuidados a ter para prevenção de incêndios florestais;
- Ocupação de Tempos Livres (OTL) de curta duração – Atividades ocupacionais para jovens, durante as férias de Verão, com duração semanal e de temáticas variadas, com o objetivo de sensibilizar os jovens e a população, produzindo conteúdo com impacto comunitário (nas áreas da violência doméstica, igualdade de género, intergeracionalidade e outras), desenvolvidas em parceria com o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ).

Campo de Férias:

- Férias animadas – Campo de férias gratuito, desenvolvido nas últimas semanas de Agosto, para crianças dos 6 aos 13 anos. Tem o objetivo de apoiar as famílias desprotegidas do município.

Contrato Local de Desenvolvimento Social – projeto IRA:

Iniciado em 2025, o projeto dinamizou, durante o verão, o campo de férias - Águas de Agosto - que ocorreu na primeira quinzena de Agosto, direcionado para crianças entre os 6 e 12 anos, tendo como objetivo apoiar as famílias mais desprotegidas do município, cujos destinatários foram encaminhados pelo ASI/NLI ou pela CPCJ.

Outras respostas e iniciativas

O concelho dispõe de outras iniciativas dirigidas à infância e juventude, dinamizadas por **associações ou coletividades temáticas, ou grupos informais**.

Estas iniciativas abrangem áreas como a cultura, o desporto, a educação não formal, o associativismo juvenil e a participação cívica, constituindo espaços relevantes de socialização, aprendizagem e envolvimento comunitário de crianças e jovens.

Embora assumam, na sua maioria, um carácter não permanente ou dependente do voluntariado e da disponibilidade dos seus promotores, este tecido associativo / informal contribui de forma significativa para a promoção da participação juvenil⁶.

A articulação entre estas iniciativas, os programas municipais e as respostas de intervenção social constituem um fator a potenciar para eficácia das respostas dirigidas à infância e juventude.

Síntese Interpretativa: elementos-chave

Os pontos que se seguem sintetizam os principais elementos resultantes da leitura do capítulo.

Relevância estratégica – Num contexto marcado pelo envelhecimento demográfico e por dinâmicas sociais cada vez mais diversificadas, a população jovem constitui um recurso no presente e um elemento central para a sustentabilidade social do território.

Ocupação de tempos livres e participação juvenil – O concelho dispõe de iniciativas promovidas pelo município, com significativa procura. Outras iniciativas assumem um papel complementar.

Programa Municipal de Bolsas de Estágio de Trabalho – na continuidade de edições anteriores, o município integra (desde Março 2025 – Março 2026) 16 jovens em diferentes áreas e serviços.

Articulação entre iniciativas – A análise evidencia a importância da articulação entre programas municipais, entidades locais e projetos financiados, enquanto fator potenciador de sinergias, coerência e sustentabilidade das respostas de ocupação de tempos livres dirigidas à infância e juventude.

A infância e juventude emergem, assim, como uma dimensão transversal do Diagnóstico Social, estreitamente articulada com outros domínios, nomeadamente a família e o cuidado, a educação e a participação comunitária, justificando a autonomização deste capítulo e a sua leitura integrada com os restantes eixos de análise.

⁶ As associações e grupos são referidos no capítulo – 10. Participação Comunitária e Voluntariado Informal.

5. Família e Cuidado

A família continua a assumir um papel determinante na vida das pessoas, enquanto um espaço privilegiado de cuidado, proteção, socialização e construção de vínculos.

A sociologia da família tem vindo a demonstrar que este não é um conceito estático nem homogéneo, mas antes um universo plural, em constante transformação, em função dos percursos de vida e dos contextos sociais, económicos e culturais.

Mais do que uma estrutura formal, a família é hoje reconhecida como uma realidade relacional construída a partir de laços de proximidade, cuidado e responsabilidade mútua, independentemente da sua configuração. Esta diversidade desafia as políticas públicas e as respostas sociais a abordagens abertas, flexíveis, centradas nas pessoas e ajustadas às realidades vividas pelas famílias.

Ao longo do ciclo da vida, e em diferentes momentos e situações, as famílias assumem funções essenciais de cuidado, proteção e apoio, ora no exercício da parentalidade, em contexto de doença, deficiência, dependência, no acompanhamento do envelhecimento ou em situações de perda. Este cuidado, frequentemente assegurado de forma informal, constitui um recurso fundamental para a coesão social, mas pode também gerar sobrecarga, desgaste emocional e vincos de desigualdades, sobretudo quando não é acompanhado por redes de apoio adequadas.

Neste sentido, as famílias surgem simultaneamente como recursos e contextos de vulnerabilidade, sendo a sua capacidade de resposta influenciada pelo acesso a apoios, pela articulação institucional e pelo reconhecimento do seu papel nas políticas sociais. As abordagens contemporâneas sublinham, por isso, a importância da participação das pessoas e das famílias, reconhecendo que os processos de mudança e empoderamento não se produzem apenas através da existência de respostas formais, mas sobretudo através da escuta, do envolvimento e da adaptação contínua dos serviços às dinâmicas que vão emergindo.

No Município de Ílhavo, o apoio à família estrutura-se através de um conjunto de respostas de base e especializadas, desenvolvidas em articulação entre entidades públicas e do setor social, que visam prevenir situações de risco, apoiar transições de vida, reforçar competências e promover o bem-estar familiar. Neste contexto, o Município tem vindo a ser reconhecido (em 2024 pelo 10º ano consecutivo), com a distinção “Autarquia Familiarmente Responsável”, atribuída pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, com base na avaliação de políticas locais dirigidas às famílias e à conciliação entre a vida profissional e familiar.

O presente capítulo reúne as respostas existentes no território no domínio da família e cuidado e integra os contributos recolhidos junto de grupo de pessoas cuidadoras informais, através de uma sessão exploratória e dinâmica participativa realizada no âmbito do Radar Social.

5.1. Respostas Base de Apoio à Família

5.1.1. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) constitui um dos pilares do sistema local de proteção, intervindo em situações em que os direitos e o bem-estar das crianças e jovens se encontram em risco, em estreita articulação com as famílias e os serviços do território.

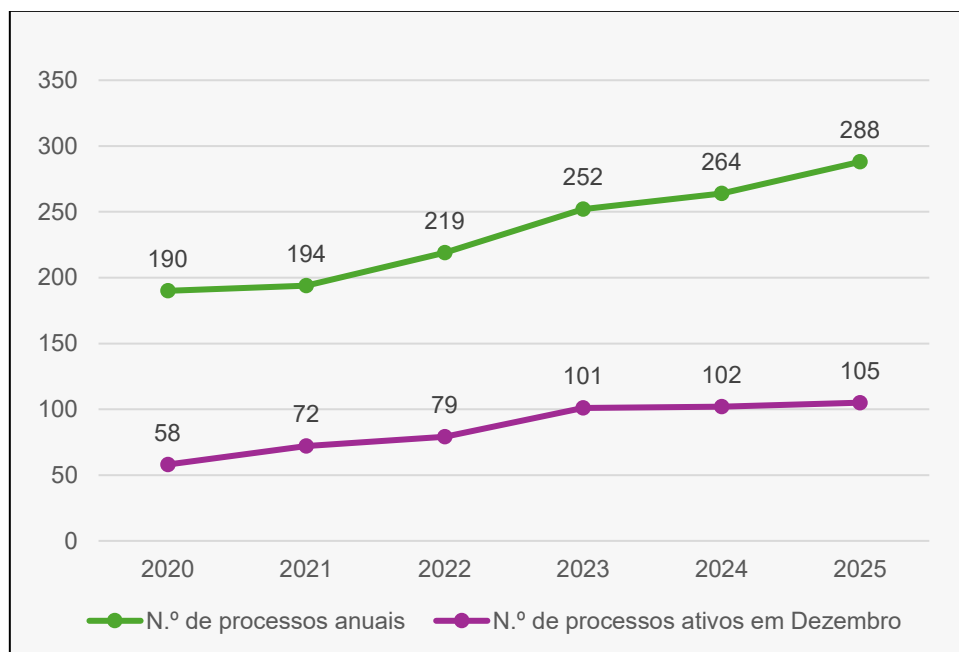
De acordo com o artigo 2.º da Lei n.º 142/2015, de 8 de Setembro, que alterou a Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, as CPCJ são instituições oficiais, não judiciárias, com autonomia funcional, que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. O seu funcionamento rege-se por princípios de legalidade, imparcialidade e independência, sendo orientado pelo interesse superior da criança e do jovem.

Nos termos da lei, a CPCJ funciona em duas modalidades: a comissão restrita, responsável pela intervenção direta nas situações de perigo e pela gestão dos processos, e a comissão alargada, com competências no domínio da promoção dos direitos e da prevenção das situações de risco, desenvolvendo ações de caráter preventivo em articulação com entidades da comunidade.

No concelho de Ílhavo, a CPCJ desenvolve um trabalho continuado de acompanhamento às crianças, jovens e respetivos agregados familiares, com vista à superação das situações de perigo diagnosticadas e à promoção do seu desenvolvimento integral. Esta intervenção assenta numa lógica de atuação em rede, exigindo uma articulação estreita com entidades com competência em matéria de infância e juventude, nomeadamente nos domínios da educação, saúde, ação social, forças de segurança e outras respostas locais relevantes.

Processos

Gráfico 24. Evolução de n.º de processos entre 2020 - 2025.



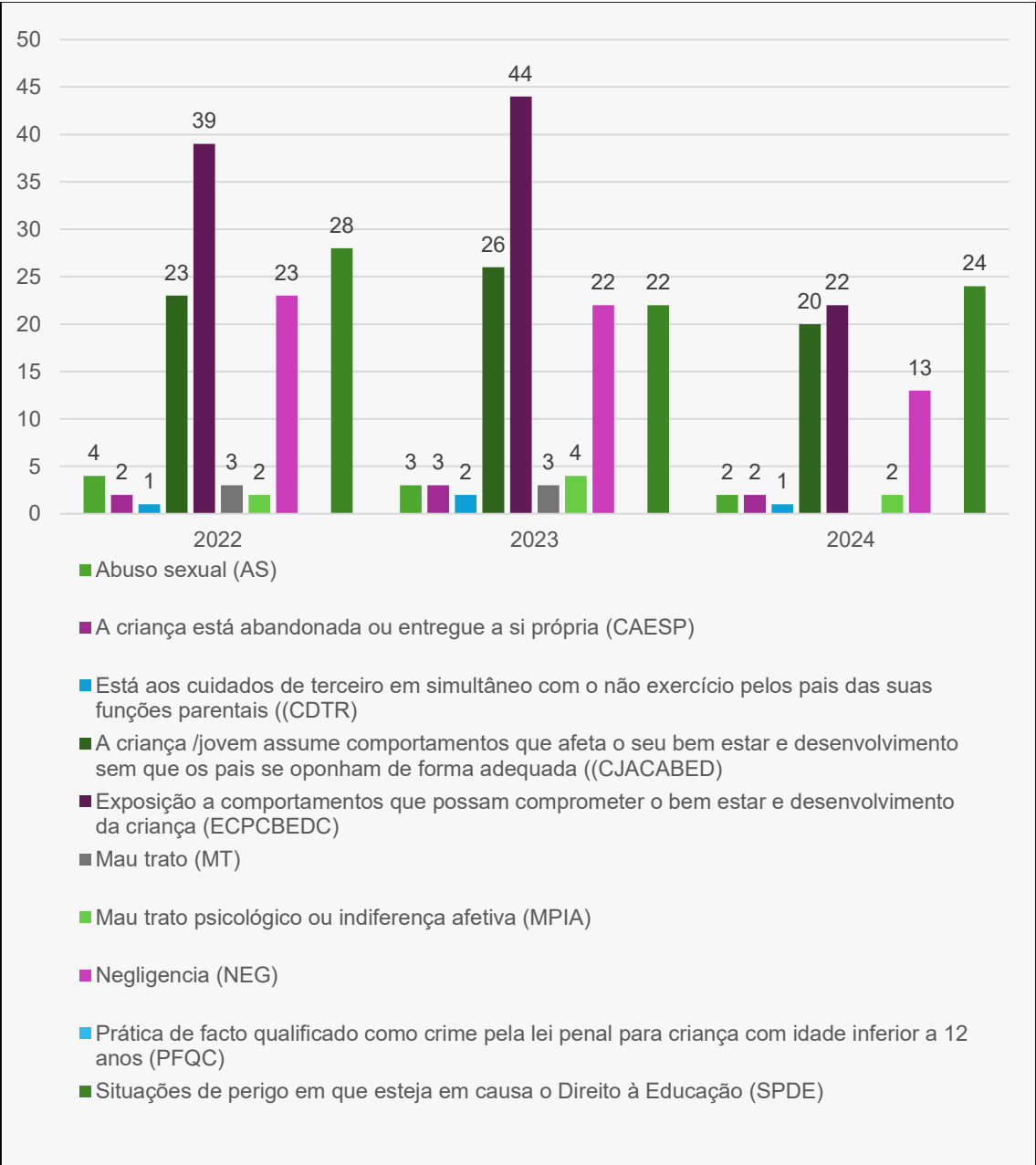
Fonte: CPCJ de Ílhavo; 2020-2025.

Entre 2020 e 2025 verifica-se um **crescimento contínuo** do número de processos acompanhados pela CPCJ, passando de 190 processos em 2020 para 288 em 2025. Este aumento é mais expressivo a partir de 2022, podendo refletir quer o agravamento ou maior visibilidade das situações de perigo, quer o reforço dos mecanismos de sinalização e intervenção no território.

O número de processos ativos no último mês de cada ano acompanha esta evolução, aumentando de 58 processos ativos em 2020 para 105 em 2025. Este crescimento evidencia a **complexidade e duração dos acompanhamentos**, com impacto direto na carga de trabalho da CPCJ e na necessidade de articulação continuada com as respostas locais.

Situações de perigo

Gráfico 25. Situação de perigo diagnosticada (2022-2024).



Fonte: CPCJ de Ílhavo; 2022-2025

Na análise temporal entre 2022 e 2024 observa-se a predominância de situações associadas ao contexto familiar e relacional, com especial destaque para a exposição da criança ou jovem a comportamentos que comprometem o seu bem-estar e desenvolvimento, bem como para situações de negligência e maltrato psicológico ou indiferença afetiva.

Ao longo dos três anos em análise, a exposição a comportamentos de risco no seio familiar surge de forma consistente como uma das situações mais frequentes, registando valores elevados em 2022 e 2023 e uma redução em 2024. Um dado que poderá refletir alterações nos contextos familiares, mas também diferentes momentos de sinalização e intervenção.

As situações de negligência surgem igualmente com uma expressão significativa, embora com uma diminuição entre 2023 e 2024, o que pode indiciar efeitos positivos das medidas de acompanhamento e capacitação familiar, sem excluir a possibilidade da reclassificação das situações.

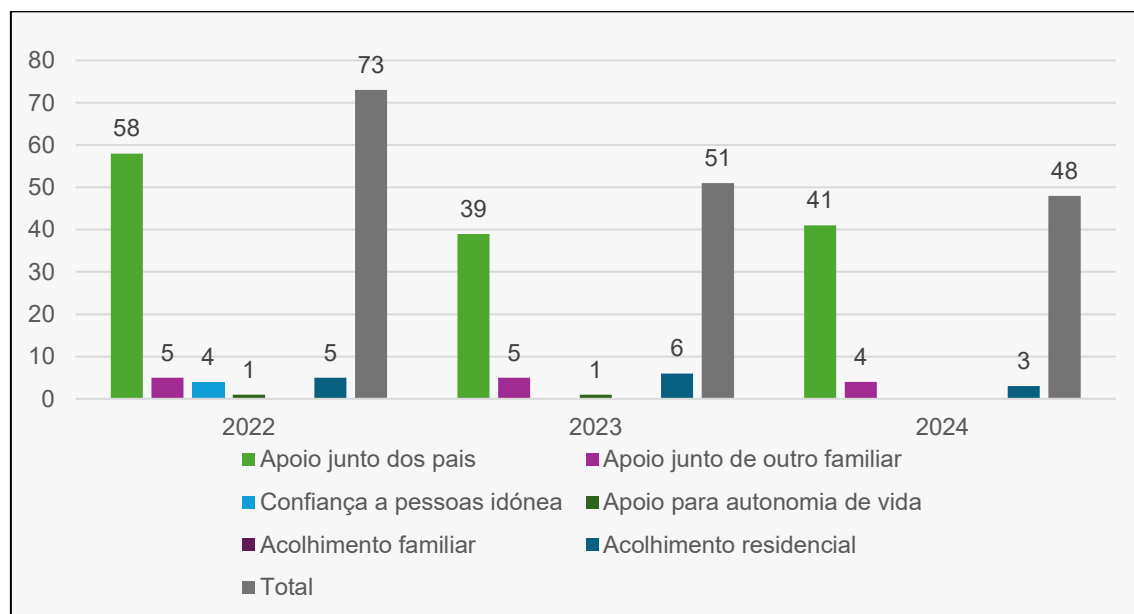
Relevante também a presença longitudinal das situações em que a criança ou jovem assume comportamentos que afetam o seu desenvolvimento, a indiciar a fragilidade do próprio meio familiar.

As situações de abuso sexual, maus-tratos físicos e maus-tratos psicológicos apresentam valores mais reduzidos, mas persistentes, reforçando a necessidade de uma atenção continuada, dado o elevado impacto destas situações no desenvolvimento integral das crianças e jovens.

De forma global, o padrão observado aponta para a importância de intervenções integradas e preventivas, centradas no fortalecimento das competências parentais, na proteção das crianças e jovens e na articulação entre a CPCJ e as restantes respostas locais, nomeadamente nas áreas da ação social, saúde e educação.

Medidas de promoção e proteção

Gráfico 26. Medidas de promoção e proteção.



Fonte: CPCJ de Ílhavo; 2022-2025

Relativamente às medidas de promoção e proteção aplicadas entre 2022 e 2024, verifica-se uma diminuição do número total de medidas, passando de 73 em 2022 para 51 em 2023 e 48 em 2024.

Esta redução pode refletir diferentes fatores, entre os quais alterações no volume de sinalizações, maior eficácia de intervenções preventivas ou ajustes nos critérios e dinâmicas de acompanhamento.

Entre as várias medidas de promoção e proteção, o apoio junto dos pais assume-se, de forma consistente, como a medida mais aplicada ao longo do triénio, apesar de uma redução significativa entre 2022 (58 medidas) e 2023 (39 medidas). Esta predominância revela os princípios da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e os esforços na manutenção da criança no seu contexto familiar, reforçando competências parentais.

O apoio junto de outro familiar apresenta valores residuais e estáveis ao longo dos três anos (5 em 2022 e 2023; 4 em 2024), o que sugere que o recurso à família alargada ocorre de forma pontual, quando o agregado familiar não reúne condições adequadas para assegurar a proteção da criança.

Nos 3 anos, as medidas de confiança a pessoa idónea e apoio à autonomia de vida foram parcas e praticamente inexistentes em 2023 e 2024, assim como o acolhimento familiar.

O acolhimento residencial, embora com valores baixos, mantém-se presente nos três anos, com um ligeiro aumento em 2023 (6 medidas) face a 2022 (5 medidas), seguido de uma diminuição em 2024 (3 medidas). Dado que a traduzir esforços no sentido da redução do recurso a medidas mais restritivas, privilegiando soluções em meio natural de vida sempre que possível.

Ações Desenvolvidas em 2024

Durante ano de 2024, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Ílhavo promoveu diversas ações de prevenção, sensibilização e capacitação da comunidade, no âmbito da proteção das crianças e jovens, desenvolvidas em articulação com várias entidades locais e regionais.

As iniciativas incidiram em 2 grandes áreas temáticas: o Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância e para a promoção dos Direitos da Criança, recorrendo a estratégias de comunicação social, ações educativas, iniciativas simbólicas na comunidade e formação de profissionais.

Ações desenvolvidas no âmbito o mês de prevenção de maus-tratos:

Abril | mote: “Ílhavo Azul é Cool” – #ilhavoazulécool

- Dinamização de 4 programas na Rádio Terra Nova, abordando os temas: o que são os maus-tratos na perspetiva das crianças e jovens; o papel da CPCJ e formas de proteção; identificação de maus-tratos; sinais de alerta.
- Campanha de sensibilização comunitária “Ílhavo Azul é Cool”, com divulgação de conteúdos informativos e imagens nas redes sociais da CPCJ e no Instagram, em colaboração com uma Associação de Estudantes.
- Iluminação simbólica de edifícios públicos em azul, promovendo a consciencialização da comunidade para a prevenção dos maus-tratos na infância.

- Colocação de laços azuis em locais estratégicos da comunidade, no edifício da CPCJ e entrega de laços azuis a profissionais de diferentes áreas.
- Realização de 3 Operações STOP, no âmbito do Programa Escola Segura, com ações de sensibilização para a proteção das crianças e jovens.
- Realização de uma ação de sensibilização na Biblioteca Municipal de Ílhavo, dirigida a crianças, com o objetivo de promover o conceito de cuidado e capacitá-las para reconhecer e sinalizar situações de risco.

Ações Desenvolvidas no Âmbito da Promoção dos Direitos da Criança

Outubro a Dezembro de 2024

- Dinamização de ações de sensibilização na comunidade, recorrendo a jogos tipo quiz, com o objetivo de promover o conhecimento dos Direitos da Criança de forma lúdica e participativa.
- Elaboração e divulgação de um flyer informativo com conteúdos sobre os Direitos da Criança, dirigido à comunidade em geral.
- Realização de dois momentos de formação dirigidos a docentes e profissionais de saúde, com foco na identificação, prevenção e intervenção em situações de risco envolvendo crianças e jovens.

5.1.2. Gabinete de Apoio à Família (GAF)

No âmbito do Plano Municipal de Apoio à Família, a Câmara Municipal de Ílhavo promove, desde Junho de 2017, o Gabinete de Apoio à Família (GAF), orientada para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida das famílias residentes no concelho.

O GAF constitui-se como um serviço de proximidade, dirigido a todas as famílias, nas diferentes fases do seu ciclo vital, com o propósito de potenciar as suas competências, apoiar a adaptação a crises esperadas e inesperadas e proporcionar uma resposta global e integrada aos problemas e desafios familiares. A intervenção desenvolvida assenta numa lógica de intervenção comunitária, de prevenção primária e secundária, mobilizando recursos próprios do Município e promovendo o encaminhamento articulado para respostas existentes na comunidade.

Integram na equipa multidisciplinar do GAF recursos internos da Autarquia dos domínios serviço social, psicologia, gerontologia.

Objetivos

O objetivo geral do GAF é potenciar a família nas suas diferentes dimensões, proporcionando uma resposta global e integrada aos problemas ou desafios com que se depara ao longo do seu ciclo vital.

Constituem objetivos específicos do GAF:

- Apoiar as famílias na gestão de problemas familiares decorrentes de processos de adaptação a crises esperadas e inesperadas, ao longo de todas as fases do ciclo vital;
- Promover uma resposta integrada, baseada na (re)ativação das competências familiares;
- Esclarecer dúvidas relativas ao desenvolvimento de crianças e jovens e aconselhar soluções adequadas;
- Fomentar relações familiares e práticas de parentalidade positiva promotoras do desenvolvimento saudável de crianças e jovens;
- Apoiar as famílias na resposta a necessidades da população idosa, nomeadamente ao nível da proteção, acompanhamento da saúde e promoção do envelhecimento ativo;
- Informar e encaminhar as famílias para recursos existentes na comunidade, nas áreas do apoio social, saúde, infância, juventude e envelhecimento;
- Disponibilizar uma resposta especializada de intervenção sistémica familiar, sempre que não existam respostas alternativas adequadas na comunidade;
- Desenvolver ações de informação, sensibilização e projetos psicoeducativos, de prevenção primária e secundária, dirigidos a problemáticas relevantes da vida familiar.

Destinatários

O GAF destina-se a todas as famílias residentes no concelho de Ílhavo, acompanhadas ou não por outras entidades, independentemente da fase do ciclo vital em que se encontrem.

Áreas de Atuação e Ações Desenvolvidas

A intervenção do GAF organiza-se em quatro áreas de atuação principais:

- **Ação1 – Apoio à Família**
Aconselhamento, avaliação e encaminhamento das famílias para respostas especializadas, internas ou externas ao Município, no apoio à gestão de dificuldades familiares e situações de crise.
- **Ação 2 – Terapia Familiar e Terapia de Casal**
Intervenção psicoterapêutica breve, centrada em soluções, dirigida a famílias e casais residentes no concelho, mediante contratualização do processo de intervenção.
- **Ação 3 – Educação Parental**
Desenvolvimento de ações universais ou seletivas de carácter psicoeducativo, destinadas a apoiar pais e cuidadores na compreensão das necessidades sociais, emocionais, psicológicas e físicas das crianças e jovens, promovendo relações familiares mais positivas e funcionais.
- **Ação 4 – Apoio aos Desafios do Envelhecimento**

Avaliação, diagnóstico e encaminhamento de situações familiares associadas à proteção de pessoas idosas, adaptação a doenças crónicas, apoio a cuidadores informais e promoção do envelhecimento ativo, em articulação com a equipa Maior Idade.

Funcionamento

O acesso ao GAF pode ser efetuado por iniciativa direta das famílias, através de contacto telefónico ou formulário online, bem como por encaminhamento de entidades parceiras. Todos os pedidos são sujeitos a triagem e análise técnica, sendo posteriormente agendado atendimento com o profissional mais adequado.

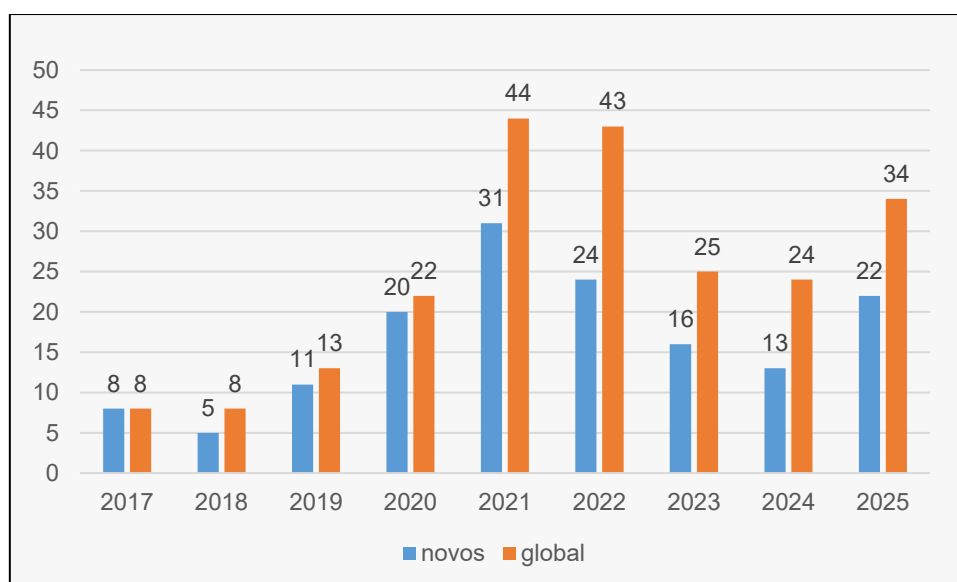
Em função da avaliação realizada, as situações podem dar origem a:

- Intervenção direta do GAF, nomeadamente no âmbito da Terapia Familiar ou de Casal;
- Encaminhamento para recursos e respostas da comunidade ou para programas e serviços municipais nas áreas da família, infância, juventude e envelhecimento.

Para além da intervenção individual e familiar, o GAF desenvolve ainda atividades de carácter preventivo, como ações de sensibilização, oficinas temáticas e programas de educação parental, em articulação com parceiros estratégicos da comunidade.

Processos

Gráfico 27. N.º de processos por ano (2017 - 2025).



Fonte: GAF da CMI, 2025.

Desde o início da sua atividade, o Gabinete de Apoio à Família (GAF) registou um total de 221 famílias apoiadas, refletindo uma procura consistente deste serviço ao longo dos anos. A análise da evolução

anual dos pedidos evidencia um maior volume de solicitações nos anos de 2021 e 2022, período em que o apoio prestado pelo Gabinete assumiu particular relevância no contexto local.

No ano de 2025, e até meados do mês de Outubro, o GAF recebeu 22 novos pedidos de apoio. No entanto, ao longo desse ano, o acompanhamento abrangeu 34 famílias, considerando a continuidade de 12 processos transitados de anos anteriores, que se encontravam em acompanhamento ativo.

Origem dos pedidos e Acesso ao Serviço de Apoio

Relativamente aos processos acompanhados em 2025, verifica-se que a origem dos pedidos resultou maioritariamente da iniciativa direta das próprias famílias, que corresponderam a 26 situações, motivadas pelo conhecimento do serviço através dos meios de comunicação social ou por indicação de elementos da comunidade. Foram 8 pedidos que tiveram origem em encaminhamentos efetuados por equipas de serviços e outras entidades parceiras, nomeadamente a EMACE e a CPCJ, evidenciando a articulação interinstitucional existente.

No que respeita às modalidades de acesso ao serviço, destaca-se o formulário online como o meio preferencial utilizado pelas famílias, tendo sido adotado em 21 dos 26 pedidos realizados em 2025 (até Outubro) por iniciativa direta, o que demonstra a importância deste canal enquanto instrumento facilitador do acesso ao apoio.

Educação Parental

A Educação Parental constitui uma das áreas de intervenção do GAF, concretizada através da dinamização de sessões integradas em programas temáticos, centrados na parentalidade, no desenvolvimento familiar e no desenvolvimento de crianças e jovens. Estes programas são desenvolvidos em parceria com entidades da comunidade e podem assumir uma natureza universal, (dirigida a todos os pais e encarregados de educação de determinadas faixas etárias), ou seletiva, direcionada a famílias em que se identificam fatores de risco associados ao exercício da parentalidade.

No ano de 2025, entre os meses de Fevereiro e Junho, foi implementado o projeto-piloto de educação parental “Crescer Juntos”, destinado a pais e encarregados de educação de crianças em idade pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico. O projeto resultou da articulação entre o GAF, EMACE e o Agrupamento de Escolas de Ílhavo.

Este projeto-piloto assumiu um carácter universal e integrou um conjunto de cinco sessões, realizadas com periodicidade mensal, abordando temas relevantes para o exercício da parentalidade, nomeadamente:

- Comunicação com crianças;
- Sucesso escolar;
- Birras, frustração e gestão emocional;
- Regras, limites, elogios e recompensas;

- Prevenção do bullying.

De acordo com o documento de balanço de 2025 do GAF, a avaliação do projeto-piloto evidenciou uma boa adesão das famílias e feedback positivo, destacando-se a pertinência dos temas abordados e a adequação do modelo de intervenção. Em resultado desta avaliação, o projeto “Crescer Juntos” foi consolidado enquanto resposta de educação parental, encontrando-se atualmente em continuidade no ano letivo 2025/2026, mantendo o seu carácter universal e focado na promoção de competências parentais e sócio emocionais, em articulação com a comunidade educativa.

5.1.3. Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental “Sou capaz!...” constitui uma resposta especializada de apoio à família, sendo o centro da sua atuação as crianças, os jovens e respetivo agregado familiar.

Integra uma das respostas promovidas e desenvolvidas pela IPSS – Obra da Providência e visa promover o bem-estar infantil e juvenil, prevenir situações de risco psicossocial e fortalecer as competências parentais.

Finalidade e objetivos principais

- Intervenção familiar intensiva junto de famílias com dificuldades significativas;
- Reforço das competências parentais e promoção de ambientes familiares seguros, estruturados e afetivos;
- Prevenção de medidas de afastamento ou institucionalização de crianças e jovens;
- Apoio à reintegração familiar em casos de acolhimento.

Tipos de acompanhamento

- Acompanhamento individual ou familiar;
- Grupos psicoeducativos e sessões de competências parentais;
- Visitas domiciliárias ao contexto habitacional das famílias;
- Intervenção em situações complexas de negligência, violência doméstica ou pobreza;
- Promoção de encontros protegidos e reconstrução de vínculos afetivos quando necessário.

Encaminhamentos e articulação

O CAFAP atua como um complemento e em articulação com a CPCJ, o GAF e o GAAF, de modo a garantir o suporte integrado às famílias na prevenção e proteção de situações de perigo e na promoção da resiliência familiar.

5.1.4. Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF)

O Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), localizado na Escola Secundária da Gafanha da Nazaré, é um serviço especializado de apoio educativo a alunos e respetivas famílias, coordenado por docentes e psicólogos. Está inserido no Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário, no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, e funciona em estreita articulação com os serviços e instituições da comunidade envolvente.

Objetivos

- Contribuir para o sucesso escolar;
- Prevenir o absentismo e o abandono escolar;
- Prevenir situações de indisciplina e situações de risco;
- Promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos;
- Envolver e comprometer as famílias com a escola;
- Fomentar relações de cooperação entre os diversos intervenientes da comunidade educativa.

Áreas de intervenção

- Educação parental: apoio a Pais/Encarregados de Educação para acompanhamento do percurso escolar e desenvolvimento pessoal dos filhos;
- Desenvolvimento de competências dos alunos: sessões de autoconhecimento, autoestima, resolução de problemas e habilidades sociais;
- Formação do pessoal docente e não docente: capacitação para reflexão e aquisição de novas práticas educativas e relacionais.

5.1.5. Apoio ao Luto

O apoio ao luto surge como uma resposta psicossocial relevante em momentos de transição e perda, contribuindo para o bem-estar emocional das pessoas e das famílias em diferentes fases da vida. O processo de luto pode implicar alterações significativas ao nível emocional, relacional e social, estando frequentemente associado a situações de solidão, isolamento e fragilização das redes de suporte, o que reforça a importância de respostas comunitárias de proximidade neste domínio.

Neste enquadramento, a Câmara Municipal de Ílhavo desenvolve o Programa de Apoio ao Luto. Este programa integra diversas respostas comunitárias de proximidade:

- Uma Comissão Consultiva de Apoio ao Luto — criada com o objetivo de fomentar uma comunidade mais compassiva e solidária face aos processos de perda;

- Um ciclo regular de oficinas mensais de sensibilização e reflexão sobre temas relacionados com o luto e as suas múltiplas dimensões, promovidas no Laboratório do Envelhecimento e orientadas por especialistas, que visam promover a expressão emocional, estratégias de enfrentamento e literacia emocional junto da comunidade;
- Os Grupos de Partilha para Apoio a Pessoas em Luto (GPAPL), enquanto resposta estruturada de apoio psicossocial dirigida a pessoas em processo de luto.

Os GPAPL funcionam como grupos fechados, com orientação técnica, a proporcionar um espaço seguro, acolhedor e livre de julgamentos, que favorece a partilha de vivências, emoções e dificuldades associadas à perda de um ente querido.

Os grupos têm como principais objetivos apoiar as pessoas em luto na adaptação à nova realidade, promover o bem-estar emocional, reduzir o isolamento social e a solidão, e fomentar estratégias de autocuidado e de adaptação, contribuindo simultaneamente para uma comunidade mais solidária e compassiva.

Em 2025, foram dinamizados três grupos GPAPL, com uma estrutura e metodologia comum. Cada grupo, participação de 5 a 6 pessoas com assiduidade e adesão estáveis ao longo das 8 sessões.

As sessões abordaram, de forma transversal, temas relacionados com o processo de luto e as suas manifestações, o impacto da perda nas diferentes áreas da vida, a identificação de dificuldades, o desenvolvimento de estratégias resilientes e de autocuidado, bem como o significado da perda, a memória e a continuidade dos laços, permitindo uma abordagem integrada e gradual ao longo do percurso grupal.

Os GPAPL foram orientados por psicólogos clínicos, assegurando o acompanhamento técnico dos participantes e a adequação da intervenção às necessidades identificadas.

O acesso aos grupos processou-se mediante inscrição, seguida de contacto telefónico para enquadramento e triagem, permitindo avaliar a adequação da resposta grupal e proceder ao encaminhamento para outras respostas especializadas sempre que necessário.

Esta resposta, a fazer parte integrante de uma lógica de intervenção comunitária de proximidade, complementa outras respostas existentes no território em reforço à atenção das necessidades de saúde mental e bem-estar emocional da população.

5.1.6. Grupo de Apoio ao Cuidador Informal

Cuidar pode ser entendido como algo inato ao ser humano. Desde o nascimento em que somos particularmente vulneráveis e dependentes, passando pela fase adulta em que, nas diversas vertentes, vamos dependendo de terceiros, até à finitude, em que, não raras vezes, nos tornamos dependentes de quem nos cuide.

O Cuidar é transversal. Todos necessitam de Cuidado ao longo da sua vida, independentemente da idade, condição financeira, cultura, entre outros.

Uma comunidade que visa o Cuidado, é compassiva e reconhece o ato como sendo uma missão.

Ser Cuidador é estar ao lado do outro, incondicionalmente, quer no que concerne às necessidades físicas, psicológicas, emocionais e de desenvolvimento.

O Estatuto do Cuidador Informal (ECI), foi aprovado pela Lei nº 100/2019, de 6 de Setembro preconizando a regulação dos direitos e os deveres do Cuidador Informal (CI) e da Pessoa Cuidada (PC).

Neste sentido, foi publicado o Decreto Regulamentar nº 1/2022, de 10 de Janeiro, que esclareceu os termos e condições do reconhecimento do ECI, bem como as medidas de apoio aos CI e PC. Com o Decreto Regulamentar, visava-se:

- Reconhecer e valorizar a função social dos CI;
- Regular o procedimento de reconhecimento do estatuto de CI;
- Definir as medidas de suporte, capacitação e apoio aos CI;
- Simplificar a ativação de recursos da comunidade;
- Disponibilizar aos CI apoio técnico especializado, através dos Profissionais de Referência (PR) da saúde e da segurança social, nos termos a definir no Plano de Intervenção Específico (PIE);
- Incentivar os CI promovendo a manutenção das pessoas cuidadas no domicílio, com respeito à vontade da própria PC e da avaliação efetuada no PIE

Assim, em finais de 2022, tivemos conhecimento dos primeiros requerimentos que haviam sido deferidos. O trabalho de Parceria das duas áreas foi imediato e fluido, pelo que, no início de 2023 foram realizados os primeiros contactos e visitas, convidando os Cuidadores a subscreverem um Plano de Intervenção Específico (PIE).

Esse PIE inicialmente apenas previa e oficializava, o acompanhamento que as PR promoviam aos Cuidadores, nomeadamente, no que concerne ao acompanhamento/orientação e encaminhamento necessários face a necessidades observadas ou apresentadas pelos mesmos.

Por se considerar que poderiam ir mais além das visitas e atendimentos, a Unidade de Cuidados na Comunidade – UCC Laços de Mar e Ria, desenhou um recurso de apoio aos Cuidadores que se tem tornado num espaço aberto que visa ser o que os mesmos quiserem que seja.

Sob a designação “Cuidar de Mim para Cuidar do Outro”, o programa proporciona um apoio, tão estruturado e contínuo, quanto à vontade dos Cuidadores. Com colaboração da profissional de Referência da Segurança Social, e posteriormente contributo da Técnica da Maioridade, surge plano de ação, para sessões mensais, com temas diferenciados, chamando a si Parceiros internos e externos para apresentação/debate de temas considerados pertinentes e enriquecedores no que concerne às necessidades dos Cuidadores. As sessões, de cerca de 90 minutos, decorrem no Laboratório do Envelhecimento da Câmara Municipal de Ílhavo, com periodicidade mensal e baseadas num plano anual de atividades.

Têm como objetivos a capacitação dos cuidadores, a promoção do autocuidado, a prevenção da sobrecarga física e emocional e a partilha de experiências, através de ações de informação, sensibilização e apoio psicossocial.

Cada Cuidador Informal, reconhecido com Estatuto, beneficia, se assim o desejar, de visitas conjuntas dos Profissionais de referência (Saúde e Segurança Social), que se realizam maioritariamente às segundas-feiras, e ainda que tenham periodicidade semestral, são também realizadas sempre que o Cuidador assim o deseje. Estas visitas focam-se no CI, permitindo a avaliação das suas necessidades e convidando à subscrição de Plano de Intervenção Específica (PIE). Este PIE formaliza o acompanhamento e vai sendo construído conforme as necessidades do Cuidador e o seu grau de exaustão. Quando necessário, avança-se para o encaminhamento para outras respostas sociais, de saúde ou comunitárias.

No que concerne a números, desde 18 de Outubro de 2022 foram registados 96 processos, dos quais 31 se encontram cessados (principalmente por óbito da pessoa cuidada ou por situações de mobilidade para outros concelhos). No início de 2026, existem 65 processos ativos, sendo que 57 cuidadores dispõem de PIE em acompanhamento. Esta diferença, decorre do facto de não ser obrigatório o PIE e alguns Cuidadores considerarem não haver mais-valia no acompanhamento pelos Profissionais de Referência.

O público-alvo são cuidadores informais de pessoas em situação de dependência, sendo que, no acompanhamento, quando se considera haver mais-valia na articulação com outros Serviços/Respostas, tal é realizado, por exemplo, SAD, SAAS ou RNCCI no âmbito do descanso do Cuidador.

Entrevista à equipa técnica do Grupo de Apoio ao Cuidador Informal

A complementar a descrição deste recurso e aprofundar a perceção e compreensão da equipa técnica sobre as necessidades e desafios das pessoas cuidadoras, a equipa do Radar Social realizou, a 25 de Novembro de 2025, uma entrevista semiaberta com o Grupo de Apoio ao Cuidador Informal. Participaram nesta entrevista os 4 elementos técnicos:

- Duas enfermeiras da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC Laços de Mar e Ria – Ílhavo), responsáveis pelo acompanhamento clínico e comunitário das pessoas cuidadoras e pessoas cuidadas no concelho;
- Técnica de intervenção social da Segurança Social, com função de acompanhamento e articulação de respostas sociais;
- Técnica da Câmara Municipal de Ílhavo, da área da Maior Idade.

Foram abordadas cinco áreas principais:

Realidade dos cuidadores informais – A equipa identificou que os CI são, maioritariamente, familiares próximos (cônjuges, filhos ou filhas, mães), a maior parte em idade ativa que deixaram de trabalhar para cuidar dos familiares. Muitos não têm requisitos para beneficiar do Subsídio de Apoio

ao Cuidador Informal (SACI), dado que o mesmo, entre outros, tem em linha de conta a condição de recurso do agregado familiar. O universo de pessoas cuidadoras é muito heterogéneo. Refletiram da premência de incrementar mais vagas no âmbito da RNCCI – tipologia de Descanso do Cuidador, ainda que, muitas vezes, os Cuidadores não o verbalizem, ou mesmo o reconheçam, face à dificuldade que têm em “deixar” a pessoa Cuidada.

Necessidades e vulnerabilidades – As principais necessidades identificadas foram de carácter financeiro, face às despesas associadas ao cuidado, e de apoio psicológico, devido à sobrecarga e exaustão emocional. A equipa partilhou que algumas pessoas que cuidam desconhecem os apoios existentes, enquanto outras, devido à exaustão, apresentam dificuldade em fazer valer os seus direitos, quer pela complexidade burocrática, quer por falta de informação. Os PR têm aqui uma palavra importante.

Fatores que ajudam no cuidado – Pela perceção da equipa, os elementos de apoio mais eficazes incluem o programa “Cuidar de Mim para Cuidar do Outro”, as visitas domiciliárias, que constituem um espaço de partilha individual, personalizado e de orientação para os recursos existentes, como centros de dia. As sessões mensais em grupo contribuem para a capacitação e para a partilha de experiências de quem cuida.

Necessidades emergentes e prioridades futuras – Entre as principais prioridades referidas pelo grupo, estão:

- Acesso mais célere e facilitado a Produtos de Apoio/Ajudas Técnicas;
- Face à escassez de vagas de Descanso do Cuidador pela RNCCI, possível criação de espaços de descanso para pessoa Cuidada, por exemplo camas em ERPI/lar residencial, rotativas e com comparticipação municipal;
- Desenvolvimento de voluntariado de proximidade para apoio a quem cuida, com formação específica na área da saúde, competências transversais e supervisão profissional;
- Marketing social sobre ECI, permitindo reforço da articulação entre entidades e garantindo informação clara sobre direitos e procedimentos.

Esta informação contribui para um retrato mais completo das necessidades, vulnerabilidades e apoios aos CI no concelho, reforçando a importância de respostas integradas, acessíveis e sustentáveis no contexto local.

5.2. Medidas e Apoios Complementares à Família

5.2.1. Cartão Família

O Cartão Família foi criado com o objetivo de proporcionar às famílias residentes em Ílhavo há mais de um ano, e com agregados familiares compostos por três ou mais elementos dependentes (incluindo pessoas com deficiência e pessoas idosas com dependência), o acesso a diversos benefícios na aquisição de bens e serviços, disponibilizados por entidades públicas e privadas do município.

As famílias titulares do cartão usufruem de descontos nas piscinas municipais, acesso a atividades culturais, participações na componente de apoio à família do Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, bem como benefícios em áreas como saúde, cultura, educação e desporto, estendendo-se ainda a uma rede de parceiros privados.

Em Outubro de 2025, encontravam-se ativos 72 Cartões Família.

5.2.2. Outras Respostas Locais

Em conformidade com a Carta Social do Município em vigor, existem no concelho outras respostas locais complementares e contribuir para o apoio a famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade:

- Centro Comunitário – com diversas atividades de suporte a pessoas e suas famílias – CASCI;
- Gabinete de Apoio Psicossocial – com apoio psicológico e orientação social, promovendo equilíbrio emocional e resiliência - Junta de Freguesia São Salvador;
- Lojas Sociais e distribuição de bens essenciais – disponibilização de vestuário e bens de primeira necessidade por diferentes entidades locais, incluindo Obra da Providência, Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Nazaré, Conferência Vicentina de N.ª Senhora do Rosário de Fátima de Ílhavo e Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação; CASCI;
- Banco de Produtos de Apoio – empréstimo de equipamentos de apoio à mobilidade, promovendo autonomia e bem-estar familiar – CERCIAV, CASCI, Junta de Freguesia São Salvador, ULSRA, Câmara Municipal de Ílhavo.

5.3. Participação no Diagnóstico Social – sessão com pessoas cuidadoras informais

No âmbito do Radar Social, foi realizada uma sessão exploratória com pessoas cuidadoras informais, com o objetivo de contribuir para um diagnóstico mais próximo da realidade vivida por este grupo, através da recolha de perceções, experiências e contributos relativos aos desafios do cuidar, aos apoios existentes, às necessidades sentidas no território e às estratégias de bem-estar no quotidiano.

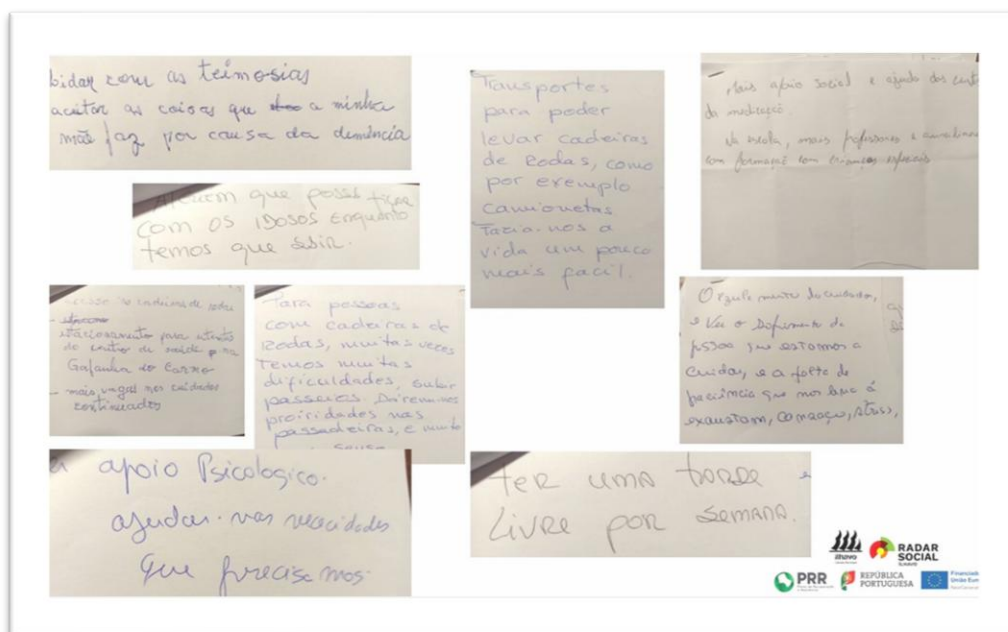
A sessão decorreu em articulação com o Grupo de Apoio ao Cuidador, reforçando uma abordagem colaborativa e participada, valorizando o conhecimento experiencial das pessoas cuidadoras enquanto agentes fundamentais na resposta social de proximidade.

Caracterização da sessão

- N.º de participantes: 10 pessoas cuidadoras informais;
- Data: 13 de Outubro de 2025;
- Local: Laboratório do Envelhecimento;
- Metodologia: dinâmica participativa de registo e partilha livre de contributos, organizada em quatro campos temáticos.

Os participantes registaram e partilharam livremente as suas experiências, percepções e opiniões, num espaço seguro de escuta e reconhecimento mútuo.

Figura 6. Registos escritos pelas pessoas cuidadoras informais durante a sessão exploratória, no âmbito do Radar Social (13 de Outubro de 2025).



Campos explorados – análise qualitativa dos contributos

a) Desafios e dificuldades no quotidiano do cuidar - Os contributos revelam um elevado desgaste emocional e físico, associado à intensidade e continuidade do papel de cuidador. Destacam-se:

- o sofrimento de assistir à dor ou deterioração da pessoa cuidada;
- a exaustão, cansaço e stress, frequentemente ligados à falta de paciência e à sobrecarga diária;
- a escassez de tempo próprio e a dependência dos ritmos institucionais (“nos serviços temos de esperar o tempo deles”);
- a gestão de crises, rotinas exigentes e imprevisibilidade;
- o medo de falhar ou de não ter força suficiente para continuar;
- dificuldades específicas associadas à demência, nomeadamente lidar com teimosias e aceitar mudanças de comportamento;
- a preocupação constante com o bem-estar de filhos ou familiares dependentes.

Estes relatos evidenciam a dimensão emocional profunda do cuidar e a necessidade de respostas que reconheçam esta carga invisível.

b) Recursos e apoios existentes - Os elementos participantes identificam alguns apoios relevantes no território, destacando:

- o Laboratório do Envelhecimento, através do programa “*Cuidar de Mim para Cuidar do Outro*”, referido de forma consistente como apoio estruturante;
- o papel das enfermeiras, da médica de família e do Hospital de Aveiro;
- a Segurança Social;
- o apoio informal de vizinhos.

Apesar da existência destes recursos, as pessoas partilham que os apoios são, muitas vezes, insuficientes face à intensidade das necessidades.

c) Necessidades identificadas no concelho - As necessidades expressas centram-se em três grandes eixos:

- Apoio social e financeiro, nomeadamente ajuda nos custos de medicação;
- Acessibilidades e mobilidade, com forte ênfase em:
 - rampas e passeios mais largos;
 - transportes adaptados (ex.: autocarros que permitam cadeiras de rodas);
 - estacionamento adequados;
- Respostas sociais e educativas, incluindo:
 - mais professores e auxiliares com formação para lidar com crianças com necessidades especiais;
 - educação para a sensibilidade e inclusão nas escolas;
 - mais vagas nos cuidados continuados;
 - maior disponibilidade de respostas de substituição (alguém que fique com a pessoa cuidada quando o cuidador precisa de sair);
 - mais visitas e acompanhamento no âmbito dos programas de apoio ao cuidador.

d) Bem-estar e autocuidado das pessoas cuidadoras – Neste domínio emergem necessidades profundamente significativas:

- ter mais estabilidade financeira, reduzindo a preocupação constante com despesas;
- dispor de tempo próprio, como uma tarde livre por semana;
- sentir que a pessoa cuidada é bem tratada;
- ter alguém com quem partilhar responsabilidades e emoções;

- acesso a apoio psicológico;
- valorização emocional e reconhecimento, expressos em gestos de gratidão por parte de familiares.

Principais ideias emergentes da sessão

A sessão exploratória reforçou de forma clara a importância do cuidado à pessoa que cuida, revelando que as pessoas cuidadoras informais enfrentam desafios complexos e continuados, frequentemente marcados por desgaste emocional, limitações de tempo e insuficiência de respostas formais.

Os contributos recolhidos constituem um importante elemento qualitativo do Diagnóstico Social do Município de Ílhavo, permitindo identificar áreas críticas, nomeadamente:

- a necessidade de maior apoio às pessoas cuidadoras informais;
- limitações ao nível da acessibilidade, mobilidade e respostas de substituição;
- fragilidades no apoio ao bem-estar e autocuidado das pessoas cuidadoras.

Síntese Interpretativa: elementos-chave

O teor deste capítulo imprime a forma como as dinâmicas de cuidado se desenvolvem em contextos familiares diversos e atravessam as diferentes fases do ciclo de vida envolvendo exigências significativas ao nível emocional, relacional e social.

Da análise dos diferentes desafios e dos diversos recursos existentes no território neste domínio Família e Cuidado, destacam-se os seguintes elementos-chave:

- **Predominância de intervenções preventivas e de acompanhamento em meio natural de vida**, sobretudo no domínio da infância e juventude, com enfoque na proteção, na capacitação parental e na articulação entre respostas como a CPCJ, o Gabinete de Apoio à Família, o CAFAP e o Gabinete de Apoio à Família e ao Aluno.
- **Persistência de fragilidades nos contextos familiares e relacionais**, refletidas na evolução dos processos e famílias acompanhadas e na tipologia das situações de perigo identificadas, nomeadamente associadas a negligência, exposição a comportamentos de risco e dificuldades no exercício da parentalidade, exigindo intervenções continuadas e articuladas.
- **A pressão acrescida sobre os contextos de cuidado diário**, agravada pelo aumento das necessidades associadas à dependência, ao envelhecimento, à doença crónica e à perda. Facto que sugere a importância de respostas que integrem acompanhamento psicossocial, prevenção da sobrecarga e apoio emocional, como os grupos de apoio ao cuidador informal e os grupos de partilha para apoio ao luto.
- **Centralidade das pessoas cuidadoras informais na identificação dos principais desafios na área do cuidado**, cujos contributos dão conta de dimensões como o desgaste

físico e emocional prolongado, a limitação do tempo próprio, as dificuldades de acesso a respostas de descanso e substituição e a necessidade de maior apoio ao autocuidado, reforçando a leitura das dinâmicas reais de cuidado no território.

- **Importância da articulação interinstitucional e da complementaridade entre respostas formais e informais**, num território onde a diversidade de recursos constitui um potencial relevante.

Em suma, o capítulo evidencia que o cuidado, enquanto dimensão relacional e transversal às famílias e à comunidade, constitui simultaneamente um recurso essencial e um espaço de vulnerabilidade, sugerindo cada vez mais respostas integradas, flexíveis e sustentadas à medida da heterogeneidade nesta área da Família e do Cuidado.

6. Envelhecimento e Longevidade

O envelhecimento é um processo natural e contínuo que acompanha o percurso de vida desde o nascimento, e influenciado por fatores biológicos, sociais, económicos, culturais e relacionais. Não se trata apenas de uma experiência individual. Do ponto de vista sociológico, o envelhecimento é um fenómeno socialmente situado, vincadamente moldado pelas condições de vida, pelas oportunidades disponíveis e pelas desigualdades acumuladas ao longo do tempo. Envelhecer é, assim, um processo vivido e construído ao longo da vida, marcado por aprendizagens, adaptações e significados diversos.

A sociologia do envelhecimento lembra-nos que não envelhecemos todos da mesma forma, porque também não vivemos todos da mesma forma.

A forma como se envelhece reflete desigualdades anteriores, tornando visíveis diferenças associadas aos recursos económicos, à saúde, à escolaridade, às redes de apoio e ao contexto territorial. Assim se compreende o envelhecimento como uma experiência diversa e plural, longe de leituras homogêneas ou redutoras e sugerir a importância das respostas comunitárias e sociais na promoção da qualidade de vida em idades mais avançadas.

Nas sociedades contemporâneas, o aumento da esperança média de vida e a redução das taxas de natalidade conduzem a um progressivo envelhecimento demográfico, com impactos significativos na organização social, nos sistemas de proteção social e na vida das comunidades. Esta tendência, também é evidenciada no perfil demográfico do Município de Ílhavo ⁷, exige uma leitura integrada do envelhecimento, com os dados estatísticos do território juntamente com as condições concretas em que as pessoas mais velhas vivem, participam e se relacionam com a comunidade.

A análise do envelhecimento no território beneficia de uma abordagem que reconheça a diversidade de percursos da população sénior. Tal como em todas as fases do ciclo de vida, o envelhecimento é marcado por percursos distintos, condicionados por fatores como a saúde, o género, o nível de escolaridade, os recursos económicos, as redes de apoio e o contexto territorial. Coexistem situações de envelhecimento associadas ao bem-estar, à autonomia e à participação na comunidade, com outras situações marcadas por maior fragilidade, dependência ou retraimento social, sem que estas diferenças sejam entendidas de forma normativa ou hierarquizada.

Em determinados contextos, a presença de doença, limitações funcionais, a ausência de suporte ou situações de vulnerabilidade social pode condicionar o quotidiano das pessoas mais velhas e contribuir para experiências de isolamento social e solidão. Realidades que são reconhecidas como fatores de risco social e de saúde e assumem particular relevância em processos de diagnóstico, sinalização e referenciação precoce enquadrados nos princípios de proximidade, prevenção no território⁸.

⁷ Capítulo 1 – Perfil do Território e Dinâmica Demográfica.

⁸ Estes princípios constam do modelo de implementação do projeto Radar Social, atualmente em desenvolvimento no Município, enquanto instrumento de apoio à identificação, sinalização e referenciação precoce de situações de risco social, em articulação com a Rede Social local – Atendimento Social Integrado.

A existência de situações de maior dependência introduz a dimensão do cuidado como elemento central na abordagem ao envelhecimento e à longevidade. O apoio às pessoas mais velhas envolve respostas formais e informais e acarreta exigências significativas para quem cuida, seja em meio familiar, seja no exercício profissional. A sobrecarga associada ao cuidar é uma realidade com fortes implicações ao nível do bem-estar físico, emocional e social, a atender aquando da análise das respostas existentes.

O presente capítulo avança a partir desta leitura integrada do envelhecimento e da longevidade no Município de Ílhavo, a considerar as diferentes dimensões da vida comunitária e do cuidado. Num primeiro momento são referidas as respostas, equipamentos e iniciativas existentes no território, com foco na promoção do envelhecimento ativo e da participação social. Seguidamente, revelam-se os contributos das sessões participativas com pessoas mais velhas, valorizando as suas experiências e perceções. O capítulo partilha depois a vertente do cuidado, a elencar as respostas formais existentes, e por fim os contributos das sessões com pessoas cuidadoras, a dar visibilidade aos desafios associados ao exercício do cuidar no território.

6.1. Respostas e Dinâmicas Comunitárias com Pessoas Mais Velhas

O Município dispõe de um conjunto diversificado de respostas e dinâmicas comunitárias com pessoas mais velhas, orientadas para a promoção da longevidade, do envelhecimento ativo e da participação social. Estas iniciativas, desenvolvidas tanto por iniciativa municipal como por instituições particulares de solidariedade social (IPSS) com intervenção no território, assumem um papel relevante na prevenção do isolamento social, na valorização das capacidades individuais e na criação de espaços de convívio, aprendizagem e pertença comunitária.

6.1.1. Respostas e Dinâmicas Promovidas pelo Município de Ílhavo

Eixo Estratégico: Maior Idade e Envelhecimento Ativo

A promoção da Maior Idade e Envelhecimento Ativo materializa-se numa abordagem multifacetada que combina infraestruturas, programação inovadora e um forte envolvimento comunitário. Através de uma rede de equipamentos dedicados e de iniciativas de reconhecido mérito nacional, a autarquia procura combater o idadismo, isolamento, estimular a participação cívica e artística e, em última análise, valorizar a qualidade de vida da população mais velha do concelho.

Espaços

A Maior Idade e Envelhecimento Ativo assenta numa rede de 3 equipamentos especializados, concebidos como polos de dinamização social, cultural e de investigação. Regista-se a preocupação em propor a menor sobreposição de atividades entre equipamentos, e em simultâneo, uma programação ora regular, ora pontual, criada a cada trimestre (não anualmente), com vista a aproximarmo-nos da necessidade da população e ao mesmo tempo dar resposta às iniciativas providas de particulares ou de entidades coletivas, que nos chegam com regularidade.

- **Laboratório do Envelhecimento – Ílhavo**

- **Função:** Inaugurado a 17/01/2022, funciona com base em 3 eixos, nomeadamente: a investigação; o conhecimento; e a criação. Com uma adesão mensal que oscila entre 1.000 e 1.300 utilizadores;
- **Investigação:** Centro nevrálgico para projetos de âmbito nacional e europeu, parcerias de investigação (com destaque para as colaborações com a Universidade de Aveiro e a Cooperativa Aproximar). Foram desenvolvidos 42 projetos, envolvendo mais de 500 pessoas mais velhas;
- **Conhecimento:** Destacam-se alguns programas, como: o Programa de Apoio a Pessoas em Processo de Luto (Oficinas temáticas e grupos de partilha orientados por psicólogos); *Maiores na Mente* (Programa de estimulação cognitiva, com grupo de pessoas com demência); *Cuidar de Mim para Cuidar do Outro* (Formação para cuidadores formais e informais);
- **Criação Artística:** Damos nota, dos seguintes programas: *Maiores a Criar* (grupo de pessoas mais velhas que desenvolvem novos produtos para festivais ou instalações artísticas); Concurso de Curtas-Metragens no Envelhecimento; Coro da Memória (Projeto musical intergeracional); Capacitação de Artesãos Mais Velhos; *Maiores no Teatro*; Projetos Musicais;
- **Projeção Externa:** O espaço tem recebido visitas de investigadores e delegações internacionais de países como Finlândia, Taiwan, Brasil, EUA, Itália, Roménia, Bélgica e Países Baixos, bem como de entidades nacionais como a CCDRC, consolidando-se como uma referência no estudo do envelhecimento.

- **Fórum Maior Idade – Gafanha da Nazaré**

- **Função:** Inaugurada a sua requalificação a 07/01/2025, funciona com base em 2 eixos, nomeadamente: a educação ambiental e a saúde. Com uma adesão mensal que oscila entre 700 e 900 utilizadores;
- **Educação Ambiental:** Sublinham-se alguns projetos, nomeadamente: *Maiores no Ambiente* (oficinas nas escolas, apoio a hortas escolares e projetos ambientais); *Maiores a Criar* (sessões com técnicas artísticas sustentáveis, com foco no bordado, costura e colagem); oficinas, viagens e feiras ambientais;
- **Saúde:** Identificando, por exemplo: *Maiores na Mente* (estimulação cognitiva); *Maiores no Movimento* (programa mais antigo da CMI – 2008 - que envolve a atividade física para maiores de 60 anos em diversos espaços, abrangendo cerca de 400 idosos mensalmente. Este programa devolve-se nos 3 equipamentos da Maior Idade, 2 piscinas, nos Moitinhos e em Vale de Ílhavo); e oficinas.

- **Sala de Estar – Gafanha da Encarnação**

- **Função:** Inaugurada 19/12/2024, no Edifício Socioeducativo, com apenas um espaço amplo, que funciona uma vez por semana (sexta-feira) foi concebida como um ponto de

encontro para combater desafios como a demência e a iliteracia digital, promovendo ainda a socialização. Com uma adesão mensal que oscila entre 170 e 210 utilizadores;

- **Atividade:** Dinamiza programas como *Maiores On* e *Maiores na Mente*.

Programas e Iniciativas de Destaque

A programação anual é estruturada em torno de eventos de grande e média dimensão que promovem a participação, a criatividade e o convívio intergeracional.

- **Festival Cabelos Brancos:** Com esta designação desde 2018, anterior Semana da Maior Idade, é organizado pelos mais velhos para toda a comunidade, afirmou-se como um evento de referência. A sua evolução demonstra um crescimento notável em escala e impacto. Na edição de 2025, com o tema "Mudar de Vida" reuniram-se mais de 16.000 pessoas ao longo de dois dias, com mais de 30 atividades em seis palcos;
- **Idoliadas:** Concurso artístico intermunicipal que reúne pessoas mais velhas em provas de teatro, música, dança e poesia. Trata-se do maior concurso artístico sénior do país, envolvendo múltiplos municípios.
- **Maiores Sobre Rodas:** Este programa anual de passeios culturais e de convívio é uma das iniciativas mais aguardadas, permitindo aos seniores explorar diferentes regiões do país. São habitualmente 4 dias desdobrados entre comunidade sénior, ERPIs e aposentados da CMI. Em 2025, os 2 passeios incluíram Montalegre (250 participantes) e Caldas da Rainha (200 participantes), além de uma visita ao Luso para utentes de ERPIs (31 participantes). Sublinha-se que num dos dias, o passeio foi substituído por um espetáculo "Casa d'Amália", na CCI. Esta edição teve a menor adesão (612) de há alguns anos, não obstante os passeios terem esgotado;
- **Decisões Vincadas:** Este programa de participação cívica foi concebido para auscultar as preocupações da população sénior e envolvê-la na procura de soluções. Inclui duas componentes principais: Debates Comunitários e Assembleia das Pessoas Mais Velhas;
- **Encontro de Políticas Públicas no Envelhecimento:** Fórum anual, que passou a bienal, trata-se de um debate entre técnicos e especialistas sobre políticas locais de envelhecimento.

6.1.2. Respostas e Iniciativas Dinamizadas por Instituições do Território

Para além da intervenção municipal, o território conta com respostas dinamizadas por entidades sociais, que desempenham um papel complementar na promoção do envelhecimento ativo e do convívio comunitário.

O **Centro de Recursos Mãe do Redentor – Universidade Sénior**, promovido pelo **Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Nazaré**, é uma resposta de base comunitária orientada para a promoção da aprendizagem ao longo da vida, do convívio e da participação das pessoas mais velhas. Desenvolve atividades de carácter educativo, cultural, social e recreativo, num modelo de universidade

sénior, a valorizar o acesso ao conhecimento, a partilha de saberes e a ocupação significativa do tempo, num contexto de proximidade e pertença comunitária. Com sessões regulares e iniciativas de grupo, a programação contempla, de forma articulada, momentos de aprendizagem informal, atividades de expressão cultural e artística, ações de promoção do bem-estar e espaços de convívio e socialização, com o reforço das relações interpessoais e das redes de apoio.

A **Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo**, através do **Espaço Sénior**, promove atividades regulares de ocupação e convívio, como trabalhos manuais, bordados e tricô, proporcionando momentos de socialização, partilha e reforço das relações interpessoais num ambiente informal.

O **CASCI** desenvolve igualmente um conjunto de atividades dirigidas a pessoas mais velhas do município, envolvendo, em 2024, um total de 52 seniores. Entre estas iniciativas destaca-se a **Atividade Artes**, de caráter ocupacional e cultural, desenvolvida de forma descentralizada em diferentes freguesias do concelho, promovendo a preservação de artes tradicionais, o convívio social e a partilha intergeracional. Destaca-se ainda a **Atividade Vida Ativa**, orientada para pessoas com demência, em risco de isolamento ou de declínio cognitivo, bem como para os seus familiares e cuidadores, favorecendo a permanência no meio habitual de vida e a sensibilização para temáticas como a violência contra pessoas idosas e com deficiência.

6.2. Participação no Diagnóstico Social – sessões com pessoas mais velhas

No âmbito do Radar Social, foram realizadas três sessões participativas com pessoas mais velhas, com o objetivo de recolher contributos para o Diagnóstico Social a partir das suas perceções, experiências e vivências do envelhecimento no território.

Num espaço de escuta e participação, a permitir identificar necessidades, recursos, desafios e expectativas associadas ao envelhecimento, bem como dimensões relacionadas com o bem-estar, a participação comunitária e os cuidados.

As sessões decorreram em articulação com a Maior Idade, nomeadamente no Laboratório do Envelhecimento, no Fórum Maior Idade e na Sala de Estar.

Caracterização das sessões

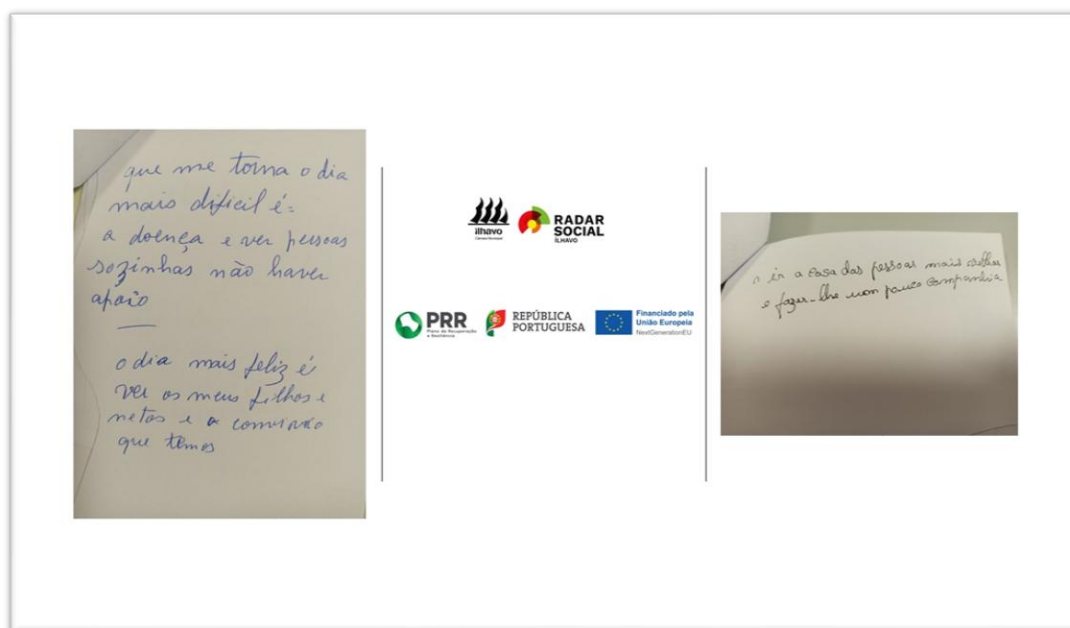
- N.º total de sessões: 3;
- N.º total de participantes: 42 pessoas mais velhas;
- As sessões realizaram-se nas seguintes datas e locais:
 - Laboratório do Envelhecimento – 21 de Outubro de 2025 | 17 participantes;
 - Fórum Maior Idade (Gafanha da Nazaré) – 13 de Novembro de 2025 | 12 participantes;
 - Sala de Estar (Gafanha da Encarnação) – 21 de Novembro de 2025 | 13 participantes.

- Metodologia: dinâmica participativa de registo escrito e partilha livre de contributos, organizada em campos temáticos. As pessoas participantes foram convidadas a refletir e partilhar perceções.

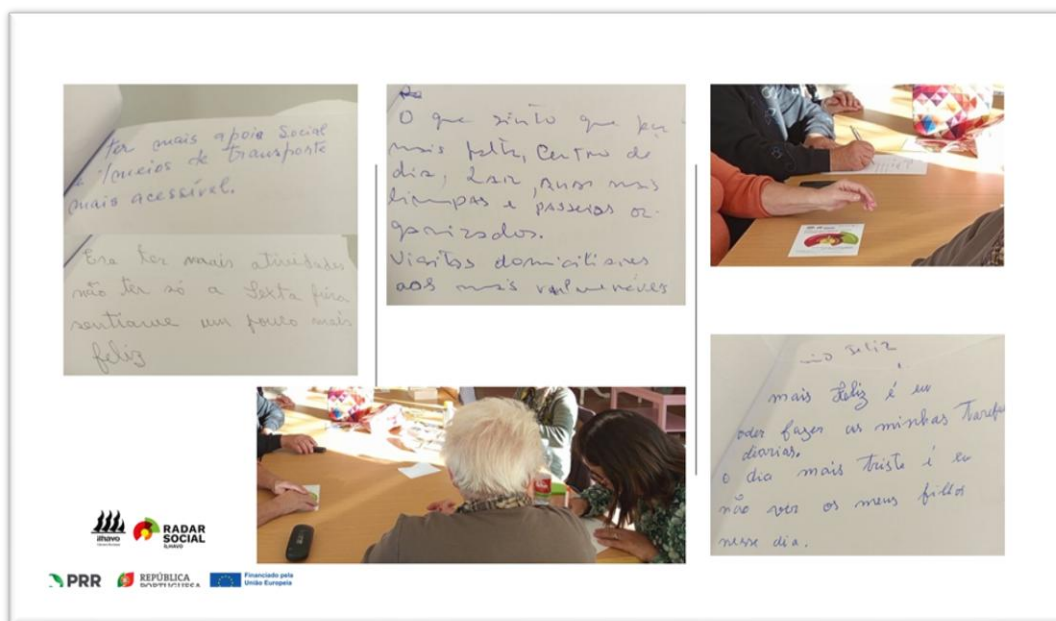
Figura 7. Sessões participativas com pessoas mais velhas: (A) Laboratório do Envelhecimento; (B) Fórum Maior Idade; (C) Sala de Estar (2025).



(A)



(B)



(C)

Campos explorados – análise qualitativa dos contributos

a) Vivências positivas no quotidiano – Os contributos recolhidos revelam que as vivências positivas no quotidiano das pessoas mais velhas estão fortemente associadas às relações afetivas, à participação social, à manutenção da autonomia e à perceção de bem-estar físico e emocional.

- **O convívio e a proximidade com a família** – nomeadamente estar com filhos, netos e outros familiares, bem como o contacto regular através de chamadas telefónicas, sendo frequente a associação do bem-estar ao sentimento de ligação familiar (“estar com a família”, “ver os meus filhos”, “saber que eles estão bem”);
- **O sentimento de ser querido(a), útil e presente na vida dos outros** – expresso na valorização do reconhecimento e da reciprocidade nas relações (“sentir-me útil”, “sentir-me querida”);
- **O convívio com amigos e colegas** – incluindo sair de casa, ir ao café e participar em atividades comunitárias, identificados como momentos de alegria e distração (“rir com os amigos”, “não ficar em casa sozinho”);
- **A participação em oficinas, encontros e dinâmicas promovidas nos espaços da Maior Idade** – valorizadas como oportunidades de socialização e ocupação positiva do tempo (“vir aqui faz-me bem”, “gosto de estar com o grupo”);
- **A manutenção de rotinas quotidianas e da autonomia** – através de atividades como cuidar da casa, do jardim, da horta ou dos animais, associadas a um sentimento de normalidade e continuidade (“acordar e fazer as minhas coisas”, “tratar da minha horta”);

- **A valorização da saúde e do bem-estar físico** – frequentemente expressa na importância de “acordar bem”, “acordar sem dores” ou “ter saúde”, entendidos como condição central para uma vivência positiva do dia a dia;
- **O contacto com o exterior e com a natureza** – como observar o dia nascer ou o sol pela janela, associado a sentimentos de tranquilidade e gratidão (“ver o dia nascer”, “ver o sol”);
- **o interesse pela aprendizagem e pelo desenvolvimento pessoal** – através da leitura, da participação em oficinas e, em alguns casos, de processos de integração cultural e linguística (“aprender coisas novas”, “ler faz-me bem”).

b) Desafios e Dificuldades no dia a dia – As partilhas mostram que os desafios e dificuldades no quotidiano do envelhecimento estão sobretudo associados à solidão, às limitações físicas e de saúde, à perda de autonomia, à ausência ou fragilidade das redes de apoio e a sentimentos de tristeza, frustração e impotência face às mudanças vividas.

- **Experiências de solidão e isolamento** – particularmente associadas ao facto de passar o dia ou a noite sozinho(a), à ausência de companhia e à distância face a familiares significativos (“passar o dia sozinha”, “estar em solidão”, “deitar-me à noite sozinha”);
- **O impacto emocional da distância da família** – nomeadamente não ver filhos ou pessoas significativas, ou estar longe de quem mais se ama (“não ver os meus filhos nesse dia”, “estar longe de quem mais amo”);
- **Dificuldades associadas à noite** – frequentemente referida como um período mais difícil do dia, marcado pela solidão, insegurança ou desconforto (“passar a noite sozinha”, “a noite”);
- **Limitações físicas, dor e doença** – expressas na dificuldade em realizar tarefas diárias, em caminhar ou em manter o nível de atividade anterior (“a dor”, “a doença”, “quero caminhar e não consigo”, “acordar com dor”);
- **Dificuldades na gestão da vida doméstica e das tarefas diárias** – o impacto funcional (“a dificuldade em fazer a lida da casa”, “não conseguir fazer as minhas coisas”);
- **A falta de apoio e a dificuldade em lidar com a impaciência ou incompreensão de terceiros** – (“a falta de apoio”, “gerir a impaciência de quem está à volta”);
- **Sentimentos de inutilidade ou frustração** – quando não é possível ajudar os outros ou manter papéis anteriormente desempenhados (“quando não posso ajudar alguém”);
- **A ausência de ocupação significativa** – associada à sensação de vazio ou monotonia (“não ter nada para fazer no meu dia”);
- **o impacto emocional das notícias negativas e da atualidade** – nomeadamente notícias de guerra, sofrimento ou tristeza, referidas como fontes de ansiedade e mal-estar (“as notícias tristes na televisão”, “as notícias de guerra do mundo”).

c) Recursos e apoios existentes – As pessoas mais velhas participantes identificam um conjunto de recursos formais e informais que contribuem positivamente para o seu dia a dia, destacando-se as respostas comunitárias locais com atividades organizadas e as redes de relação próximas.

- **Os espaços na Maior Idade** – o Laboratório do Envelhecimento, o Fórum Maior Idade e a Sala de Estar, referidos pela diversidade de atividades disponíveis (“o laboratório tem muitas atividades”, “o espaço de convívio”);
- **A participação em atividades físicas e de lazer** – como ginástica, zumba, dança, piscina e caminhadas, (“a ginástica faz-me bem”, “a dança”, “a piscina”);
- **Os momentos de convívio informal** – como ir ao café com amigos ou familiares, estar com colegas ou participar em atividades de grupo, (“o convívio”, “ir ao café com amigos”);
- **A família** – nomeadamente filhos e netos, referida como apoio central no quotidiano, tanto pela presença regular como pelo convívio e acompanhamento (“a minha família, os filhos e os netos”);
- **As atividades culturais e educativas** – como passeios, leitura, utilização da biblioteca municipal (“passeios”, “biblioteca municipal”, “ler”);
- **As redes de vizinhança e da comunidade local** – associadas ao sentimento de segurança, pertença e apoio de proximidade (“viver com bons vizinhos”);
- **A participação em grupos organizados e iniciativas locais** – incluindo atividades promovidas por juntas de freguesia ou associações, que favorecem a regularidade de contactos sociais e a integração comunitária;
- **a presença de dimensões espirituais e religiosas** – nomeadamente a ida à missa, referida como fonte de conforto, rotina e apoio emocional para algumas pessoas.

d) Necessidades identificadas no concelho – Os contributos recolhidos evidenciam um conjunto de necessidades sentidas pelas pessoas mais velhas participantes, associadas sobretudo às condições do espaço público, à segurança, à oferta de atividades e espaços de convívio, ao apoio às situações de solidão e à disponibilidade de respostas sociais formais.

- **Necessidade de maior segurança no espaço público** – nomeadamente nas ruas do concelho, associada à possibilidade de circular a pé com maior tranquilidade (“mais segurança nas ruas”, “andar em segurança nas ruas”);
- **Qualidade e manutenção do espaço urbano** – ruas mais cuidadas e limpas, como condição para a mobilidade e o bem-estar (“ruas mais limpas”, “ruas mais cuidadas”);
- **Necessidade de mais espaços e atividades de convívio** – (“mais espaços para os idosos se divertirem”, “espaço de convívio”. “mais passeios”, “mais passeios para convívio”);

- **Falta de espaços específicos para atividades recreativas** – como dança, salão de baile ou cinema, valorizados enquanto formas de lazer e socialização (“um salão de baile”, “um cinema”, “um espaço para dançar”);
- **O apoio diário às pessoas mais velhas que vivem sozinhas** – (“um serviço de apoio aos idosos que vivem sozinhos”);
- **A importância de melhorar os transportes e a mobilidade** – disponibilidade de transporte para participação em atividades ou deslocações no território (“um autocarro para levar as pessoas”);
- **A necessidade ao nível das respostas sociais formais** – com destaque para a referência à falta de estruturas residenciais para pessoas idosas e de centros de dia, manifestada de forma expressiva no grupo participante da Sala de Estar, na Gafanha da Encarnação, evidenciando uma necessidade sentida de forma mais marcada nesta freguesia (“falta um lar”, “falta um centro de dia”, “um lar e um centro de dia”).

e) Bem-estar e autocuidado das pessoas mais velhas – As partilhas revelam que o bem-estar e o autocuidado, para as pessoas mais velhas participantes, são entendidos não apenas como desejos, mas como condições concretas do dia a dia, fortemente associadas à saúde física e emocional, à independência funcional, às relações familiares e ao apoio social disponível.

- **A saúde** – como condição central para o bem-estar, expressa de forma recorrente no desejo de “ter mais saúde”, “acordar sem dores”, “dormir melhor” e manter capacidades físicas e funcionais (“levantar sem dores no corpo”);
- **A paz interior e do equilíbrio emocional** – associada a sentimentos de tranquilidade, harmonia e aceitação (“ter paz”, “estar bem assim”);
- **O desejo de tempo próprio, descanso e autocuidado** – (“ter um tempo só para mim”);
- **As relações familiares** – desejos associados à proximidade, harmonia e presença dos filhos e familiares, com expressões de perda e saudade (“seria muito feliz se pudesse ter o meu filho vivo de volta”);
- **A necessidade de Apoio** – “ter mais apoio em casa”;
- **A vontade de continuar útil** – desejo de ajudar os outros e de participar mais na vida comunitária (“poder ajudar mais os outros”);
- **A valorização de atividades, passeios e convívio** – a sugerir mais oportunidades de participação em passeios organizados (“mais atividades”, “mais passeios”, “mais pessoas para reunir”);
- **As condições económicas adequadas** – “ter saúde, algum dinheiro”;
- **O interesse pela aprendizagem, lazer e enriquecimento pessoal** – (“ler bons livros”, “viajar”).

Principais ideias emergentes das sessões

As sessões realizadas com pessoas mais velhas permitiram identificar um conjunto de ideias transversais, resultantes das percepções e experiências partilhadas pelos 3 grupos, evidenciando fatores de bem-estar, fragilidades sentidas no quotidiano e necessidades a considerar no diagnóstico social.

A importância das relações significativas surge de forma consistente, com destaque para o convívio com a família, amigos, vizinhos e colegas das atividades, enquanto elemento central para o bem-estar emocional, o sentimento de pertença e a valorização pessoal.

A participação em atividades comunitárias, é reconhecida como um elemento potenciador de bem-estar e estruturação do dia a dia.

A saúde e a autonomia assumem um papel central na percepção de qualidade de vida, associadas à capacidade de acordar sem dor, dormir melhor, manter mobilidade e continuar a realizar as atividades diárias.

O isolamento e a solidão, sobretudo em períodos noturnos emergem como desafios relevantes, reforçando a necessidade de companhia regular, apoio social de proximidade.

São também referidas as condições do espaço público a interferir na participação social, nomeadamente a segurança nas ruas, a limpeza urbana e as condições de mobilidade, que impactam a circulação autónoma e a participação na vida comunitária.

No plano das necessidades identificadas:

- mais espaços e oportunidades de convívio, a continuidade e reforço de atividades regulares e passeios;
- serviços de apoio diário e residenciais pessoas mais velhas que vivem sozinhas;
- Segurança no domicílio e em espaços públicos.

Importa assinalar uma especificidade territorial identificada na sessão realizada na Sala de Estar, na Gafanha da Encarnação, na qual a necessidade de um lar e serviço de apoio diário a pessoas que vivem sozinhas surge de forma particularmente expressiva e consensual entre os elementos participantes sinalizando uma carência concreta de respostas de proximidade naquela freguesia.

6.3. Respostas Formais de Cuidado a Pessoas Mais Velhas

Depois da análise das vivências, percepções e necessidades expressas pelas pessoas mais velhas em contexto comunitário, importa aprofundar uma dimensão central do envelhecimento no território: o cuidado.

Se, por um lado, o envelhecimento se constrói a partir da autonomia, da participação e das redes de proximidade, por outro, existem situações em que a presença de doença e dependência vincam a

fragilidade. Neste contexto, as **respostas formais de apoio e cuidado contínuo**, asseguradas por instituições e profissionais assumem a maior relevância a assegurar o acompanhamento continuado.

Este ponto apresenta, de forma sintética, as principais respostas formais de cuidado existentes no concelho, com base na informação disponibilizada na Carta Social Municipal, enquanto recursos estruturantes da Rede Social local, fundamentais para a promoção da dignidade, da segurança e da qualidade de vida na velhice.

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) – Assegura cuidados e apoio no domicílio, contribuindo para a permanência das pessoas mais velhas no seu meio habitual de vida. No concelho, esta resposta é desenvolvida pelas seguintes entidades:

- Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo;
- Centro Social Paroquial da Nossa Senhora da Nazaré;
- Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo.

Centro de dia – Constituem respostas de apoio diurno, promovendo o acompanhamento, o convívio, a ocupação do tempo e a manutenção da autonomia. No concelho, esta resposta é assegurada por:

- Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo;
- Centro Social Paroquial da Nossa Senhora da Nazaré.

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) – Destinam-se a pessoas mais velhas em situação de dependência ou ausência de retaguarda familiar, assegurando acolhimento, cuidados e acompanhamento permanente. No concelho de Ílhavo, encontram-se identificadas as seguintes respostas:

- Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo;
- CASCI – Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo;
- Centro Social Paroquial da Nossa Senhora da Nazaré;
- Lar São José – Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo.

Regista-se ainda a **Associação Aquém Renasce**, com respostas sociais a instituir, e a representar um recurso emergente no reforço da rede local de cuidados.

6.4. Participação no Diagnóstico Social – sessão com equipas de apoio formal a pessoas mais velhas

Para além da breve apresentação das respostas formais de cuidado existentes no território, o presente diagnóstico integra os resultados da realização de sessões participativas com equipas cuidadoras, enquanto estratégia de escuta qualificada da realidade do cuidado no território. O cuidado é aqui reconhecido como um eixo fundamental de proteção social, mas também como um campo marcado por desafios, exigências e sobrecargas específicas, que podem gerar situações de vulnerabilidade.

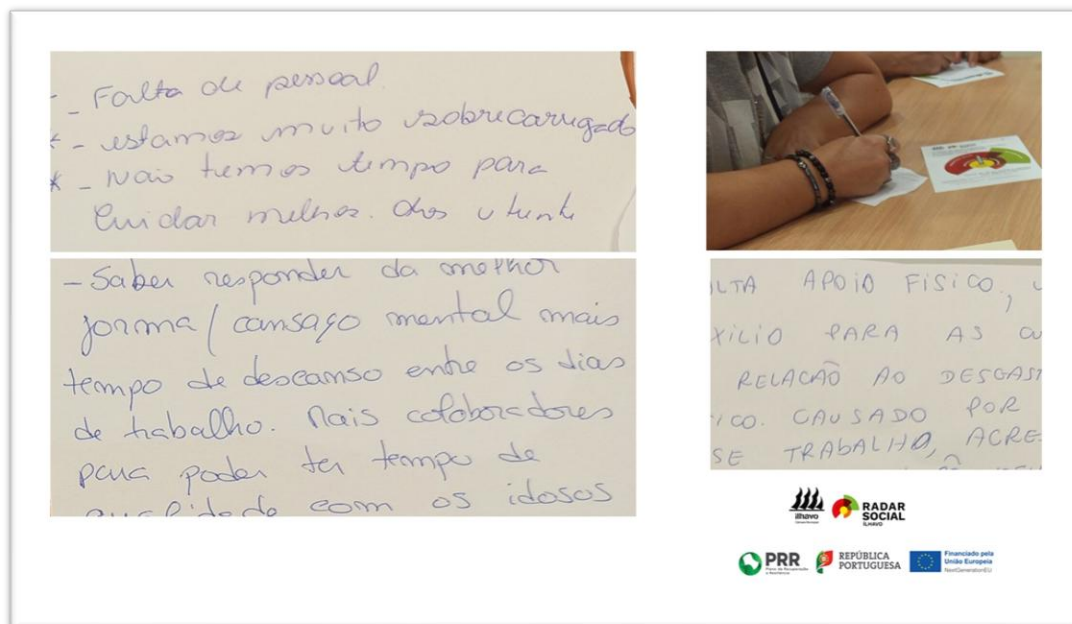
Estas sessões permitiram recolher perceções, experiências e contributos de profissionais que intervêm diariamente junto de pessoas mais velhas, oferecendo uma leitura situada sobre os desafios do cuidar, os recursos disponíveis, as necessidades sentidas e as dinâmicas de trabalho em contexto institucional.

As sessões foram realizadas em articulação com Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho, nomeadamente o Lar de São José – Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo, o Centro Social Paroquial da Nossa Senhora da Nazaré e o Centro Comunitário da Gafanha do Carmo (Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo) enquanto entidades com intervenção direta no apoio e cuidado a pessoas mais velhas.

Caracterização das sessões

- N.º total de sessões: 3;
- N.º total de participantes: 26 profissionais das equipas de apoio formal a pessoas mais velhas;
- As sessões realizaram-se nas seguintes datas e locais:
 - Lar de São José – Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo – 14 de Outubro de 2025 | 5 participantes;
 - Centro Social Paroquial da Nossa Senhora da Nazaré – 10 de Novembro de 2025 | 7 participantes;
 - Centro Comunitário da Gafanha do Carmo (Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo) – 4 de Dezembro de 2025 | 14 participantes.
- Metodologia: dinâmica participativa de registo escrito e partilha livre de contributos, organizada em campos temáticos. As cuidadoras foram convidadas a refletir e partilhar perceções, experiências e opiniões relacionadas com o cuidado a pessoas mais velhas em contexto institucional.

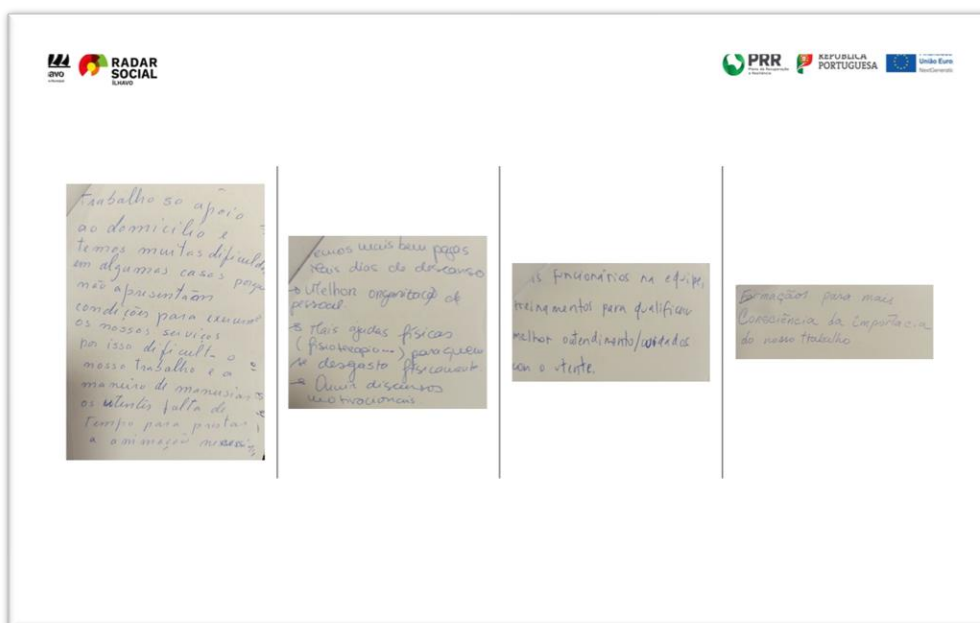
Figura 8. Sessões participativas com cuidadoras (2025): (A) Lar São José; (B) Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Nazaré; (C) Centro Comunitário Gafanha do Carmo.



(A)



(B)



(C)

Campos Explorados

a) Desafios e dificuldades no exercício do cuidado profissional – Os contributos das cuidadoras revelam um conjunto de dificuldade no exercício diário do cuidado profissional, marcadas sobretudo pela sobrecarga física e emocional, pela escassez de recursos humanos e por constrangimentos organizacionais que condicionam a qualidade do cuidado prestado.

- **A falta de pessoal e a insuficiência de colaboradores** – apontadas de forma recorrente como fator central de sobrecarga das equipas;
- **A ausência de tempo para prestar cuidados com a qualidade desejada** – traduzida na sensação de “não ter tempo suficiente para fazer um bom trabalho”;
- **A inexistência de tempo adequado para descanso, recuperação e equilíbrio entre dias de trabalho** – a agravar o desgaste acumulado;
- **O desgaste físico e o cansaço emocional** – associados à intensidade do trabalho, à continuidade das tarefas e ao contacto permanente com situações de doença, dependência e fragilidade (“há um cansaço mais do que físico, psicológico neste trabalho”);
- **A dificuldade em lidar com situações complexas com pessoas mais velhas** – que exigem competências de escuta, paciência, gestão emocional e adaptação constante;
- **A falta de momentos de partilha e reunião em equipa** – a limitar a reflexão conjunta sobre o quotidiano de trabalho;
- **As dificuldades na relação com familiares** – nomeadamente a perceção de falta de reconhecimento e de compreensão do trabalho desenvolvido;

- **A insuficiência de formação, em alguns casos, de motivação de profissionais** – o que contribui para o aumento da pressão sobre as equipas existentes.

b) Recursos, apoios e fatores protetores – cuidadoras participantes partilham a importância de um conjunto de recursos formais e informais que contribuem para o seu trabalho mais sustentável, promovendo o bem-estar das equipas e a sustentabilidade do cuidado. Estes fatores com ligação à organização do trabalho, às relações interpessoais e ao reconhecimento do papel enquanto cuidadoras.

- **A flexibilidade organizacional** – nomeadamente a possibilidade de escolher ou ajustar turnos e horários de trabalho, a facilitar a conciliação com a vida pessoal e familiar;
- **A existência de um bom ambiente de trabalho** – assente na entajuda entre colegas e no espírito de equipa,
- **A disponibilidade e proximidade das direções e superiores hierárquicos** – referidas como elementos facilitadores da comunicação, da resolução de dúvidas e do acompanhamento do trabalho;
- **A boa comunicação interna** – quer com superiores, quer com outros serviços da instituição (por exemplo, enfermagem), favorecendo o trabalho articulado;
- **O reconhecimento e a gratidão das pessoas cuidadas e das suas famílias** – expressos em pequenos gestos, palavras ou atitudes, descritos como emocionalmente significativos (“um abraço”, “ver as pessoas idosas felizes”);
- **O apoio fora do contexto laboral** – incluindo apoio da família, bem como referências à importância do apoio psicológico e atividades promotoras de bem-estar (ex.: yoga);
- **A satisfação associada a perceber que o trabalho desenvolvido tem impacto positivo** - visível quando “as pessoas e as famílias estão felizes com o nosso trabalho”.

c) Sugestões de melhoria no trabalho de cuidado – As sugestões das cuidadoras evidenciam um conjunto de propostas quer ao nível das condições de trabalho das equipas, quer quanto à capacidade de resposta das instituições face às exigências crescentes do cuidado a pessoas mais velhas.

- **Reforço das equipas e condições de trabalho** – através do aumento do número de profissionais, de forma a reduzir a sobrecarga, garantir tempo adequado de descanso e assegurar a qualidade dos cuidados prestados;
- **Valorização e reconhecimento do trabalho de cuidado** – incluindo o reconhecimento monetário e salarial, enquanto fator determinante para a dignificação da profissão e para a atratividade do setor;

- **Promoção do bem-estar emocional das equipas** – com destaque para a necessidade de apoio psicológico e de espaços de suporte entre pares, face ao desgaste físico e emocional inerente ao trabalho de cuidado;
- **Investimento na formação contínua** – em áreas transversais e técnicas;
- **Reforço das respostas e serviços de apoio especializados nas instituições** - designadamente nas áreas da fisioterapia e da psicologia, enquanto complemento essencial ao cuidado direto;
- **Melhoria e renovação de equipamentos e produtos de apoio** – a facilitar o trabalho das equipas e contribuindo para um cuidado mais seguro e adequado às necessidades das pessoas idosas;
- **Superação de constrangimentos de mobilidade** – escassez de transportes da rede pública.

Ideias emergentes das sessões

Das sessões realizadas com as equipas cuidadoras, são destacados os seguintes pontos:

O quotidiano do cuidado é marcado por sobrecarga das equipas, associada à insuficiência de recursos humanos, à intensidade das tarefas e à limitação de tempo para prestar cuidados com a qualidade desejada, contribuindo para desgaste físico e emocional acumulado.

O cansaço psicológico surge como dimensão particularmente relevante, resultante do contacto permanente com situações de dependência, doença e fragilidade, com impacto direto no bem-estar das cuidadoras.

As condições organizacionais e relacionais assumem um papel determinante, destacando-se o trabalho em equipa, a comunicação interna e a proximidade das direções como fatores protetores no exercício do cuidado.

Coexiste a perceção de insuficiente valorização material e salarial da profissão.

As participantes sublinham a necessidade de reforço estrutural das respostas de cuidado, integrando mais profissionais, melhores condições de trabalho, formação contínua e apoio psicológico às equipas, como fatores essenciais para a sustentabilidade do setor e para a qualidade dos cuidados prestados.

Importa assinalar que a totalidade das participantes nas sessões foi constituída por mulheres, um dado que, (naturalmente esclarecido não ter sido um critério de seleção), reflete a predominância feminina no trabalho de cuidado em contexto institucional. Esta realidade que atravessa as realidades sociais e organizacionais mais amplas, que historicamente associam o cuidado a percursos profissionais maioritariamente femininos, com impacto na estruturação e valorização do setor.

Síntese Interpretativa: elementos-chave

O envelhecimento e a longevidade no território assumem-se como processos vividos de forma diversa, marcados por percursos, experiências e condições de vida diferenciadas. Os testemunhos das pessoas mais velhas confirmam que o envelhecer pode ser vivido com autonomia, participação e bem-estar, mas também com fragilidades, dependência e momentos de maior retraimento, fortemente influenciados pela saúde, pelas redes de apoio e pelo contexto comunitário.

As relações sociais e o convívio surgem como elementos centrais na vivência do envelhecimento, contribuindo para o bem-estar emocional, o sentimento de pertença e a valorização pessoal. É neste âmbito que os espaços e dinâmicas comunitárias desempenham um papel relevante na organização do dia a dia, na manutenção de rotinas e na prevenção do isolamento e da solidão, sobretudo entre pessoas que vivem sozinhas ou em contextos de maior vulnerabilidade.

A saúde e a autonomia são percecionadas como pilares fundamentais da qualidade de vida, associadas à capacidade de manter independência e a mobilidade. A sua perda é vivida como fator de fragilização, reforçando a importância de respostas de apoio contínuo e próximas das pessoas.

Neste seguimento, o cuidado afirma-se como um pilar de proteção social, atravessado por exigências físicas, emocionais e organizacionais. As sessões com equipas cuidadoras revelam o seu desgaste e sobrecarga, mas também a importância do trabalho em equipa, da comunicação e do reconhecimento como fatores protetores.

A predominância feminina observada neste diagnóstico, acompanha as tendências no setor do cuidado fortemente feminizado, com reflexos na forma como este é estruturado e reconhecido.

Em síntese, o envelhecimento e a longevidade no concelho **sublinham a importância** de abordagens de proximidade, sensíveis às especificidades territoriais e às condições de vida das pessoas mais velhas, valorizando a participação, as redes comunitárias e o papel de quem cuida como dimensões centrais da proteção e da intervenção social no território.

7. Saúde e Bem-Estar

O presente capítulo apresenta uma visão geral do estado de saúde da população do concelho de Ílhavo, assim como das respostas existentes no território, destacando os principais recursos, serviços e áreas de intervenção.

No contexto da descentralização de competências na área da saúde, o Município de Ílhavo passou a gerir determinados recursos, edifícios e contratos logísticos das unidades de saúde, reforçando o seu papel de coordenação, acompanhamento e articulação de respostas locais, em complementaridade com as competências clínicas do Serviço Nacional de Saúde.

A análise apresentada, baseia-se em dados de fontes oficiais, relatórios e informações recolhidas junto das entidades locais sobre projetos e iniciativas em curso.

Importa referir que este diagnóstico não antecipa nem se sobrepõe à informação aprofundada dos instrumentos de diagnóstico ou planeamento estratégicos futuros, como a Estratégia Municipal de Saúde — documento previsto no quadro legal da transferência de competências e atualmente em fase de conclusão e assumida pelo Município.

7.1. Enquadramento Institucional e Governação da Saúde

O sistema de saúde do concelho de Ílhavo integra a atuação do Serviço Nacional de Saúde e das Unidades Locais de Saúde, com a atuação do Município de Ílhavo no âmbito da descentralização de competências na área da saúde e no seguimento das orientações estratégicas nacionais, definidas em Plano Nacional de Saúde 2030.

Em 1 de Maio de 2023, o município passou a assumir, conforme o quadro legal da descentralização, determinados recursos nos diferentes domínios.

Em termos de Recursos Humanos foram transferidos para o mapa de pessoal do município 10 operacionais. Foram também assumidos neste processo os Edifícios do Centro de Saúde de Ílhavo e a Extensão da Gafanha da Nazaré, bem como polos de saúde na Costa Nova, Gafanha do Carmo e Gafanha da Encarnação. Também a cargo do município passaram a ser assumidos os respetivos contratos logísticos e equipamentos afetos aos edifícios.

No âmbito desta descentralização na área da saúde, passam a ser responsabilidades do Município a gestão e manutenção do edificado e equipamentos transferidos; a coordenação de contratos logísticos essenciais ao funcionamento diário das unidades de saúde; a articulação com o Serviço Nacional de Saúde e a ULS, assegurando respostas integradas e próximas da população; a promoção de iniciativas e projetos de interesse local que complementem os serviços de saúde disponíveis.

A Câmara Municipal de Ílhavo desempenha, assim, um papel de coordenação, acompanhamento e articulação, de modo a assegurar que a gestão dos recursos transferidos funciona de forma integrada com as respostas do Serviço Nacional de Saúde. Cabe-lhe garantir o funcionamento eficiente dos recursos e edifícios transferidos, promover a cooperação entre as diversas entidades do território,

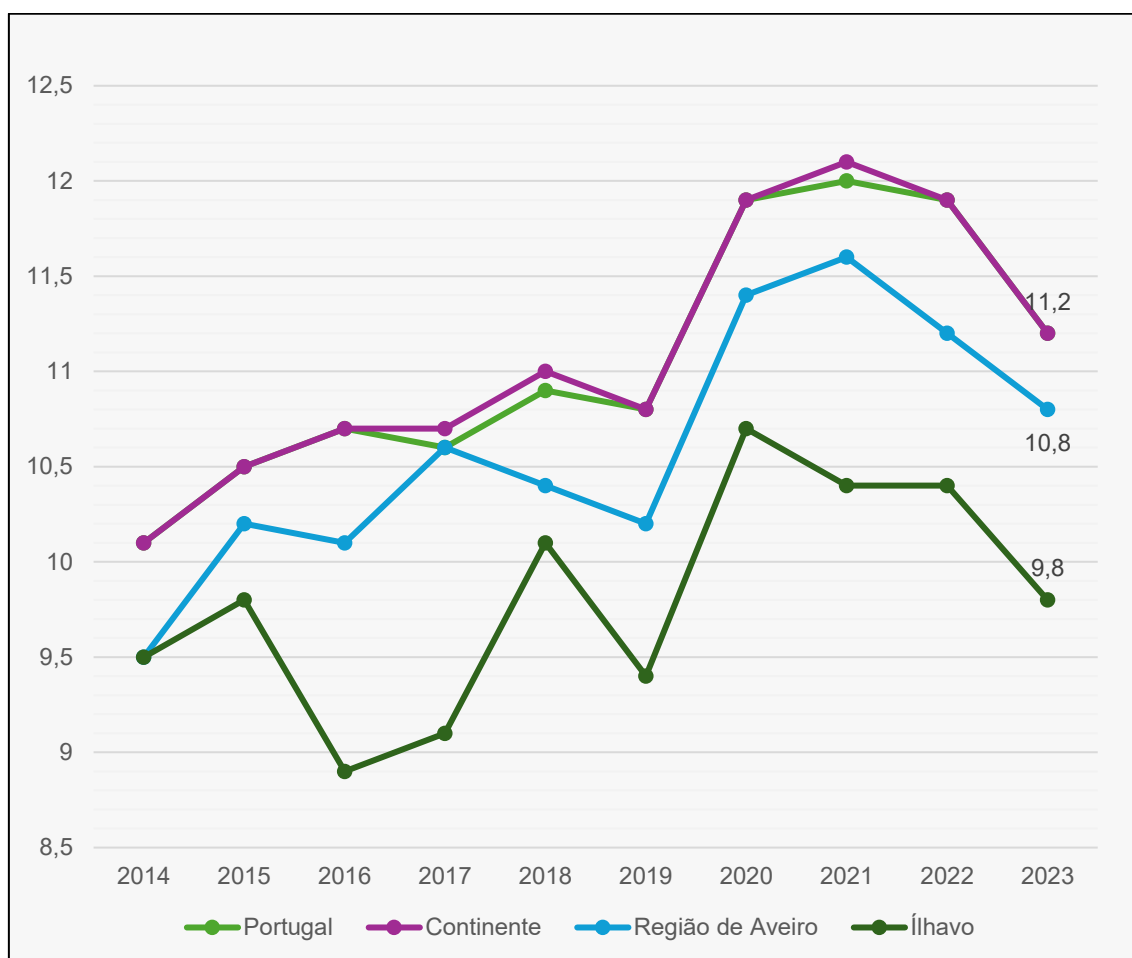
acompanhar o planeamento e execução de projetos e iniciativas que reforcem a promoção da saúde, e contribuir para a melhoria contínua das respostas locais, sem, contudo, substituir as competências clínicas do Serviço Nacional de Saúde.

7.2. Caracterização Geral da Saúde da População do Concelho de Ílhavo

A mortalidade constitui um dos indicadores mais relevantes para a avaliação do estado de saúde de uma população, refletindo não apenas as condições clínicas individuais, mas também fatores sociais, económicos, ambientais e o acesso aos cuidados de saúde. A análise dos padrões de mortalidade permite identificar principais causas de morte, grupos populacionais mais vulneráveis e tendências ao longo do tempo, constituindo uma ferramenta essencial para o planeamento de políticas públicas e estratégias de promoção da saúde e do bem-estar. Neste contexto, o estudo da mortalidade no concelho assume particular importância para a compreensão dos desafios existentes e para a definição de respostas adequadas às necessidades da população.

Apresentamos abaixo a taxa bruta de mortalidade ao longo dos últimos dez anos segundo dados retirados do INE em Dezembro de 2025.

Gráfico 28. Taxa bruta de mortalidade (‰) por localização geográfica, 2014 - 2023.



Fonte: INE; Junho 2025.

Como se pode observar no gráfico, apesar de apresentar um histórico muito irregular, comparado com as restantes unidades territoriais, o concelho de Ílhavo apresenta sempre valor mais baixo na taxa bruta de mortalidade, com 9,8 ‰. Em todas as linhas apresentadas é notável um maior valor em 2024 em relação a 2014. Da mesma forma, todas as 4 séries registam um aumento brusco em 2020, resultado da pandemia Covid19, valores esses que não regressaram, até à data, aos valores pré-Covid.

Tabela 33. Mortalidade (nº) por localização geográfica, 2014-2024.

	Portugal	Continente	Região de Aveiro	Ílhavo
2014	104843	99783	3501	366
2015	108539	103614	3717	374
2016	110573	105542	3676	343
2017	109758	104984	3846	348
2018	113051	108018	3782	389
2019	111843	106880	3723	362
2020	123396	118233	4200	417
2021	124841	119595	4326	414
2022	124361	118527	4190	422
2023	118344	113168	4124	408
2024	118374	113339	4072	399

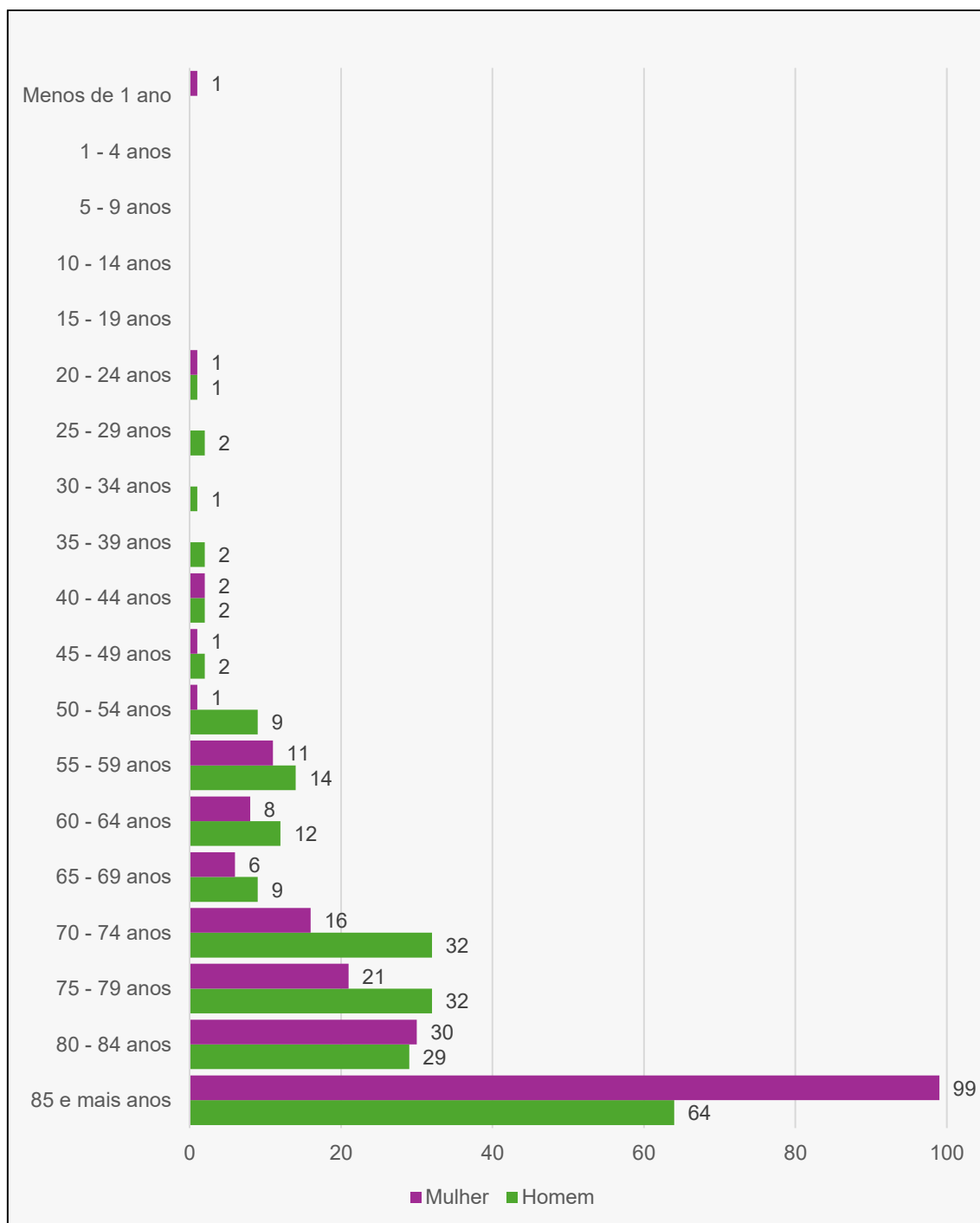
Fonte: INE; Maio 2025.

Acima está apresentado o historial da mortalidade desde 2014 para as regiões de Portugal, Continente, Aveiro e Ílhavo retirados do INE em Dezembro de 2025. O concelho de Ílhavo registou 408 óbitos em 2023 e 399 óbitos em 2024.

A análise da distribuição do número de óbitos por grupo etário e por sexo permite caracterizar o perfil da mortalidade no concelho, identificar desigualdades entre homens e mulheres e evidenciar os grupos populacionais mais vulneráveis. Esta leitura constitui um importante indicador do estado de saúde da população e fornece informação relevante para o planeamento de respostas e políticas de saúde ajustadas às necessidades identificadas.

Em seguida mostraremos um gráfico com a distribuição do número de óbitos em 2023. Foi possível categorizar por grupo etário e por sexo.

Gráfico 29. Óbitos (N.º) em Ílhavo distribuídos por sexo e grupo etário no ano de 2023.



Fonte: INE; Outubro 2025.

Segundo os dados que podemos observar no gráfico acima, só nos grupos etários acima dos 79 anos é que se registaram mais óbitos de mulheres do que de homens. Entre os 20 e 24 anos e os 40 e 44 anos houve um igual número de mortos em ambos os sexos. Em todos os restantes grupos etários registaram-se sempre mais óbitos do sexo masculino. Esta característica pode ser derivada da pirâmide etária do concelho (consultar pirâmide etária no capítulo - 1. Perfil de Território), onde se

observa que nas idades mais avançadas o número de homens é substancialmente inferior ao número de mulheres.

Com base nesta distribuição podem ser definidas políticas, respostas sociais e serviços de saúde direcionados para os indivíduos mais vulneráveis tendo em conta o sexo e o grupo etário. Como podemos ver, existe uma grande mortalidade nas idades acima dos 70 anos, pelo que as políticas de saúde poderão ter estas pessoas em especial atenção.

De acordo com dados do INE, as principais causas de morte foram:

- Tumores malignos;
- Doenças do aparelho circulatório;
- Doenças do aparelho respiratório.

7.3. Recursos e Respostas no Âmbito da Saúde

7.3.1. Organização da Rede de Saúde no Território

A rede de saúde do concelho de Ílhavo organiza-se no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, integrando-se na Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro. Esta rede assenta maioritariamente nos cuidados de saúde primários, que constituem a principal porta de entrada da população no sistema de saúde, assegurando cuidados de proximidade, continuidade assistencial e articulação com os restantes níveis de cuidados.

No contexto da descentralização de competências na área da saúde, o Município de Ílhavo passou a assumir responsabilidades ao nível da gestão e manutenção de infraestruturas e de recursos não clínicos, mantendo-se a prestação de cuidados de saúde sob a responsabilidade do Serviço Nacional de Saúde. Neste âmbito, foram transferidos para a esfera municipal os edifícios onde funcionam o Centro de Saúde de Ílhavo e a Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré, bem como os polos de saúde localizados na Costa Nova, Gafanha do Carmo e Gafanha da Encarnação, assegurando-se a continuidade do funcionamento das respetivas unidades e respostas de saúde.

A Unidade de Cuidados na Comunidade desenvolve intervenções de proximidade, com especial enfoque no acompanhamento domiciliário, na promoção da saúde e na resposta a situações de maior vulnerabilidade social e funcional, articulando-se com outros serviços de saúde e com respostas sociais do território. A Unidade de Saúde Pública, por sua vez, assume funções de vigilância, promoção da saúde e prevenção da doença, contribuindo para uma abordagem mais abrangente e preventiva da saúde da população.

Os cuidados hospitalares de referência são assegurados pela Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro, enquanto unidade integrada na rede hospitalar da região, garantindo respostas ao nível das consultas externas, internamento e hospital de dia. A articulação entre os cuidados de saúde primários, os cuidados hospitalares e as respostas comunitárias constitui um elemento central da

organização da rede de saúde no concelho, permitindo processos de referenciação e acompanhamento mais integrados e adequados às necessidades da população.

Para além da oferta dos cuidados de saúde primários e dos cuidados hospitalares, a rede de saúde que serve o concelho de Ílhavo integra também respostas especializadas com ligação ao território, que contribuem para uma abordagem mais abrangente das necessidades de saúde da população. No campo da saúde mental e das respostas comunitárias, as equipas e serviços especializados articulam respostas de maior complexidade com os cuidados de proximidade. Embora a prestação de cuidados clínicos especializados se concentre maioritariamente em estruturas de âmbito hospitalar e regional, existem respostas comunitárias e serviços complementares que reforçam a ligação entre os cuidados de saúde primários e a esfera especializada, promovendo a continuidade do acompanhamento e a articulação com outras áreas de intervenção social e de saúde.

Neste âmbito, destaca-se a atuação da Unidade de Cuidados na Comunidade *Laços de Mar e Ria*, integrada na organização dos cuidados de saúde primários e operacionalizada pela Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro, que presta cuidados domiciliários e de proximidade, com ênfase no apoio a pessoas e famílias em situação de maior vulnerabilidade funcional e social, desenvolvendo a sua intervenção em estreita articulação com as restantes respostas do território, num modelo de intervenção integrada.

Paralelamente, ao nível da gestão, prevenção e promoção da saúde, diversas entidades e instituições parceiras desenvolvem respostas e atividades orientadas para a inclusão social e a promoção da saúde mental na comunidade, reforçando a articulação interinstitucional entre os setores da saúde, da ação social e da educação.

No que respeita ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), existem projetos relevantes, de âmbito nacional e regional, com impacto na organização da rede de saúde e na capacidade instalada de respostas no concelho. A Câmara Municipal de Ílhavo candidatou intervenções de reabilitação e ampliação do Centro de Saúde de Ílhavo e da Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré a financiamento do PRR, com o objetivo de melhorar as condições físicas das unidades, reforçar o conforto e a acessibilidade e contribuir para a modernização da rede de cuidados de saúde primários. Estes investimentos enquadram-se nas prioridades nacionais de reforço da acessibilidade e da qualidade dos serviços de saúde, potenciando simultaneamente a articulação entre os diferentes níveis de cuidados no território.

7.3.2. Recursos Humanos e Área de Atuação

O painel de recursos humanos no concelho é um elemento central para compreender a capacidade instalada da rede de saúde e a acessibilidade dos cuidados à população no território. A descentralização de competências na área da saúde implicou a transferência para o Município de Ílhavo de 10 assistentes operacionais, cuja função principal é apoiar o funcionamento das infraestruturas de saúde a garantir as condições adequadas de higiene, acolhimento, logística e manutenção dos edifícios e equipamentos dos centros de saúde e polos de saúde do concelho.

No que respeita aos profissionais de saúde, a rede de cuidados primários no concelho de Ílhavo integra médicos de família, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, assistentes técnicos e outros profissionais de apoio, distribuídos pelas diversas unidades funcionais: Unidades de Saúde Familiar (USF), Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) e Unidade de Saúde Pública (USP).

A UCC, por exemplo, desenvolve intervenção domiciliária e comunitária, atuando junto de pessoas e famílias em situação de maior vulnerabilidade funcional ou social, promovendo saúde, prevenção de doença e integração com respostas sociais e comunitárias. A USP, por seu turno, assegura atividades de vigilância epidemiológica, prevenção e promoção da saúde, contribuindo para uma abordagem preventiva e abrangente da saúde da população.

De seguida apresentamos alguma informação sobre farmácias e postos farmacêuticos, médicos, enfermeiros e farmacêuticos em algumas unidades territoriais de Portugal, obtidos no INE em Dezembro de 2025.

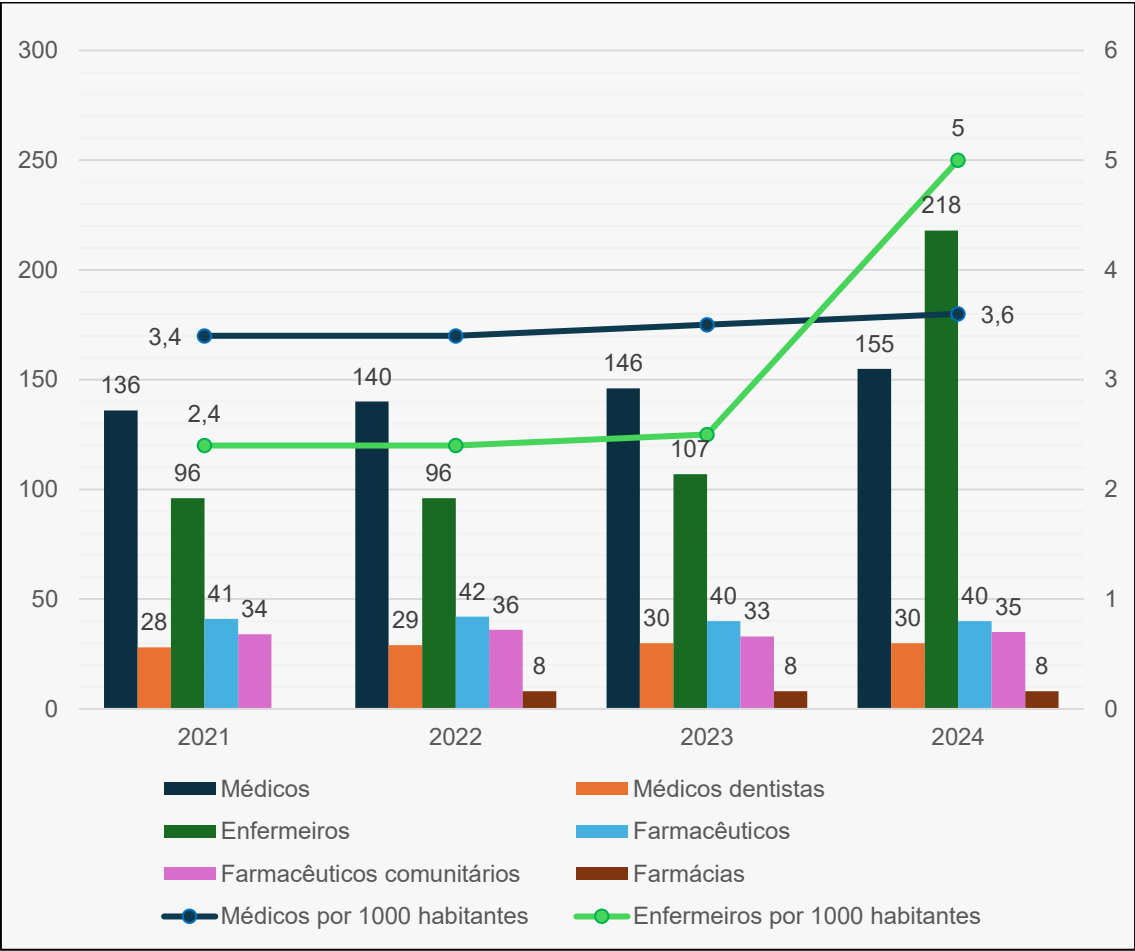
Tabela 34. Estatísticas do pessoal da saúde e Estatísticas das farmácias de 2024.

2024		Portugal	Continente	Região de Aveiro	Ílhavo
Médicos (Nº)	Total	63965	61536	1559	155
	Especialistas	39945	38458	943	91
	Não especialistas	24020	23078	616	64
Médicos por 1000 habitantes (Nº)		6,0	6,0	4,0	3,6
Médicos dentistas (Nº)		12490	12044	385	30
Médicos dentistas por 1000 habitantes		1,16	1,15	1,00	-
Enfermeiros (Nº)		85499	80277	2094	218
Enfermeiros por 1000 habitantes		8,0	7,8	5,3	5
Farmacêuticos (Nº)		17101	16117	485	40
Farmacêuticos comunitários (Nº)		10786	10432	402	35
Farmácias e postos farmacêuticos móveis (Nº)	Total	3123	2986	110	8
	Farmácias	2921	2803	109	8
	Postos Farmacêuticos móveis	202	183	1	0

Fonte: INE; Setembro 2025.

Podemos ver que Ílhavo tem 3,6 médicos e 5 enfermeiros por cada 1000 habitantes. O número de médicos, médicos dentistas e enfermeiros por 1000 habitantes vai diminuindo à medida que vamos descendo para as unidades territoriais mais pequenas. Ílhavo contava em 2024 com 155 médicos, dos quais 91 eram especialistas e 64 não tinham especialidade. Tinha 30 médicos dentistas, 218 enfermeiros e 40 farmacêuticos, dos quais 35 categorizados como farmacêuticos comunitários. O concelho conta com 8 farmácias.

Gráfico 30. Evolução do n.º de médicos, enfermeiros, farmacêuticos e farmácias em Ílhavo, 2021 - 2024.



Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde e Estatísticas das farmácias; Setembro 2025.

Da observação do gráfico acima é notório o aumento brusco de enfermeiros de 2023 para 2024. O número passou para ligeiramente mais do dobro em relação ao ano anterior (2023), o concelho passou a ter 5 enfermeiros por cada 1000 habitantes. Outra das categorias profissionais que registou um aumento, não tão acentuado, foram os médicos. Médicos dentistas manteve-se igual, somando apenas 1 em 2023 e outro em 2024.

Ao nível das farmácias e farmacêuticos também não houve alterações, não se verificando nenhuma tendência em concreto. O número de farmácias manteve-se sempre em 8, sendo que nunca houve um posto móvel no município.

7.4. Saúde Mental

A saúde mental é uma componente essencial da saúde, com impacto direto no bem-estar, na autonomia e na participação das pessoas na vida comunitária. A sua promoção e proteção implicam uma abordagem integrada, que vá além da resposta clínica e valorize a articulação entre os serviços de saúde, a ação social e os recursos da comunidade, numa lógica de proximidade e continuidade de cuidados.

No contexto nacional, a reorganização dos serviços de saúde mental tem vindo a privilegiar o reforço de respostas de base comunitária, com destaque para as Equipas Comunitárias de Saúde Mental (ECSM), integradas nos Serviços Locais de Saúde Mental (SLSM). Estas equipas, de composição multidisciplinar, orientam a sua atuação para a proximidade e para a articulação com os Cuidados de Saúde Primários, as redes sociais e as instituições do território, de modo a promover intervenções que favoreçam a recuperação, a integração social e a autonomia das pessoas com doença mental. Este enquadramento constitui a base para a análise das respostas existentes a nível local.

Respostas existentes na área da Doença Mental

Equipa de Psiquiatria Comunitária - Equipas Comunitárias de Saúde Mental (ECSM) - Equipa multidisciplinar concebida para trabalhar com utentes com perturbações mentais no seu contexto de vida, promovendo acompanhamento clínico, educativo e social junto da comunidade. Estas equipas articulam a ação com os Cuidados de Saúde Primários, serviços hospitalares e respostas sociais locais, a contribuir para a continuidade de cuidados e para a aproximação dos serviços à realidade das pessoas e famílias afetadas no município.

Hospital de Dia – Unidade de Saúde Mental - com resposta de internamento parcial diurno que disponibiliza cuidados psiquiátricos intensivos e integrados a pessoas em situações de crise, em fase de recuperação de episódio agudo ou com necessidade de reforço terapêutico antes da reintegração comunitária. Funciona como uma alternativa à hospitalização completa, combinando tratamento clínico com atividades terapêuticas e apoio à reabilitação psicossocial. Na área da Unidade Local de Saúde de Aveiro – Psiquiatria e Saúde Mental, existe uma valência de “área de dia” destinada ao tratamento de utentes psiquiátricos adultos em regime de internamento parcial, complementando a atividade de consulta externa e a proporcionar uma resposta intermédia que favorece a continuidade dos cuidados.

Descentralização de consultas - Tem vindo a ser promovida a descentralização de consultas na área da saúde mental para os Cuidados de Saúde Primários, nomeadamente nos centros de saúde, permitindo uma maior articulação com os profissionais de proximidade, a referenciação atempada e o acompanhamento integrado das situações no território

Respostas de Base Comunitária no Concelho - Mediante a informação disponibilizada por entidades sociais do município, existem no concelho de Ílhavo respostas sociais de base comunitária

a contribuir para a promoção do bem-estar emocional e a integração social de pessoas com doença mental.

Centro Comunitário do Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo (CASCI) - desenvolve um conjunto de atividades focadas na promoção de competências e bem-estar emocional. É referida a oficina “Reagir”, que visa favorecer a interação social, o desenvolvimento de competências cognitivas e a promoção da autonomia, além de constituir um espaço de expressão e gestão emocional das pessoas participantes.

O CASCI disponibiliza ainda outros recursos como acompanhamento psicológico especializado, destinado a jovens adultos como suporte individualizado para o desenvolvimento pessoal e emocional.

O Contrato Local de Desenvolvimento Social do Concelho de Ílhavo – projeto IRA, entre outras ações, organiza oficinas como a “Anima-te”, que promove o bem-estar emocional, a partilha de vivências e a redução do estigma associado à saúde mental, através do desenvolvimento de competências sociais e cognitivas em contextos de interação natural das pessoas participantes.

Articulação Interinstitucional

A articulação entre respostas de saúde mental e respostas sociais no concelho de Ílhavo é agilizada através do Atendimento Social Integrado – ASI (coordenado pela Câmara Municipal - Divisão de Desenvolvimento Social e da Saúde), que atua como um ponto de ligação entre cuidados clínicos e apoio social, no reforço do alinhamento e articulação de respostas e o acompanhamento global das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Grupos de Trabalho na Área da Saúde Mental – Um Grupo de trabalho dedicado a situações de doença mental (Equipa de Saúde Mental ULSRA, CASCI, SCMI, CERCIAV e ET – ICAD) e um grupo de cooperação interinstitucional para abordagem a situações de insalubridade por acumulação compulsiva. (Delegação de Saúde Pública de Ílhavo, Centro de Saúde de Ílhavo – equipa UCC, coordenação ASI – CMI, ISS.IP, Ministério Público, GNR, CASCI e SCMI).

7.5. Toxicodependência e Comportamentos Aditivos

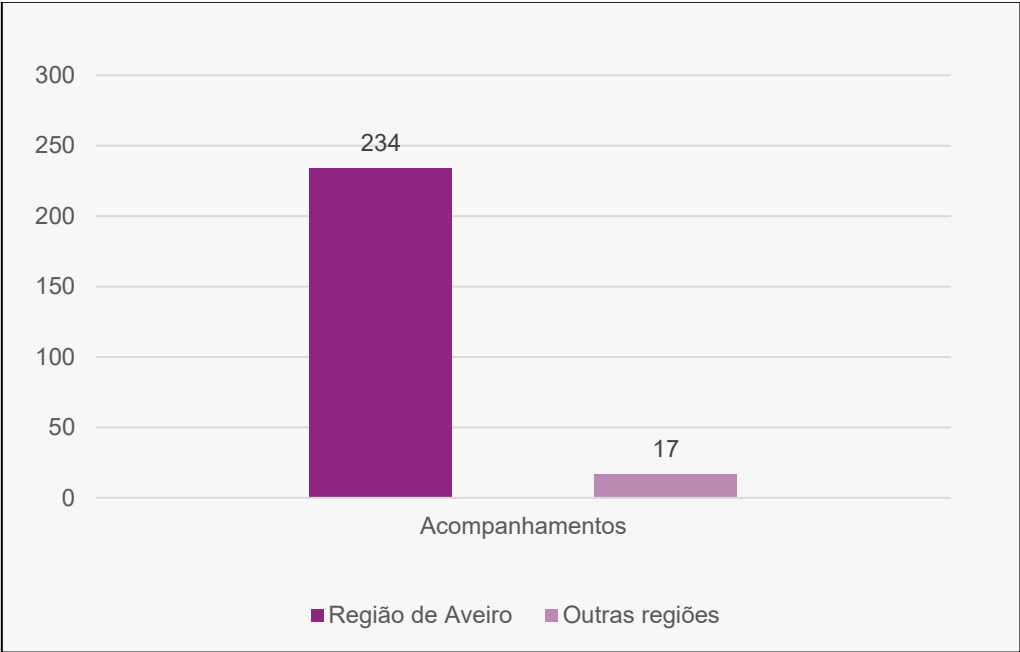
A toxicodependência e os comportamentos aditivos revertem num impacto significativo na saúde e no bem-estar das pessoas e das comunidades. A sua expressão é transversal em diferentes grupos etários e contextos sociais, exigindo assim respostas que articulem a prevenção, o tratamento, a redução de riscos e danos e o acompanhamento psicossocial, a traduzir assim a relevância de uma abordagem integrada entre os setores da saúde, da ação social e da própria comunidade.

Expressão na realidade concelhia

De acordo com informação disponibilizada pelo Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências (ICAD), durante o ano de 2024, 251 pessoas com residência no concelho de Ílhavo,

foram acompanhadas no que respeita a adições, pelas diferentes respostas de tratamento e intervenção na área dos comportamentos aditivos.

Gráfico 31. Número de utentes ativos durante 2024 com residência no concelho de Ílhavo.

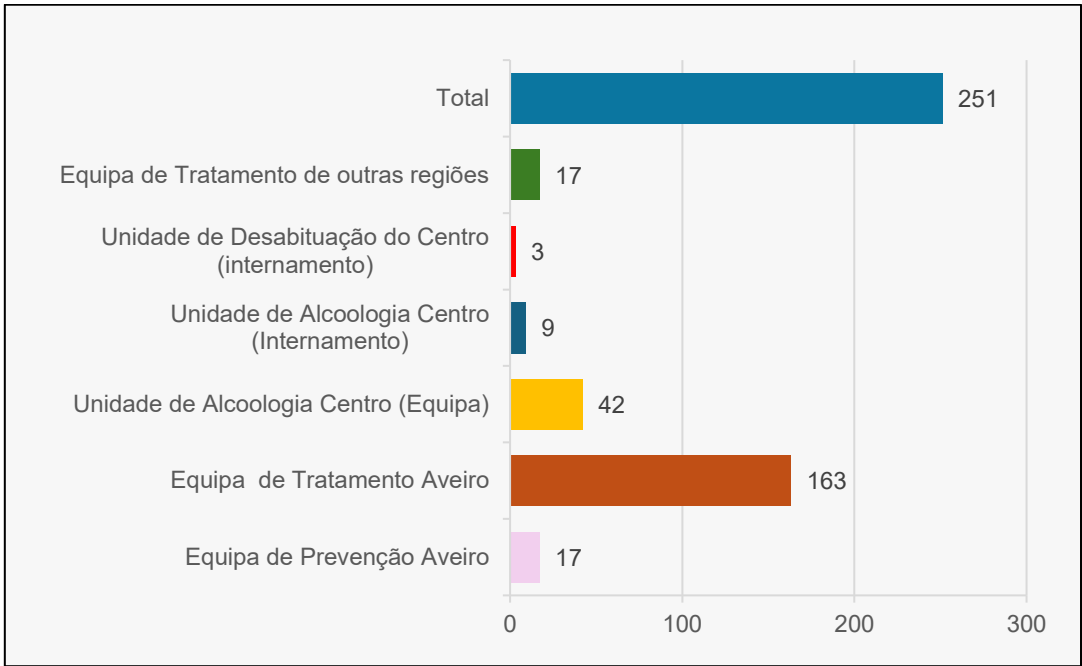


Fonte: ICAD; 2024.

Pela leitura da (Gráfico 32), **dos 251 utentes ativos residentes em Ílhavo** acompanhados por respostas do ICAD, há uma clara predominância da **Equipa de Tratamento de Aveiro (163 utentes)**, o que revela uma forte procura de acompanhamento em regime ambulatorio. Destaca-se igualmente a **Unidade de Alcoologia do Centro – Equipa (42 utentes)**, sinalizando a emergência dos problemas associados ao consumo de álcool no concelho.

As respostas de **internamento, desabilitação e prevenção** apresentam uma expressão mais reduzida, a indicar uma incidência de intervenções comunitárias e ambulatorias, mas também o desafio do **reforço da prevenção e da deteção precoce** no território.

Gráfico 32. Utentes ativos por tipo de resposta de ICAD no concelho de Ílhavo.



Fonte: ICAD; 2024.

Tabela 35. Tabelas de distribuição utentes ativos em 2024 com residência no concelho de Ílhavo, por Escalão Etário.

PPP1 - EP Aveiro		PPP2 - ET Aveiro		PPP4 - UA Centro (Int)	
<= 14	17	20 - 24	4	30 - 34	9
15 - 19		25 - 29	8	35 - 39	
20 - 24		30 - 34	8	40 - 44	
25 - 29		35 - 39	20	50 - 54	
		40 - 44	21	>= 65	
		45 - 49	30		
		50 - 54	29		
		55 - 59	20		
		60 - 64	17		
		>= 65	6		

PPP3 - UA Centro (Eq)		PPP5 - UD Centro (Int)		PPP6 - Restantes equipas	
30 - 34	8	Total	3*	20 - 24	4
35 - 39				25 - 29	
40 - 44				35 - 39	4
45 - 49	5			40 - 44	
50 - 54	9			45 - 49	9
55 - 59	7			50 - 54	
60 - 64	4			55 - 59	
>= 65	9			60 - 64	

Fonte: ICAD; 2024.

* os números são pequenos demais para discriminar.

Da análise da distribuição etária dos utentes residentes em Ílhavo acompanhados pelas respostas do ICAD (Tabela 35) verifica-se uma concentração significativa na fase de vida adulta, sobretudo entre os 35 e os 59 anos, com particular expressão na Equipa de Tratamento de Aveiro. Este padrão indicia percursos de consumo prolongados e situações de maior complexidade biopsicossocial, frequentemente associadas a impactos cumulativos ao nível da saúde, da inserção profissional e das dinâmicas familiares.

Nas respostas de Alcoologia, tanto em regime de equipa como de internamento, observa-se uma maior representação de faixas etárias mais avançadas, incluindo utentes com 65 ou mais anos, o que aponta para fenómenos de envelhecimento patológico associado ao consumo crónico de álcool e/ou substâncias, com repercussões acrescidas ao nível da morbilidade, da funcionalidade e da autonomia. Estas situações tendem a coexistir com isolamento social, comorbilidades físicas e declínio cognitivo, de forte apelo a respostas articuladas entre saúde, ação social e cuidados continuados.

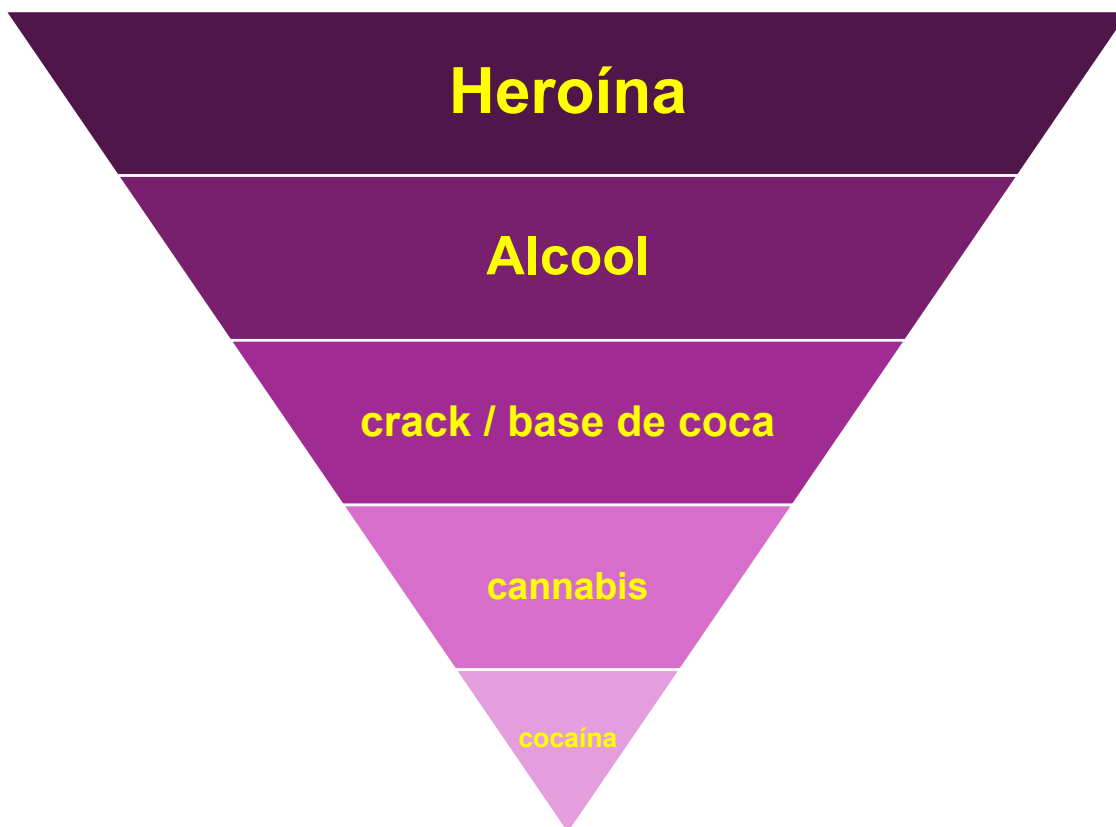
A intervenção preventiva apresenta maior incidência nos ciclos de vida mais jovens, ainda que com expressão reduzida, a reforçar a pertinência das estratégias de prevenção, deteção precoce e intervenção comunitária, particularmente junto de crianças, jovens e famílias, como forma de mitigar trajetórias de consumo prolongadas e os seus efeitos cumulativos ao longo da vida.

A complementar esta informação, é de referir a predominância do sexo masculino pelas diferentes respostas de acompanhamento e em termos de escolaridade um maior volume de pessoas com até ao 3.º ciclo do ensino básico, não obstante da presença de situações com o ensino secundário e universitário.

Relativamente à situação profissional consta-se uma heterogeneidade entre situações de desemprego, desocupação, reforma, a estudar, trabalho ocasional e situação profissional estável, não se revelando de todo uma relação linear entre consumos e estatuto laboral

Ordem de relevância – substância principal

Figura 9. Pirâmide de relevância da substância principal – utentes do concelho de Ílhavo, 2024.



Fonte: ICAD; 2024.

No que respeita ao perfil de consumo – substância principal, heroína surge em primeiro, sobretudo associada à Equipa de Tratamento de Aveiro, e a refletir percursos de consumo de longa duração, maior gravidade clínica e necessidades de acompanhamento continuado e especializado.

O álcool surge como a segunda substância mais relevante, com particular expressão nas respostas de Alcoologia (equipa e internamento), o que imprime a centralidade deste problema no território e a sua associação a percursos de vida mais longos, ao envelhecimento secundário e comorbilidades físicas e sociais.

O crack/base de coca e a cocaína assumem igualmente relevância, evidenciando padrões de consumo mais intensivo e de maior risco, frequentemente associados a instabilidade social, profissional e relacional.

A cannabis, embora presente em várias respostas, assume um peso relativamente inferior face às substâncias associadas a maior dependência e impacto biopsicossocial, surgindo muitas vezes integrada em contextos de policonsumo.

Síntese Interpretativa: elementos-chave

O presente capítulo enquadra a saúde enquanto dimensão central do bem-estar e da coesão social, apresentando uma leitura integrada do estado de saúde da população do concelho de Ílhavo e das respostas existentes no território, com especial atenção à articulação entre cuidados de saúde, contexto social e recursos comunitários.

Pontos-chave:

O concelho de Ílhavo apresenta taxas brutas de mortalidade inferiores às médias regional e nacional, apesar do impacto da pandemia de COVID-19 cujos efeitos permanecem visíveis nos indicadores mais recentes.

A mortalidade concentra-se predominantemente nas faixas etárias mais envelhecidas, com destaque para os tumores malignos e as doenças do aparelho circulatório e respiratório, refletindo os desafios associados ao envelhecimento demográfico e às doenças crónicas. Esta realidade converge com as prioridades do PNS 2030 relativas à promoção do envelhecimento saudável, à prevenção da doença ao longo do ciclo de vida e à redução da carga das doenças crónicas.

O perfil de mortalidade revela maior incidência no sexo masculino na maioria dos grupos etários, com inversão apenas nas idades mais avançadas, reforçando a importância de abordagens sensíveis ao género e aos determinantes sociais da saúde.

A transferência de competências na área da saúde, no âmbito do processo de descentralização, reforçou o papel do Município de Ílhavo na governação local da saúde, nomeadamente ao nível da gestão de infraestruturas, recursos não clínicos e contratos logísticos. Este novo enquadramento cria condições favoráveis para uma atuação mais próxima, integrada e territorializada, em consonância com o PNS 2030, que valoriza a proximidade, a integração de cuidados e a governação colaborativa.

A rede de saúde do concelho assenta nos cuidados de saúde primários, enquanto principal porta de entrada no sistema, articulando-se com os cuidados hospitalares e com as respostas comunitárias. Esta organização está alinhada com a orientação do PNS 2030 para o reforço dos cuidados de saúde primários como eixo central da promoção da saúde, da prevenção da doença e da continuidade dos cuidados.

Na área da saúde mental, verifica-se um reforço progressivo de respostas de base comunitária, da descentralização de cuidados e da articulação interinstitucional, promovendo intervenções de proximidade e continuidade. Esta abordagem encontra correspondência direta nas prioridades do PNS 2030, que destaca a saúde mental como uma área estratégica, defendendo modelos comunitários, integrados e centrados na pessoa.

No domínio da toxicodependência e dos comportamentos aditivos, os dados apresentam uma expressão relevante no concelho, com predominância de acompanhamentos em regime ambulatorio e uma concentração nos ciclos de vida adultos, associados a percursos de consumo prolongados e elevada complexidade biopsicossocial. Esta realidade reforça a necessidade de estratégias

integradas de prevenção, redução de riscos e danos e intervenção ao longo do ciclo de vida, em consonância com os princípios do PNS 2030.

Não obstante a monitorização semestral da equipa de tratamento de ICAD, no que se reporta a situações em acompanhamento, na ótica do Atendimento Social Integrado existe margem para maior estreitamento e dialética entre os serviços, nomeadamente na referência e articulação em situações em que existe vulnerabilidade social, bem como em situações em que se afigura necessidade de integração em comunidade terapêutica.

Em síntese, esta apresentação revela que o concelho de Ílhavo dispõe de uma rede de saúde estruturada e em consolidação, enquadrada por um modelo de governação ancorado pela descentralização de competências, criando condições favoráveis para o alinhamento das respostas locais com os objetivos estratégicos do Plano Nacional de Saúde 2030.

A leitura técnica mais profunda, a definição de prioridades específicas e a operacionalização das medidas na área da saúde serão desenvolvidos de forma mais detalhada no âmbito da Estratégia Municipal de Saúde e do respetivo Diagnóstico de Saúde, assegurando uma abordagem integrada, coerente e orientada para as necessidades do território.

8. Inclusão

A inclusão constitui hoje um princípio estruturante do desenvolvimento social, assumindo-se como um compromisso coletivo com a participação plena de todas as pessoas na vida comunitária, independentemente das suas características ou condições de vida. No domínio das pessoas com deficiência, a inclusão adquire um significado específico, que remete para a criação de condições que promovam o exercício de direitos, a autonomia possível e o acesso equitativo aos recursos sociais, educativos, profissionais e comunitários.

Neste sentido, falar de inclusão implica reconhecer que as situações de desvantagem resultam sobretudo da interação entre condições funcionais e os ambientes sociais, físicos, comunicacionais e atitudinais em que a vida quotidiana se desenrola. A persistência de barreiras — sejam elas arquitetónicas, comunicacionais, institucionais ou simbólicas — continua a limitar a participação plena das pessoas com deficiência, tornando a inclusão um processo dependente das dinâmicas e dos próprios contextos territoriais.

Ao nível local, a promoção da inclusão concretiza-se através da articulação entre medidas públicas, respostas sociais e práticas as instituições, onde o município e as entidades da rede social assumem um papel relevante enquanto facilitadores de acesso, mediadores de recursos e promotores de ambientes mais acessíveis e inclusivos. Esta intervenção desenvolve-se em consonância com orientações e instrumentos de âmbito nacional, sendo operacionalizada através de respostas, serviços e medidas ajustadas às especificidades do território e das pessoas que nele residem.

A participação de pessoas com deficiência e suas famílias no processo de diagnóstico social permite dar visibilidade a percursos marcados por adaptações contínuas, aprendizagens recíprocas e relações de cuidado que se transformam ao longo do tempo. As famílias (e em particular quem cuida), emergem como atores centrais na organização do dia a dia, na mediação com os serviços e na sustentação dos percursos de vida das pessoas com deficiência.

Em diversas situações, as pessoas que cuidam, são elas próprias pessoas envelhecidas, cuja principal preocupação se projeta no futuro: *como será a vida do meu filho quando eu já não puder cuidar?* Esta interrogação convive, frequentemente, com realidades em que quem cuida começa também a necessitar de cuidado, e a manifestar a sobreposição de fragilidades e responsabilidades que desafiam as respostas tradicionais de apoio social e comunitário.

O presente capítulo centra-se, assim, na inclusão de pessoas com deficiência no concelho de Ílhavo, procurando caracterizar de forma geral a realidade local a partir de diferentes dimensões: uma leitura dos dados quantitativos gerais disponíveis sobre a população residente, a identificação das respostas formais de apoio no território, a caracterização dos públicos abrangidos e a escuta das vivências de famílias e cuidadores informais de pessoas com deficiência no âmbito do processo participativo do Diagnóstico Social.

Num primeiro momento, apresenta-se uma panorâmica dos dados estatísticos disponíveis sobre a população residente que declarou dificuldades na execução de determinadas ações, com base nos Censos 2021, permitindo uma aproximação às principais dimensões da deficiência no concelho. Esta leitura constitui um ponto de partida para a compreensão da realidade local, sendo posteriormente complementada pela análise descritiva das respostas existentes e pelos contributos qualitativos recolhidos ao longo do processo de diagnóstico.

8.1. Aproximação Estatística à Deficiência no Concelho

Tabela 36. População residente com dificuldades na execução de ações, por tipo de dificuldade, sexo e freguesia.

		Gafanha da Encarnação	Gafanha da Nazaré	Gafanha do Carmo	Ílhavo (São Salvador)	Ílhavo
Ver	Homem	1531	191	537	1586	3845
	Mulher	2159	252	730	2337	5478
Ouvir	Homem	813	123	276	911	2123
	Mulher	781	108	289	971	2149
Andar ou subir degraus	Homem	816	114	294	904	2128
	Mulher	1271	155	412	1504	3342
Memória ou concentração	Homem	1066	149	356	1113	2684
	Mulher	1455	184	548	1762	3949
Tomar banho ou vestir-se sozinho	Homem	253	49	95	292	689
	Mulher	389	55	160	496	1100
Compreender os outros ou fazer-se compreender	Homem	303	64	120	358	845
	Mulher	320	61	118	412	911

Fonte: INE; Censos 2021.

Tabela 37. População residente que não consegue efetuar determinadas ações, por tipo de dificuldade, sexo e freguesia.

		Gafanha da Encarnação	Gafanha da Nazaré	Gafanha do Carmo	Ílhavo (São Salvador)	Ílhavo
Ver	Homem	13	0	8	11	32
	Mulher	15	4	9	22	50
Ouvir	Homem	14	4	12	18	48
	Mulher	19	3	7	16	45
Andar ou subir degraus	Homem	42	9	24	55	130
	Mulher	89	14	25	135	263
Memória ou concentração	Homem	27	7	22	37	93
	Mulher	58	14	21	87	180
Tomar banho ou vestir-se sozinho	Homem	69	13	32	98	212
	Mulher	113	27	42	189	371
Compreender os outros ou fazer-se compreender	Homem	18	5	13	31	67
	Mulher	37	9	21	52	119

Fonte: INE; Censos 2021.

A análise conjunta dos dados relativos à população residente que declara ter dificuldade e à que declara não conseguir efetuar determinadas ações permite uma leitura global das principais dimensões das limitações funcionais presentes no concelho de Ílhavo. De forma transversal, observa-se que o número de pessoas que refere dificuldades é substancialmente superior ao daquelas que indicam incapacidade total, evidenciando a predominância de situações intermédias de limitação funcional.

As dificuldades associadas à visão, à mobilidade (andar ou subir degraus) e à memória ou concentração assumem maior expressão no conjunto da população, notável na população feminina e com variações entre freguesias. As limitações relacionadas com o autocuidado e com a comunicação ou compreensão apresentam valores mais reduzidos, embora ganhem maior relevância no grupo que declara não conseguir efetuar a ação.

No seu conjunto, os dados apresentam uma diversidade de situações vividas pela população residente, o que reflete, também, diferentes graus e tipos de limitação funcional no território.

Importa, contudo, sublinhar que esta caracterização estatística não esgota a compreensão da realidade da deficiência no concelho, sendo apenas um ponto de partida que aqui é complementado pela apresentação das respostas existentes e pelos contributos qualitativos recolhidos junto das famílias com pessoas com deficiência no âmbito do diagnóstico social.

8.2. Respostas Formais de Apoio à Inclusão no Território

As respostas formais de apoio à inclusão existentes no concelho de Ílhavo integram recursos promovidos pelo município e respostas asseguradas por entidades da rede social local, com intervenção especializada na área.

Apresentam-se, num primeiro momento, as respostas municipais de apoio à inclusão e, de seguida, as respostas formais existentes no território, asseguradas por entidades com intervenção na área da deficiência. Esta apresentação assume um carácter descritivo, remetendo a informação detalhada sobre as respostas institucionais para a Carta Social Municipal em vigor.

Balcão de Inclusão

Em 2023, a Câmara Municipal de Ílhavo criou o Balcão da Inclusão, ao abrigo de um protocolo celebrado com o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR, I.P.). Esta resposta municipal assume-se como um espaço de informação, mediação e encaminhamento especializado na área da deficiência e/ou incapacidade, procurando facilitar o acesso a direitos, benefícios e recursos existentes, de acordo com a legislação em vigor.

O Balcão da Inclusão presta apoio em diversas áreas, nomeadamente acessibilidades, benefícios fiscais e sociais, emprego e formação profissional, saúde, habitação, produtos de apoio, prestações sociais, transportes e estacionamento, bem como no acesso ao Atestado Médico de Incapacidade Multiusos. O serviço dirige-se a pessoas com deficiência e/ou incapacidade, às suas famílias, a entidades com intervenção neste domínio e ao público em geral que, de forma direta ou indireta, intervém na área da inclusão.

Sediado no edifício da Câmara Municipal, o Balcão da Inclusão desempenha uma função de proximidade, promove a articulação com diferentes serviços e organismos, através de um atendimento orientado para a informação, a mediação e o encaminhamento adequado às necessidades identificadas.

Cartão família

O Cartão Família constitui um mecanismo municipal de apoio aos agregados familiares residentes no concelho, integrado numa estratégia de promoção do bem-estar e de mitigação de situações de maior fragilidade social. Este instrumento permite o acesso a um conjunto de benefícios associados a serviços e equipamentos municipais, nos termos definidos pelo respetivo regulamento.

No domínio da inclusão, o Cartão Família assume um papel complementar relevante para famílias que integrem pessoas com deficiência e/ou incapacidade. Apesar de não se tratar de uma resposta especificamente direcionada para a área da deficiência, pode contribuir para aliviar encargos associados ao quotidiano familiar.

Para além das respostas municipais, o concelho de Ílhavo dispõe de um conjunto de respostas formais na área da deficiência, asseguradas por entidades da rede social local com intervenção especializada, nomeadamente o CASCI – Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo e a CERCIIV – Cooperativa para a Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Aveiro.

Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência - Resposta social assegurada pela CERCIIV – Cooperativa para a Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Aveiro, que consiste na prestação de cuidados e serviços no domicílio a pessoas adultas com deficiência e/ou em situação de dependência, apoiando a satisfação das necessidades básicas, a realização das atividades da vida diária e o suporte às respetivas famílias.

Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão - Resposta desenvolvida em equipamento pelo CASCI e CERCIIV, destinada a pessoas adultas com deficiência. Visa o desenvolvimento de atividades ocupacionais e de capacitação, promovendo a qualidade de vida, a autonomia, o acesso à comunidade e a inclusão social e socioprofissional, de acordo com as necessidades e níveis de funcionalidade de cada pessoa.

Lar Residencial - Resposta social de alojamento coletivo, de caráter temporário ou permanente, assegurada pelo CASCI, dirigida a pessoas com deficiência e/ou incapacidade que se encontrem impedidas de residir no seu meio familiar, garantindo condições de apoio, acompanhamento e integração comunitária.

Centros de Recursos para a Inclusão - Serviços especializados de apoio à inclusão educativa e social de crianças e jovens com necessidades específicas, assegurados por ambas as instituições CASCI e CERCIIV, em articulação com os estabelecimentos de ensino, integrando apoio técnico especializado, acompanhamento pedagógico e apoio à transição para a vida pós-escolar.

Centro de Emprego Protegido - Resposta promovida pelo CASCI – Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo, orientada para a capacitação e integração socioprofissional de pessoas adultas com deficiência e/ou incapacidade, através de experiências formativas e produtivas em ambientes de trabalho adaptados.

Centro de Reabilitação Profissional - Resposta assegurada pela CERCIIV dirigida à formação profissional e à reabilitação de pessoas adultas com deficiência, com vista ao reforço de competências de empregabilidade e à preparação para a integração no mercado de trabalho.

Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego - Resposta promovida pela CERCIIV – Cooperativa para a Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Aveiro, orientada para o acompanhamento ao longo do percurso de qualificação e inserção profissional, incluindo ações de orientação, colocação, acompanhamento pós-integração e mediação com entidades empregadoras.

A informação detalhada sobre estas respostas, nomeadamente no que respeita a capacidades, acordos e níveis de frequência, encontra-se sistematizada na Carta Social Municipal em vigor.

8.2.1 Caracterização dos Públicos Abrangidos

Esta caracterização baseia-se nos dados disponíveis no momento da elaboração do presente diagnóstico, facultados pelo **CASCI – Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo**. Importa sublinhar que esta informação não constitui uma amostra representativa da totalidade das pessoas com deficiência e/ou incapacidade residentes no concelho, na medida em que não integra dados relativos a todas as respostas que abrangem o território.

Ainda assim, os dados disponíveis permitem identificar algumas tendências de caracterização dos públicos abrangidos, nomeadamente ao nível da distribuição etária, do género e dos percursos nas respostas ocupacionais e de inclusão socioprofissional. A leitura apresentada assume, assim, um carácter indicativo e descritivo.

Tabela 38. Distribuição etária e por género das pessoas a frequentar o CAO/CACI em 2024.

Grupos Etários	Total - Homens	Total - Mulheres	Homens com def. ou incapacidade (HCDI)	Mulheres com def. ou incapacidade (HCDI)
17 anos	0	0	0	0
18 anos	0	0	0	0
19 anos	0	0	0	0
20 anos	0	0	0	0
21 anos	0	0	0	0
22 anos	1	2	1	2
23 anos	1	1	1	1
24 anos	3	1	3	1
25 aos 34 anos	13	6	13	6
35 aos 49 anos	22	14	22	14
50 aos 59 anos	7	5	7	5
60 aos 64 anos	1	1	1	1
65 aos 69 anos	0	1	0	1
Total Género	48	31	48	31
Total	79		79	

Fonte: CASCI; 2024.

No que respeita às respostas **ocupacionais (CAO/CACI)**, observa-se que os públicos abrangidos concentram-se maioritariamente em **escalões etários adultos**, com maior expressão entre os **25 e os 49 anos**, mantendo-se uma presença ainda relevante no grupo dos **50 aos 59 anos**. A frequência de pessoas com idade inferior a 25 anos é residual, não se registando a presença de jovens até aos 21 anos. A partir dos 60 anos, a participação tende igualmente a diminuir, surgindo apenas de forma pontual. Em termos de género, verifica-se uma predominância do sexo masculino, embora ambos os géneros estejam representados em praticamente todos os escalões etários.

Tabela 39. Distribuição etária e por gênero das pessoas no Centro de Emprego Protegido em 2024.

	Mulher	Homem	Total
25 a 44	8	5	13
45 a 49	7	5	12
50 a 54	4	5	9
55 a 64	1	6	7
Total	20	21	41

Fonte: CASCI; 2024.

Relativamente ao **Centro de Emprego Protegido**, os dados evidenciam uma distribuição etária concentrada entre os **25 e os 54 anos**, com presença ainda significativa no escalão dos **55 aos 64 anos**, o que aponta para percursos de inserção profissional prolongados. A distribuição por gênero revela um **equilíbrio entre homens e mulheres**, refletindo uma participação relativamente homogênea nesta resposta.

Tabela 40. Média de idades e antiguidade dos trabalhadores em regime de emprego protegido em 2024.

	Mulher	Homem	Total
Média de Idades	45,4	49,6	47,6
Média de Antiguidade	19,9	23,2	21,6

Fonte: CASCI; 2024.

A análise da média de idades e da antiguidade dos trabalhadores em regime de emprego protegido aponta idades médias próximas dos 50 anos e uma antiguidade elevada nas respostas, o que sugere percursos prolongados no tempo.

No seu conjunto, estes dados mostram a predominância de públicos adultos e envelhecidos nas respostas analisadas, bem como para percursos prolongados de acompanhamento, sobretudo no domínio da inclusão socioprofissional. Reitera-se, contudo, que esta leitura deve ser entendida como indicativa, e que naturalmente não esgota a caracterização dos públicos com deficiência e/ou incapacidade no concelho.

8.3. Município e Outras Entidades Empregadoras Inclusivas

O Município de Ílhavo tem vindo a constatar-se, ao longo dos anos, como uma entidade empregadora que incorpora práticas organizacionais e de gestão orientadas para a inclusão laboral de pessoas com deficiência e/ou incapacidade. Neste âmbito, a Câmara Municipal tem sido regularmente distinguida no quadro da iniciativa **Marca Entidade Empregadora Inclusiva**, promovida pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.), que reconhece entidades empregadoras com práticas abertas e inclusivas relativamente à empregabilidade de pessoas com deficiência e incapacidade.

Em **2023**, o Município de Ílhavo foi distinguido com a **Marca Entidade Empregadora Inclusiva de Excelência**, reconhecimento atribuído às entidades que se destacam pelos critérios de recrutamento, desenvolvimento profissional, manutenção do emprego e acessibilidades, entre outros. Mais recentemente, em **2025**, a autarquia voltou a ser distinguida com a **Marca Entidade Empregadora Inclusiva**, sendo, na presente edição, **o único município da Região de Aveiro** a receber esta distinção.

No plano interno, os indicadores fornecidos pelo próprio município revelam a presença de **35 trabalhadores/as com deficiência** integrados nos quadros municipais, enquadrados através de Atestado Médico de Incapacidade Multiusos, bem como a implementação de diversas **adaptações no contexto laboral e no espaço físico**. Entre estas, destacam-se o **ajuste de funções** sempre que o grau de incapacidade inviabiliza o exercício das tarefas anteriormente desempenhadas, a **melhoria das condições de acessibilidade em edifícios municipais**, como as novas instalações do Atendimento Social Integrado e a **instalação de portas automáticas na Casa da Cultura**, bem como a **introdução de equipamentos ergonómicos**, designadamente ratos ergonómicos, com vista à adaptação dos postos de trabalho.

O município participa igualmente em programas e medidas de promoção da inclusão laboral em parceria com o IEFP, nomeadamente através de incentivos à contratação de pessoas com incapacidade (como majorações nas medidas Emprego +Talentos e +Emprego), ajustes no regime de estágios e na inclusão de pessoas com incapacidade em medidas de ativação.

Para além do município, outras entidades do concelho foram igualmente reconhecidas com a **Marca Entidade Empregadora Inclusiva** na edição de 2025, nomeadamente o **CASCI – Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo** e a empresa **PRIO Energy, Lda.**, entre um conjunto de organizações distinguidas a nível nacional.

8.4. Participação no Diagnóstico Social – sessão com famílias com pessoas com deficiência

Foi realizada uma sessão participativa com famílias com pessoas com deficiência, com o objetivo de recolher contributos qualitativos sobre as vivências do cuidado, os principais desafios enfrentados no dia a dia, os recursos e apoios existentes no território e as necessidades sentidas.

A sessão procurou assegurar um espaço de escuta alargada, dirigido simultaneamente a pessoas cuidadoras informais e a pessoas com deficiência, reconhecendo a centralidade da participação de ambos na compreensão das dinâmicas de cuidado e inclusão.

Caracterização da sessão

- N.º de participantes: 8 pessoas;
- N.º de famílias representadas: 5;
- Data: 3 de Dezembro de 2025;
- Local: Laboratório do Envelhecimento;
- Metodologia: dinâmica participativa de registo e partilha livre de contributos, dirigida a famílias, pessoas cuidadoras informais e pessoas com deficiência.

A preparação e concretização da sessão resultaram de uma articulação estreita com a **CERCI**AV, entidade com intervenção direta junto das famílias, que mediou o convite à participação dirigido a cerca de 25 famílias / pessoas cuidadoras. O calendário, o horário e o local da sessão foram definidos em conjunto, procurando responder às disponibilidades identificadas como mais favoráveis e minimizar constrangimentos associados às responsabilidades de cuidado e às dificuldades de deslocação, tendo sido privilegiado um espaço central e acessível.

Apesar deste esforço de ajuste, participaram presencialmente 8 pessoas, correspondentes a 5 famílias. Uma das famílias, impossibilitada de estar presente, manifestou interesse em participar e contribuiu posteriormente para o diagnóstico social através do envio dos seus contributos.

Figura 10. Registos escritos das famílias cuidadoras de pessoas com deficiência durante a sessão participativa, no âmbito do Diagnóstico Social do Município de Ílhavo (3 de Dezembro de 2025).



Campos explorados – análise qualitativa dos contributos

a) Desafios e dificuldades no quotidiano - O cuidado, nestas famílias, é marcado por uma preocupação permanente com a segurança, o bem-estar e o tratamento digno das pessoas com deficiência, pelas exigências permanentes e uma forte carga emocional expressas em diferentes dimensões.

- **A preocupação constante em garantir que a pessoa com deficiência é bem tratada e respeitada** – (“procurar sempre se o meu filho é bem tratado”);
- **A incerteza face ao futuro** – receio sobre quem cuidará da pessoa quando os pais ou cuidadores deixarem de o poder fazer, expressa em frases como “pensar no futuro quando nós, pais, já cá não estivermos para cuidar”;
- **As dificuldades na relação com o exterior** – nomeadamente ao nível das atitudes, da comunicação e da compreensão por parte de outras pessoas, percecionadas como barreiras sociais e atitudinais, como refere uma participante: “a maior dificuldade, e a mais difícil, é lidar com as pessoas consideradas ‘normais’ quando se fala de tratar, cuidar ou comunicar”;
- **Situações de isolamento e fragilidade relacional** – associadas a contextos de monoparentalidade, rejeição familiar ou ausência de redes de confiança, expressas em contributos como “ser família monoparental, a rejeição da minha família biológica, não ter um circuito de confiança familiar ou de amigos”;
- **A vivência solitária e prolongada do cuidado** – acompanhada da necessidade constante de planear o futuro da pessoa cuidada, como revelado em “o meu pensamento está dia a dia

na construção de um espaço para o meu filho, para quando eu já não possa apanhar da sua mão”;

- **A presença recorrente de pensamentos associados à morte** – enquanto expressão do peso emocional e da responsabilidade contínua, evidenciada na partilha *“os pensamentos da morte são desafios agora muito frequentes no meu quotidiano”*.

Estes contributos revelam a profundidade emocional e a complexidade do cuidar em contextos de deficiência, tornando visível uma carga muitas vezes invisível do lado de fora.

b) Recursos e apoios existentes – Os contributos revelam a importância dos recursos institucionais e comunitários no apoio ao quotidiano do cuidado, destacando-se respostas formais e informais que assumem um papel central na organização da vida diária.

- **Centralidade da CERCIAV no quotidiano das famílias** – Os elementos participantes identificam a um recurso fundamental, *“a CERCIAV tem sido muito importante para o desenvolvimento dia a dia”*.
- **A integração em contextos comunitários** – Para além das respostas institucionais, são valorizados contextos que promovem a ocupação significativa e a integração na comunidade, referidos em *“o apoio que temos no dia a dia tem sido na CERCIAV e na padaria onde o nosso filho passa o dia”*.
- **Respostas de apoio domiciliário e de refeições** – As famílias destacam a importância destes serviços como apoio essencial à manutenção da pessoa cuidada no domicílio e à gestão das exigências do cuidado, como referido em *“o serviço domiciliário e refeições”*.
- **Articulação com serviços sociais** – É reconhecido o papel das equipas sociais e da Segurança Social na prevenção de situações de maior vulnerabilidade social, *“as instituições de todas as equipas sociais (...) têm feito o possível para eu não ficar numa situação de rua”*.
- **Apoio do Município de Ílhavo** – O município é referido no apoio às famílias, nomeadamente na criação de condições que permitiram o acesso à escola e a respostas educativas adequadas, como expresso em *“o Município de Ílhavo deu os apoios para que o meu filho pudesse ir para a sua escola”*.

c) Necessidades identificadas – pessoas participantes identificaram um conjunto de necessidades estruturais e quotidianas, a revelar lacunas nas respostas existentes e sugerir caminhos para uma maior articulação, especialização e apoio às famílias e às pessoas com deficiência.

- **Necessidade de maior articulação e comunicação entre serviços** – As famílias evidenciam a fragmentação das respostas existentes e a ausência de uma comunicação eficaz entre serviços e com as próprias famílias, sublinhando que *“faz falta que todos os serviços estejam interligados (...) e principalmente com as famílias”*. É expressa a

necessidade de respostas integradas, com várias valências articuladas, capazes de acompanhar a pessoa de forma contínua.

- **Ausência de respostas de retaguarda e apoio ao cuidador** – Surge de forma clara a preocupação com a falta de soluções quanto às famílias que não conseguem assegurar os cuidados, seja por envelhecimento, doença ou exaustão, como referido em *“existem muitas pessoas que não têm suporte de retaguarda, ou os cuidadores são idosos e também a precisar de ajuda”* e *“faz falta um centro a aceitar os nossos quando não pudéssemos cuidar”*.
- **Necessidade de espaços de escuta, esclarecimento e partilha** – É identificada a importância de estruturas ou momentos formais nos quais as famílias possam expor dificuldades, esclarecer dúvidas e sentir-se acompanhadas, sendo estas sessões valorizadas como exemplo: *“faz falta um espaço onde pudéssemos expor os nossos problemas e sermos elucidados das nossas dúvidas. Estas sessões, por exemplo”*.
- **Insuficiência de apoios financeiros e custos associados às respostas** – As famílias referem dificuldades económicas significativas, defendendo o reforço dos apoios monetários ou a redução dos encargos com as instituições, expressa em *“deveria haver mais apoios monetários ou o valor que se paga às instituições ser menor”*.
- **Necessidade de respostas especializadas, nomeadamente no domínio do autismo** – É destacada a inadequação de respostas educativas generalistas face a necessidades específicas, sobretudo no ensino secundário, como ilustrado em *“foi completamente complicado, porque o autismo precisa de atendimento específico, foi fazer uma integração, sem equidade”*. Surge a proposta de criação de uma unidade especializada no concelho, *“em respeito ao indivíduo”*, reforçando a ideia de que a lei deve servir as necessidades reais das pessoas.
- **Impacto negativo de percursos educativos pouco ajustados** – Algumas famílias referem que a obrigatoriedade de cumprir percursos escolares sem adequação às características individuais resultou na perda de oportunidades de desenvolvimento de competências essenciais, como expresso em *“no tempo que o meu filho foi a cumprir com a escola (...) perdeu tempo em aprender habilidades próprias para avançar na sua vida”*.

d) Bem-estar e autocuidado – Neste campo, os contributos evidenciam a consciência crescente da importância do autocuidado, articulada com condições materiais, emocionais e estruturais que permitam às pessoas cuidadoras cuidar de si próprias sem comprometer o cuidado prestado às pessoas com deficiência.

- **Valorização do crescimento pessoal e da autonomia individual** – associada ao desejo de formação, integração social e melhoria das condições de vida, expressa em partilhas como: *“estou a trabalhar no meu crescimento pessoal, a aprender melhor a língua portuguesa, fazer o meu secundário em Portugal, para fazer uma formação”*;

- **Reconhecimento do cuidar como trabalho complexo e contínuo** – com impacto direto no bem-estar físico, emocional e económico das pessoas cuidadoras, como referido em *“o trabalho de cuidados é complexo e tem que cobrir as necessidades de uma pessoa”*;
- **Interligação entre a situação económica, o cuidado e o autocuidado** – A resolução de dificuldades financeiras facilitaria o acesso ao cuidado pessoal, expresso em *“com este problema resolvido será mais fácil eu procurar os cuidados necessários para mim como pessoa, mulher e ser social”*;
- **Importância dos espaços de partilha e apoio emocional** – valorizando o grupo como espaço de bem-estar, como evidenciado em *“muito bom este bocadinho poder falar e partilhar assim em grupo, faz bem”*;
- **Necessidade de tempo próprio e de descanso** – associada à segurança de que a pessoa com deficiência está bem cuidada, expressa em *“sentir que o meu filho está bem e eu e a minha esposa termos um pouco mais de tempo livre”*;
- **Serviços mais estruturados, próximos e com horários alargados** – *“a funcionar todos os dias, incluindo fins de semana”*;
 - Espaços de lazer para pessoas com deficiência;
 - Transportes adequados e regulares.
- **Necessidade de reconhecimento social e tranquilidade face ao futuro** – expressa no desejo de que *“reconhecerem que nos preocupamos muito com o futuro dos nossos”* contribua para um sentimento de maior segurança e serenidade.

Principais ideias emergentes da sessão

A sessão com famílias com pessoas com deficiência evidenciou um conjunto de preocupações e necessidades estruturais associadas às dinâmicas do cuidado em contexto próprio.

Destaca-se a preocupação permanente com o futuro da pessoa com deficiência, em particular quanto à continuidade dos cuidados quando os cuidadores deixarem de o poder assegurar. Surge igualmente a sobrecarga emocional e relacional das pessoas cuidadoras, muitas vezes vivida em contextos de fragilidade das redes familiares e de ausência de retaguarda informal.

Os contributos valorizam o papel das respostas institucionais existentes, com especial referência à CERCIAP e aos apoios sociais e municipais, reconhecidos como fundamentais no quotidiano, ainda que insuficientes face à complexidade das situações. É também sublinhada a necessidade de maior articulação entre serviços, de respostas mais flexíveis e, em alguns casos, mais especializadas, nomeadamente no acompanhamento de pessoas com autismo.

Por fim, emerge a importância do autocuidado e do bem-estar das pessoas cuidadoras, bem como da existência de espaços de escuta e participação, reconhecidos como relevantes para o apoio emocional, a partilha de experiências e a construção de respostas mais ajustadas às realidades das famílias.

Síntese Interpretativa: elementos-chave

A leitura integrada dos dados estatísticos disponíveis, das respostas formais existentes e dos contributos recolhidos junto das famílias permite delinear alguns traços estruturantes da inclusão de pessoas com deficiência no concelho de Ílhavo.

Os dados dos Censos evidenciam uma expressão significativa de limitações funcionais não absolutas, sobretudo nas áreas da mobilidade, visão e memória/concentração, reforçando a importância de medidas e práticas orientadas para a remoção de barreiras e para a promoção da autonomia nos diferentes contextos de vida.

O território dispõe de uma rede formal especializada com implantação local, assegurada por entidades como o CASCI e a CERCIIV, reconhecida pelas famílias como estruturante no quotidiano. Ainda assim, os contributos recolhidos apontam para a necessidade de maior articulação, continuidade e flexibilidade das respostas, bem como de soluções de retaguarda ajustadas às diferentes fases do ciclo de vida.

A caracterização dos públicos abrangidos revela percursos prolongados de acompanhamento, maioritariamente em idade adulta, o que coloca desafios acrescidos associados ao envelhecimento das pessoas com deficiência e, em paralelo, ao envelhecimento e à sobrecarga das pessoas cuidadoras.

A participação das famílias no diagnóstico social torna visível a centralidade do cuidado informal, frequentemente vivido em contextos de fragilidade relacional, desgaste emocional e preocupação constante com o futuro. Emergiram de forma transversal necessidades relacionadas com o apoio ao autocuidado, o reconhecimento social do papel do cuidador e a existência de espaços de participação.

Em síntese, o capítulo evidencia que a inclusão no território se constrói a partir de respostas existentes e desafios que persistem, sublinhando a relevância de abordagens integradas, centradas nas pessoas e nas famílias, que promovam a participação e favoreçam as condições de vida ajustadas ao longo dos seus percursos de vida.

9. Participação Comunitária e Voluntariado Informal

Falar de bem-estar das comunidades é falar de voluntariado também.

No concelho de Ílhavo, o voluntariado manifesta-se de forma diversa, transversal a múltiplas áreas — social, educativa, cultural, ambiental e comunitária — refletindo o forte envolvimento da população e das organizações locais na resposta às necessidades do território.

Apesar de não existir, atualmente, uma gestão estruturada e integrada do voluntariado ao nível municipal, o presente capítulo emerge da identificação e valorização de práticas existentes, desenvolvidas por diferentes entidades e grupos, que evidenciam um potencial significativo de mobilização comunitária. Estas práticas, ainda que não enquadradas num modelo formal de gestão do voluntariado, revelam dinâmicas de proximidade, compromisso e solidariedade, constituindo um importante capital social do concelho.

A participação comunitária e o voluntariado assumem particular relevância na promoção de estilos de vida saudáveis ao longo dos diferentes ciclos de vida. Na infância e juventude, a participação em contextos associativos e de voluntariado contribui para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, para a aquisição de valores de cidadania ativa, bem como para processos de socialização positivos, nomeadamente através da integração em grupos formais e informais. Estas experiências revelam-se determinantes na construção de percursos de vida mais participados e conscientes.

Ao mesmo tempo, o voluntariado potencia a criação de espaços de encontro intergeracional, promovendo a partilha de saberes, experiências e valores entre diferentes faixas etárias, reforçando sentimentos de pertença e continuidade comunitária. Para a população adulta e sénior, o envolvimento em atividades voluntárias constitui um fator de participação social ativa, prevenção do isolamento e valorização do papel individual no seio da comunidade.

Mais do que uma realidade visível ou mediática, o voluntariado traduz-se num retrato de proximidade e de coesão social, sustentado no envolvimento quotidiano de pessoas, grupos e instituições. Ainda que nem sempre expresso em indicadores formais ou em imagens evidentes, o voluntariado revela-se enquanto prática viva e estruturante do tecido comunitário que se correlaciona com outros domínios abordados neste documento, nomeadamente a educação, a ação social, a juventude, a participação cívica e a promoção da saúde comunitária.

Neste sentido, o presente capítulo procura sistematizar as diferentes expressões de voluntariado existentes no concelho, reconhecendo os seus contributos, identificando desafios e abrindo espaço à reflexão sobre o seu potencial de desenvolvimento futuro, em articulação com as restantes medidas e estratégias municipais.

9.1. Tecido Associativo no Concelho de Ílhavo

O concelho de Ílhavo apresenta um tecido associativo diverso, ativo e territorialmente distribuído, que constitui uma das principais expressões de participação cívica e envolvimento comunitário. As

associações existentes abrangem áreas como — cultural, desportiva, educativa, juvenil, social e comunitária.

Grande parte destas associações assenta no trabalho voluntário, sendo espaços privilegiados de mobilização de recursos humanos, de produção de capital social e de reforço dos laços de proximidade. A sua ação contribui para a promoção da identidade local, para a valorização das tradições e para a criação de oportunidades de participação da população, em diferentes fases do ciclo de vida.

As associações culturais evidenciam uma forte ligação à preservação do património material e imaterial, à criação artística, à música, ao teatro, à dança e às manifestações etnográficas, funcionando como espaços de expressão cultural, socialização e transmissão intergeracional de saberes.

No domínio desportivo, o associativismo assume particular expressão, promovendo a prática regular de atividade física, a adoção de estilos de vida saudáveis e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, sobretudo junto das crianças e jovens. Para além da dimensão competitiva, muitas destas associações assumem uma função social relevante, enquanto espaços de pertença e integração.

A presença de movimentos juvenis e escutistas, bem como de associações de pais e encarregados de educação, reforçam a ligação entre a comunidade educativa, as famílias e o território, a promover a corresponsabilização e a construção de redes de apoio informal.

No âmbito da solidariedade social e da ação comunitária, identificam-se associações e grupos com atuação junto de populações em situação de vulnerabilidade e a complementar o trabalho desenvolvido pelas equipas e instituições sociais.

A listagem das associações existentes no concelho, organizada por tipologia, encontra-se apresentada de seguida como um retrato da diversidade e riqueza do associativismo local.

9.1.1. Lista das Associações Existentes no Território:

Culturais

- Alheta: Associação de Artesãos do Concelho de Ílhavo — Gafanha da Encarnação
- Associação Amigos da Malha — Ílhavo;
- Associação Amigos de Nossa Senhora do Pranto — Ílhavo;
- Associação Cultural e Recreativa "Os Baldas" — Ílhavo;
- Associação Cultural e Recreativa "Os Palheiros" da Costa Nova — Gafanha da Encarnação;
- Associação Cultural Estação do Groove — Ílhavo;
- Associação Elos — Ílhavo;
- Associação Gráfica Ilhavense (AGIL) — Ílhavo;

- Associação Intercultural & Intergeracional de Desenvolvimento Orgânico (AIIDO) — Ílhavo;
- Associação Recreativa e Cultural “Chio Pó-Pó” — Ílhavo;
- Auroque: Associação Cultural — Gafanha da Nazaré;
- Casa do Povo de Ílhavo — Ílhavo;
- Confraria Camoniana de Ílhavo — Ílhavo;
- Confraria do Senhor Jesus dos Navegantes — Ílhavo;
- Confraria Gastronómica do Bacalhau — Ílhavo;
- Cooperativa Cultural e Recreativa da Gafanha da Nazaré — Gafanha da Nazaré;
- Filarmónica Gafanhense — Gafanha da Nazaré;
- FullDanceStudio: Associação Recreativa, Cultural e Desportiva — Ílhavo;
- Grupo de Danças e Cantares da Gafanha do Carmo — Gafanha do Carmo;
- Grupo de Folclore “O Arrais” — Ílhavo;
- Grupo de Teatro Ribalta — Ílhavo;
- Grupo Etnográfico da Gafanha da Nazaré — Gafanha da Nazaré;
- Grupo Recreativo Amigos da Légua (GRAL) — Ílhavo;
- Música Nova: Banda Bombeiros Voluntários de Ílhavo — Ílhavo;
- Os Cardadores de Vale de Ílhavo: Associação Cultural e Recreativa — Ílhavo;
- Pestinhas – Grupo de Dança: Associação Cultural — Gafanha da Nazaré;
- Quinto Palco — Gafanha da Nazaré;
- Rancho Folclórico “As Ceifeiras” da Gafanha da Encarnação — Gafanha do Carmo;
- Suno Movimento Pela Imagem — Gafanha da Nazaré;
- TEAM - Truques & Engenhocas Associação de Modelismo — Gafanha da Nazaré.

Desportivas

- Academia de Patinagem da Ria — Ílhavo;
- Associação Cultural e Desportiva “Os Ílhavos” — Ílhavo;
- Associação de Pesca Desportiva Costa Azul — Gafanha da Encarnação;
- Associação de Surf de Aveiro — Gafanha da Nazaré;
- Associação Desportiva Ílhavo (ADI) — Ílhavo;
- Associação Desportiva, Cultural e Recreativa da Senhora dos Campos — Ílhavo;

- Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Vilage — Gafanha da Encarnação;
- Associação Náutica e Recreativa Gafanha da Encarnação — Gafanha da Encarnação;
- Associação Náutica e Recreativa Gafanha da Nazaré — Ílhavo;
- Associação Portuguesa da Classe Vouga (APCV) — Ílhavo;
- Bússola Partilhada — Gafanha da Nazaré;
- Casa do Povo da Gafanha da Nazaré — Gafanha da Nazaré;
- Centro Desportivo para a Vida da Gafanha da Nazaré (CEDEV) — Gafanha da Nazaré;
- Clube de Vela da Costa Nova — Gafanha da Encarnação;
- Clube do Mar da Escola Secundária da Gafanha da Nazaré — Gafanha da Nazaré;
- Clube Natureza e Aventura de Ílhavo (CNAI) — Ílhavo;
- Clube Náutico Boca da Barra (CNBB) — Gafanha da Nazaré;
- Grupo Columbófilo da Gafanha — Gafanha da Nazaré;
- Grupo Desportivo Beira Ria — Gafanha do Carmo;
- Grupo Desportivo da Gafanha — Gafanha da Nazaré;
- Grupo Desportivo da Gafanha de Aquém — Ílhavo;
- Grupo Desportivo do Carmo — Gafanha do Carmo;
- Ílhavo Andebol Clube — Ílhavo;
- Illiabum Clube — Ílhavo;
- Marina Clube da Gafanha — Gafanha da Encarnação;
- Minigolfe Clube de Ílhavo — Ílhavo;
- Novo Estrela Gafanha da Encarnação (NEGE) — Gafanha da Encarnação;
- Núcleo Sportinguista de Ílhavo — Ílhavo;
- Ria de Aveiro Kite Club — Aveiro;
- Sharpie Club — Gafanha da Nazaré;
- Sporting Clube da Vista Alegre — Ílhavo;
- Vedetas d'Outono — Gafanha da Nazaré.

Escuteiros

- CNE Agrupamento 1021 S. João Baptista — Oliveirinha;
- CNE Agrupamento 1024 — Gafanha da Encarnação;

- CNE Agrupamento 189 N. S.^a Rosário — Ílhavo;
- CNE Agrupamento 531 — Gafanha do Carmo;
- CNE Agrupamento 588 — Gafanha da Nazaré;
- CNE Agrupamento 878 Costa Nova — Ílhavo;
- Fraternidade Nuno Álvares — Ílhavo.

Jovens

- Grupo de Jovens "A Torre" — Ílhavo;
- Grupo de Jovens "A Tulha" — Ílhavo.

Pais / Encarregados de Educação

- Associação de Pais da Escola Básica 1 do Farol da Barra — Gafanha da Nazaré;
- Associação de Pais da Escola Básica 1 e Jardim de Infância da Chousa Velha — Ílhavo;
- Associação de Pais da Escola Básica 1 e Jardim de Infância da Marinha Velha — Gafanha da Nazaré;
- Associação de Pais da Escola Básica 2,3 José Ferreira Pinto Basto — Ílhavo;
- Associação de Pais da Escola Básica da Chave — Gafanha da Nazaré;
- Associação de Pais da Escola Básica da Gafanha da Encarnação — Gafanha da Encarnação;
- Associação de Pais da Escola Básica de Ílhavo — Ílhavo;
- Associação de Pais da Gafanha do Carmo — Gafanha do Carmo;
- Associação de Pais da Nossa Senhora do Pranto — Ílhavo;
- Associação de Pais do 1.º Ciclo de Vale de Ílhavo — Ílhavo;
- Associação de Pais do Centro Escolar da Cambeia — Gafanha da Nazaré;
- Associação de Pais do Centro Escolar da Légua — Ílhavo;
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Costa Nova do Prado — Gafanha da Encarnação;
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica nº1 da Cale da Vila — Gafanha da Nazaré;
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes — Ílhavo;
- Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas Básica e Secundária da Gafanha da Nazaré — Gafanha da Nazaré;

- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Escolar da Coutada — Ílhavo;
- Associação de Pais Pétalas e Gaivotas — Ílhavo;
- Associação de Pais Santa Maria Manuela — Gafanha da Nazaré;

Solidariedade Social

- Não nos Abandonem (Captura e esterilização de animais de rua) — Ílhavo;
- Núcleo Regional Liga Portuguesa Contra o Cancro: Grupo de Voluntariado Comunitário em Ílhavo — Gafanha da Encarnação.

Outras

- Associação para a Defesa dos Interesses da Gafanha (ADIG) — Gafanha da Nazaré;
- Amigos do Museu Marítimo de Ílhavo — Ílhavo;
- Associação Amigos da Praia da Barra — Gafanha da Nazaré;
- Associação Amigos de Nossa Senhora do Pranto — Ílhavo;
- Associação Bacalhoeiros de Portugal — Gafanha da Nazaré;
- Associação de Moradores Senhora dos Campos — Ílhavo;
- Associação dos Amigos da Praia da Barra — Praia da Barra
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo — Ílhavo;
- Clube da Associação de Pais Amigos e Crianças da Gafanha da Encarnação (CAPGE) — Gafanha da Encarnação;
- Núcleo dos Marinheiros da Armada de Aveiro — Gafanha da Nazaré;
- Núcleo dos Motoristas da Beira Litoral — Ílhavo.

9.2. Voluntariado Jovem

O Município de Ílhavo promove a participação jovem em ações de voluntariado, através da Divisão de Educação, Juventude e Desporto, incentivando o envolvimento cívico e comunitário dos jovens em diferentes contextos e áreas de intervenção.

No concelho, destaca-se a implementação do programa Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas, promovido pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, que visa a sensibilização ambiental, a proteção da natureza, das florestas e dos ecossistemas, bem como a prevenção de incêndios florestais e de outras catástrofes com impacto ambiental. O programa dirige-se a jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 30 anos e decorre, habitualmente, durante os meses de Julho e Agosto. No ano de 2024, este programa contou com a participação de 15 jovens do concelho.

Para além dos programas de âmbito nacional, o Município promove igualmente ações de voluntariado jovem associadas a eventos municipais, proporcionando experiências de participação ativa em contextos reais de organização comunitária. Em 2024, no âmbito do Festival do Bacalhau, participaram em ações de voluntariado 31 jovens, envolvidos em tarefas de apoio logístico, acolhimento e organização do evento.

Estas experiências de voluntariado jovem assumem particular relevância enquanto espaços de aprendizagem informal, contribuindo para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, como o sentido de responsabilidade, o trabalho em equipa, a comunicação e a participação cívica. Para muitos jovens, estas ações constituem o primeiro contacto estruturado com práticas de voluntariado, funcionando como porta de entrada para um envolvimento comunitário mais continuado.

9.3. Iniciativas Municipais de Voluntariado

“Por um Natal Mais Próximo”

A iniciativa “Por Um Natal Mais Próximo” constitui uma ação de voluntariado interno promovida pela Câmara Municipal de Ílhavo, com a participação voluntária de colaboradores/as do Município. Ocorre um dia em época natalícia e assume um carácter simbólico e relacional, centrado no contacto direto, na presença e na atenção junto de pessoas mais velhas. Que estejam sós esse período ou com redes de apoio fragilizadas.

A evolução do número de voluntários e beneficiários ao longo dos anos evidencia o crescendo da iniciativa e o crescente envolvimento dos elementos do município.

- 2020 – 40 pessoas beneficiárias / 3 pessoas voluntárias;
- 2021 – 30 pessoas beneficiárias / 10 pessoas voluntárias;
- 2022 – 38 pessoas beneficiárias / 15 pessoas voluntárias;
- 2023 – 47 pessoas beneficiárias / 36 pessoas voluntárias;
- 2024 – 45 pessoas beneficiárias / 53 pessoas voluntárias;
- 2025 – 30 pessoas beneficiárias / 48 pessoas voluntárias.

Verifica-se, de forma consistente, um aumento significativo do número de pessoas voluntárias envolvidas, sobretudo a partir de 2023. Paralelamente, o número de pessoas beneficiárias mantém-se relativamente estável.

9.4. Voluntariado em Instituições Particulares de Solidariedade Social

No âmbito do presente levantamento foi solicitada às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho de Ílhavo informação relativa à existência e caracterização de práticas de voluntariado nas respetivas respostas sociais. Foram obtidas respostas de duas instituições, cujos contributos permitem apresentar exemplos de práticas de voluntariado existentes nas IPSS do concelho, não se tratando, por isso, de uma caracterização exaustiva.

Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Nazaré – dispõe de um grupo de cerca de sete pessoas voluntárias, que desenvolvem ações de apoio de acordo com as suas competências, motivações e disponibilidade. As atividades de voluntariado assumem um caráter regular e de proximidade, incidindo sobretudo no acompanhamento direto dos utentes.

As principais ações desenvolvidas incluem:

- Apoio nos momentos de refeição, nomeadamente no almoço ou lanche, assegurado por duas pessoas voluntárias, uma vez por semana;
- Dinamização de pequenos grupos de utentes, através de leituras, conversas e reflexões em torno de temas previamente escolhidos, realizada por uma pessoa voluntária, uma vez por semana;
- Prestação de cuidados de imagem, designadamente manicure, assegurada por duas pessoas voluntárias, uma vez por semana;
- Corte e arranjo de cabelo a pessoas utentes que manifestem interesse ou necessidade, realizado por duas pessoas voluntárias, com periodicidade bimestral.

Estas práticas evidenciam um voluntariado orientado para o cuidado, a atenção personalizada e a promoção do bem-estar, reforçando a dimensão relacional e humana da resposta institucional.

Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo – Unidade de Cuidados Continuados Integrados – o voluntariado assume um modelo mais estruturado e organizado, com definição prévia de horários, dias e tarefas, ajustados às aptidões e interesses de cada pessoa voluntária.

As atividades desenvolvidas pelas pessoas voluntárias incluem:

- Acompanhamento das pessoas utentes;
- Apoio na deslocação para os ginásios e regresso aos quartos;
- Acompanhamento a consultas;
- Colaboração nas atividades de animação.

Relativamente à evolução do voluntariado nesta resposta, em 2024 registou-se a participação de duas pessoas voluntárias, tendo-se verificado, em 2025, um aumento para quatro pessoas voluntárias.

Os exemplos apresentados evidenciam a diversidade de práticas de voluntariado nas IPSS do concelho, refletindo diferentes modelos de organização e intervenção, ajustados às especificidades institucionais e às necessidades das pessoas apoiadas.

9.4. Grupos Socio-Caritativos no Concelho de Ílhavo

O concelho de Ílhavo conta com seis entidades de natureza socio-caritativa, distribuídas pelas quatro freguesias, e a desempenhar um papel estruturante no apoio comunitário e de reforço às respostas sociais face a situações de maior vulnerabilidade.

Os Grupos Cáritas Paroquiais - enquanto organizações informais de apoio social, desenvolvem a sua atividade ao nível das freguesias da Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo, através do apoio alimentar e no acompanhamento de pessoas e famílias em situação de maior vulnerabilidade, articulando, sempre que necessário, com o Atendimento Social Integrado (ASI).

Na freguesia de São Salvador, a Conferência Vicentina de Nossa Senhora do Rosário de Fátima desenvolve uma intervenção de carácter semanal, centrada no apoio alimentar e no apoio familiar.

Com abrangência em todo o concelho, o Lions Clube de Ílhavo e o Rotary Club de Ílhavo, enquanto organizações de dimensão internacional, desenvolvem projetos de apoio social, de promoção da saúde, de educação e de cidadania.

No seu conjunto, estas entidades mobilizam 105 pessoas voluntárias, o que evidencia a relevância do voluntariado socio-caritativo enquanto pilar da ação social no concelho.

A informação detalhada relativa à caracterização, áreas de intervenção e projetos desenvolvidos por estas entidades encontra-se sistematizada na Carta Social do Município em vigor sendo aqui apresentada uma síntese do seu papel enquanto entidades sociais com intervenção estruturante no território.

9.5. Participação no Diagnóstico Social – sessão com grupo socio-caritativo

No âmbito do Radar Social, foi realizada uma sessão exploratória com um **grupo socio-caritativo do concelho de Ílhavo**, concretamente com a **Conferência Vicentina de Nossa Senhora do Rosário de Fátima de Ílhavo**, com o objetivo de contribuir para um diagnóstico mais próximo da realidade do voluntariado de base comunitária.

A realização da sessão de grupo resultou de um **processo de mobilização interna**, que permitiu conciliar a disponibilidade das pessoas voluntárias, e que permitiu a participação de um número alargado de participantes num único momento. Esta opção metodológica prendeu-se com critérios de **viabilidade e oportunidade**, não configurando uma representação exclusiva do voluntariado socio-caritativo no concelho, mas antes um contributo qualitativo relevante para a compreensão das dinâmicas de intervenção no território.

Caracterização da Sessão

- N.º de participantes: 10 pessoas voluntárias;
- Data: 3 de Novembro de 2025;
- Local: Laboratório do Envelhecimento;
- Metodologia: dinâmica participativa de registo e partilha livre de contributos.

Ideias emergentes da sessão

O grupo referiu ter contacto com situações de vulnerabilidade complexas e acumuladas, frequentemente marcadas pela conjugação de dificuldades económicas com problemas de saúde física e psicológica, muitas vezes presentes em mais do que um elemento do agregado familiar. Foram igualmente identificadas situações de desemprego e emprego precário, incluindo pessoas em idade de reforma que continuam a trabalhar para assegurar despesas básicas.

As pessoas voluntárias referiram ainda a perceção de mudanças recentes no perfil das pessoas apoiadas, destacando o aumento de pessoas imigrantes em situação de fragilidade económica e a emergência de novas necessidades associadas à instabilidade dos rendimentos e à precariedade das condições de vida e de habitação.

A intervenção do voluntariado socio-caritativo foi descrita como uma resposta de proximidade, flexível e personalizada, assente no apoio regular, na escuta ativa e na resposta imediata a necessidades básicas, como apoio alimentar, medicação, vestuário, consultas dentárias, mobiliário e apoios pontuais a despesas essenciais, frequentemente articulada com outras entidades sociais do território.

No âmbito da reflexão conjunta, emergiu a necessidade de reforçar e diversificar as respostas comunitárias existentes, nomeadamente:

- iniciativas dirigidas à população jovem, no período pós-escolar, que promovam a socialização, a ocupação saudável dos tempos livres e a aquisição de competências;
- o reforço do voluntariado, com destaque para a captação de pessoas mais jovens;
- a melhoria das condições organizativas e logísticas das entidades socio-caritativas, incluindo a existência de espaços adequados para armazenamento e organização de bens;
- a promoção dos momentos de encontro e articulação entre pessoas voluntárias.

Síntese Interpretativa: elementos-chave

O voluntariado no concelho de Ílhavo assume um papel de proximidade e manifesta-se através de múltiplas formas de participação comunitária, desde o associativismo às iniciativas municipais e socio-caritativas.

Apesar da inexistência de uma gestão municipal estruturada do voluntariado, as práticas existentes revelam um forte capital social, assente no compromisso continuado de pessoas voluntárias e numa atuação próxima, personalizada e complementar às respostas formais. Esta dimensão é particularmente evidente no voluntariado desenvolvido em IPSS e nos grupos socio-caritativos, que asseguram respostas imediatas a necessidades básicas e apoio humano continuado.

A sessão participativa realizada no âmbito do Radar Social permitiu identificar desafios emergentes, nomeadamente, a necessidade de mais recursos e a importância da renovação geracional. Em simultâneo, destacou-se o valor do voluntariado enquanto espaço de relação, escuta e construção de confiança comunitária.

O voluntariado no território apresenta-se, assim, como uma prática estruturante da ação social local, com elevado potencial de desenvolvimento futuro, sobretudo se integrado numa estratégia mais articulada de valorização, apoio e promoção da participação comunitária.

10. Igualdade e Cidadania

A promoção da igualdade e da cidadania constitui um eixo estruturante das políticas públicas, assumindo-se como condição essencial para a coesão social, o desenvolvimento sustentável e a garantia dos direitos fundamentais. De acordo com os princípios consagrados na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação, a igualdade deve ser entendida de forma transversal, integrando dimensões como a igualdade de género, a não discriminação em função da origem étnica ou nacional, a participação cívica e o acesso equitativo a recursos, serviços e oportunidades por parte de todas as pessoas que habitam o território.

Neste quadro, as autarquias locais desempenham um papel determinante na concretização destes princípios, enquanto entidades de proximidade com capacidade para identificar desigualdades territoriais, prevenir situações de exclusão social e promover respostas ajustadas às realidades locais. A igualdade e a cidadania não se esgotam, assim, na existência formal de direitos, exigindo condições efetivas para o seu exercício pleno, nomeadamente ao nível do acesso a serviços, da participação social e do reconhecimento da diversidade.

No domínio específico da igualdade de género, importa ainda considerar o enquadramento definido a nível nacional, que assume a promoção da igualdade entre mulheres e homens como um eixo transversal da intervenção pública, com impacto direto na qualidade de vida, na conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, na participação cívica e no acesso a oportunidades. Neste contexto, o Município de Ílhavo dispõe, desde 2010, de uma Conselheira Municipal para a Igualdade de Género, na sequência de um Protocolo de Cooperação com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG). Esta figura constitui um instrumento de apoio à integração da perspetiva de género na intervenção municipal, tanto ao nível da comunidade como da administração local.

O Radar Social, enquanto instrumento de diagnóstico e planeamento, inscreve-se nesta abordagem integrada. Nesse contexto, foi definida em plano de ação do mesmo, a identificar grupos e contextos em que persistem vulnerabilidades sociais e desigualdades estruturais.

O presente capítulo centra-se na análise de realidades que colocam desafios específicos à promoção da igualdade e da cidadania no concelho, nomeadamente as condições de vida das comunidades de etnia cigana residentes em acampamentos de habitação não clássica e as dinâmicas associadas à migração e à integração de pessoas migrantes.

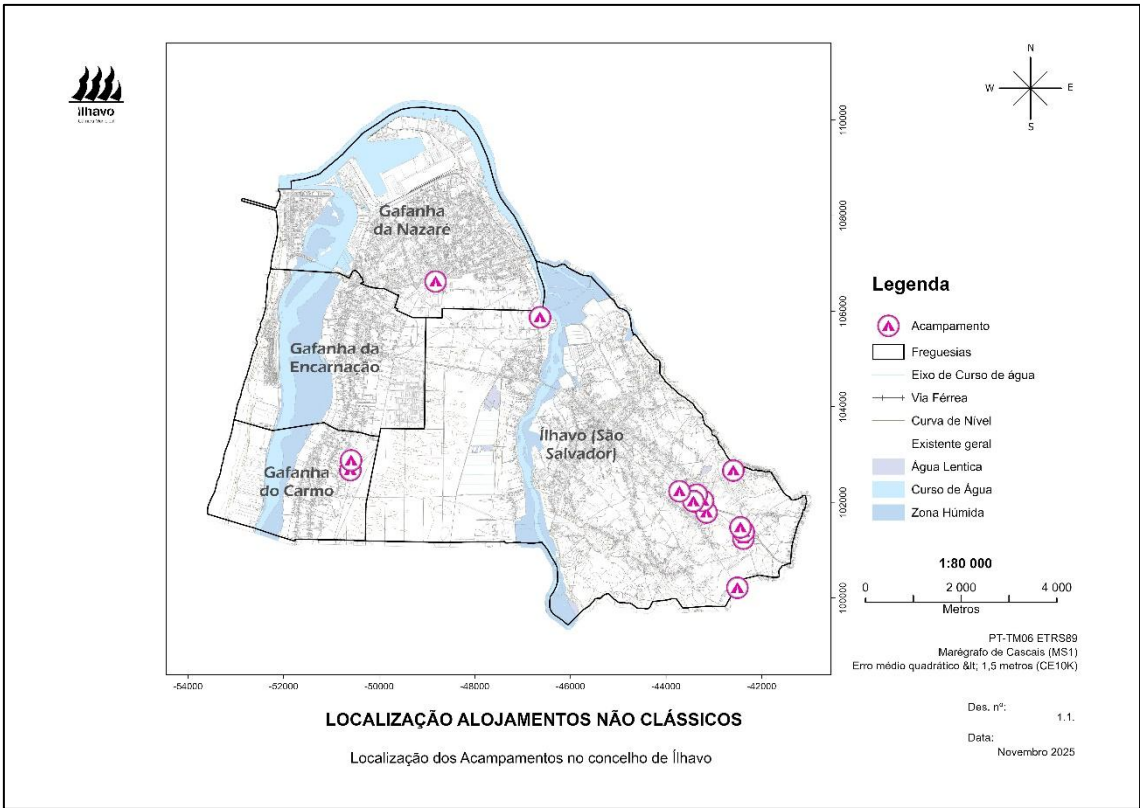
10.1. Comunidades de Etnia Cigana em Acampamentos – retrato sociodemográfico

No ano de 2025, a Equipa do Radar Social desenvolveu um levantamento abrangente de todas as comunidades de etnia presentes no município, com o objetivo de compreender a realidade em que vivem. Este trabalho envolveu o contacto direto com as comunidades, procurando recolher informações sobre as suas características demográficas e as condições habitacionais.

O levantamento revelou a existência de 14 acampamentos de habitações não clássicas distribuídos pelo concelho, sendo a maioria localizada na freguesia de Ílhavo (São Salvador), com 11

acampamentos. Na freguesia da Gafanha do Carmo existem 2 acampamentos, e na freguesia da Gafanha da Nazaré existe 1 acampamento.

Figura 11. Localização dos Acampamentos no concelho.



Fonte: Radar Social, CMI; 2025.

Nestes 14 acampamentos vivem 373 pessoas num conjunto de 103 agregados. Na totalidade dos acampamentos no concelho há um maior número de indivíduos do sexo masculino. As crianças até aos 18 anos correspondem a 45% da população que vivem nestes acampamentos.

Tabela 41. Caracterização da população residente em acampamentos.

Total de Pessoas	373
Masculino	191
Feminino	182
Crianças <18 anos	168
Idade pessoa mais velha	90
Idade pessoa mais nova	< 1 ano
Pessoas com mais de 64 anos	11
N.º de agregados com crianças até aos 5 anos	42
N.º de agregados monoparentais	7
N.º de agregados com mais de 3 crianças até aos 17 anos	16
N.º de agregados com pessoas com mais de 64 anos	10

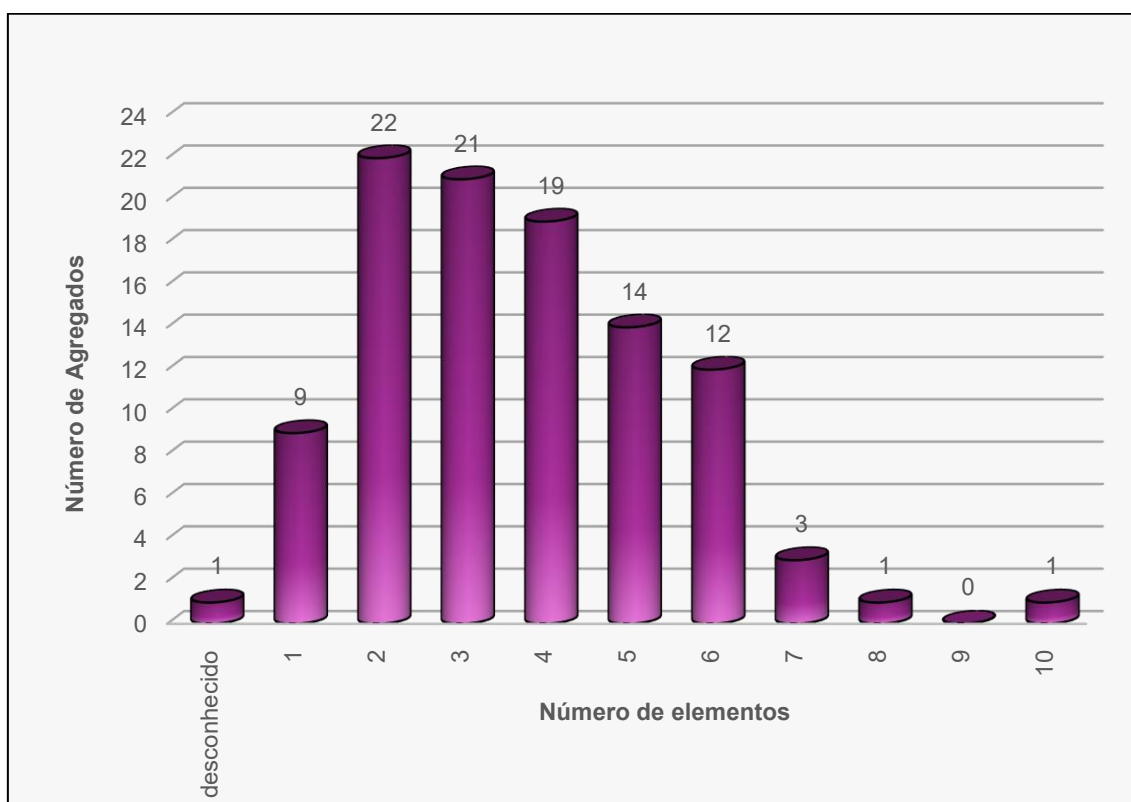
Fonte: Inquérito realizado pela Equipa do Radar Social às comunidades de etnia cigana; de Janeiro a Maio de 2025.

Existem 42 agregados com crianças até aos 5 anos, 7 agregados monoparentais e 16 agregados com mais de 3 crianças até aos 17 anos.

Em todos os acampamentos vivem apenas 11 pessoas com mais de 64 anos e a pessoa mais velha tem 90 anos e pertence a um dos 10 agregados com elementos com idade superior a 64 anos.

O número máximo de pessoas em um agregado são 10 elementos e o mínimo é 1 elemento. Abaixo, podemos ver a distribuição do número de elementos nos 103 agregados.

Gráfico 33. Distribuição dos agregados familiares por número de elementos.

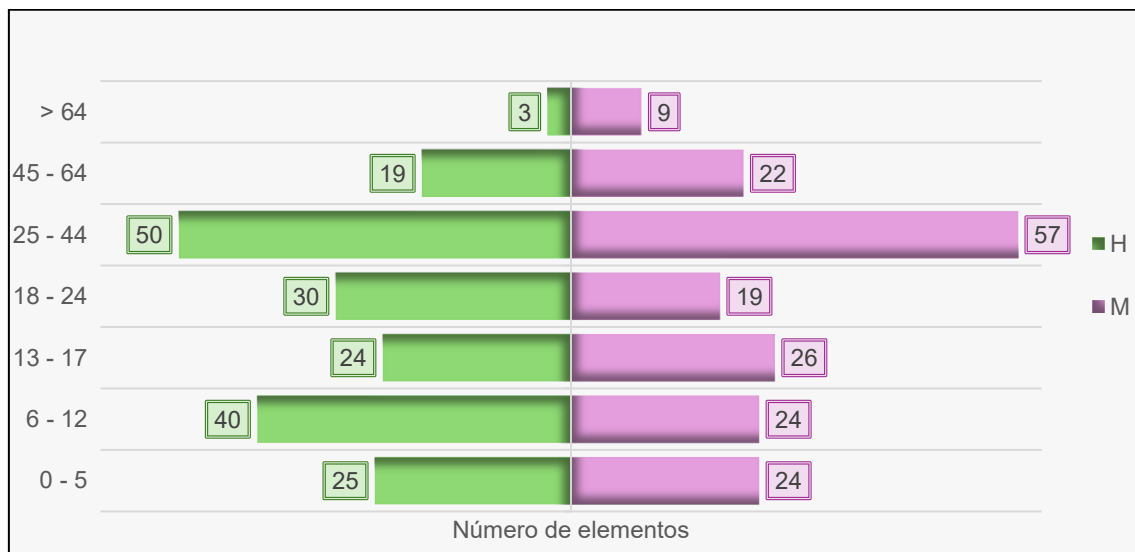


Fonte: Inquérito realizado pela Equipa do Radar Social às comunidades de etnia cigana; de Janeiro a Maio de 2025.

Dos 103 agregados que compõem os 14 acampamentos, predominam os agregados com 2 e 4 elementos, correspondendo a 62 agregados, dando equivalência a 60% do total.

Abaixo, apresentamos uma pirâmide com a distribuição etária dos elementos existentes nos acampamentos.

Gráfico 34. Distribuição etária por género.



Fonte: Inquérito realizado pela Equipa do Radar Social às comunidades de etnia cigana; de Janeiro a Maio de 2025.

Pela observação do gráfico podemos notar que 28% da população se encontra na faixa etária dos 25 – 44 anos. A faixa etária com segunda maior expressão é dos 6 – 12 anos com 64 pessoas, fortemente impulsionado por um acrescido número de elementos do sexo masculino, que representa cerca de 63% da quantidade de elementos do intervalo. A faixa etária das pessoas com mais de 64 anos é a que contém menos elementos, com apenas 9 pessoas do sexo feminino e 3 do sexo masculino, e representam 3% do total da população que habita nos acampamentos.

Tabela 42. Análise dos agregados familiares residentes nos acampamentos.

	Pessoas	Agregados	Alojamentos
Asterix	53	22	20
Genial	70	17	17
Paulino	13	4	4
Moitinhos	12	4	4
Presa 1	10	1	1
Presa 2	10	2	2
Presa 3	17	5	5
Presa 4	32	7	7
Junco 1	78	18	15
Junco 2	13	3	3
Junco 3	23	6	6
Carmo 1	13	4	4
Carmo 2	16	6	6
Prio	13	4	4

Fonte: Inquérito realizado pela Equipa do Radar Social às comunidades de etnia cigana; de Janeiro a Maio de 2025.

Através da análise da tabela acima apresentada, podemos verificar que existem 3 acampamentos, Asterix, Genial e Junco 1, que no seu conjunto correspondem a mais de 50% da população. Os únicos com mais de 35 elementos na sua composição. Estes são também os mesmos com mais de 10 agregados e com mais de 10 alojamentos. O máximo de pessoas em um acampamento são 78 pessoas, no junco 1, e o mínimo são 10 pessoas, em 2 acampamentos, Presa 1 e Presa 2.

Verificamos que em 2 acampamentos, Asterix e Junco 1, dois dos mais populosos, existem mais agregados do que alojamentos, o que significa que existem agregados a dividir alojamentos.

Tabela 43. Análise dos elementos por género e idade dos residentes nos acampamentos.

	Masculino	Feminino	Idade pessoa mais nova	Crianças < 18 anos	Pessoas com mais de 64 anos	Idade pessoa mais velha
Asterix	24	29	1	14	3	90
Genial	39	31	1	32	1	65
Paulino	6	7	1	5	2	74
Moitinhos	5	7	< 1 ano	4	1	76
Presa 1	7	3	2	7	0	50
Presa 2	4	6	< 1 ano	6	0	48
Presa 3	8	9	1	8	0	58
Presa 4	19	13	2	19	0	56
Junco 1	37	41	< 1 ano	39	3	87
Junco 2	8	5	< 1 ano	7	0	58
Junco 3	13	10	4	10	0	61
Carmo 1	9	4	< 1 ano	5	0	50
Carmo 2	5	11	1	7	1	67
Prio	7	6	2	5	0	51

Fonte: Inquérito realizado pela Equipa do Radar Social às comunidades de etnia cigana; de Janeiro a Maio de 2025.

A tabela acima, demonstra-nos que os acampamentos são compostos por comunidades essencialmente jovens. A maioria dos acampamentos tem uma grande presença de pessoas com idade inferior a 18 anos e como se verifica, os elementos mais novos têm idades muito baixas. De todos os acampamentos o elemento mais novo não tem mais de 4 anos de idade. Acentuando esta característica de jovialidade dos acampamentos está o facto de haver também poucas pessoas com mais de 64 anos (no total 11 pessoas). Na maioria dos acampamentos a pessoa mais velha está na faixa dos 50 aos 60 anos, havendo até o caso de a pessoa mais velha ter 48 anos.

Pode observar-se ainda que mais de metade dos acampamentos não tem qualquer elemento com mais de 64 anos, o que vem comprovar a observação de que são comunidades essencialmente jovens.

A caracterização das comunidades de etnia cigana residentes em acampamentos permite reunir informação sobre fatores como a idade, a composição familiar e as condições habitacionais, constituindo uma base de avaliação social em contexto espacial. Maioritariamente abrangidas em termos de acompanhamento social, persistem nestas comunidades, situações de vulnerabilidade e precariedade habitacional. Este estudo não se esgota na compreensão da realidade destas

populações, mas fornece elementos essenciais para identificar necessidades e orientar respostas sociais ajustadas.

A partir desta perspetiva, torna-se igualmente pertinente analisar outros grupos que enfrentam desafios específicos no concelho, como as pessoas migrantes, e conhecer as respostas existentes para promover a sua integração e acesso a serviços, nomeadamente através do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM).

10.2. Migração e Integração no Concelho de Ílhavo

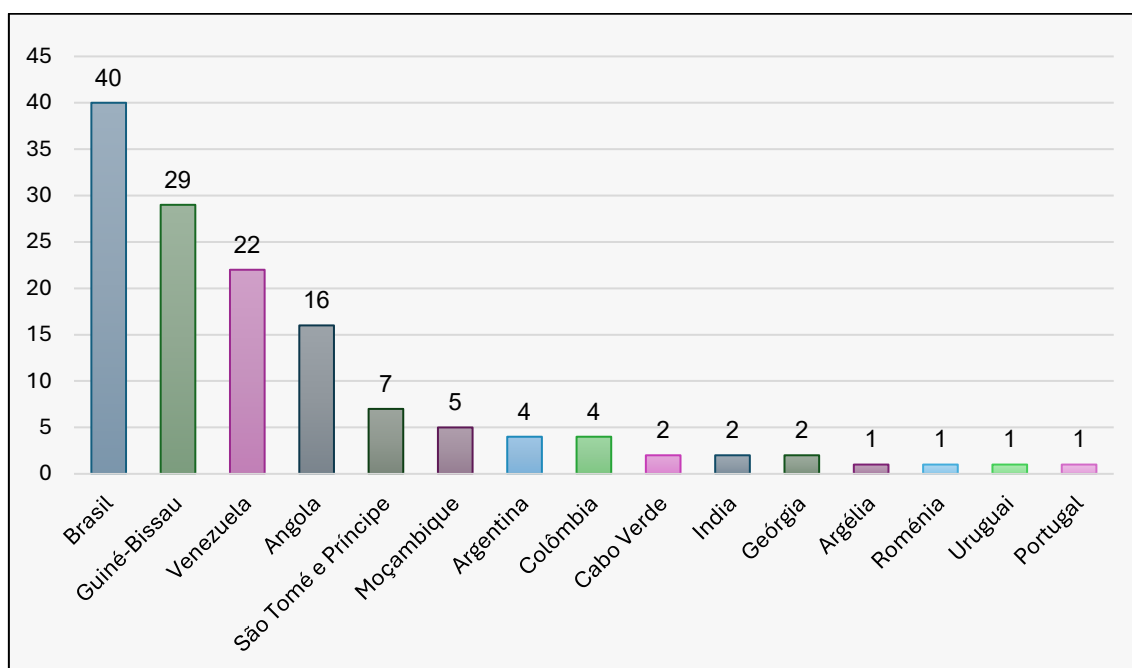
A mobilidade humana tornou-se uma realidade transversal, motivada por diferentes razões, desde a procura de melhores oportunidades até à necessidade de proteção e estabilidade. No entanto, este processo pode levantar desafios, sobretudo no que diz respeito à regularização de documentos e ao cumprimento das normas legais de residência.

Desde modo, é fundamental que existam locais de atendimento dedicados ao apoio aos migrantes, capazes de oferecer informação e apoio para o processo de regularização em território nacional. Estes espaços assumem um papel essencial na promoção da integração, permitindo que cada pessoa exerça os seus direitos, se sinta em segurança e construa o seu percurso de vida no novo país que escolheu para viver. Por esta razão, desde 2012 a Câmara Municipal de Ílhavo dispõe de um espaço de atendimento atribuído ao Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM Aveiro), de forma a prestar informações sobre os serviços existentes no concelho. Tais serviços podem ser no âmbito social, como os serviços de ação social da Câmara (Atendimento Social Integrado – ASI), no âmbito do apoio ao emprego através do Gabinete de Inserção Profissional (GIP) ou ser relacionado com a integração com a comunidade através do CLDS 5G (Contrato Local de Desenvolvimento Social de 5ª geração).

O CLAIM existe desde 2003 e está integrado no Alto Comissariado para as Migrações. Atualmente é uma atividade do projeto “Somos Todos Migrantes”, co-financiado pelo FAMI (Fundo de Asilo, Migração e Integração). Tem como objetivo informar e apoiar na legalização, no reagrupamento familiar, na obtenção da nacionalidade, na equivalência e reconhecimento da educação, em assuntos laborais, segurança social, na saúde e em outros assuntos que representem uma dificuldade para a integração dos migrantes.

No ano de 2024 contabilizaram-se 137 atendimentos, distribuídos pelas seguintes nacionalidades abaixo esquematizadas.

Gráfico 35. N.º de Atendimentos por nacionalidade realizados pelo CLAIM no ano 2024.



Fonte: CLAIM; 2024.

De acordo com estes dados, fornecidos pelo CLAIM, cerca de 70% dos atendimentos dizem respeito a nacionalidades de países com ligações históricas ao nosso país, como o caso dos PALOPS, sendo a maior fatia relacionadas com o Brasil e Guiné-Bissau. Nota-se também uma grande quantidade de atendimentos a cidadãos venezuelanos, 22 atendimentos.

Estes valores estão em conformidade com o que já foi visto anteriormente neste documento a nível de imigração no concelho, quer no que diz respeito à análise demográfica, quer na abordagem das nacionalidades dos alunos que frequentam as escolas do município, entre outras áreas abordadas.

Síntese Interpretativa: elementos-chave:

- No Município de Ílhavo foram identificados, no ano de 2025, 14 acampamentos de habitação não clássica situados na maioria na freguesia de Ílhavo (São Salvador).
- Os acampamentos são constituídos por uma população maioritariamente jovem e com maior predominância de elementos do sexo masculino, com agregados na maioria compostos por 2 a 4 elementos.
- Existem três acampamentos: Genial, Asterix e Junco 1- que concentram mais de 50% da população. Nestes dois últimos existem mais agregados do que alojamentos, concluindo a existência de uma situação de sobrelotação a acrescentar às más condições habitacionais.
- Desde 2012 a Câmara Municipal de Ílhavo dispõe de um espaço de atendimento atribuído ao Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM).

- O CLAIM e outros serviços municipais desempenham um papel fundamental na informação, apoio social e integração dos migrantes, promovendo igualdade de oportunidades e cidadania.
- No ano de 2024, no CLAIM, contabilizaram-se 137 atendimentos;
- Cerca de 70% dos atendimentos dizem respeito a nacionalidades de países com ligações históricas ao nosso país, como o caso dos PALOPS, como o Brasil e Guiné-Bissau;

A presença deste capítulo evidencia que a promoção da igualdade e da cidadania constitui um eixo central das medidas e políticas locais, integrando dimensões como a participação cívica, o acesso equitativo a serviços e oportunidades, e outras vertentes que, embora não exploradas em detalhe neste capítulo — como a igualdade de género — sugerem análise aprofundada em futuros estudos.

Esta temática estende-se no capítulo dedicado à inclusão (capítulo 8. deste diagnóstico) e articula-se transversalmente com outros domínios, como família e habitação. O conteúdo apresentado não esgota o tema, mas a sua inclusão no diagnóstico social constitui uma base estratégica para orientar análises futuras e promover respostas sociais mais ajustadas e inclusivas.

11. Segurança, Proteção Civil e Comunitária

A vida em sociedade é fortemente influenciada pelo bem-estar da população que nela habita. Para que esse bem-estar se concretize, a segurança assume um papel central, constituindo um fator determinante para a qualidade de vida, a coesão social e o sentimento de pertença ao território. Neste sentido, a segurança das populações revela-se uma área de extrema importância, justificando a sua integração enquanto dimensão fundamental na elaboração do presente diagnóstico social.

O conceito de segurança aqui adotado ultrapassa uma perspetiva estritamente repressiva, assumindo uma abordagem integrada que engloba a prevenção, a proximidade às populações, a resposta a situações de emergência e a articulação entre diferentes entidades com intervenção no território. Esta leitura encontra eco noutros domínios do diagnóstico, tendo como exemplo o capítulo dedicado ao envelhecimento e longevidade, no qual se evidenciou que a população mais velha associa de forma muito direta o seu bem-estar e autonomia ao sentimento de segurança no território, tanto no espaço público como no contexto residencial.

No concelho de Ílhavo, esta dimensão concretiza-se através da atuação concertada de diversas entidades, designadamente as forças de segurança, os corpos de bombeiros, a Autoridade Marítima Nacional e o Serviço Municipal de Proteção Civil, bem como através do desenvolvimento de programas e projetos de proximidade dirigidos a diferentes grupos da população, com especial enfoque a situações de maior risco e vulnerabilidade. A par da intervenção institucional, assume particular relevância a vertente comunitária e participativa, enquanto elemento promotor de prevenção, sensibilização e corresponsabilização cidadã.

Assim, o presente capítulo procede uma breve apresentação das principais respostas existentes no concelho no domínio da segurança, do socorro e da proteção civil. São ainda considerados contributos recolhidos junto de atores do território, nomeadamente através de entrevista a militares da Guarda Nacional Republicana, reforçando a dimensão participativa do diagnóstico e a leitura das dinâmicas locais de segurança e proximidade.

11.1. Forças de Segurança no Território

Guarda Nacional Republicana (GNR)

O concelho de Ílhavo conta com a presença da Guarda Nacional Republicana (GNR), assegurada por duas instalações territoriais. Uma das esquadras localiza-se na zona central de Ílhavo, em edifício inaugurado em 2018, resultante da remodelação de um antigo equipamento escolar, e a segunda situa-se na Gafanha da Nazaré, junto à autoestrada A25. Esta presença territorial contribui para uma resposta de proximidade às populações, assegurando funções de vigilância, fiscalização, prevenção e manutenção da ordem e tranquilidade públicas.

Para além das suas competências tradicionais, a GNR desenvolve no concelho um conjunto alargado de programas de carácter comunitário, enquadrados nos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade, que visam aproximar a atividade policial das populações, reforçar a visibilidade das

forças de segurança e responder de forma mais eficaz aos problemas concretos da população. Neste âmbito, destacam-se o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, o Programa Escola Segura, o Programa Verão Seguro/Chave Direta e o Programa Comércio Seguro, implementados no município de Ílhavo ao longo dos anos de 2024 e 2025.

O Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, iniciativa do Ministério da Administração Interna, assume particular relevância num território marcado pelo envelhecimento demográfico. Este programa tem como objetivo reforçar as condições de segurança e tranquilidade da população idosa, sobretudo daqueles que residem em zonas mais afastadas dos centros urbanos, promovendo simultaneamente a prevenção de situações de risco e a criação de uma rede de contactos diretos entre os idosos e a GNR.

No âmbito da Operação Censos Sénior, encontravam-se registados (em Dezembro de 2025) 47 idosos em situação de vulnerabilidade, número que se mantém constante relativamente ao ano anterior. Em termos de intervenção, durante o ano de 2024 foram realizados 96 momentos de visita a idosos, tendo este número aumentado para 137 em 2025, evidenciando um reforço da ação de proximidade e acompanhamento. Complementarmente, foram desenvolvidas ações de sensibilização dirigidas à prevenção de burlas, tendo sido realizadas cinco ações em 2024, que abrangeram 69 pessoas, e duas ações em 2025, envolvendo 28 pessoas.

No contexto da população escolar, o Programa Escola Segura, criado a partir de um protocolo celebrado em 1992 entre o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Educação, assume um papel central na promoção da segurança no meio escolar e na sua envolvente. Este programa visa a prevenção de comportamentos de risco, a redução de situações geradoras de insegurança e o reforço da proximidade entre as forças de segurança e a comunidade educativa. No concelho de Ílhavo, esta intervenção tem expressão significativa, tendo sido realizadas 352 ações de sensibilização em 2024, que abrangeram 21788 alunos. Em 2025, registou-se um aumento do número de ações, com a realização de 512 iniciativas, que abrangeram 21570 alunos, o que evidencia a continuidade e o reforço da aposta na prevenção e na educação para a segurança junto das crianças e jovens.

Por sua vez, o Programa Verão Seguro, através da iniciativa Chave Direta, visa assegurar a proteção das residências particulares durante os períodos de ausência prolongada, particularmente nos meses de verão. Esta iniciativa é acompanhada pela divulgação de um conjunto de recomendações preventivas, contribuindo para a redução do sentimento de insegurança associado às ausências temporárias da habitação e para o reforço da confiança das populações na atuação das forças de segurança.

Em síntese, a atuação da Guarda Nacional Republicana no concelho de Ílhavo evidencia uma incidência significativa no policiamento de proximidade e na intervenção comunitária, articulando a dimensão preventiva com ações de sensibilização e acompanhamento dirigidas a diferentes segmentos da população. Trata-se de uma abordagem particularmente relevante no contexto de um diagnóstico social, ao reforçar a ligação entre segurança, bem-estar e coesão social, enquadrando-se numa lógica de cooperação com outras entidades e respostas existentes no território.

Autoridade Marítima Nacional / Polícia Marítima

No território do concelho de Ílhavo encontra-se sediado, nas proximidades do Forte da Barra da Gafanha da Nazaré, o Comando Local da Polícia Marítima de Aveiro. A Polícia Marítima constitui um órgão da Autoridade Marítima Nacional responsável por garantir e fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos nos espaços que integram o domínio público marítimo, incluindo áreas portuárias, espaços balneares e águas interiores sob a sua jurisdição.

Compete à Polícia Marítima, em articulação com as restantes forças policiais e de segurança, assegurar a proteção da segurança e dos direitos dos cidadãos no contexto marítimo e costeiro. A sua atuação abrange um conjunto diversificado de funções, nomeadamente a fiscalização das atividades marítimas, a verificação das condições de segurança das embarcações, o apoio à navegação e a intervenção em situações de salvamento e socorro.

No contexto territorial de Ílhavo e da região de Aveiro, a Polícia Marítima desenvolve a sua atividade em estreita articulação com diversas entidades, destacando-se o Porto de Aveiro e o Instituto de Socorro a Náufragos. Esta cooperação institucional revela-se particularmente relevante num território fortemente marcado pela proximidade ao mar, pelas atividades portuárias, piscatórias e balneares, contribuindo para uma abordagem integrada da segurança, da prevenção de riscos e da proteção de pessoas e bens no espaço marítimo e costeiro.

11.2. Socorro e Emergência

Bombeiros Voluntários de Ílhavo

No que respeita ao socorro e à resposta a situações de emergência, o concelho de Ílhavo dispõe de um quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo, localizado na freguesia de Ílhavo (São Salvador).

A corporação dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo é composta por cerca de 30 elementos e dispõe de um parque de 13 viaturas, assegurando a intervenção em diferentes tipologias de incidentes. A sua atuação abrange um conjunto diverso de áreas, com particular incidência no socorro pré-hospitalar, no combate a incêndios e na prestação de outros serviços de apoio à comunidade.

No âmbito da emergência pré-hospitalar, os Bombeiros Voluntários de Ílhavo intervêm em situações de acidente rodoviário e industrial, intoxicações, doença súbita, quedas e atropelamentos, queimaduras, partos, agressões, bem como em ocorrências de suicídio e homicídio, remoção de cadáveres e afogamentos.

Relativamente à área dos incêndios, a corporação atua em incêndios de natureza florestal, agrícola e em áreas de inculto, bem como em incêndios industriais, urbanos, em meios de transporte e em detritos, assegurando a proteção de pessoas, bens e do território.

Para além destas áreas, os Bombeiros Voluntários de Ílhavo desenvolvem ainda um conjunto alargado de outros serviços, que incluem ações de instrução e formação, resposta a quedas de árvores, inundações, galgamentos costeiros e fugas de gás, bem como abertura de portas, realização de

simulacros, operações de busca e resgate e abastecimento de água. Estas valências refletem o papel central da corporação na resposta a situações de emergência e no apoio à comunidade, em articulação com as restantes entidades com intervenção territorial.

11.3. Proteção Civil e Gestão Florestal

A Proteção Civil constitui uma atividade desenvolvida pelo Estado, através dos seus diversos organismos, em articulação com entidades públicas, privadas e com os cidadãos, com o objetivo de prevenir riscos coletivos associados a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como de socorrer e assistir pessoas e bens em perigo. A resposta no âmbito da Proteção Civil assenta na mobilização concertada de diversos agentes, designadamente corpos de bombeiros, forças de segurança, Forças Armadas, INEM, serviços de saúde, entre outros, de acordo com a natureza e a dimensão das ocorrências.

No plano das suas competências, cabe à Proteção Civil proceder ao levantamento, avaliação, previsão e prevenção de riscos coletivos de origem natural, tecnológica ou patrimonial, bem como elaborar o planeamento necessário às operações de busca, salvamento, socorro e assistência em situações de emergência. Integra igualmente a definição e operacionalização de medidas de evacuação, alojamento e abastecimento das populações, assegurando a articulação entre os diferentes agentes e os serviços da Câmara Municipal de Ílhavo.

Neste enquadramento, a Proteção Civil assume um papel central na promoção de uma abordagem preventiva e integrada à gestão do risco no que respeita à gestão florestal e à prevenção de incêndios rurais, em articulação com as entidades competentes. A sua intervenção contribui para o reforço da segurança das populações e do território, complementando a atuação das forças de segurança e dos agentes de socorro, no âmbito de uma resposta coordenada e orientada para a proteção da comunidade.

11.4. Proteção Animal, Saúde Pública e Vulnerabilidade Social

A proteção animal tem vindo a assumir uma relevância crescente no âmbito da saúde pública e da intervenção social, reconhecendo-se, em termos gerais, a coexistência de problemas associados a animais de companhia em diferentes contextos sociais. Fenómenos como o abandono ou a insalubridade associada aos animais de companhia, podem ocorrer em distintos contextos socioeconómicos e ao longo de diferentes percursos de vida.

Assim, sem uma relação linear ou exclusiva, situações de maior vulnerabilidade social, (ex.: fragilidade económica, migração, processos de institucionalização, situações de violência doméstica e a necessidade de reorganização da vida pessoal, entre outras) podem implicar dificuldades acrescidas na manutenção dos cuidados aos animais, constituindo assim um desafio adicional no planeamento da intervenção de modo a atender simultaneamente ao bem-estar animal, às condições sociais dos

seus detentores e à sensibilização da comunidade para práticas responsáveis de cuidado e proteção dos animais.

No concelho de Ílhavo, a resposta municipal no domínio da proteção animal é assegurada, entre outros mecanismos, pelo Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CROACI), enquadrado nas competências municipais em matéria de saúde pública e bem-estar animal. A intervenção neste domínio assume relevância não apenas na salvaguarda dos animais, mas também na prevenção de situações de insalubridade e de risco para a saúde pública.

Neste enquadramento, a proteção animal constitui um ponto de contacto com outras áreas de atuação tais como ação social, saúde, educação, que numa abordagem sistémica assim contribui para a promoção do bem-estar comunitário, da dignidade das pessoas e do bem-estar animal.

11.5. Articulação Institucional e Trabalho em Rede

A intervenção no domínio da segurança, proteção civil e bem-estar comunitário no concelho de Ílhavo assenta numa lógica de articulação institucional e trabalho em rede entre diferentes entidades com competências complementares.

Neste enquadramento, referem-se os órgãos municipais de coordenação, designadamente o Conselho Municipal de Segurança e a Comissão Municipal de Proteção Civil, enquanto espaços de articulação estratégica e de partilha de informação entre entidades como a Guarda Nacional Republicana, a Polícia Marítima, os Bombeiros Voluntários de Ílhavo, os serviços municipais de proteção civil, bem como outras estruturas relevantes nos domínios da saúde e da ação social. Estes mecanismos permitem uma leitura mais abrangente das problemáticas existentes e contribuem para a definição de respostas concertadas, adequadas às especificidades do território.

Esta articulação é particularmente relevante em situações que exigem respostas multidimensionais, como ocorrências de emergência, riscos coletivos ou problemáticas associadas à saúde pública. Nestes contextos, o trabalho em rede favorece a sinalização atempada, o encaminhamento adequado e a complementaridade das intervenções, reforçando a eficácia da resposta e a prevenção de situações de risco.

Neste âmbito, assume igualmente relevância a cooperação entre os serviços de segurança, socorro e proteção civil e os serviços de intervenção social e de saúde, permitindo integrar dimensões como a proteção animal, a salubridade, o envelhecimento, a violência doméstica ou outras situações que requerem uma abordagem articulada.

11.6. Violência Doméstica e de Género e Respostas de Proteção no Território

Enquanto crime público, a violência doméstica assume uma particular gravidade pelo seu carácter frequentemente continuado e pela diversidade de contextos em que ocorre, verificando-se atualmente uma maior visibilidade de situações que surgem já em fases precoces das relações interpessoais, incluindo no contexto do namoro. As suas consequências ultrapassam o plano individual, repercutindo-se ao nível familiar e comunitário, exigindo respostas articuladas e sustentadas.

Ao abrigo da Lei N.º 112/2009, foi possível criar as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e os Tribunais de Famílias e Menores com competência nesta área específica. Ao mesmo tempo têm sido implementados vários planos de ação para a prevenção e combate à violência, com medidas que abrangem o apoio psicossocial, financeiro e jurídico, assim como ações de sensibilização e formação.

No concelho de Ílhavo, a intervenção nesta área desenvolve-se numa lógica de cooperação entre diferentes entidades, destacando-se a articulação entre o Atendimento Social Integrado (ASI) e o Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (NAVVD), promovido pela Cáritas Diocesana de Aveiro. Esta articulação facilita a sinalização, o diagnóstico e o encaminhamento das situações identificadas, permitindo o acesso a apoio especializado. O NAVVD realiza atendimentos no território, recorrendo com regularidade às instalações do ASI, o que contribui para a proximidade e acessibilidade do apoio às vítimas.

De acordo com informação disponibilizada pelo NAVVD, relativa ao ano de 2024, foram acompanhadas no concelho de Ílhavo 21 situações novas de violência doméstica, mantendo-se em acompanhamento 17 situações transitadas do ano anterior.

No mesmo ano, no âmbito do Projeto RAP – Respostas de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica, desenvolvido igualmente pela Cáritas Diocesana de Aveiro, encontravam-se a ser acompanhadas no concelho de Ílhavo 23 crianças, integradas em 20 famílias. Os encaminhamentos tiveram origem sobretudo na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ílhavo, no NAVVD e no Gabinete de Apoio à Vítima, registando-se ainda um caso proveniente de outro território por mobilidade geográfica.

Importa ainda referir que o Município de Ílhavo dispõe de um Protocolo de Cooperação com o Ministério da Justiça, através do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, celebrado em 2008, que possibilita o acesso ao Sistema de Mediação Familiar sempre que solicitado, constituindo um recurso complementar no apoio a situações de conflito familiar.

Apesar da limitação de dados quantitativos disponíveis, a experiência dos serviços de atendimento e acompanhamento social evidencia a violência doméstica como uma problemática presente no território, surgindo frequentemente associada a outras situações de vulnerabilidade social, como o consumo excessivo de álcool ou problemáticas de saúde mental. Esta realidade reforça a importância de abordagens integradas, preventivas e articuladas, orientadas para a proteção das vítimas, a promoção da segurança e o reforço do bem-estar comunitário.

11.7. Entrevista a Militares da Guarda Nacional Republicana – perceções e contributos

A complementar a apresentação das respostas existentes no domínio da segurança e proteção comunitária e de forma a aprofundar a compreensão das dinâmicas locais, foi realizada, a 31 de Outubro de 2025, no CIEMar, uma entrevista semiestruturada a militares da Guarda Nacional Republicana afetos aos Programas de Policiamento de Proximidade do Comando Territorial de Aveiro.

Participaram nesta entrevista quatro elementos da GNR, com intervenção direta no concelho de Ílhavo, permitindo recolher contributos qualitativos sobre a perceção da comunidade relativamente à

segurança, o impacto das ações desenvolvidas e os principais desafios sentidos no trabalho com populações em situação de maior vulnerabilidade.

Perceção da comunidade sobre a segurança

De acordo com os militares entrevistados, o sentimento de segurança no concelho de Ílhavo surge frequentemente associado à proteção do património, destacando-se preocupações relacionadas com crimes como roubos e burlas, sobretudo junto da população mais idosa. Foi ainda referido que o sentimento de insegurança nem sempre decorre da vivência direta de situações de risco, sendo influenciado por fatores como o isolamento social e a exposição frequente a conteúdos mediáticos, que podem amplificar a perceção de insegurança.

Os militares referem que as pessoas mais velhas (sobretudo as que vivem sozinhas ou em contextos de maior fragilidade), expressam receios relacionados com o medo, a solidão e a perda de autonomia, verificando-se diferenças entre zonas mais centrais e áreas mais periféricas, onde o isolamento territorial pode acentuar estas perceções. Nestes contextos, a abordagem de proximidade, assente no contacto regular, na escuta ativa e na construção de relações de confiança, é apontada como particularmente eficaz.

Impacto das ações e programas da GNR na comunidade

No que respeita ao impacto das ações desenvolvidas, os militares destacam a crescente valorização, por parte da comunidade, das ações de sensibilização e prevenção, reconhecidas como instrumentos relevantes para a redução de riscos, em particular no que se refere às burlas e a outras formas de criminalidade direcionadas a pessoas vulneráveis.

O Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança é identificado como uma boa prática, permitindo a sinalização precoce de situações de vulnerabilidade, muitas vezes com adesão voluntária por parte das próprias pessoas mais velhas. A relação de proximidade estabelecida ao longo do tempo com os militares favorece a criação de percursos de confiança, que facilitam a sinalização e o encaminhamento para outras entidades sempre que necessário. Segundo os elementos entrevistados, ainda que a dimensão preventiva seja de difícil quantificação, o aumento das solicitações e da procura por ações de sensibilização constitui um indicador positivo do impacto do trabalho desenvolvido.

Desafios e articulação interinstitucional

Relativamente aos desafios, os militares referem dificuldades associadas à intervenção junto de pessoas idosas em situação de isolamento, com quadros de demência ou outras fragilidades, sublinhando a complexidade destas situações e a necessidade de respostas integradas e continuadas. Estes contextos exigem uma atuação que vá além da intervenção imediata, envolvendo acompanhamento, monitorização e articulação com outras áreas de resposta.

No concelho de Ílhavo, os elementos entrevistados reconhecem a existência de práticas de articulação interinstitucional, nomeadamente no âmbito da Rede Social e do Atendimento Social Integrado, que têm permitido uma resposta mais eficaz em situações de maior complexidade. Esta articulação é referida como facilitadora do encaminhamento e do acionamento de apoios adequados, contribuindo para o reforço da confiança entre entidades e para uma intervenção mais ajustada às necessidades das pessoas sinalizadas. Segundo os militares, quando esta cooperação funciona de forma consistente e regular, potencia não só a eficácia da resposta, como também a capacidade de prevenção e de acompanhamento das situações ao longo do tempo.

Síntese Interpretativa: elementos-chave

No concelho de Ílhavo, a segurança, proteção civil e a resposta comunitária assumem-se como dimensões estruturantes, não só na lógica repressiva, mas também na prevenção, na proximidade e no trabalho em rede.

A atuação das forças de segurança, em particular da Guarda Nacional Republicana, revela uma forte incidência no policiamento de proximidade e em programas dirigidos a públicos mais específicos, com especial destaque para a população idosa e para a comunidade escolar. A informação recolhida através da entrevista aos militares da GNR reforça que a perceção de insegurança surge sobretudo associada à proteção do património, nomeadamente a crimes como burlas e furtos, sendo também influenciada pela exposição mediática a acontecimentos criminais. Neste contexto, o contacto regular, a presença no território e as ações de sensibilização revelam-se fatores determinantes para o aumento da confiança e da tranquilidade das populações, em particular das pessoas mais velhas, isoladas ou em situação de maior fragilidade.

O sistema de socorro e emergência, assegurado pelos Bombeiros Voluntários de Ílhavo, bem como a intervenção da Proteção Civil Municipal, complementam esta resposta através da capacidade de atuação em situações de emergência, da gestão do risco e da prevenção, incluindo no domínio da proteção civil e da gestão florestal, reforçando a segurança de pessoas, bens e território.

No que respeita à violência doméstica e de género, no concelho de Ílhavo, a articulação entre o Atendimento Social Integrado e o Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (NAVVD) da Cáritas Diocesana de Aveiro, assume um papel central na sinalização, diagnóstico e encaminhamento das situações, permitindo uma resposta especializada, articulada e centrada na proteção das vítimas.

A proteção animal surge igualmente como uma dimensão relevante no quadro da saúde pública e da intervenção social.

Destaca-se a importância da articulação institucional e do trabalho em rede, nomeadamente através de estruturas como o Conselho Municipal de Segurança, a Comissão Municipal de Proteção Civil, a Rede Social e o Atendimento Social Integrado. Esta cooperação entre forças de segurança, serviços de socorro, proteção civil, ação social, saúde e entidades especializadas, como o NAVVD, a potenciar respostas mais eficazes, preventivas e ajustadas às especificidades do território.

12. Respostas e Recursos de Apoio Social

12.1. Entidades Sociais do Concelho

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho de Ílhavo assumem um papel central na resposta às necessidades sociais da população, constituindo-se como atores estratégicos na concretização das políticas locais de ação social. Estas entidades asseguram um conjunto diversificado de serviços e respostas sociais que abrangem diferentes áreas de intervenção, nomeadamente a infância e juventude, a deficiência, a população idosa e o apoio comunitário, contribuindo de forma positiva para a promoção da inclusão social, da coesão territorial e da melhoria da qualidade de vida das populações.

No concelho encontram-se identificadas várias IPSS com respostas protocoladas com a Segurança Social, bem como outros recursos de natureza oficiosa que procuram dar resposta às problemáticas sociais existentes.

12.1.1. IPSS e Respetivas Respostas Sociais:

Associação Aquém Renasce

- Espaço Sénior.

Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI);
- Centro de Dia (CD);
- Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo (CASCI)

Infância:

- Creche;
- Educação Pré-escolar.

Ação Social:

- Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS);
- Rendimento Social de Inserção (RSI);
- Programa Pessoas 2030;
- Centro Comunitário.

Acolhimento:

- Duas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI 1 e ERPI 2) – Acolhimento Permanente;
- Estrutura Residencial – Acolhimento Temporário.

Reabilitação e Inclusão:

- Centro de Atividades Ocupacionais (CAO);
- Centro de Reabilitação Profissional (CRP);
- Centro de Recursos para a Inclusão (CRI);
- Lar Residencial;
- Quinta Pedagógica.

Centro Social Paroquial da Gafanha da Encarnação

- Creche;
- Educação Pré-escolar;
- Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL).

Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Nazaré

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI);
- Centro de Dia (CD);
- Serviço de Apoio Domiciliário (SAD);
- Universidade Sénior.

Centro Paroquial de Assistência e Formação D. Manuel Trindade Salgueiro

- Creche;
- Educação Pré-escolar.

Centro Social Padre José Kentenich

- Creche;
- Educação Pré-escolar.

C.E.R.C.I.A.V

- Centro de Recursos para a Inclusão (CRI);

- Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI);
- Serviço de Apoio Domiciliário (SAD);
- Centro de Reabilitação Profissional (CRP);
- Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego (CRQE).

Fundação Cônego Doutor José Sardo Fidalgo – sem respostas.

Obra da Providência

- Creche;
- Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP).

Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo

Lar de São José

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI).

Lar do Divino Salvador

- Acolhimento de mulheres grávidas e/ou com crianças em situação de risco social.

Obra da Criança

- Centro de acolhimento de crianças e jovens, dos 2 aos 18 anos, em situação de risco social.

Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo

Educação

- Creche;
- Educação Pré-escolar.

Área Social

- Serviço de Apoio Domiciliário (SAD);
- Espaço Sénior;
- Programa Pessoas 2030;
- Rendimento Social de Inserção (RSI);
- Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS).

Área da Saúde

- Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI);
- Serviço de Imagiologia;
- Serviço de Medicina Física e Reabilitação;
- Laboratório de Análises Clínicas.

Capacidade de resposta e listas de espera

Apesar da diversidade de instituições sociais existentes no concelho, tem sido partilhada, em sede de rede social, a perceção de insuficiência de respostas às necessidades da população. Esta realidade é evidenciada pela análise da capacidade de resposta de cada instituição, do número efetivo de utilizadores e do número de candidatos em lista de espera, conforme dados apresentados em CLAS (2024).

A análise da evolução dos candidatos às respostas sociais evidencia um crescimento consistente na procura ao longo dos últimos anos, transversal às áreas da infância, da deficiência e do envelhecimento.

Paralelamente, tem vindo a existir uma elevada taxa de ocupação das respostas existentes, com particular incidência nas respostas dirigidas à infância (Creche e ATL) e à população idosa (ERPI).

Em sede de reunião do CLAS, realizada a 23/01/2024, concluiu-se a manutenção de graves carências ao nível das respostas sociais de Creche, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e Lar Residencial.

12.1.2. Grupos Sócio Caritativos

Para além das respostas formais, o concelho de Ílhavo dispõe de diversos grupos sócio caritativos, com base no voluntariado, cuja intervenção, centra-se no apoio alimentar e no acompanhamento social informal. Estes grupos asseguram a distribuição de bens alimentares, vestuário e outros bens essenciais, contribuindo para a satisfação de necessidades básicas imediatas das famílias em situação de maior vulnerabilidade.

A sua atuação assume um papel complementar às respostas institucionais, reforçando a rede comunitária e promovendo uma abordagem mais próxima e integrada às problemáticas sociais existentes.

Grupos sócio caritativos existentes

- Cáritas Paroquial da Gafanha da Nazaré;
- Cáritas Paroquial da Gafanha da Encarnação;
- Cáritas Paroquial da Gafanha do Carmo;
- Lions Clube de Ílhavo;

- Rotary Club de Ílhavo;
- Conferência Vicentina de Nossa Senhora do Rosário de Fátima de Ílhavo.

12.2. Proteção Social

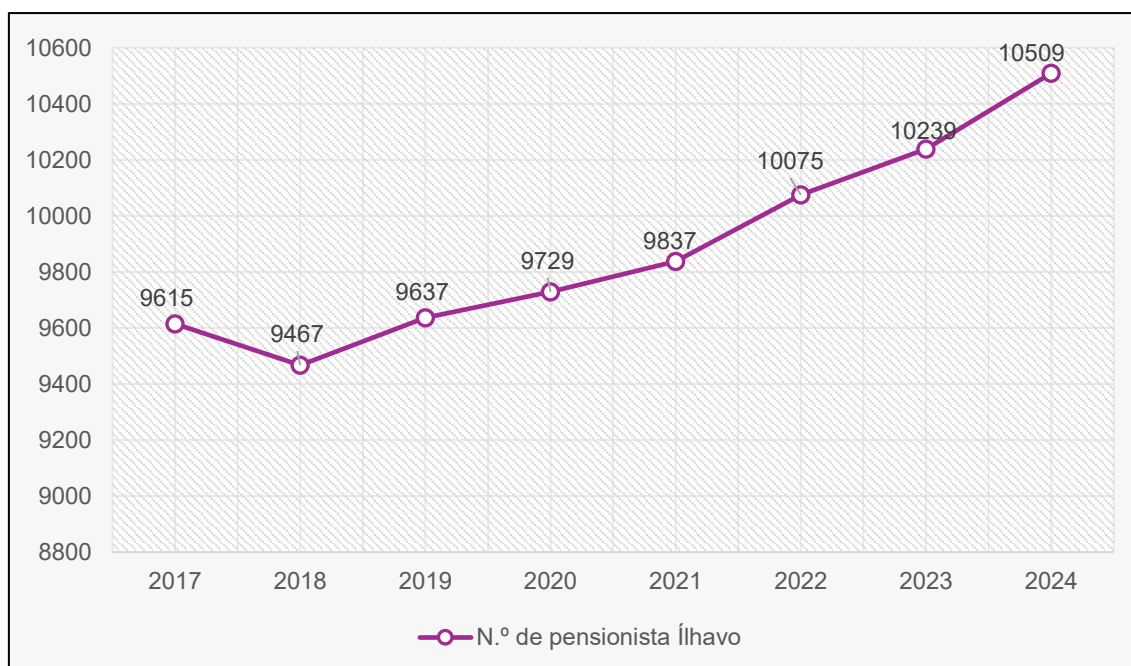
As prestações sociais assumem um papel fundamental no apoio a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade económica.

12.2.1. Pensões

As pensões constituem a principal fonte de rendimento da população idosa e representam um elemento central na proteção social em Portugal. Incluem, as pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência.

O número de pensionistas da Segurança Social no concelho de Ílhavo constitui um indicador relevante para a compreensão das condições socioeconómicas da população residente. Este indicador do número de pensionistas evidencia o peso da população reformada, associada ao envelhecimento demográfico do concelho, podendo potenciar situações de vulnerabilidade económica, sobretudo em contextos de pensões de baixo valor, com impacto direto na qualidade de vida e na capacidade de respostas às necessidades básicas.

Gráfico 36. Pensionistas da segurança social em Ílhavo.



Fonte:INE; Novembro 2025.

O total de pensionista corresponde ao número de pensionistas, com pagamento de pensão ao longo do ano, no âmbito dos regimes da Segurança Social (Regime Geral, Regime Não Contributivo e Equiparado e Regime Especial de Segurança Social das Atividades Agrícolas).

Neste contexto, o Atendimento Social Integrado, assume um papel central na identificação e acompanhamento destas situações, permitindo o encaminhamento para prestações sociais complementares, como o Complemento Solidário para idosos, bem como para outros apoios sociais e respostas essenciais à promoção da proteção social e da inclusão dos pensionistas em situação de maior fragilidade.

Tabela 44. Número de pensionistas da Segurança Social em Ílhavo por tipo de pensão.

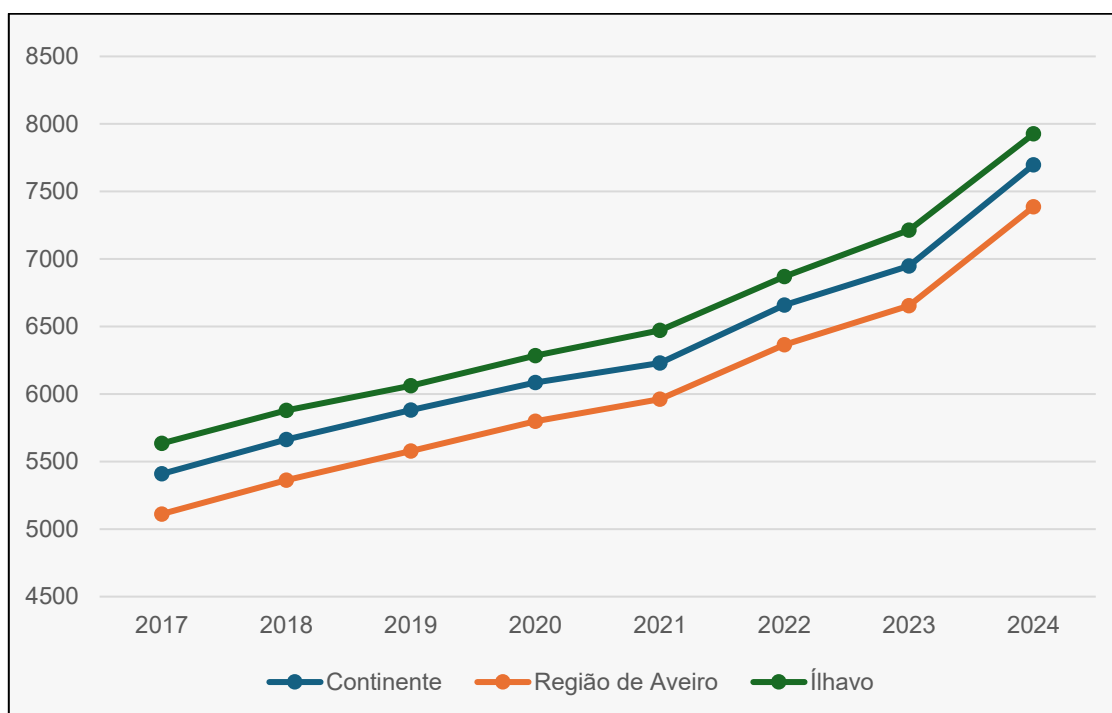
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Velhice	6430	6516	6648	6756	6823	7014	7180	7425
Sobrevivência	2537	2526	2554	2527	2567	2626	2630	2668
Invalidez	648	425	435	446	447	435	429	416
Total	9615	9467	9637	9729	9837	10075	10239	10509

Fonte: INE; Novembro 2025.

Na tabela acima podemos verificar que entre 2017 e 2024, o número total de pensionistas da Segurança Social de Ílhavo registou um aumento gradual, evidenciando o envelhecimento da população. A pensão de velhice constitui a principal tipologia, com crescimento contínuo ao longo do período analisado.

As pensões de sobrevivência apresentam uma evolução globalmente estável, com ligeiro aumento nos últimos anos. Por sua vez, as pensões de invalidez evidenciam uma tendência de decréscimo. Estes dados reforçam a importância do ASI enquanto serviço de proximidade, essencial na informação, sinalização e acompanhamento de contextos de isolamento e vulnerabilidade social.

Gráfico 37. Valor médio das Pensões da Segurança Social entre 2017 e 2024.



Fonte:INE; Novembro 2025.

Tabela 45. Valor médio das Pensões da Segurança Social entre 2017 e 2024.

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Continente	5409	5663	5881	6086	6230	6658	6947	7697
Região de Aveiro	5112	5363	5577	5799	5963	6365	6654	7386
Ílhavo	5635	5878	6062	6284	6472	6869	7214	7926

Fonte: INE; Novembro 2025.

Entre 2017 e 2024 verifica-se um aumento contínuo do valor médio das pensões a nível nacional, regional e no concelho de Ílhavo. Ílhavo apresenta valores médios superiores aos da Região de Aveiro e à média nacional.

Apesar deste crescimento, é importante destacar que este indicador pode não significar uma melhoria do poder de compra, uma vez que o custo de vida também tem vindo a aumentar (despesas de habitação, energia, alimentação e serviços).

12.2.2. Complemento Solidário para Idosos (CSI)

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é uma prestação social destinada a pessoas idosas com baixos rendimentos, de idade igual ou superior à idade legal de acesso à Pensão de Velhice, e aos

pensionistas de invalidez que não recebem a Prestação Social para a Inclusão, visando a redução da pobreza e da exclusão social neste grupo etário.

Num contexto de envelhecimento demográfico e de pensões de baixo valor, o CSI assume particular relevância na proteção social.

Tabela 46. Beneficiários com processamento do CSI, por distrito de residência e sexo do ano 2024.

2024	Total Beneficiários	Mulheres	% Mulheres	Homens	% Homens	Observação
Aveiro	18697	12533	67%	6164	33%	3º distrito do país com o valor de beneficiários do CSI mais elevado

Fonte: Segurança Social – Estatísticas CSI; 2024

Em 2024, o Distrito de Aveiro registou um total de 18.697 beneficiários do CSI, dos quais 12.533 são mulheres, correspondendo a 67% e 6.164 são homens, 33%. Este distrito assume particular relevância no contexto nacional, sendo o 3.º distrito do país com maior número de beneficiários desta prestação.

A expressiva predominância feminina entre os beneficiários reflete as dinâmicas demográficas associadas ao envelhecimento, nomeadamente a esperança média de vida das mulheres e a maior exposição a situações de vulnerabilidade económica na idade avançada.

12.2.3. Subsídio de Desemprego

É um apoio pago em dinheiro, por mês, às pessoas desempregadas que se encontram inscritas no centro de emprego ou Serviço de Emprego dos Centros de Emprego e Formação Profissional, para compensar a falta de salário devido à perda involuntária de emprego.

Os dados referentes aos beneficiários de prestações de desemprego revelam uma tendência de agravamento entre os anos de 2023 e 2024, conforme se pode verificar na tabela abaixo. O número total de beneficiários no concelho subiu de 1341 para 1507 indivíduos, o que representa um aumento de aproximadamente 12,4%. Este crescimento de dependência do apoio é particularmente relevante quando comparado com a dinâmica nacional, uma vez que a subida verificada em Ílhavo foi superior à média do Continente (8,8%) e ligeiramente acima da média registada na Região de Aveiro (11,7%).

Em 2024, as mulheres continuam a ser as principais beneficiárias desta prestação, representando cerca de 55,6% do total de beneficiários em Ílhavo e os homens têm uma representação de 44,4%

(838 mulheres face a 669 homens). Esta “feminização” das prestações de desemprego pode indicar-nos a existência de barreiras sociais no acesso ao emprego estável para a população feminina, podendo estar associadas à precariedade em setores específicos de serviços ou a maiores dificuldades na conciliação entre a vida profissional e as responsabilidades familiares.

É ainda importante salientar que este indicador inclui diversas tipologias da prestação, incluindo o subsídio de desemprego e o subsídio social de desemprego (inicial e subsequente). O aumento global das prestações aponta para um cenário de maior pressão sobre o rendimento disponível dos indivíduos e famílias residentes no concelho, uma vez que a transição para subsídios sociais implica, geralmente, uma redução do valor auferido.

Tabela 47. Beneficiários (N.º) de subsídios de desemprego, da segurança social por Local de residência e Sexo.

	2023			2024		
	Total	H	M	Total	H	M
Continente	331178	144090	187088	360188	159397	200791
Região de Aveiro	11774	4866	6908	13147	5611	7536
Ílhavo	1341	571	770	1507	669	838

Fonte: INE; Janeiro 2026.

Os dados apresentados incluem beneficiários de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego inicial e subsequente, prolongamento de subsídio social de desemprego e medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração. Os beneficiários são contados tantas vezes quantas os subsídios que recebem.

Tabela 48. Valor (em milhares de €) de subsídio de desemprego da segurança social processado anualmente por Local de residência e Sexo.

	2023			2024		
	Total	H	M	Total	H	M
Continente	1103927	501787	602140	1263971	571319	692652
Região de Aveiro	38174	16730	21444	44572	19862	24710
Ílhavo	4104	1864	2240	5138	2366	2772

Fonte: INE; Janeiro 2026.

Os dados apresentados incluem beneficiárias/os de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego inicial e subsequente, prolongamento de subsídio social de desemprego e medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração. O total de Portugal inclui beneficiárias/os com residência não determinada. Os beneficiários são contados tantas vezes quantas os subsídios que recebem.

Como é possível verificar na tabela acima, o impacto financeiro do subsídio de desemprego no município de Ílhavo registou um aumento significativo, com o valor total das prestações processadas a subir 25%, passando de 4104 milhares de euros em 2023 para 5138 milhares de euros em 2024. Este crescimento financeiro é superior ao aumento do número de beneficiários (que foi de 12,4%), o que pode indicar-nos que os novos desempregados têm direito a subsídios de valor mais elevado, associados a salários mais altos ou carreiras contributivas mais estáveis que foram, entretanto, interrompidas.

A análise por sexo revela uma desigualdade económica efetiva. Embora as mulheres recebam um valor financeiro mais elevado (2772 milhares de euros), em relação aos homens (2366 milhares de euros), importa salientar, tal como referido anteriormente que as mulheres têm maior expressividade em relação aos homens.

Em termos comparativos, o esforço financeiro da Segurança Social em Ílhavo cresceu a um ritmo superior ao do Continente (14,5%) e ao da Região de Aveiro (16,7%). Este dado é crucial para o Diagnóstico Social, pois demonstra que Ílhavo está num ciclo de maior dependência desta prestação social, alertando para uma perda de rendimento do trabalho na economia local e para a necessidade de políticas de reintegração profissional.

Em suma, o perfil traçado para 2024 reforça a necessidade de estratégias locais de inserção profissional que não só, combatam o aumento do desemprego, mas que tenham em consideração a maior vulnerabilidade feminina e o risco de persistência em situações de desemprego de longa duração.

12.2.4. Rendimento Social de Inserção (RSI)

O RSI é uma prestação social de âmbito nacional destinada a garantir a satisfação das necessidades mínimas às famílias e indivíduos em situação de pobreza ou vulnerabilidade económica. A medida de RSI pressupõe a celebração de um Contrato de Inserção (conjunto de ações estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar requerente da prestação, visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária).

Tabela 49. Número de beneficiários do RSI da Segurança Social por local de residência e sexo.

	2023			2024		
	Total	H	M	Total	H	M
Continente	223833	105064	118769	211704	100258	111446
Região de Aveiro	6204	3016	3188	5834	2932	2902
Ílhavo	781	379	402	716	358	358

Fonte: INE; Setembro 2025.

Em Ílhavo tal como a tendência verificada a nível regional e nacional, o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) apresentou uma redução entre 2023 e 2024, passando de 781 para 716 pessoas. Em 2024, a distribuição por género encontra-se equilibrada, com 358 homens e 358 mulheres a receberem a prestação. No ano de 2023, o número de beneficiárias do RSI era ligeiramente superior ao dos beneficiários do sexo masculino (402 mulheres e 379 homens).

Tabela 50. Beneficiários do RSI da Segurança Social por 1000 habitantes em idade ativa (‰).

	2023	2024
Ílhavo	21,71 ‰	19,3 ‰

Fonte: INE; Outubro 2025.

A taxa de beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa também apresentou uma descida, de 21,71‰ em 2023 para 19,30‰ em 2024.

Apesar da tendência de diminuição de beneficiários, o RSI continua a constituir uma resposta social relevante promovendo a inserção social e o respeito pela dignidade humana.

12.2.5. Subsídio de Assistência à 3ª Pessoa e Prestação Social para a Inclusão (PSI)

O subsídio de assistência à 3.ª pessoa é uma prestação mensal em dinheiro que se destina a compensar as famílias com descendentes, a receber abono de família com bonificação por deficiência, que estejam em situação de dependência e que necessitem de acompanhamento de terceira pessoa.

Entre 2023 e 2024, o número de beneficiários do Subsídio por Assistência de Terceira Pessoa manteve-se estável em Ílhavo, com 31 beneficiários desta prestação, conforme descrito na Tabela 51.

Tabela 51. Número de beneficiários do subsídio por assistência de terceira pessoa da Segurança Social por local de residência.

	2023	2024
Continente	12222	12419
Centro	1553	1574
Região de Aveiro	262	268
Ílhavo	31	31

Fonte: INE; Setembro 2025.

A PSI é uma prestação monetária atribuída a pessoas com deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, para promover a sua autonomia e inclusão social. Destina-se a compensar os encargos que resultam da situação de deficiência.

Tabela 52. Número de beneficiários da PSI da Segurança Social por local de residência e sexo.

	2023			2024		
	Total	H	M	Total	H	M
Continente	145859	72246	73613	160875	79438	81437
Centro	23425	11760	11665	25133	12670	12463
Região de Aveiro	5756	2803	2953	6380	3160	3220
Ílhavo	664	322	342	740	376	364

Fonte: INE; Setembro 2025.

Entre 2023 e 2024, verifica-se um aumento do número de beneficiários da Prestação Social para a Inclusão em todos os níveis territoriais. À escala da Região de Aveiro e da Região Centro, observa-se igualmente um crescimento do número de beneficiários, reforçando a tendência de aumento da procura desta prestação a nível nacional, associada ao reconhecimento de deficiência e incapacidade.

Em Ílhavo, o número de beneficiários da Prestação Social para a Inclusão apresentou um aumento entre 2023 e 2024, passando de 664 para 740 pessoas, o que corresponde a um acréscimo de 76 beneficiários. Em 2023, havia uma ligeira predominância de mulheres entre os beneficiários (342 mulheres e 322 homens), enquanto em 2024 os homens passaram a um ligeiro aumento (376 homens e 364 mulheres).

Esta tendência crescente da Prestação Social para a Inclusão contrasta com a diminuição observada no Rendimento Social de Inserção (RSI), podendo refletir uma maior procura por apoio social, maior divulgação da prestação ou uma expansão dos critérios de elegibilidade.

Tabela 53. Número de beneficiários da PSI no concelho por grupo etário nos anos 2023 e 2024.

	2023	2024
Menos de 25 anos	77	98
25-29 anos	46	48
30-39 anos	195	90
40-49 anos	90	178
50-54 anos	99	115
55 e mais anos	157	211
Total	664	740

Fonte: INE; Setembro 2025.

A distribuição por grupos etários em Ílhavo nos anos de 2023 e 2024 mostra que o aumento de beneficiários concentra-se principalmente nos grupos dos 40-49 anos, 50-54 anos e 55 anos ou mais, sendo este último particularmente relevante, passando de 157 para 211 beneficiários. Estes dados indicam que a vulnerabilidade social no concelho incide principalmente na população adulta e idosa.

12.2.6. Abono de Família

O abono de família é uma prestação social de âmbito nacional destinada a garantir apoio financeiro às famílias, contribuindo para o bem-estar e desenvolvimento de crianças e jovens. Esta medida visa apoiar a educação e saúde das crianças e jovens, e reforçar a capacidade das famílias de assegurar condições básicas de subsistência.

Tabela 54. Número de beneficiários do abono de família para crianças e jovens da Segurança Social por local de residência.

	2023	2024
Continente	770574	766764
Centro	116948	116877
Região de Aveiro	27678	27295
Ílhavo	3035	2938

Fonte: INE; Setembro 2025.

Entre 2023 e 2024, o número de beneficiários do Abono de Família para crianças e jovens registou uma ligeira diminuição em todos os níveis territoriais. Em Ílhavo, o número de beneficiários reduziu de 3035 para 2939.

12.3. Atendimento Social Integrado (ASI)

A Ação Social é uma prioridade do Município de Ílhavo. O grande objetivo é garantir que todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, tenham o apoio necessário para viver com dignidade.

O Atendimento Social Integrado (ASI) foi criado em 2008 e marcou o início de uma nova metodologia de trabalho em rede que, na prática já antecipava os princípios de proximidade e integração que a atual descentralização de competências veio a exigir a nível nacional. Este serviço funciona como uma “porta única”, onde o cidadão encontra uma resposta centralizada para os seus problemas (podendo ter áreas diversas tais como, emprego, a habitação, a ação social, a saúde, a justiça, entre outros).

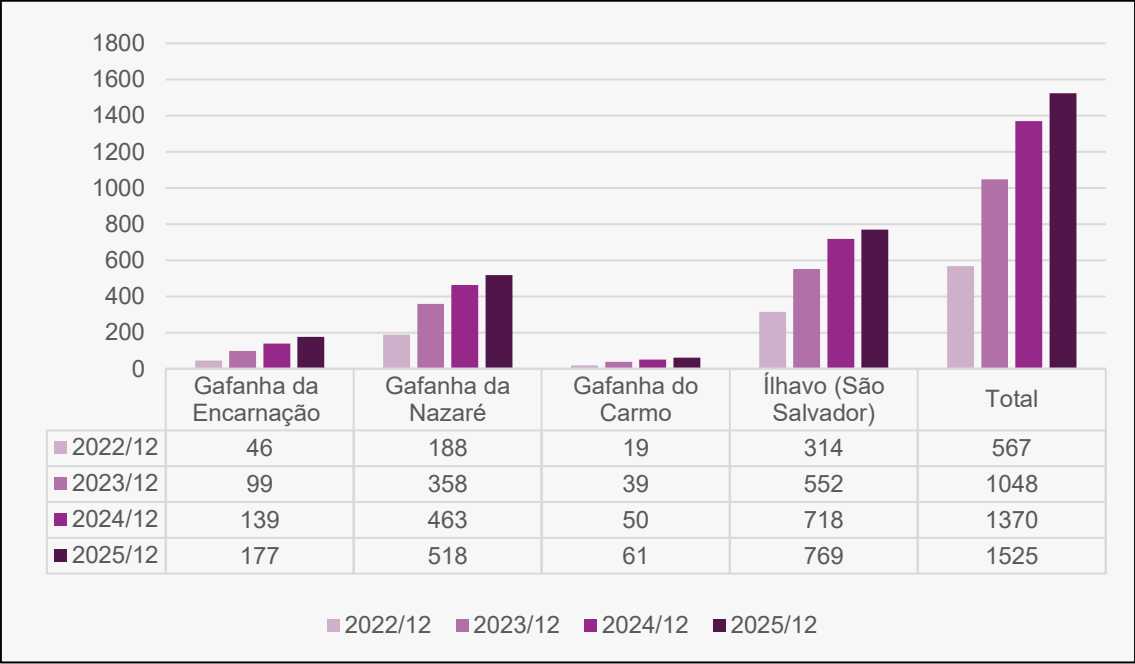
A eficácia deste modelo assenta numa parceria entre o Município, o CASCI e a Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo, abrangendo grupos específicos como a infância, a terceira idade e pessoas com deficiência.

O Município assegura a coordenação estratégica e o apoio económico, enquanto as entidades parceiras garantem o acompanhamento técnico de proximidade por freguesia. Esta lógica institucional permite que o diagnóstico social seja um processo contínuo de acompanhamento da vulnerabilidade no território e não seja apenas uma resposta a situações de emergência, baseada na justiça e equidade.

De destacar que esta metodologia de trabalho é inovadora por ter introduzido a figura do “Gestor/a de Processo”, isto é, a cada indivíduo ou agregado familiar que se dirija aos serviços, é atribuído, de acordo com a sua área de residência e principais problemáticas, um técnico da área das ciências sociais que assume um papel basilar na elaboração do diagnóstico e estratégias de intervenção.

Desta forma, a implementação do SAAS e a gestão do RSI ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020 foram integradas numa estrutura que já estava constituída, há alguns anos, permitindo ter maior eficácia.

Gráfico 38. Evolução dos processos familiares ativos por freguesia desde o ano de 2022 até 2025.



Fonte: SESS; 2025.

Acima surge o Gráfico 38 que representa a evolução dos processos familiares ativos por freguesia fazendo uma comparação ao mês de Dezembro, desde o ano de 2022 até ao ano de 2025. Importa esclarecer que analisando os dados de todos os meses, o número de processos mensais na maioria das situações aumenta.

Ílhavo (São Salvador) mantém o maior número de processos, sendo que se verifica um aumento de 455 processos em relação ao ano de 2022, traduzindo-se em 144%.

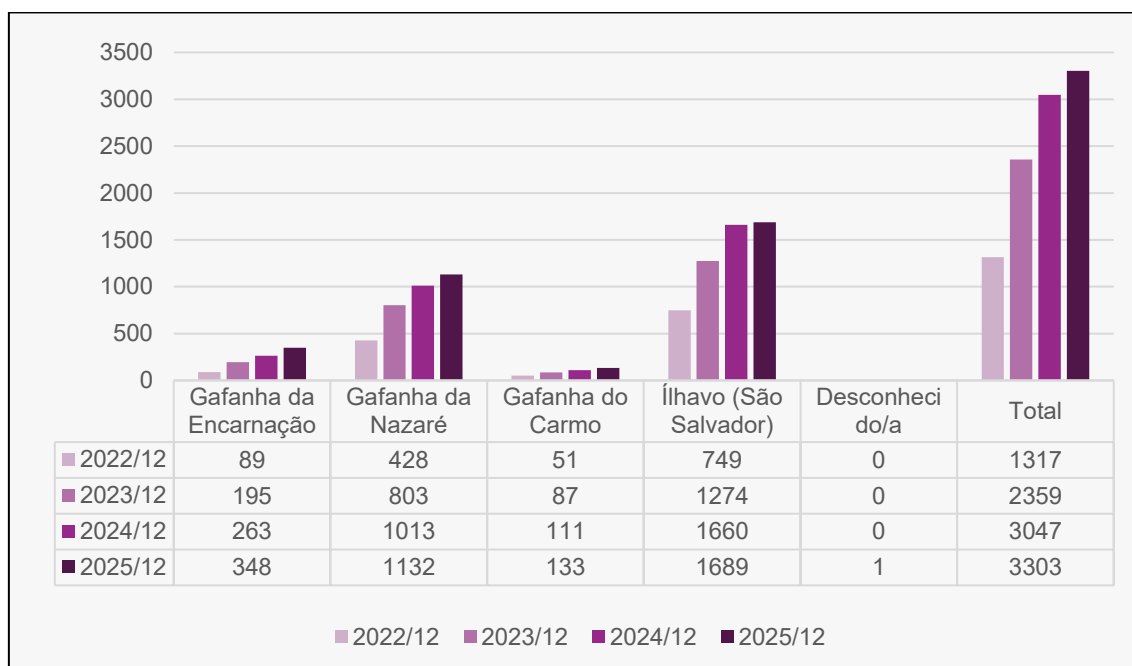
No que diz respeito à Gafanha da Nazaré verifica-se um aumento de 330 processos, correspondendo a uma percentagem 175%.

Relativamente à freguesia da Gafanha da Encarnação, embora tenha menos processos que as anteriores, o crescimento é de 284% (quase quadruplicou). Houve um aumento relativamente ao ano de 2022 até 2025 de 131 processos.

Na Gafanha do Carmo, o aumento reflete um crescimento de 42 processos, correspondendo a 221%.

Em termos gerais e totais passamos de um aumento de 958 processos comparando o ano de 2022 e o ano de 2025, correspondendo a uma percentagem de 169%.

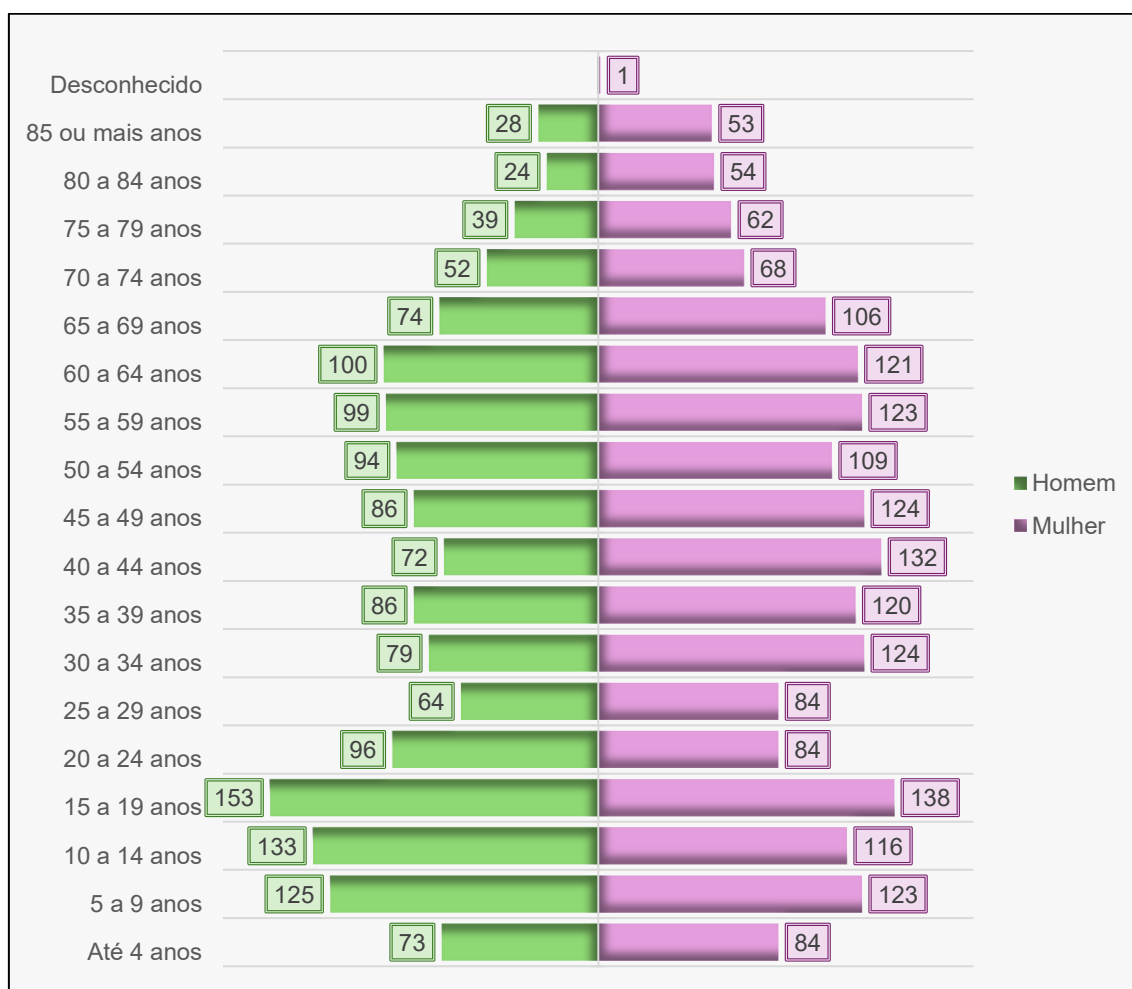
Gráfico 39. Número de beneficiários de Processos Familiares Ativos por freguesia desde o ano de 2022 até 2025.



Fonte: SESS; 2025.

A análise da evolução do número de beneficiários da ação social revela um cenário de crescente resposta dos serviços de apoio. Verifica-se no gráfico acima que entre 2022 e 2025, o número total de indivíduos com resposta na intervenção social subiu de 1317 para 3303, representando um crescimento de 151%. As freguesias de São Salvador e Gafanha da Nazaré apresentam um maior volume absoluto de cidadãos em situação de vulnerabilidade.

Gráfico 40. Pirâmide etária do número de beneficiários acompanhados em 2025.



Fonte: SESS; 2025.

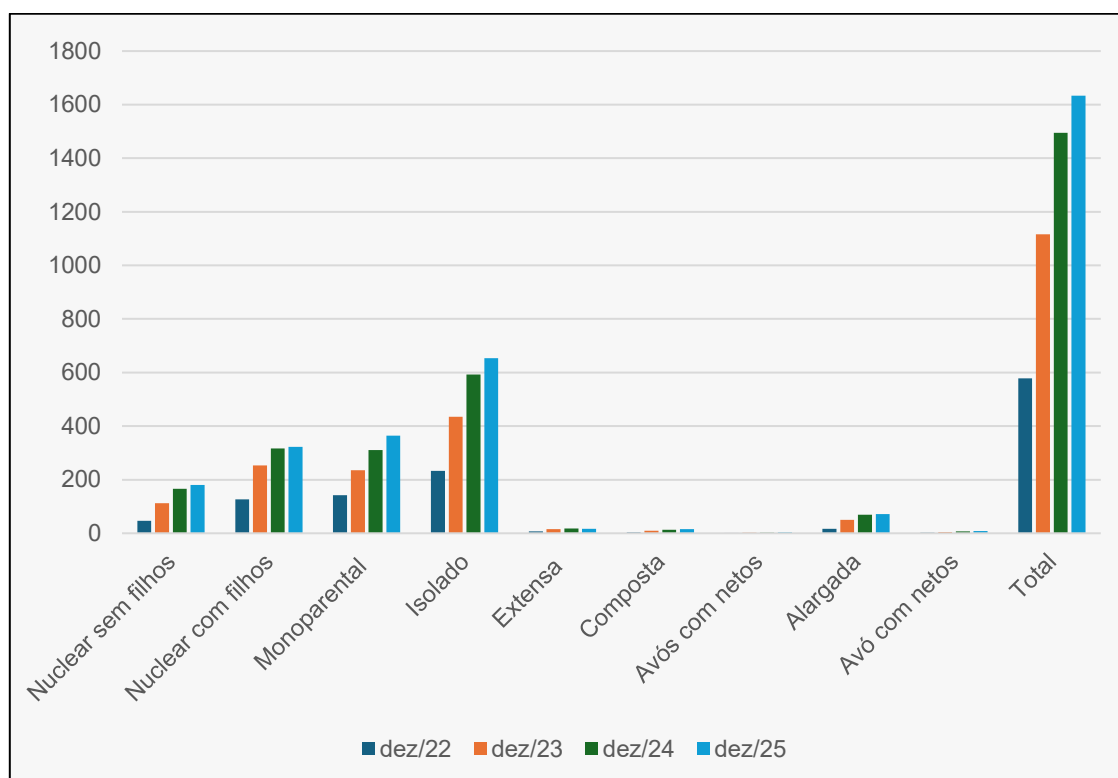
No gráfico acima observa-se a distribuição etária por sexo dos beneficiários acompanhados em 2025 em que evidencia uma maior representatividade do sexo feminino, tendência transversal à maioria dos grupos etários, particularmente a partir dos 35 anos, acentuando-se nas faixas etárias mais avançadas.

Nos escalões etários mais jovens (até aos 19 anos), observa-se um número considerável de beneficiários de ambos os sexos, o que conduz para a existência de agregados familiares com menores em situação de acompanhamento social.

Verifica-se uma concentração significativa de beneficiários entre os 40 e os 64 anos, com destaque para os grupos etários dos 40-44, 45-49, 55-59 e 50-64 anos, o que poderá refletir situações associadas a vulnerabilidade socioeconómica em idade ativa.

A partir dos 65 anos, embora se verifique uma diminuição progressiva do número total de beneficiários, mantém-se um predomínio do sexo feminino, associada a situações de isolamento, viuvez e baixos rendimentos.

Gráfico 41. Famílias com Processos Ativos por tipo de família.



Fonte: SESS; 2025.

Tabela 55. Famílias com Processos Ativos por tipo de família.

	Dez 2022	Dez 2023	Dez 2024	Dez 2025
Total	578	1116	1495	1634
Nuclear sem filhos	46	112	166	180
Nuclear com filhos	127	253	316	322
Monoparental	142	235	311	364
Isolado	233	435	593	654
Extensa	7	15	18	17
Composta	3	9	13	15
Avós com netos	1	2	2	3
Alargada	17	50	69	71
Avó com netos	2	5	7	8

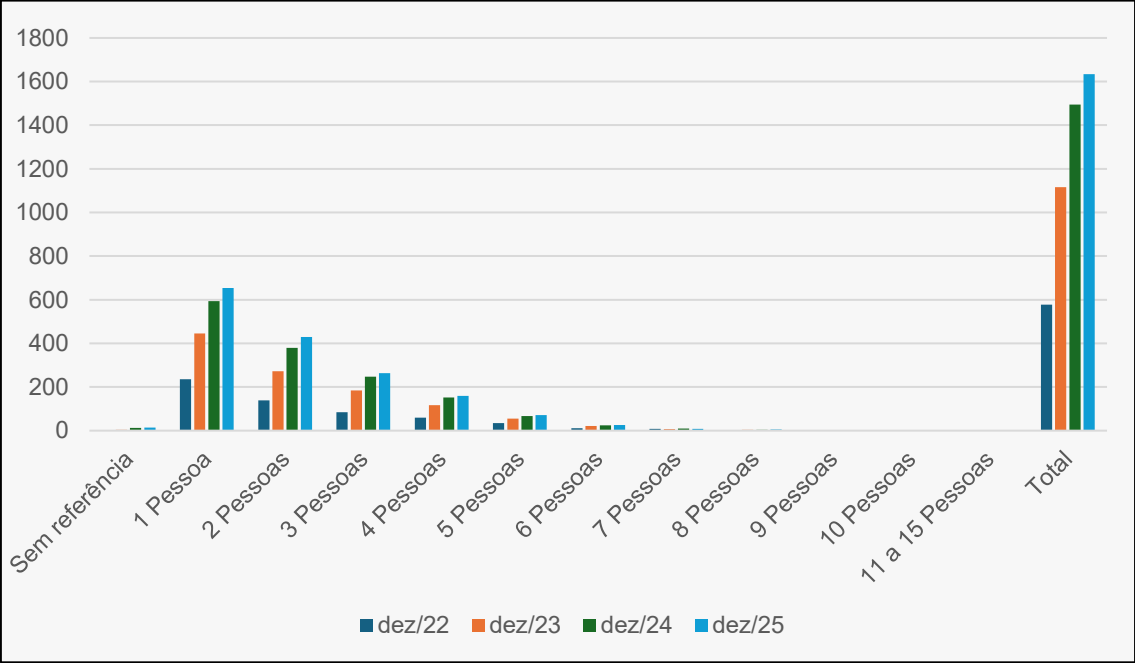
Fonte: SESS; 2025.

No Erro! A origem da referência não foi encontrada. e

Tabela 55 verifica-se que o maior aumento em termos absolutos incide nas pessoas isoladas (+421) e nas famílias monoparentais (+222).

As famílias nucleares com filhos e sem filhos também aumentaram, relativamente às restantes tipologias. Pode verificar-se ainda que as tipologias familiares alargadas, composta e com netos também teve um aumento significativo.

Gráfico 42. Dimensão do agregado das famílias com Processos Ativos.



Fonte: SESS; 2025.

Tabela 56. Dimensão do agregado das famílias com Processos Ativos.

	Dez 2022	Dez 2023	Dez 2024	Dez 2025
Total	578	1116	1495	1634
1 Pessoa	236	446	594	654
2 Pessoas	139	272	379	429
3 Pessoas	84	185	248	264
4 Pessoas	60	117	152	160
5 Pessoas	35	55	67	71
6 Pessoas	11	21	25	26
7 Pessoas	8	7	9	8
8 Pessoas	2	4	4	5
9 Pessoas	2	2	2	1
10 Pessoas	-	-	-	1
11 a 15 Pessoas	1	3	3	1
Sem referência	-	4	12	14

Fonte: SESS; 2025.

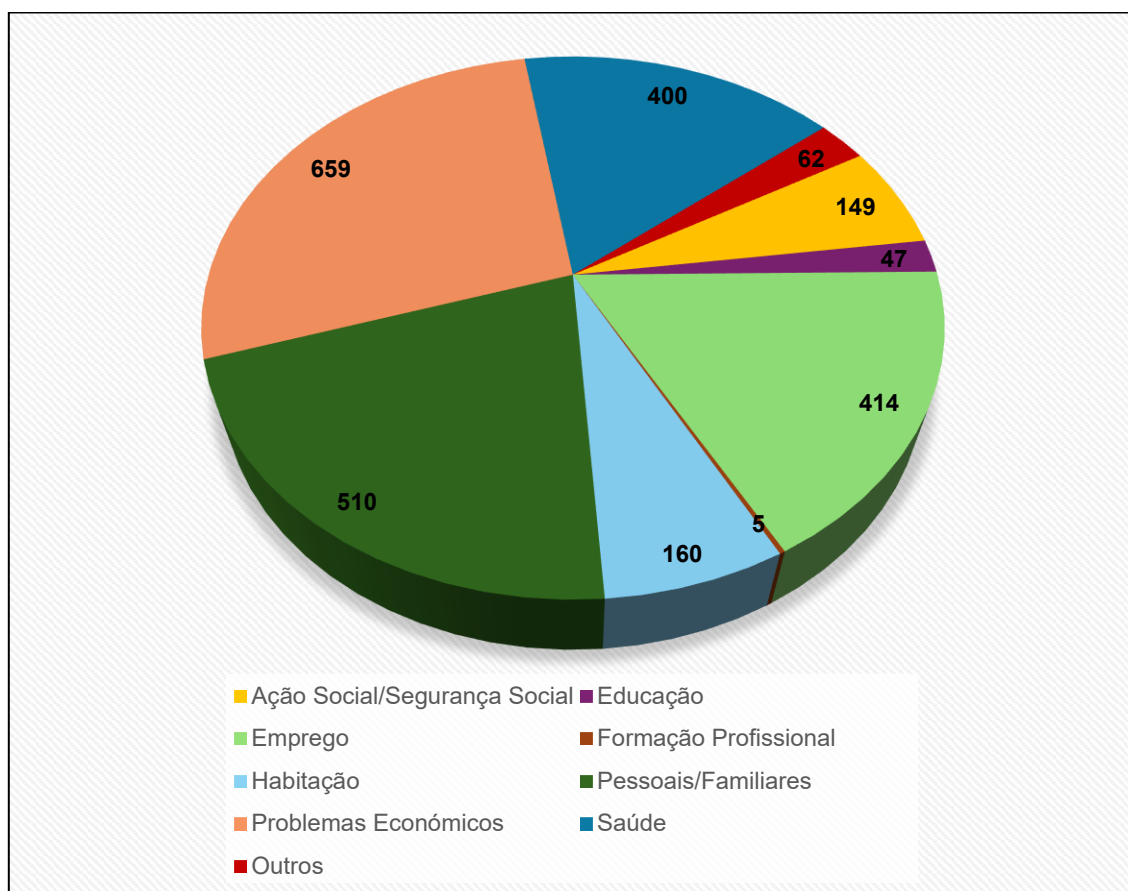
No **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** e na Tabela 56 acima representados verifica-se um aumento de processos ativos de 578 em Dez/2022 para 1634 em Dez/2025.

A tendência indica que as famílias com menos elementos, apresentam maiores vulnerabilidades individuais e sociais, representando uma procura/apoio nos serviços sociais.

O aumento de agregados médios (3-4 pessoas) sugere a procura de repostas nos serviços para apoiar famílias nucleares com filhos.

Os agregados extensos surgem com menos prevalência.

Gráfico 43. Processos Ativos por vulnerabilidade tipo.



Fonte: SESS; 2025.

O Gráfico 43 representa dentro dos processos ativos o tipo de vulnerabilidade existente. Os **problemas económicos** são a vulnerabilidade mais expressiva, havendo 659 processos. Dentro desta área, verificam-se dificuldades, sobretudo em necessidades básicas, carência alimentar (214 processos), insuficiência de rendimentos (170 processos), grandes encargos com a habitação (101), ausência de rendimentos (64) e baixos salários (48), entre outras.

Seguem-se os **problemas pessoais/familiares** com 510 processos ativos. Revelam um número muito elevado que surge da desestruturação familiar e incidem sobretudo na baixa autoestima (70),

ausência de expectativas (60), monoparentalidade (47), conflitos familiares e desajuste psicossocial com 43 processos, dificuldades de aceitação da mudança (40) e o isolamento social (33), entre outras.

Na área do **emprego** existem 414 processos, refletindo a precariedade ou o desemprego que representa um total de 335 processos, seguindo-se a falta de hábitos de trabalho com 27 processos, entre outras.

Relativamente à área da **saúde**, representa uma parte muito significativa nos processos que está relacionada com situações de doença com 262 processos, a doença de natureza psíquica (54), a dependência/acamados (28) e a deficiência com 26 processos, entre outras situações menos representativas.

Na área da **habitação** existe um total de 160 processos, havendo 40 processos com más condições de habitabilidade, 39 processos dizem respeito a situações de despejo/desalojamento, 24 processos correspondem a habitação degradada, ausência de domicílio fixo (24), entre outras.

A **Ação Social/ Segurança Social** traduz um total de 149 processos. Dentro desta área, destacam-se o desconhecimento dos direitos, contabilizando 103 processos e a insuficiência/ausência de cobertura por Equipamentos Sociais (para Apoio a Crianças e Idosos), totalizando 15 processos, entre outras situações.

A área da **Educação**, totaliza 47 processos, destacando-se 16 processos na dificuldade na acessibilidade à escola, 7 processos correspondem à iliteracia, e ainda se destacam a não valorização da escola (5) e o analfabetismo com 5 processos, entre outras.

Na **Formação profissional** existem apenas 5 processos, sendo que a ausência/insuficiência de formação de formação profissional contém 2 processos, a baixa qualificação diz respeito a 2 processos e a desadequação entre expectativas/habilitações e a oferta de formação profissional com 1 processo.

Importa ainda referir que 62 processos incorporam a categoria “outro”.

Assim e contabilizando todas as vulnerabilidades temos 2406 situações, ultrapassando 1634 processos ativos. Conclui-se que em cada processo existe mais do que uma vulnerabilidade.

O Atendimento decorre de forma descentralizada e numa lógica de proximidade aos munícipes, no Edifício Municipal, na Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, na Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, na extensão de Saúde da Costa Nova e na Fábrica das Ideias.

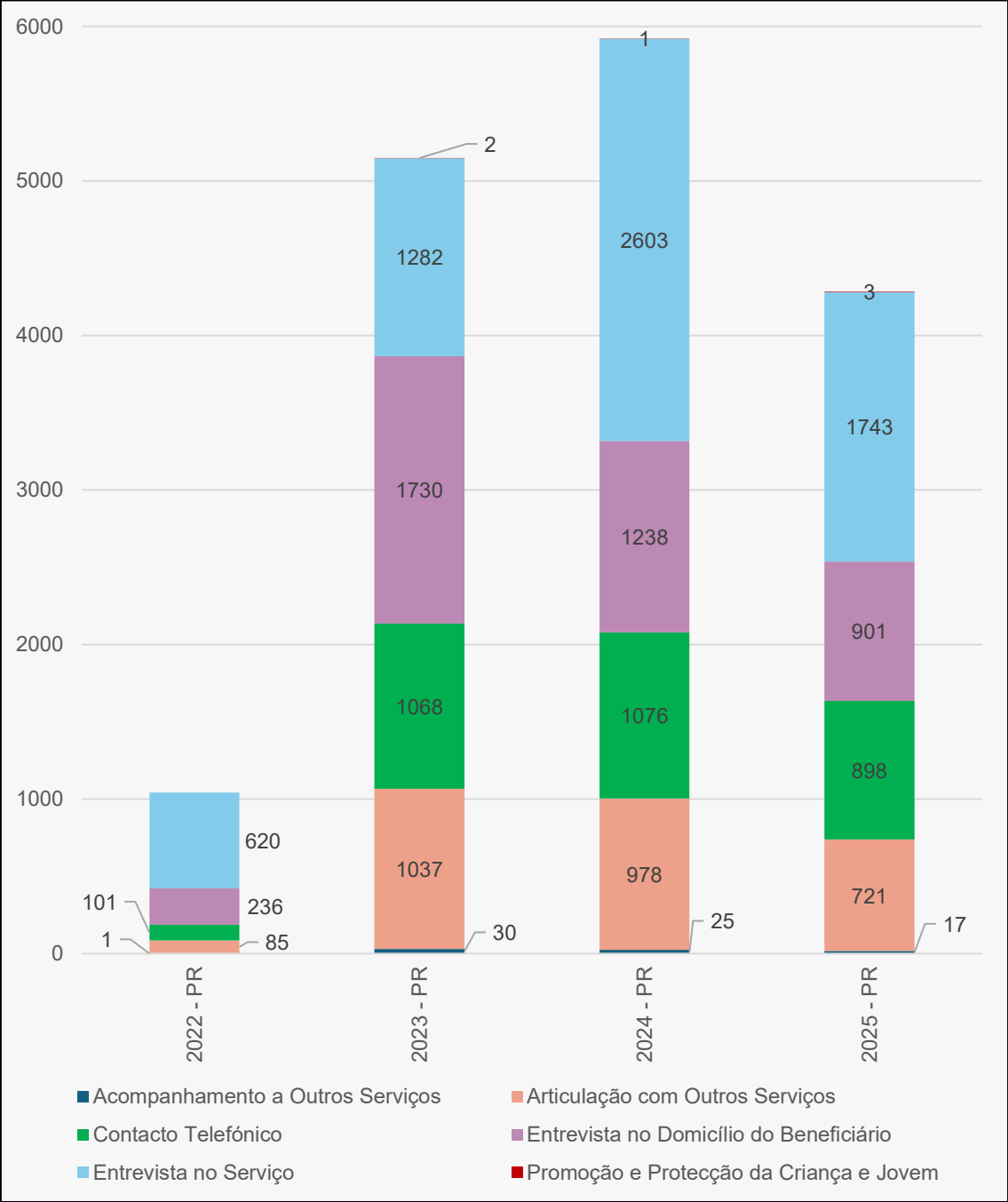
No que concerne especificamente ao balcão do Atendimento Social Integrado, ocorrem diariamente dezenas de munícipes para atendimentos presenciais, em que se incluem marcações de atendimentos, encaminhamento de atendimentos, esclarecimentos sobre eventuais apoios e procedimentos e contactos telefónicos nas áreas da Ação Social, Maior Idade e CPCJ.

Nas mesmas instalações/gabinetes são coordenados e direcionados os atendimentos agendados com as Entidades externas:

- Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) da Casa Vera Cruz;

- Resposta de Apoio Psicológico (RAP) e Núcleo de Apoio a Vítimas (NAV) de Aveiro, da Cáritas Diocesana de Aveiro;
- APAV de Coimbra;
- Sistema de Mediação Familiar do Ministério da Justiça.

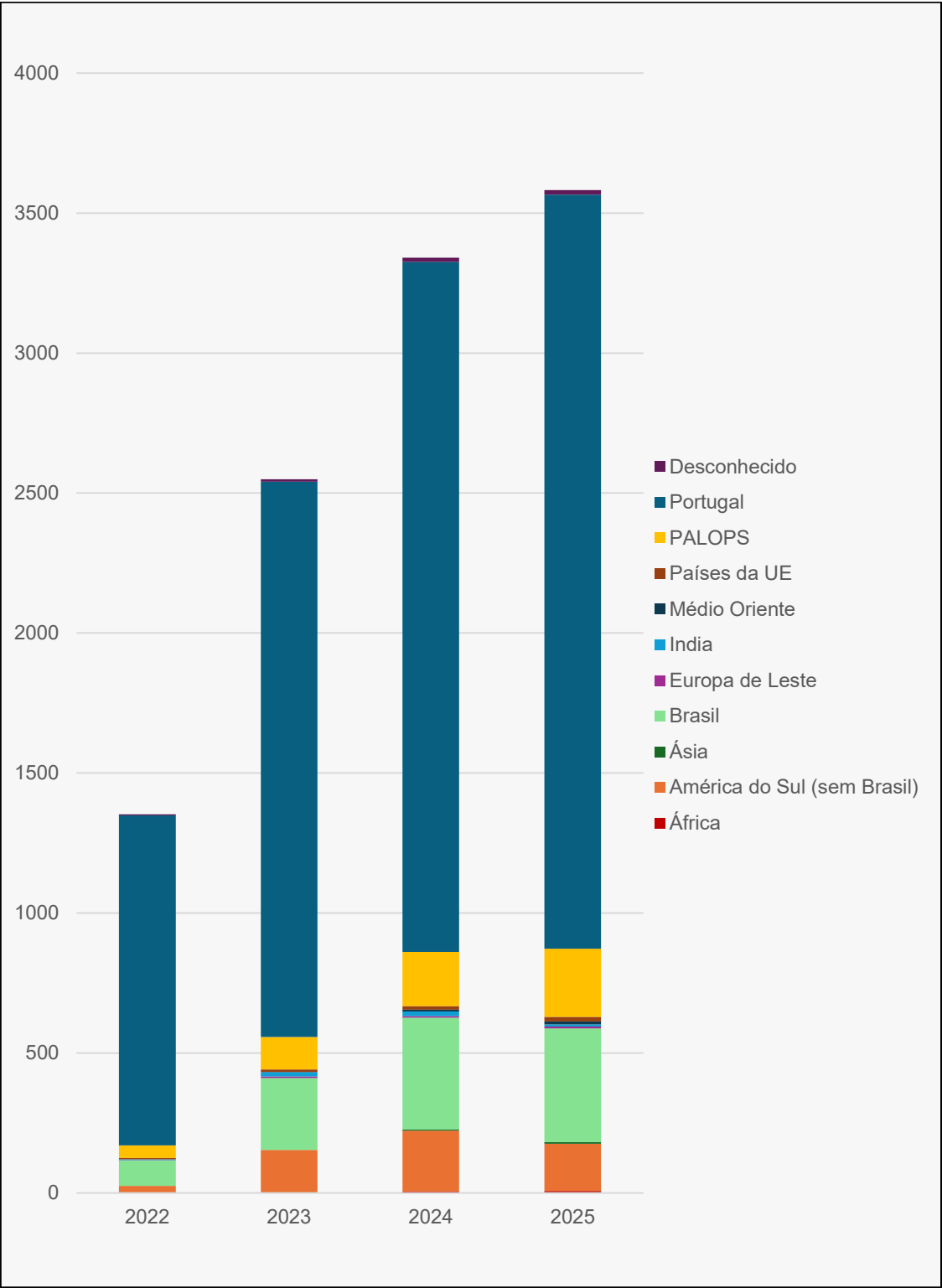
Gráfico 44. Histórico do tipo de contacto em procedimento regular por ano.



Fonte: SESS; 2025.

A análise do histórico do tipo de contacto regular evidencia um aumento significativo do número de contactos em 2023 e 2024, com destaque nas entrevistas no serviço, nos contactos telefónicos e na articulação com outros serviços, refletindo um reforço do acompanhamento social e da intervenção em rede.

Gráfico 45. Beneficiários de Processos Ativos por nacionalidade em Dezembro de cada ano.



Fonte: SESS; 2025.

Tabela 57. Beneficiários de Processos Ativos por nacionalidade em Dezembro de cada ano.

	Dez 2022	Dez 2023	Dez 2024	Dez 2025
África	0	1	5	7
América do Sul (excluindo Brasil)	25	153	218	169
Ásia	0	0	4	6
Brasil	91	257	399	406
Europa de Leste	1	5	6	7
Índia	3	16	16	7
Médio Oriente	0	1	7	11
Países da UE	5	8	12	16
PALOPS	45	116	194	243
Portugal	1179	1984	2464	2694
Desconhecido	3	8	16	16

Fonte: SESS; 2025.

A Gráfico 45 e a Tabela 57 representam os beneficiários de processos ativos por nacionalidade entre Dezembro de 2022 e Dezembro de 2025. Verifica-se um aumento significativo do número total de beneficiários, com maior predominância nos cidadãos de nacionalidade portuguesa em todos os anos. Paralelamente, observa-se um crescimento progressivo da população de origem estrangeira, com destaque para cidadãos do Brasil, dos PALOP e da América do Sul (exceto Brasil), refletindo a diversidade de perfis acompanhados pelos serviços do ASI.

Nota:

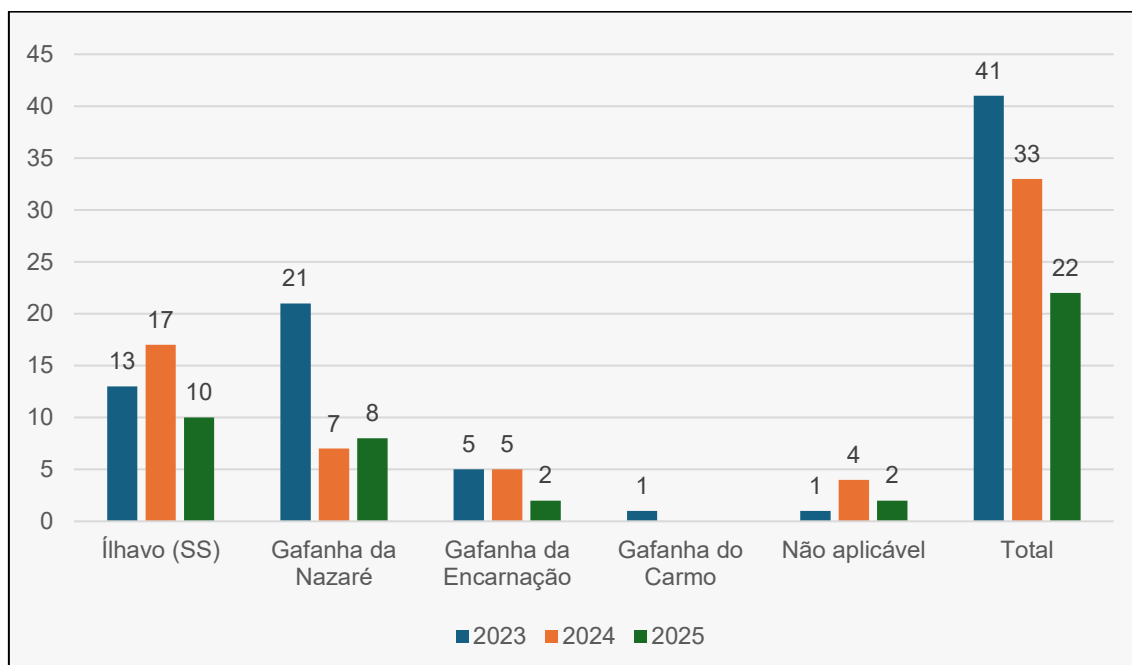
Existe diferença entre o número total de processos familiares ativos por freguesia e o número de beneficiários com processos em relação aos processos discriminados por tipos de família e à dimensão do agregado porque os dados na plataforma da Segurança Social não são atualizados em tempo real, por exemplo no que respeita à mudança de residência, podendo ter processos ativos no momento da extração de pessoas que já não residem no concelho. Em relação ao número de processos familiares ativos/ número de beneficiários de processos foram considerados apenas os números registados no sistema à data da extração dos dados, referentes aos residentes no concelho de Ílhavo.

12.3.1. Emergência Social

A Emergência Social pressupõe uma articulação concertada com serviços, organismos ou outros recursos da comunidade que se revelem os mais apropriados a cada situação, por forma a dar uma resposta mais adequada e em tempo útil à necessária proteção das pessoas e famílias. Esta articulação é feita tendo em consideração o princípio de subsidiariedade de forma a dar a resposta mais imediata e eficaz a cada situação.

É dentro deste contexto, de garantir resposta a situações de emergência ou crise que necessitem de atuação imediata no âmbito da proteção social, que a Ação Social do Município tem concertado esforços na defesa das pessoas em situações mais vulneráveis.

Gráfico 46. Situações de Emergência Social por freguesia nos anos 2023, 2024 e 2025.



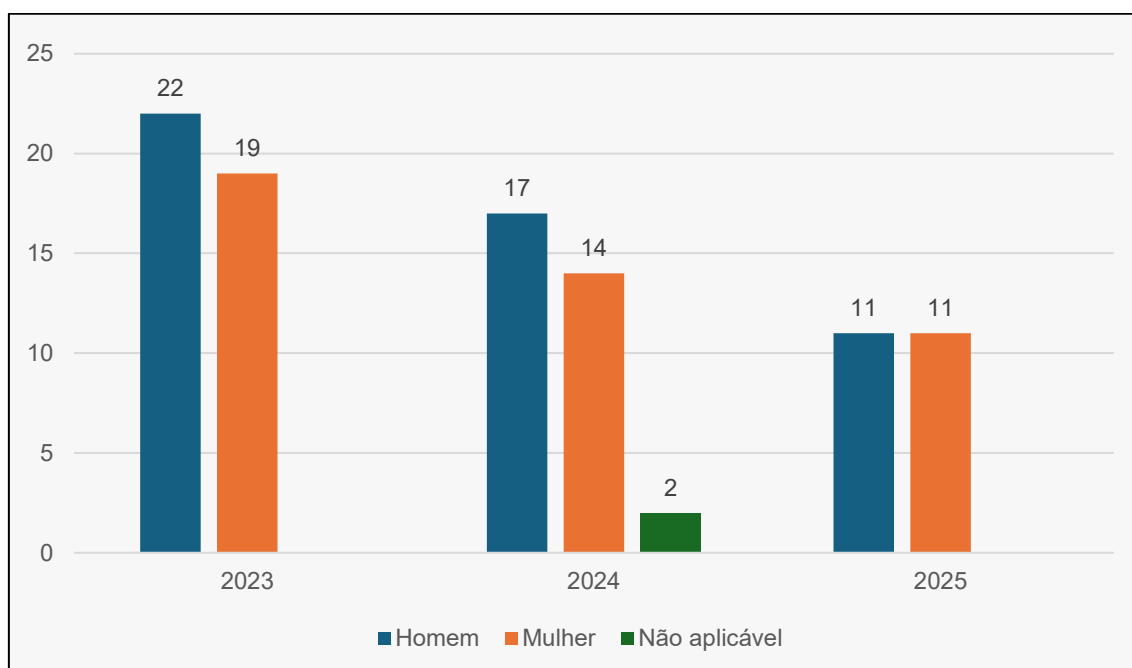
Fonte: SESS; 2025.

De acordo com o Gráfico 46 representado acima verifica-se que as situações de emergência social têm vindo a diminuir. No ano de 2023, existiram 41 situações de emergência sendo que a Freguesia que contabiliza mais casos é a Gafanha da Nazaré com 21 situações, seguindo-se a Freguesia de Ílhavo (São Salvador) com 13 casos. Na Gafanha da Encarnação existem 5 situações. Na freguesia da Gafanha do Carmo houve 1 situação. Verifica-se ainda a existência de uma situação em que não foi categorizada a freguesia.

Relativamente ao ano de 2024, existiram 33 casos, sendo que é em Ílhavo (São Salvador) que se verifica a maior representatividade com 17 situações identificadas. Segue-se a freguesia da Gafanha da Nazaré com 7 situações, a Gafanha da Encarnação com 5 situações e na Gafanha da Carmo não há registo de nenhuma situação. Verificam-se 4 situações em que não foi categorizada a freguesia.

No que diz respeito ao ano de 2025, verificam-se um total de 22 situações. A freguesia de Ílhavo (São Salvador) apresenta um total de 10 situações, a Gafanha da Nazaré 8 situações e a Gafanha da Encarnação 2 situações. Registam-se 2 situações em que não foi categorizada a freguesia. Verifica-se ainda um caso que não se encontra representado no gráfico por não ter o ano definido, apenas se enquadra na tipologia de sem-abrigo.

Gráfico 47. Situações de Emergência Social por sexo.



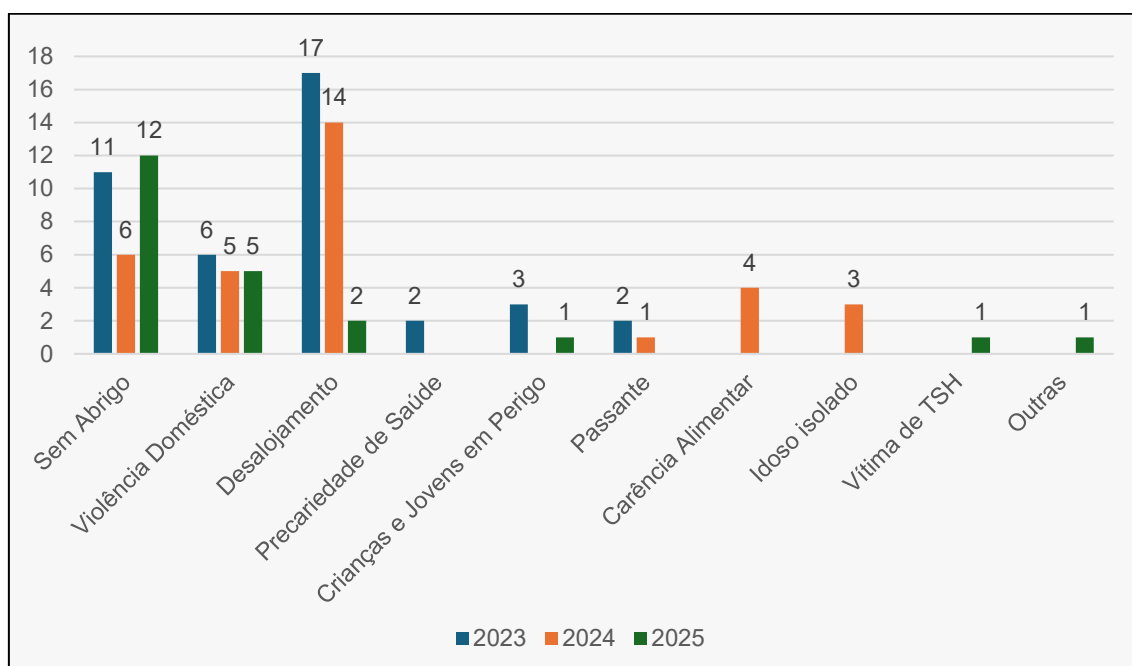
Fonte: SESS; 2025.

O Gráfico 47, representa a análise das situações de emergência social por gênero, no período entre 2023 e 2025. Os dados evidenciam uma predominância do gênero masculino nas situações de emergência social em 2023 (22 homens; 19 mulheres) e 2024 (17 homens; 14 mulheres). Em 2024, registaram-se ainda 2 situações classificadas como “não aplicável”.

Em 2025, verifica-se o mesmo número entre homens e mulheres, com 11 situações em cada gênero. Observa-se uma diminuição do número total de situações ao longo do período analisado, bem como uma redução das diferenças entre gêneros.

Verifica-se ainda um caso que não se encontra representado no gráfico por não ter o ano definido, apenas há indicação de ser homem e com a tipologia de sem-abrigo.

Gráfico 48. Situações de emergência por tipologia.



Fonte: SESS; 2025.

Os dados evidenciam o desalojamento e as situações de sem-abrigo como as tipologias mais sinalizadas, com maior incidência em 2023 e 2024. Em 2025, verifica-se uma redução global do número de situações.

A violência doméstica mantém-se presente ao longo dos três anos, enquanto as restantes tipologias surgem de forma pontual, destacando-se, em 2024, situações de carência alimentar e idoso isolado.

Em 2025, os registos concentram-se sobretudo nas tipologias “sem-abrigo”, “violência doméstica” e “desalojamento” e em situações pontuais como vítima de TSH e outras, mantendo-se um volume global mais reduzido. A violência doméstica apresenta valores consistentes nos três anos, ainda que com tendência para ligeira diminuição. As situações de precariedade de saúde, crianças e jovens em perigo e passante surgem de forma pontual, com maior incidência em 2023.

Globalmente, observa-se uma diminuição e maior concentração das situações de emergência social no último ano analisado.

Verifica-se ainda um caso que não se encontra representado no gráfico por não ter o ano definido, apenas há indicação de ser homem e com a tipologia de sem-abrigo.

Tabela 58. Resposta por tipologia.

	2023	2024	2025
Centro de Acolhimento Temporário	5	1	2
Núcleo de Atendimento a Vítima de Violência Doméstica	2	-	-
Casa Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica	1	3	4
Apoio Social	24	27	8
Unidade Residencial	5	1	3
Casa Acolhimento Crianças e Jovens	2	-	-
Arrendamento privado	1	-	2
Encaminhamento para Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	1	-	1
Transporte para o Concelho de Origem	-	-	1
Não identificado	-	1	1

Fonte: SESS; 2025.

A tabela acima representa o tipo de respostas face às situações de emergência social entre os anos de 2023 e 2025. O Apoio Social, apresenta valores mais elevados em 2023 e 2024, no entanto no ano de 2025 apresenta uma redução significativa.

O recurso à Casa Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica surge como uma resposta que tem vindo a aumentar (1 caso em 2023 e 4 em 2025).

As respostas de Centro de Acolhimento Temporário e Unidade Residencial mostram variações, enquanto tipologias como arrendamento privado, transporte para o concelho de origem e respostas não identificadas surgem de forma pontual. Em suma, estes dados revelam uma emergência social diversificada com necessidade de serviços flexíveis que se adaptem às circunstâncias individuais.

Situações de Emergência Social

Importa referir que, no período em análise, correspondente aos anos de 2023 a 2025, foram identificadas 97 situações de emergência social. Deste total, 71 situações implicaram a ativação da Linha Nacional de Emergência Social (LNES).

Relativamente ao enquadramento das situações, verifica-se:

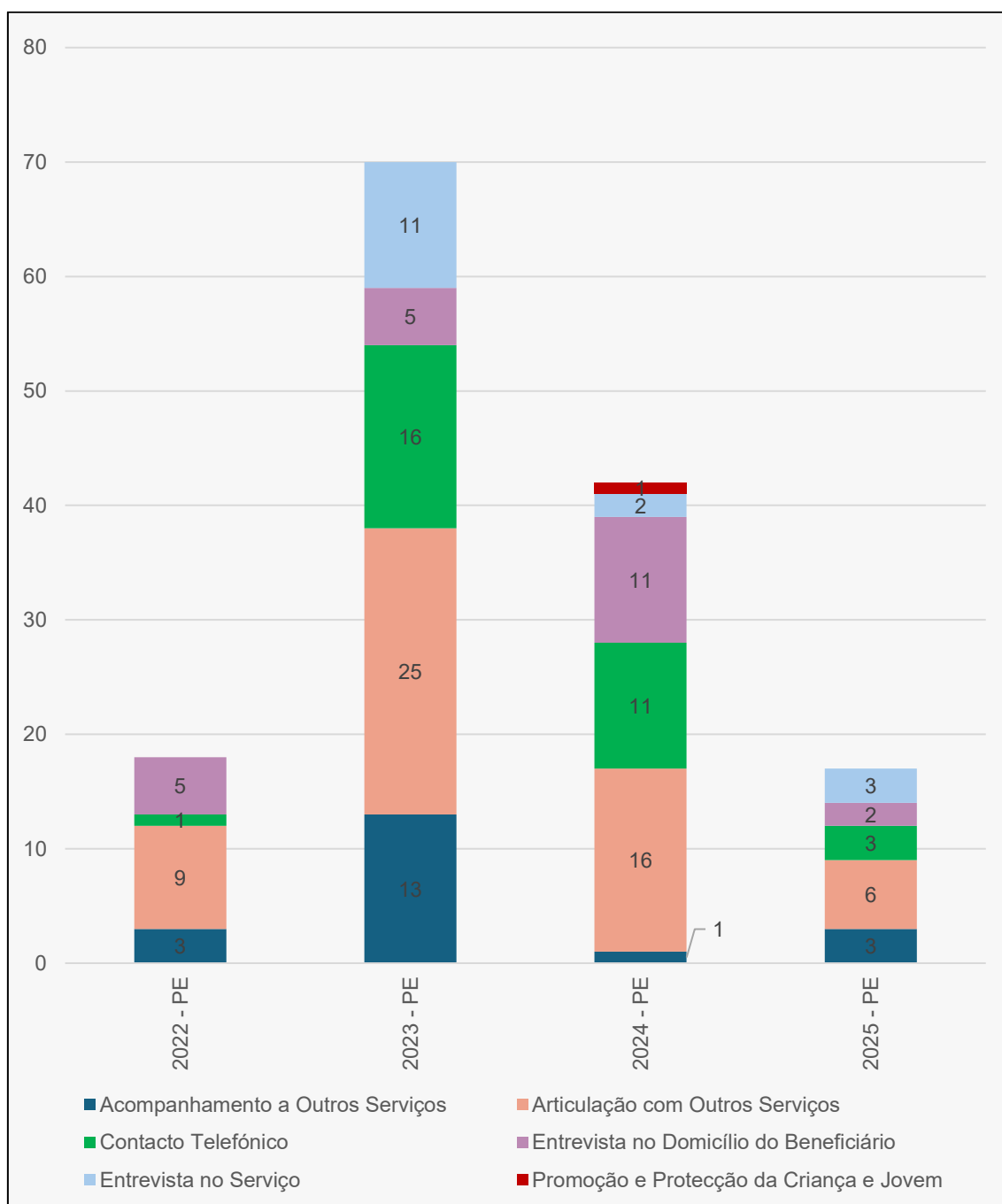
- 48 casos correspondem a situações sem processo ativo e ou inativo;
- 19 situações dizem respeito a beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI);
- 14 casos encontravam-se em atendimento pelo SAAS;
- 13 situações encontravam-se em acompanhamento pelo SAAS;
- 3 situações não registavam qualquer tipo de intervenção.

No que respeita à dimensão dos agregados familiares, verifica-se uma predominância significativa de situações individuais:

- 70 situações correspondem a agregados unipessoais;
- 12 situações dizem respeito a agregados com 2 pessoas;
- 6 casos correspondem a agregados de 3 pessoas;
- 6 situações estão associadas a agregados com 4 pessoas;
- 3 casos correspondem a agregados com 5 pessoas.

Esta distribuição evidencia que as situações de emergência social incidem maioritariamente sobre pessoas isoladas, podendo estar associadas ao isolamento social, vulnerabilidade económica e ausência de rede de suporte.

Gráfico 49. Histórico do tipo de contacto em procedimentos de emergência por ano.



Fonte: SESS; 2025.

A análise do histórico de procedimentos de emergência (2022-2025) revela um aumento significativo no ano de 2023, com 70 tipo de intervenções registadas. Em 2024 verificam-se 42 intervenções e no ano de 2025, contabilizam-se 17 intervenções, destacando-se nos diferentes anos a articulação com outros serviços como a mais frequente. Destaca-se ainda relevância da intervenção de proximidade, traduzida na entrevista no domicílio do beneficiário e o contacto telefónico.

12.4. Radar Social

O Radar Social insere-se no âmbito da Componente 03 – Respostas Sociais, investimento RE-C03-i01 – Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

No Município de Ílhavo, a sua implementação teve início em Novembro de 2024, enquadrado no sistema local de apoio social já existente e consolidado, em particular no Atendimento Social Integrado (ASI), enquanto eixo estruturante da intervenção social no território, e na Rede Social, através do Conselho Local de Ação Social (CLAS).

O ASI, enquanto estrutura central de atendimento, acompanhamento e gestão de situações sociais, constitui a base da resposta social local. Neste contexto, o Radar Social assume uma função complementar e de suporte, reforçando o trabalho desenvolvido pelas equipas sociais através da deteção de proximidade, da sinalização em contexto comunitário e da articulação interinstitucional, a contribuir para uma resposta mais célere e integrada face à complexidade das situações.

Enquanto dispositivo municipal de proximidade, o Radar Social potencia a capacidade do sistema local para antecipar necessidades, identificar situações emergentes e aprofundar o conhecimento sobre realidades sociais menos visíveis, sem se sobrepor às funções de acompanhamento social já asseguradas. A sua atuação permite reforçar a ligação entre a comunidade e os serviços, ampliando a capacidade de intervenção em rede já existente.

A atuação do Radar Social encontra-se alinhada com os instrumentos de planeamento social do município, designadamente o Plano de Desenvolvimento Social em vigor, que enquadró a definição do seu plano de ação e áreas prioritárias de intervenção: diversidade cultural e a vulnerabilidade social, a habitação, a saúde mental, as respostas sociais e a emergência social. Neste enquadramento, assume igualmente um papel relevante na produção e atualização contínua do Diagnóstico Social, integrando contributos de proximidade, informação qualitativa e participação da comunidade e das entidades do território.

12.4.1. Radar Social e Diagnóstico Social: contributos para o conhecimento do território

O Radar Social assume-se como um instrumento estratégico de proximidade que contribui de forma direta para a produção e atualização contínua do Diagnóstico Social do território. Ancorado na sinalização em contexto de vida, na participação comunitária e na articulação em rede, este dispositivo permite uma leitura dinâmica das vulnerabilidades sociais, integrando dados qualitativos e quantitativos e reforçando o conhecimento sobre necessidades que emergem, fragilidades ocultas e recursos existentes.

Estes contributos materializam-se em domínios de atuação específicos, alinhados com o Plano de Desenvolvimento Social, que estruturam a produção de conhecimento e a sua integração no Diagnóstico Social do município.

a) Referenciação em contexto de vida e mapeamento de vulnerabilidades (Rumo ao Apoio)

O domínio da referenciação em contexto de vida constitui a base da atuação do Radar Social, assente na proximidade comunitária, na deteção precoce de situações de vulnerabilidade e na articulação permanente com o Atendimento Social Integrado (ASI/NLI).

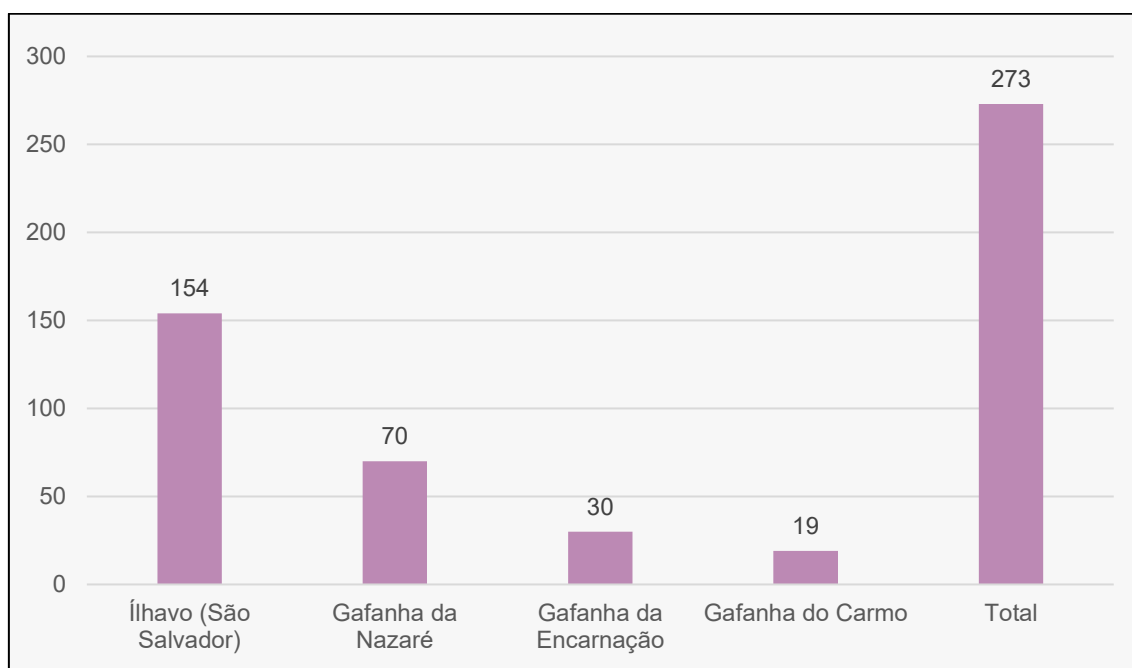
A sinalização ocorre em contexto comunitário, pela atuação direta da equipa Radar Social, pelo envolvimento ativo de elementos da comunidade, entidades e serviços.

Este processo integra a georeferenciação de necessidades e de vulnerabilidades de partida, o que possibilita uma leitura mapeada das fragilidades sociais pelas quatro freguesias do concelho. Importa referir que uma parte significativa das situações sinalizadas ao Radar Social já se encontra em acompanhamento no âmbito do ASI, sendo a sinalização motivada pela premência da vulnerabilidade, pela necessidade de avaliação social em contexto de vida ou pela emergência de novas dimensões de fragilidade na mesma situação social. A estreita articulação entre ASI, NLI e Radar Social permite, nestes casos, clarificar, complementar e aprofundar o conhecimento existente, evitando duplicações e assegurando a coerência da intervenção social no território.

Até Dezembro de 2025, foram sinalizadas no âmbito do Radar Social 273 situações de vulnerabilidade social no concelho, no quadro de um processo de deteção em contexto comunitário e de articulação permanente com o Atendimento Social Integrado (ASI/NLI).

A distribuição das sinalizações evidencia assimetrias territoriais entre freguesias, reforçando a importância de uma leitura localizada das vulnerabilidades sociais. Esta assimetria encontra-se associada, em grande medida, à concentração de contextos habitacionais específicos no território e à realização de processos de avaliação socio-espacial aprofundada em determinadas áreas do concelho (designadamente na freguesia de São Salvador), o que contribui para uma maior visibilidade diagnóstica dessas realidades, não traduzindo, por si só, uma maior prevalência global de vulnerabilidade em relação a outras freguesias.

Gráfico 50. Distribuição territorial das sinalizações do Radar Social por freguesia (2025).



Fonte: CMI, Radar Social; Dezembro 2025.

A análise das sinalizações permitiu estruturar uma pirâmide invertida de vulnerabilidades, organizada por ordem de relevância (Figura 12Tabela 66), evidenciando como fragilidades mais expressivas no território: a precariedade habitacional, a insuficiência de rendimentos, o isolamento social, a sobrecarga do cuidador, a perda de autonomia funcional, o desemprego e a fragilidade ou ausência de rede informal de apoio. Esta leitura apresenta a predominância de vulnerabilidades de natureza estrutural, frequentemente interligadas, que exigem respostas integradas e articuladas entre diferentes áreas de atuação.

Importa ainda referir que a maior incidência de situações sinalizadas no domínio das más condições de habitabilidade corresponde, em grande medida, a contextos habitacionais precários associados a acampamentos de comunidades de etnia cigana no território. A sinalização destas situações no âmbito do Radar Social decorreu de uma opção estratégica do Município considerada pertinente para aprofundar de forma participativa a avaliação social em contexto de vida. Embora uma parte significativa destes agregados já se encontre em acompanhamento social no âmbito do ASI, nomeadamente no quadro do Rendimento Social de Inserção, a intervenção do Radar Social permitiu complementar o conhecimento existente, identificar dimensões adicionais de vulnerabilidade e produzir informação diagnóstica relevante para o planeamento de respostas estruturais, sem sobreposição de funções nem duplicação de acompanhamento⁹.

Para além das vulnerabilidades integradas na pirâmide de relevância, foram igualmente sinalizadas situações de natureza mais pontual ou específica, com menor expressão quantitativa, tais como dependências, violência doméstica, situações de sem-abrigo, doença de natureza psíquica, conflitos

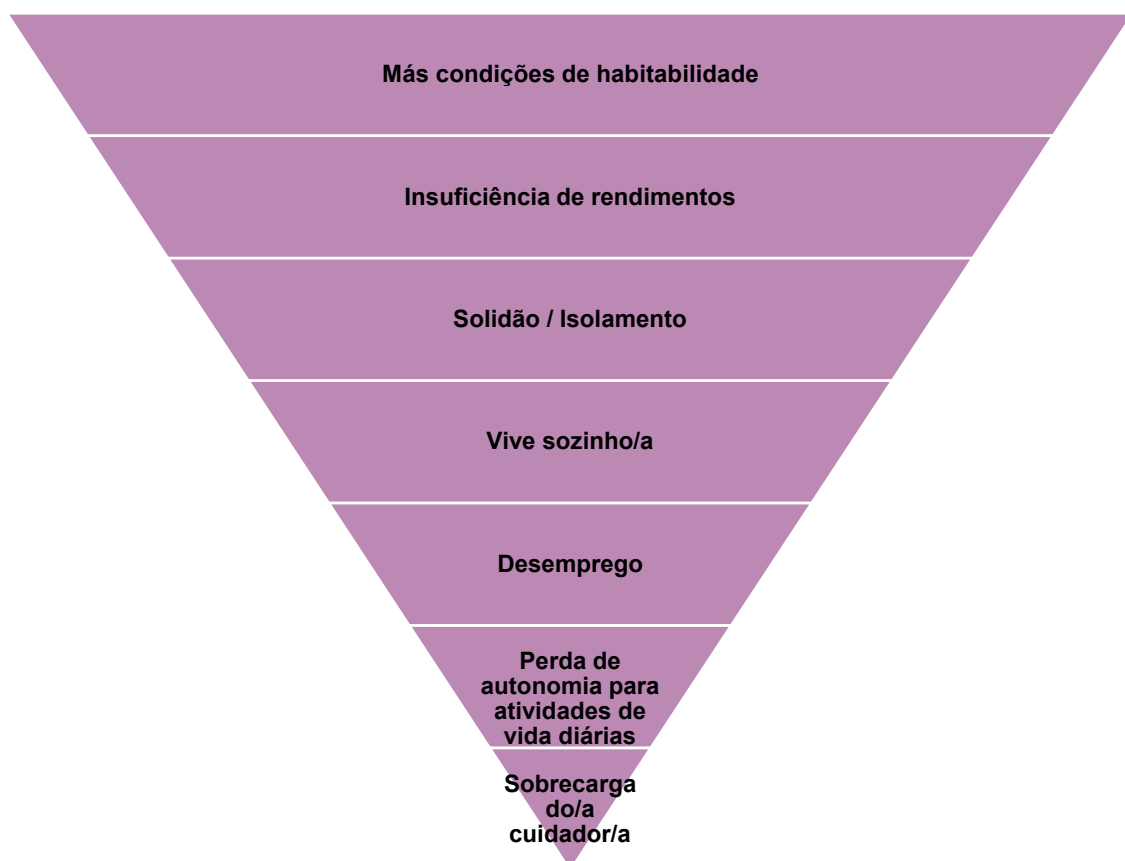
⁹ Elementos de caracterização partilhados no capítulo – 10. Igualdade e Cidadania.

familiares, dificuldades de legalização, desinformação sobre serviços e outras situações de exclusão social. Embora menos frequentes em termos estatísticos, estas situações apresentam elevada complexidade social a requerer respostas especializadas e uma articulação interinstitucional estreita, encontrando-se enquadradas nos mecanismos de intervenção existentes no território.

Importa ainda salientar que a distribuição das vulnerabilidades de partida sinalizadas no âmbito do Radar Social não corresponde linearmente às tipologias (de vulnerabilidades) predominantes nos processos ativos do ASI, refletindo metodologias distintas, momentos diferentes de observação e a natureza comunitária e preventiva da atuação do Radar Social, centrada na deteção precoce e na leitura territorial das fragilidades.

Esta diferença não traduz divergências na leitura social do território, mas antes a complementaridade entre um dispositivo de deteção de proximidade e um sistema estruturado de acompanhamento social.

Figura 12. Vulnerabilidade de partida - motivo de sinalização (2025).



Fonte: CMI - Radar Social; Dezembro 2025.

Os contributos deste domínio para o Diagnóstico Social traduzem-se, assim, no reforço do conhecimento territorial sobre as vulnerabilidades sociais, na leitura diferenciada das realidades locais e na compreensão da coexistência entre fragilidades estruturais e situações de elevada complexidade

individual. Este conhecimento, produzido a partir da proximidade e da articulação em rede, sustenta a atualização contínua do Diagnóstico Social.

b) Avaliação social e participativa (Ílhavo vivo para cuidar de perto)

O segundo domínio de atuação do Radar Social centra-se na avaliação social participativa e em contexto de vida. Assume-se como um instrumento estruturante para a atualização contínua do Diagnóstico Social do Município ao aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas sociais, as condições de vida e as vulnerabilidades existentes no território.

A definição das áreas prioritárias de intervenção neste domínio decorreu do Plano de Ação do Radar Social, elaborado com base nos eixos estratégicos definidos no Plano de Desenvolvimento Social em vigor à data da implementação do projeto e mediante a concertação realizada em sede de Rede Social, garantindo alinhamento com as prioridades territoriais, as necessidades identificadas e as respostas sociais existentes no concelho. As mesmas ações do Radar Social integram um eixo próprio do Plano de Ação do ASI, assegurando articulação, complementaridade e continuidade da intervenção social no território.

O processo de avaliação diagnóstica assenta numa abordagem colaborativa, multidimensional e de proximidade, conciliando metodologias complementares, tais como sessões participativas, entrevistas individuais e coletivas, trabalho de campo em contexto de vida e levantamento sistemático de contributos junto de entidades, serviços e outros atores locais. Esta diversidade metodológica permitiu integrar perspetivas institucionais, comunitárias e individuais, enquanto reforça a robustez e a utilidade contextual da leitura diagnóstica.

Os grupos / elementos que integram este processo:

- pessoas mais velhas;
- famílias/pessoas que cuidam (vulnerabilidades de contexto/dependência/deficiência);
- equipas cuidadoras formais;
- pessoas em situação de desemprego;
- comunidades de etnia cigana a residir em acampamentos;
- grupos de apoio.

A operacionalização deste domínio decorre desde Janeiro 2025 e refere-se a um conjunto de ações diversas e encontros com grupos, organizações e serviços do concelho. Destacam-se, entre outras iniciativas, sessões de escuta, informação e participação com grupos de pessoas mais velhas, pessoas que cuidam e pessoas em situação de desemprego, entrevistas individuais e coletivas com entidades sociais, grupos sócio caritativos e forças de segurança, bem como o levantamento socio-espacial e diagnóstico em contexto de vida das comunidades de etnia cigana residentes em acampamentos no município, realizado no primeiro semestre de 2025. Estes processos permitiram

recolher informação detalhada sobre condições habitacionais, acesso a serviços, redes de apoio, percursos de vida e principais desafios enfrentados por estes grupos.

Esta articulação em rede (IPSS locais, grupos, serviços, pessoas da comunidade) reforça a corresponsabilização dos diferentes atores, promove a deteção precoce de situações de vulnerabilidade e contribui para a produção de conhecimento partilhado sobre o território.

Paralelamente às ações de natureza coletiva e participativa, o Radar Social assegura, de forma contínua, a avaliação social individual das situações sinalizadas que, não estando, ao momento, abrangidas pelo Atendimento Social Integrado (ASI/NLI), e mediante uma triagem inicial do chefe do Núcleo de Apoios e Acompanhamento Social, carecem de uma análise diagnóstica no período imediato à referenciação. Esta avaliação, realizada em contexto de vida pela equipa Radar Social, tem como finalidade caracterizar a situação sociofamiliar e as vulnerabilidades de partida, identificar necessidades prioritárias e riscos emergentes, e fundamentar o encaminhamento mais adequado para os serviços sociais (ASI), de saúde ou outras entidades da rede, assegurando a transmissão de informação de base qualificada às equipas responsáveis pelo acompanhamento subsequente.

Este trabalho de avaliação individual complementa e reforça o diagnóstico social do território, permitindo detetar situações menos visíveis ou ainda não acompanhadas pelas respostas formais.

O calendário das sessões participativas e das ações de diagnóstico foi articulado com os capítulos temáticos do Diagnóstico Social, a possibilitar a integração direta dos contributos recolhidos nas áreas da *Família e Cuidado* (capítulo 5), *Envelhecimento e Longevidade* (capítulo 6), *Inclusão* (capítulo 8), *Emprego, Desemprego e Empregabilidade* (capítulo 13), *Participação Comunitária e Voluntariado Informal* (capítulo 9) e *Segurança, Proteção Civil e Comunitária* (capítulo 11), conforme detalhado na nota metodológica do presente documento. Os mesmos contributos encontram-se refletidos nos respetivos capítulos temáticos no documento, constituindo uma base essencial para o planeamento estratégico e para a definição de respostas sociais à medida das necessidades identificadas no território.

No seu conjunto, a atuação desenvolvida no âmbito do domínio “Ílhavo Vivo para Cuidar de Perto” tem contribuído para:

- registar fragilidades pouco sinalizadas ou não acompanhadas pelas respostas formais;
- reforçar o conhecimento qualitativo sobre as condições de vida da população;
- integrar contributos participativos e dados técnicos, promovendo uma leitura territorial aprofundada, contextualizada e orientada para o planeamento e ação.

c) Informação, orientação e ligação aos serviços – Pontos de Conexão

O domínio da informação, orientação e ligação aos serviços apresenta o Radar Social como um *ponto de conexão* entre as pessoas, a comunidade e o sistema local de apoio social.

Este domínio contribui de forma relevante para o Diagnóstico Social do Município ao evidenciar barreiras de acesso, necessidades de reforço da literacia social e desafios associados à utilização efetiva das respostas existentes.

Este processo parte da constatação, em contexto de proximidade, de dificuldades sentidas pelas pessoas e famílias na compreensão dos direitos, deveres e procedimentos associados e da necessidade de apoio na relação com os serviços, sobretudo em contextos de maior vulnerabilidade social, baixos níveis de literacia, isolamento ou sobrecarga emocional.

Neste âmbito, a função central passa pelo reforço de acesso aos direitos sociais, pela mediação de proximidade e na facilitação da ligação entre pessoas e serviços no território, contribuindo para uma utilização mais informada, adequada e atempada das respostas sociais existentes.

A atuação neste domínio concretiza-se através de duas vertentes principais:

- I. Informação, orientação e mediação individual: ações de informação e orientação individualizadas junto de pessoas e famílias sinalizadas, em particular em momentos iniciais de aproximação ao sistema, em situações de maior fragilidade social. Esta atuação, realizada em contexto de vida, decorre numa fase prévia e a facilitar o contacto com os serviços competentes e assegurando a recolha e transmissão de informação social de base às equipas responsáveis pelo acompanhamento subsequente.
- II. Sessões coletivas de informação, orientação e capacitação: Complementarmente à abordagem individual, o Radar Social desenvolve ações coletivas de informação, orientação e capacitação dirigidas a grupos específicos do território, com o objetivo de reforçar a literacia social, a autonomia e a capacidade de mobilização dos recursos existentes.

São exemplos desta atuação:

- As sessões de informação e orientação dirigidas a pessoas em situação de desemprego com 50 e mais anos, realizadas em articulação com os Gabinetes de Inserção Profissional do território (GIP Camara Municipal de Ílhavo e GIP Junta de Freguesia São Salvador),
- As sessões grupais de orientação e capacitação dirigidas a equipas de profissionais na área do cuidado, a decorrer em articulação com as IPSS do concelho — Centro Comunitário da Gafanha do Carmo, Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Nazaré e Lar de São José — promovendo o esclarecimento de procedimentos, o reforço da articulação funcional entre equipas, assim como espaços de partilha e de suporte.

No seu conjunto, os contributos deste domínio para o Diagnóstico Social traduzem-se:

- Na facilitação de acesso aos serviços e aos direitos sociais,
- Na evidência de necessidades de reforço da literacia social junto de grupos específicos da população;
- Na valorização da mediação de proximidade como fator facilitador da relação entre pessoas, comunidade e serviços;
- No reforço da eficácia do sistema local de apoio social, através de uma utilização mais informada, articulada e adequada das respostas existentes.

Enquanto ponto de conexão, o Radar Social contribui assim para uma maior acessibilidade, legibilidade e proximidade do sistema local de respostas sociais, reforçando a centralidade do Atendimento Social Integrado na intervenção social integrada, coerente e centrada nas pessoas.

d) Ativação da rede de recursos e resposta à emergência social

A ser uma dimensão estratégica do projeto, o domínio da ativação da rede de recursos e resposta à emergência social contribui para o reforço da capacidade instalada do território e para uma gestão mais ágil, integrada e informada das situações de emergência social. Neste âmbito, o Radar Social atua como dispositivo municipal de sistematização de recursos disponíveis no concelho.

O trabalho a desenvolver neste domínio parte do reconhecimento de que a resposta a situações de emergência social exige não apenas a existência de respostas formais, mas também um conhecimento atualizado dos recursos disponíveis, a capacidade de os ativar de forma célere e a articulação funcional entre os diferentes atores do território.

Destaca-se, neste âmbito:

- a realização do inquérito às IPSS e entidades sociais, no contexto da elaboração da Carta Social do Município, permitindo atualizar e aprofundar o conhecimento sobre respostas sociais, respostas existentes, áreas de intervenção e capacidade instalada (alguma dessa informação como base no presente Diagnóstico);
- a conceção, aplicação e tratamento do inquérito ao tecido empresarial¹⁰, contribuindo para uma leitura mais abrangente do potencial de envolvimento das empresas no setor social em particular, em situações de emergência social.

Este trabalho permite consolidar um mapa de recursos ao nível local, fundamental para a gestão informada das respostas e para a ativação célere de apoios em situações de maior urgência social. Para além do resultado final, importa salientar o valor do próprio processo de construção deste mapeamento, desenvolvido pelo Radar Social em articulação com os parceiros, que reforça o conhecimento mútuo e a capacidade de trabalho em rede.

O Guia de Recursos de Apoio Social, com incidência prioritária nas áreas identificadas como críticas para a resposta à emergência social (habitação, alimentação e transportes) encontra-se em fase de desenvolvimento.

A definição destas áreas prioritárias resultou de um trabalho conjunto em sede de ASI, refletindo necessidades recorrentes identificadas na intervenção social e assegurando o alinhamento entre o Radar Social e o sistema local de acompanhamento. O processo de elaboração do guia tem integrado momentos específicos de trabalho colaborativo e de retorno das equipas do ASI, garantindo a adequação dos recursos identificados às necessidades concretas do território.

No âmbito da resposta à emergência social, o Radar Social desenvolveu uma atuação de proximidade junto de entidades públicas, privadas e empresariais, com vista ao levantamento de recursos

¹⁰ Os resultados encontram-se refletidos no Capítulo – 14. Empresas e Setor Social.

disponíveis ou passíveis de mobilização em situações concretas de emergência. Esta atuação incluiu contactos individualizados com entidades privadas e empresas, bem como a auscultação direta sobre a disponibilidade de recursos, nomeadamente na área da habitação, em situações específicas de necessidade imediata.

Destaca-se, neste contexto:

- 23 entidades sociais identificadas e envolvidas no levantamento de recursos do território, com base no inquérito realizado no âmbito da Carta Social do Município,
- 87 empresas participantes no levantamento promovido pelo Radar Social;
- A definição, em articulação com o ASI, das três áreas prioritárias para o guia de recursos de emergência social (habitação, transportes e alimentação);
- A implementação de um sistema de mapeamento e referenciação de recursos, orientado para uma resposta rápida e articulada.

Os contributos deste domínio para o Diagnóstico Social do Município traduzem-se:

- No reforço do conhecimento sobre a capacidade instalada do território em matéria de respostas sociais e recursos de apoio;
- Na valorização do papel do tecido empresarial enquanto parceiro potencial na resposta social, em particular em situações de emergência;
- Na consolidação de um mapa de recursos atualizado, essencial para o planeamento e a intervenção social;
- No empoderamento de uma lógica de gestão ágil e integrada de crises sociais, ancorada na articulação em rede e na mobilização coordenada de recursos.

A atuação do Radar Social evidencia contributos relevantes para o conhecimento do território, para o reforço da articulação em rede e para a ativação informada dos recursos disponíveis, complementando o Atendimento Social Integrado. Contribui para uma leitura territorial mais fina e dinâmica das vulnerabilidades, para a facilitação do acesso aos direitos sociais e para uma resposta mais ágil, articulada e integrada em contextos de maior complexidade ou emergência social, reforçando a capacidade do sistema local de apoio social para responder de forma próxima e ajustada às necessidades das pessoas e da comunidade.

12.5. Medidas Municipais de Apoio

12.5.1. Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados (FMAFIC)

Criado a 11 de Junho de 2010, com o intuito de promover a inserção social da população em situação socioeconómica precária e de carência, o FMAFIC apresenta-se como um instrumento de trabalho do ASI, contendo alguns dos apoios e medidas que são atribuídos pela Câmara Municipal.

Trata-se de um recurso que disponibiliza respostas inovadoras, que para além de não se sobreporem às já existentes, são uma mais-valia para as complementar, e que permite consolidar e aprofundar mais o trabalho de parceria entre as diversas entidades de natureza pública e privada de Ílhavo. Atualmente, é sem dúvida “um instrumento indispensável para a concretização de uma política social mais equitativa, abrangente, inovadora, inclusiva e estruturante, tendo já prestado centenas de apoios nomeadamente ao nível do arrendamento de habitação, do pagamento das quotas de condomínio de habitação social, da melhoria nas condições de habitabilidade ou da comparticipação no pagamento da fatura da água, saneamento e resíduos sólidos, para além de subsídios de estudo da ação social”, que se tornou ainda mais eficaz, eficiente e abrangente depois de se terem incluído novas medidas, como “o apoio ao empréstimo à habitação, a atribuição de produtos de apoio ou o acesso à cultura e ao desporto, e do alargamento da sua aplicação, quer aumentando o valor dos apoios, quer o número de famílias e indivíduos abrangidos, sendo de realçar o especial cuidado com situações de maior vulnerabilidade como é o caso das pessoas portadoras de deficiência, pessoas dependentes, famílias numerosas ou casais desempregados, bem como as famílias monoparentais” (in Proposta de Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, CMI).

O Fundo Municipal tem definidas as áreas de intervenção, as condições de elegibilidade, as obrigações e os deveres a cumprir, assim como os procedimentos, pretendendo contribuir para o desenvolvimento social, numa perspetiva pró-ativa que respeita os seguintes princípios:

- a promoção de igualdade de oportunidades como forma de combate às desigualdades sociais;
- o reforço da equidade do sistema educativo, alargando a política de apoio às famílias no âmbito socioeducativo, através da Ação Social Escolar;
- o reconhecimento da importância da efetiva promoção da igualdade de género, no que concerne ao combate do fenómeno da feminização da pobreza;
- o desenvolvimento de medidas territorializadas, tendo em consideração o Diagnóstico Social e a Carta Educativa do Município de Ílhavo, procurando rentabilizar os recursos e as competências locais;
- o fomentar da corresponsabilização dos munícipes, na procura de uma lógica de política social ativa que vise a reparação e a correção dos fatores promotores da pobreza e da exclusão social.

O Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados desde a sua criação, tem sofrido subsequentes alterações, advindas da adequação às necessidades, que foram realizadas em 2014, 2015 e 2020. É um dos instrumentos de trabalho do ASI, onde constam alguns apoios e medidas atribuídas pela Câmara Municipal, de forma a promover a inserção social da população mais carenciada, que se encontre em situação socioeconómica considerada precária e de carência.

- Com vista a dar respostas inovadoras, a regulamentação da utilização do Fundo Municipal, vem consolidar e aprofundar ainda mais o trabalho de parceria entre as diversas entidades de natureza pública e privada no Município de Ílhavo.

- Efetivamente, a conquista de uma intervenção mais congregadora e reflexiva passa, então, também por ponderar medidas de apoio com carácter inovador, que não se sobreponham às já existentes e que tenham sim uma funcionalidade complementar e, por isso, com necessidade da devida articulação entre as diversas entidades.
- Os apoios a conceder são de natureza financeira, prestação de serviços e comparticipação e/ou redução de taxas ou tarifas, mais concretamente nas seguintes medidas:
 - apoio à melhoria das condições de habitabilidade;
 - apoio ao arrendamento de habitação;
 - apoio ao pagamento das quotas de condomínio de habitação social;
 - comparticipação no pagamento da fatura da AdRA, relativamente a água, saneamento e resíduos sólidos;
 - comparticipação na tarifa de suspensão e reinício da ligação dos serviços de água e saneamento;
 - auxílios económicos no âmbito do Subsídio de Ação Social Escolar;
 - realização de projetos-tipo para autoconstrução;
 - redução das taxas devidas pela emissão dos alvarás de obras de construção, reconstrução, alteração ou ampliação;
 - realização de projetos e acompanhamento de obras de beneficiação, reconstrução, recuperação, conservação ou de melhoramento de condições de segurança e conforto a indivíduos portadores de deficiência físico-motor;
 - apoio na formulação de pedidos de licenciamento ou comunicação própria de obras particulares;
 - apoio na procura ativa de emprego e/ou na criação do próprio emprego;
 - apoio ao empréstimo à habitação;
 - atribuição de produtos de apoio;
 - redução das taxas devidas pela frequência no Programa das Férias Divertidas;
 - redução das taxas devidas pelo ingresso ou frequência nos equipamentos desportivos ou culturais.

De destacar que o FMAFIC procura ser uma medida de apoio temporário, com o intuito de apoiar os indivíduos/agregados familiares a ultrapassarem momentos de crise marcados pelo agravamento das dificuldades financeiras e económicas, pelo que está estruturado de forma a minimizar as possibilidades de dependência e acomodação dos seus beneficiários.

Pelo exposto, considerou-se pertinente responsabilizar os beneficiários dos apoios, nomeadamente do apoio à melhoria das condições de habitabilidade e o apoio ao empréstimo habitação ou

arrendamento, atribuindo-lhes obrigações complementares. Assim, nos casos de apoio à melhoria das condições de habitabilidade, os beneficiários devem “disponibilizar doze dias de trabalho, em função do horário laboral da entidade de acolhimento, para a realização gratuita de tarefas de índole diversa na área do Município”, podendo estas tarefas ser realizadas por qualquer elemento do agregado familiar, que se encontre em idade ativa, desempregado e apto para atividade profissional. No caso do “apoio ao arrendamento e ao empréstimo bancário de habitação, o elemento ativo deve disponibilizar dois dias de trabalho por mês apoiado” ou “nos casos de apoio mensal inferior a 25,00€, o elemento ativo deve disponibilizar um dia de trabalho por mês apoiado” (in Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, CMI).

Este envolvimento não deve ser visto como uma penalização, mas antes como uma oportunidade de estar integrado socialmente, de cumprir horários, ser útil a quem precisa, estar envolvido no seu projeto de vida, assumir responsabilidade por si e pelos apoios que recebe, entre outros aspetos positivos que permitem inverter a cultura de pobreza estrutural que ainda vai estando instalada na cultura portuguesa ao mesmo tempo que contribui para o incremento de uma postura mais participativa na resolução dos problemas de cada núcleo familiar.

Tratando-se do tecido social permeável ao fenómeno de grande volatilidade e complexidade, redigiu-se uma nova proposta de Regulamento Municipal. No que concerne aos apoios ao empréstimo à habitação, ao arrendamento de habitação, aos apoios para situações pontuais, extemporâneas e em crise, foram aprovadas alterações em 2023 com vista a abranger um maior público vulnerável, assumindo a figura de “Medidas Provisórias”.

Tabela 59. Número de candidaturas deferidas e indeferidas ao FMAFIC, por tipologia de apoio, no ano de 2025.

	Candidaturas Deferidas	Candidaturas Indeferidas	Total de Candidaturas
Comparticipação em empréstimo para aquisição de habitação	7	12	19
Comparticipação em rendas	50	72	122
Comparticipação na fatura da água, saneamento e resíduos sólidos	224	67	291
Apoio em situação de crise, pontual e extemporânea	33	--	33
Comparticipação no Programa Municipal "Férias Divertidas"	6	1	7
Comparticipação à melhoria das condições de habitabilidade	1	1	2
Atribuição de produtos de apoio	1	3	4
Comparticipação nas taxas dos equipamentos culturais e desportivas	10	--	10
Esterilização de animais	1	2	3
Apoio no pagamento das quotas de condomínio	--	--	-
Total	333	158	491

Fonte: CMI; Ano 2025.

De acordo com a Tabela 59, no ano de 2025 registaram-se 491 candidaturas ao Fundo Municipal de Apoio às Famílias e Indivíduos Carenciados (FMAFIC), das quais 333 foram deferidas e 158 indeferidas, o que revela uma necessidade/procura significativa dos apoios sociais de natureza económica no concelho.

A participação na fatura da água, saneamento e resíduos sólidos foi a medida que registou maior procura, com um total de 291 candidaturas, das quais 224 foram deferidas. As 67 candidaturas indeferidas tiveram como principais fundamentos a existência de rendimentos superiores aos critérios definidos (42 situações) e a falta de documentação (16). Registaram-se ainda 5 indeferimentos por incumprimento e 4 por situações consideradas irregulares. Estes dados evidenciam o peso dos encargos com serviços essenciais no orçamento das famílias, bem como a necessidade de reforço da informação e acompanhamento nos processos de candidatura.

No que respeita à participação em rendas, foram apresentadas 122 candidaturas, das quais 50 foram deferidas e 72 indeferidas. Entre os motivos de indeferimento destacam-se os rendimentos superiores (43 situações) e o valor da renda superior ao teto máximo apoiado (13 situações). Verificaram-se ainda indeferimentos por falta de documentação (8), situações irregulares (3), incumprimento (2) e outras situações pontuais relacionadas com o património imobiliário (1), taxa de esforço inferior ao previsto (1) e residência no concelho há menos de seis meses (1). Estes dados refletem as dificuldades no acesso e manutenção da habitação, bem como os constrangimentos associados aos critérios regulamentares face à realidade habitacional.

Relativamente ao apoio em situação de crise pontual e extemporânea, registaram-se 33 candidaturas, todas deferidas. Destas, 14 corresponderam à aquisição de óculos ou lentes, 9 ao apoio na medicação, 5 à aquisição de eletrodomésticos e 5 enquadraram-se noutras tipologias de apoio “outros”, evidenciando a relevância desta medida na resposta a necessidades imediatas e imprevistas das famílias.

Na comparticipação em empréstimo para aquisição de habitação, foram registadas 19 candidaturas, com 7 deferimentos. As 12 candidaturas indeferidas deveram-se maioritariamente à existência de rendimentos superiores (9 situações). As restantes situações resultaram da falta de entrega de documentação (1), de candidatura indeferida há menos de dois anos (1) e de situações de copropriedade (1).

Quanto à comparticipação nas taxas dos equipamentos culturais e desportivos, verificaram-se 10 candidaturas, todas deferidas, correspondendo ao valor máximo previsto para os equipamentos, o que demonstra a importância desta medida na promoção do acesso à cultura e ao desporto por parte de famílias em situação de vulnerabilidade.

No âmbito do Programa Municipal “Férias Divertidas”, foram registadas 7 candidaturas, das quais 6 foram deferidas e 1 indeferida por falta de documentação, evidenciando uma adesão a esta resposta de apoio às famílias.

Relativamente à atribuição de produtos de apoio, contabilizaram-se 4 candidaturas, com 1 deferimento. As 3 candidaturas indeferidas tiveram como fundamento a existência de rendimentos superiores (2 situações) e a residência fora do concelho (1 situação).

Na medida de esterilização de animais, foram apresentadas 3 candidaturas, tendo sido 1 deferida. As restantes candidaturas foram indeferidas por rendimentos superiores (1) e falta de documentação (1).

No que se refere à melhoria das condições de habitabilidade, registaram-se 2 candidaturas, das quais 1 foi deferida. A candidatura indeferida deveu-se ao facto do imóvel se encontrar em nome de outra pessoa, impossibilitando o acesso à medida.

Por fim, na medida de apoio no pagamento das quotas de condomínio, não se registaram candidaturas no ano de 2025.

Neste contexto, os dados analisados reforçam a necessidade de continuar a apostar em políticas sociais de proximidade, articuladas com o trabalho em rede.

12.5.2. Pessoas 2030 – Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão (PTDQI)

O novo Programa do Portugal 2030, o **PESSOAS 2030**, Programa Temático demografia, Qualificação e Inclusão, dá continuidade ao trabalho anteriormente desenvolvido pelo **POAPMC**.

O **PESSOAS 2030** visa contribuir para a meta nacional definida no âmbito do Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS), de reduzir o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social e assegurar os apoios que visam mitigar a privação alimentar e material das pessoas mais carenciadas e apoiar o combate à pobreza infantil. Através da aquisição e distribuição direta por meio de um cabaz alimentar e indireta através de um cartão social.

Pretende-se contribuir para a diminuição das formas mais graves de pobreza e de exclusão social através da atribuição de produtos alimentares às pessoas mais carenciadas. Desenvolvendo ações de acompanhamento, nomeadamente, ações de sensibilização sobre: Seleção de Géneros Alimentares, Prevenção do desperdício e otimização da gestão do orçamento familiar. Com o intuito de capacitar as famílias e ou as pessoas mais carenciadas na confeção dos géneros alimentares (que compõe o cabaz) e ou bens de primeira necessidade, na prevenção do desperdício e na contenção e controle de custos. Por forma a capacitar as pessoas mais carenciadas, onde se verifique privação alimentar no seu agregado, promovendo hábitos de vida saudável e uma distribuição concertada e adequada às suas necessidades nutricionais.

Este programa é coordenado atualmente pela Santa Casa da Misericórdia de Vagos e mediado pelo CASCI e pela Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo.

Tabela 60. Beneficiários PESSOAS 2030 no ano 2025.

2025	CASCI	Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo	Total
Nº de Beneficiários de Distribuição Direta	284	272	556
Nº de Beneficiários de Distribuição Indireta	87	84	171
Total de Beneficiários	371	356	727

Fonte: CASCI e Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo; Dezembro de 2025.

Conforme tabela acima, no âmbito da medida Pessoas 2030, os dados referentes ao ano de 2025 revelam que o apoio tem uma representação significativa junto das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade no concelho de Ílhavo.

Atualmente, o concelho contabiliza um total de 727 beneficiários no programa de apoio alimentar e bens essenciais, o que demonstra uma relevância contínua desta resposta na atribuição de produtos alimentares às pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

Verifica-se que a Distribuição Direta, ou seja, a entrega de cabazes de géneros alimentares, é a tipologia predominante, abrangendo 556 beneficiários. Por outro lado, a Distribuição Indireta abarca 171 beneficiários. Este cartão eletrónico tem o valor de 50,95€ pelo 1º elemento do agregado familiar e um adicional de 35,67€ por cada elemento seguinte. Ambas as tipologias, representam uma resposta essencial.

O CASCI acompanha 371 beneficiários (51% do total), enquanto a Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo assegura o apoio a 356 beneficiários (49% do total), refletindo uma articulação de trabalho em rede.

Os cabazes alimentares são constituídos pelos seguintes alimentos:

Tabela 61. Géneros alimentares distribuídos no Cabaz.

Secos	Frios	Congelados
Arroz	Manteiga	Alho francês
Atum	Queijo	Brócolos
Azeite		Cenoura
Bolacha Maria		Espinafres
Cavala		Feijão Verde
Cereais		Frango
Ervilhas enlatadas		Mistura de vegetais (sopa)
Feijão Enlatado		Pescada
Grão enlatado		
Leite		
Marmelada		
Massa		
Sardinha		
Tomate enlatado		
Tostas		

Fonte: Diagnóstico Social 2020 (revisita 2024); Dezembro de 2024.

Síntese Interpretativa: elementos-chave

A análise das respostas sociais e recursos sociais do concelho de Ílhavo mostra uma rede social diversificada e estruturada. Esta rede oferece respostas essenciais ao longo do ciclo da vida, como a infância e juventude, população idosa, deficiência, ação social e emergência social, contribuindo de forma crucial para a inclusão social e para a redução de vulnerabilidades.

Apesar da diversidade de respostas existentes, os dados demonstram-nos que a capacidade existente é insuficiente face à procura, verificando-se listas de espera significativas, sobretudo nas áreas da infância (creche), da deficiência (Lar Residencial) e do envelhecimento (ERPI).

A existência de grupos sócio caritativos de base voluntária constitui um recurso complementar relevante, sobretudo no apoio alimentar e no acompanhamento informal, reforçando a capacidade de resposta da comunidade e promovendo uma lógica de solidariedade de proximidade.

O envelhecimento demográfico do concelho, é evidenciado pelo aumento contínuo do número de pensionistas, em particular de pensões de velhice. Embora o valor médio das pensões em Ílhavo se situe acima da média regional e nacional, este indicador não se traduz necessariamente numa melhoria do poder de compra, atendendo ao aumento do custo de vida, podendo potenciar assim situações de fragilidade económica.

Paralelamente, observa-se um aumento da procura pelos serviços de ação social, havendo um crescimento expressivo do número de processos familiares e de beneficiários acompanhados pelo Atendimento Social Integrado (ASI). Este aumento revela uma maior identificação de situações de vulnerabilidade, e ainda revela a consolidação do ASI enquanto resposta de proximidade, capaz de dar resposta às problemáticas existentes.

A caracterização das vulnerabilidades associadas aos processos ativos evidencia um conjunto de problemáticas por agregado, com predominância nas dificuldades económicas, fragilidades pessoais e familiares, precariedade laboral, problemas de saúde e dificuldades habitacionais. Destaca-se o peso das situações de isolamento social, monoparentalidade, insuficiência de rendimentos e doença, reforçando a necessidade de intervenções integradas e centradas na pessoa e na família.

A análise das tipologias revela um crescimento acentuado de agregados com menos elementos, tendo maior relevância os agregados unipessoais e famílias monoparentais, grupos particularmente expostos a situações de vulnerabilidade social. A predominância de agregados de pequena dimensão vem reforçar a leitura de um território onde o isolamento, a fragilidade das respostas de suporte informal e a instabilidade socioeconómica assumem expressão crescente.

No que respeita à emergência social, observa-se uma tendência global de diminuição do número de situações entre 2023 e 2025, o que poderá refletir o reforço das respostas preventivas e de acompanhamento social. Contudo, as situações identificadas continuam a incidir maioritariamente sobre pessoas isoladas, com destaque para situações de sem-abrigo, desalojamento e violência doméstica, exigindo respostas imediatas, flexíveis e onde prevaleça uma articulação em rede.

A atuação do Radar Social, enquadrada no Atendimento Social Integrado, evidencia contributos relevantes para o conhecimento do território e para a atualização do diagnóstico social. Para além da deteção precoce e avaliação de situações individuais, permite uma leitura territorial mais fina e dinâmica das vulnerabilidades, a fortalecer a articulação interinstitucional e a mobilização informada dos recursos disponíveis.

A análise das candidaturas ao Fundo Municipal de Apoio às Famílias e Indivíduos Carenciados (FMAFIC) e Pessoas 2030 no ano de 2025, evidencia a relevância destes apoios enquanto respostas de proximidade no apoio às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade no concelho de Ílhavo. O volume de candidaturas registado demonstra uma procura significativa por apoios de natureza económica, refletindo o impacto do contexto socioeconómico atual no quotidiano das famílias.

Em síntese, o concelho de Ílhavo apresenta uma rede de respostas sociais abrangentes e diversificadas, no entanto confronta-se com desafios estruturais significativos, associados ao envelhecimento da população, à crescente complexidade das vulnerabilidades sociais e à insuficiência de respostas em áreas específicas. Estes elementos reforçam a necessidade de planeamento estratégico, reforço das respostas sociais, inovação na intervenção comunitária e consolidação do trabalho em rede.

13. Emprego, Desemprego e Empregabilidade

O emprego e o desemprego são indicadores fundamentais para compreender a dinâmica socioeconómica de um território. Neste âmbito, a caracterização da dinâmica do emprego, desemprego e empregabilidade, permite identificar tendências de desenvolvimento, bem como desafios específicos enfrentados pela população ativa, nomeadamente em função do sexo, da idade, do nível de escolaridade e da estabilidade da inserção laboral.

A análise apresentada neste capítulo assenta na articulação de diferentes fontes de informação, designadamente dados estatísticos de âmbito nacional e local, provenientes do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), permitindo uma leitura integrada quanto à evolução do desemprego tendo em conta as diferentes variáveis sociodemográficas.

Complementarmente à análise quantitativa, o capítulo integra uma dimensão participativa através da realização de sessões com pessoas em situação de desemprego com 50 ou mais anos, enriquecendo o diagnóstico com a perspetiva das pessoas diretamente afetadas.

13.1. Dinâmica e Caracterização do Desemprego no Concelho

13.1.1. Evolução e Perfil do Desemprego no Concelho

Neste ponto procede-se a uma leitura integrada do desemprego, combinando a análise da sua evolução histórica com a caracterização da população desempregada, de modo a enquadrar os desafios atuais do mercado de trabalho local.

A evolução do desemprego no concelho acompanha, de forma geral, a tendência observada a nível nacional, conforme já identificado em diagnósticos sociais anteriores e confirmado pelos dados estatísticos mais recentes. A leitura da série temporal evidencia um período de redução progressiva do desemprego até 2019, uma inversão associada ao contexto pandémico, e uma nova tendência de crescimento nos anos mais recentes.

Para uma caracterização mais detalhada do fenómeno, recorre-se a dados do INE, com base nos Censos 2021, que permitem uma análise abrangente da população desempregada, nomeadamente por freguesia, sexo, grupo etário e nível de escolaridade. Complementarmente, são analisados dados do desemprego registado no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), que permitem caracterizar a situação mais recente, em particular no ano de 2024.

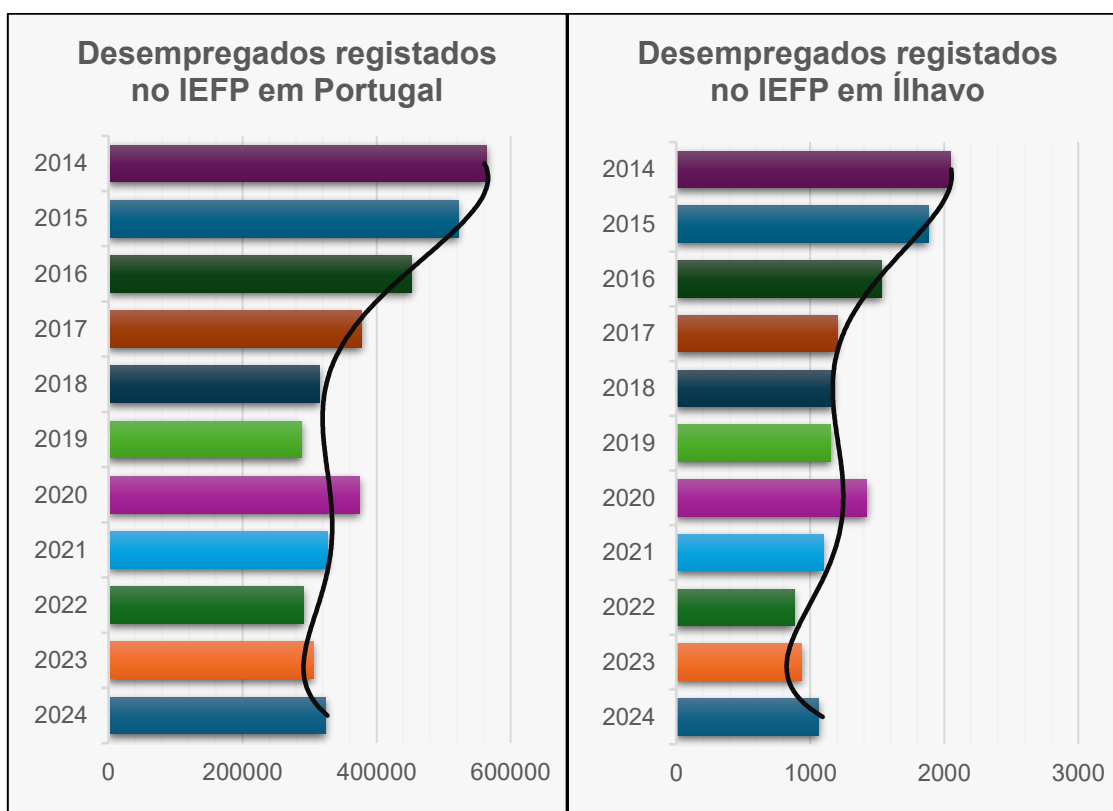
A leitura conjunta destas fontes possibilita uma compreensão mais completa das dinâmicas estruturais e conjunturais do desemprego no concelho, articulando a evolução temporal com o perfil das pessoas afetadas e a duração das situações de desemprego.

Tabela 62. Número de desempregados registados no IEFP em Portugal e Ilhavo de 2014 a 2024.

Ano	Portugal	Ílhavo
2014	564312	2045
2015	521611	1879
2016	452652	1535
2017	377791	1201
2018	315093	1168
2019	288176	1153
2020	375150	1420
2021	327128	1096
2022	291353	882
2023	305242	936
2024	324162	1064

Fonte: Lxstat e IEFP; Janeiro 2025.

Gráfico 51. Número de desempregados registados no IEFP em Portugal e Ílhavo de 2014 a 2024.



Fonte: Lxstat e IEFP; Janeiro 2025.

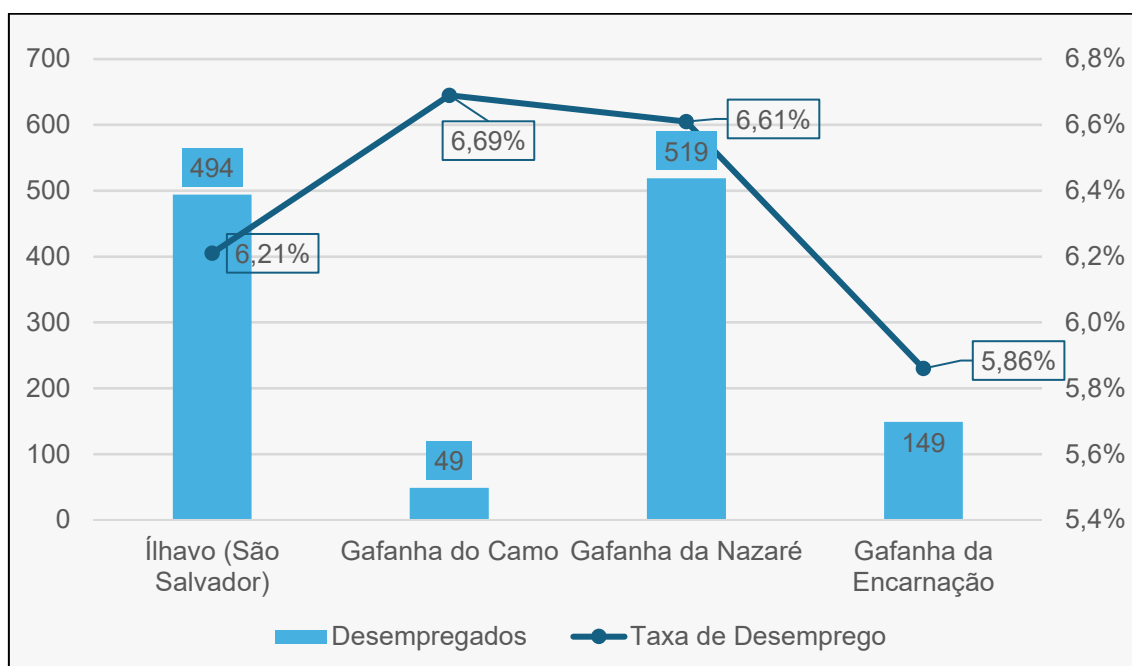
Como se verifica nos gráficos, pelos dados do portal Lxstat, a linha de tendência para o município é igual à verificada para todo o território nacional. Notamos que desde 2014 vinha a decrescer o número de desempregados, tendo em seguida tido um aumento nos anos relativos à pandemia, com maior ênfase em 2020, voltando depois a diminuir. Nos últimos 2 anos, 2023 e 2024, estamos a registar um aumento no número de desempregados. A linha de tendência nota sofrer uma maior oscilação em Ílhavo nos anos relativos à pandemia comparando com os valores nacionais.

Uma vez que estes valores se referem a desempregados registados, iremos prosseguir a análise mais detalhada com os dados referentes aos censos 2021, dados do INE de 2022, onde conseguimos englobar toda a população, e desta forma, maior detalhe no que respeita a dados desagregados por sexo, grupo etário, escolaridade e por freguesias. Posteriormente faremos também a mesma análise sobre os dados registados no IEFP.

13.1.2. Distribuição do Desemprego no Território

Em 2021, de acordo com o INE, o número de desempregados em Ílhavo era 1211, distribuídos pelas freguesias da seguinte forma.

Gráfico 52. Desempregados por freguesia (Censos 2021).



Fonte: INE (Censos 2021); Novembro 2022.

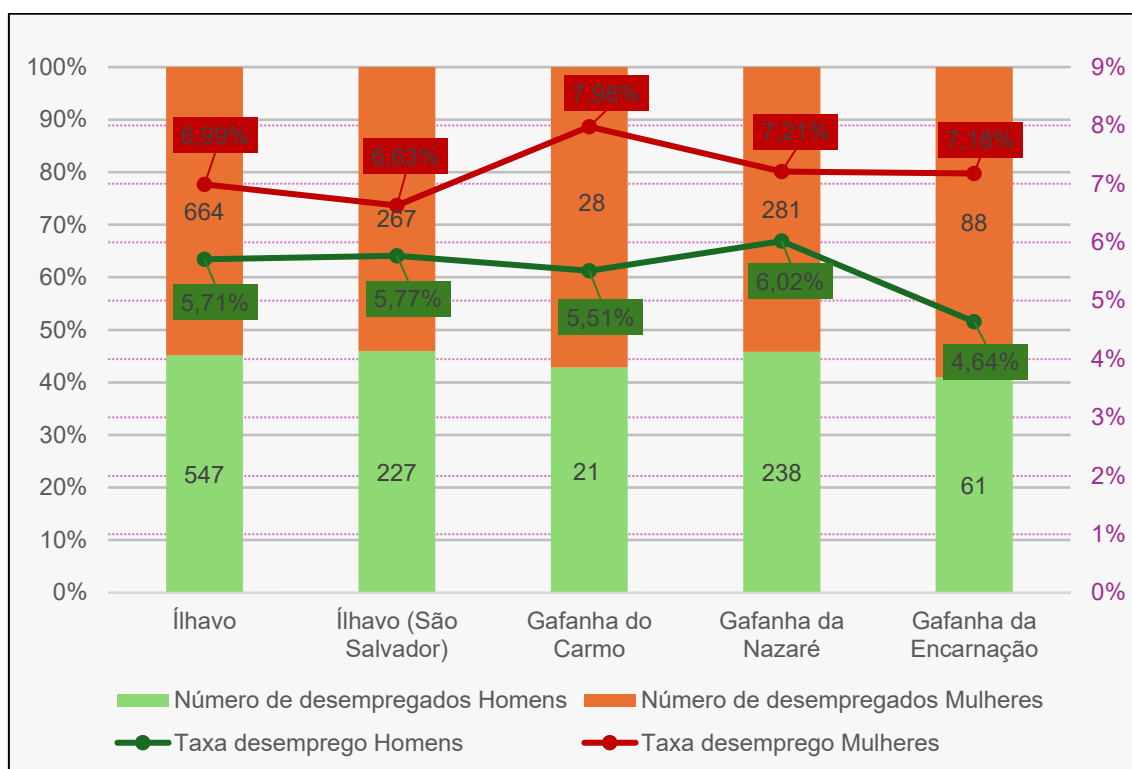
De acordo com os dados do INE, o maior número absoluto de pessoas desempregadas concentra-se nas freguesias de Ílhavo (São Salvador) e da Gafanha da Nazaré, o que se relaciona com o facto de serem as freguesias mais populosas do concelho, apresentando um desfasamento significativo face às restantes.

Atendendo a esta realidade, procede-se igualmente à análise da taxa de desemprego por freguesia, permitindo uma leitura proporcional do fenómeno em função da respetiva população ativa. Esta abordagem evidencia que, apesar de registarem valores absolutos mais elevados, as freguesias de Ílhavo (São Salvador) e da Gafanha da Nazaré apresentam taxas de desemprego ligeiramente inferiores à da freguesia menos povoada, a Gafanha do Carmo, onde o desemprego assume maior expressão relativa.

13.1.3. Caracterização Sociodemográfica do Desemprego

A partir daqui podemos analisar qual a distribuição relativamente aos respetivos sexos.

Gráfico 53. Desempregados por freguesia e por sexo (Censos 2021).



Fonte: INE (Censos 2021); Novembro 2022.

A leitura do Gráfico 53 permite constatar que, em todas as freguesias do concelho, o número de mulheres desempregadas é superior ao de homens, verificando-se que a percentagem de mulheres desempregadas é sempre superior a 50%. No que respeita às taxas de desemprego por sexo, observa-se que estas não descem abaixo dos 4,64% (homens na freguesia da Gafanha da Encarnação) nem ultrapassam os 7,98% (mulheres na freguesia da Gafanha do Carmo).

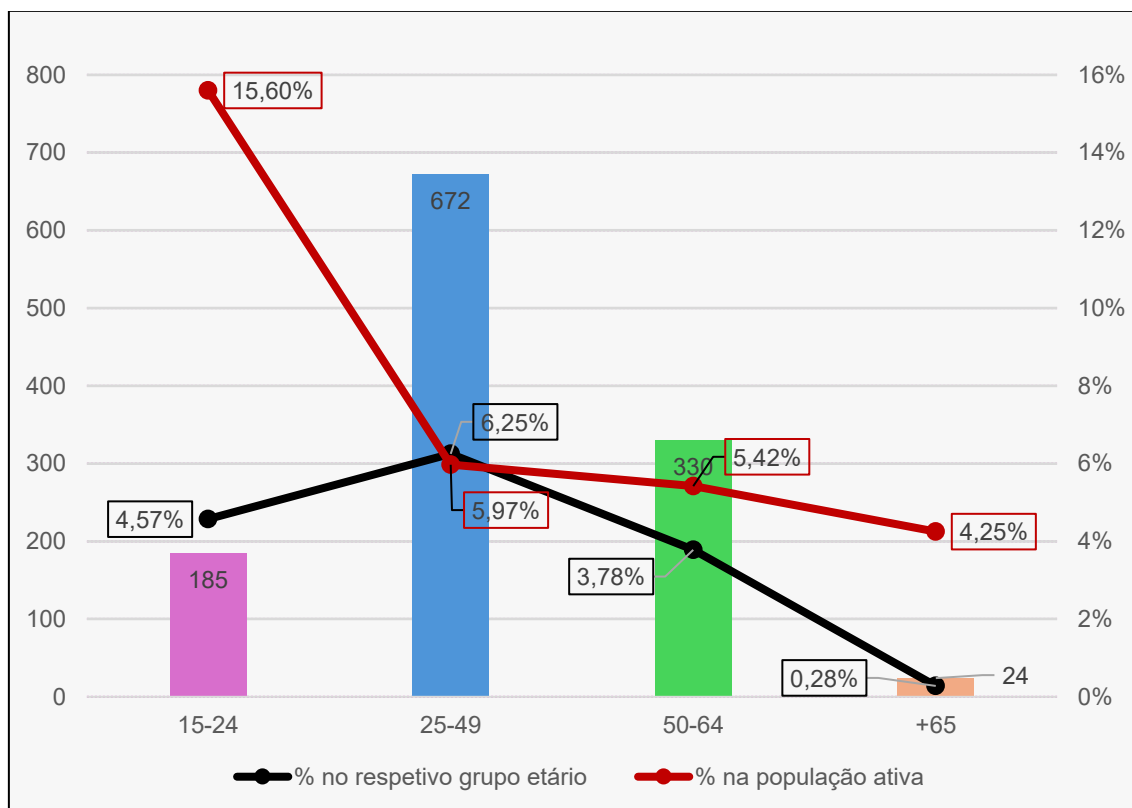
Outra forma de caracterização do desemprego consiste na sua análise por grupo etário, permitindo identificar padrões associados às diferentes fases do ciclo de vida ativa. Para esse efeito, os desempregados foram agrupados em quatro grupos etários distintos:

- 15 aos 24 anos – intervalo que representa os jovens em fase de entrada no mercado de trabalho;
- 25 aos 49 anos – intervalo que corresponde ao núcleo central da população ativa;
- 50 aos 64 anos – intervalo que representa pessoas em fase final da sua vida ativa;
- 65 ou mais anos – intervalo que corresponde, maioritariamente, a pessoas em idade próxima ou posterior à reforma.

Apresenta-se de seguida o número de pessoas desempregadas por grupo etário no concelho, bem como a respetiva percentagem face ao total de residentes em cada grupo etário e à população ativa.

Os dados apresentados têm como fonte o Instituto Nacional de Estatística (INE) e reportam-se ao ano de 2022, com base nos resultados definitivos dos Censos 2021.

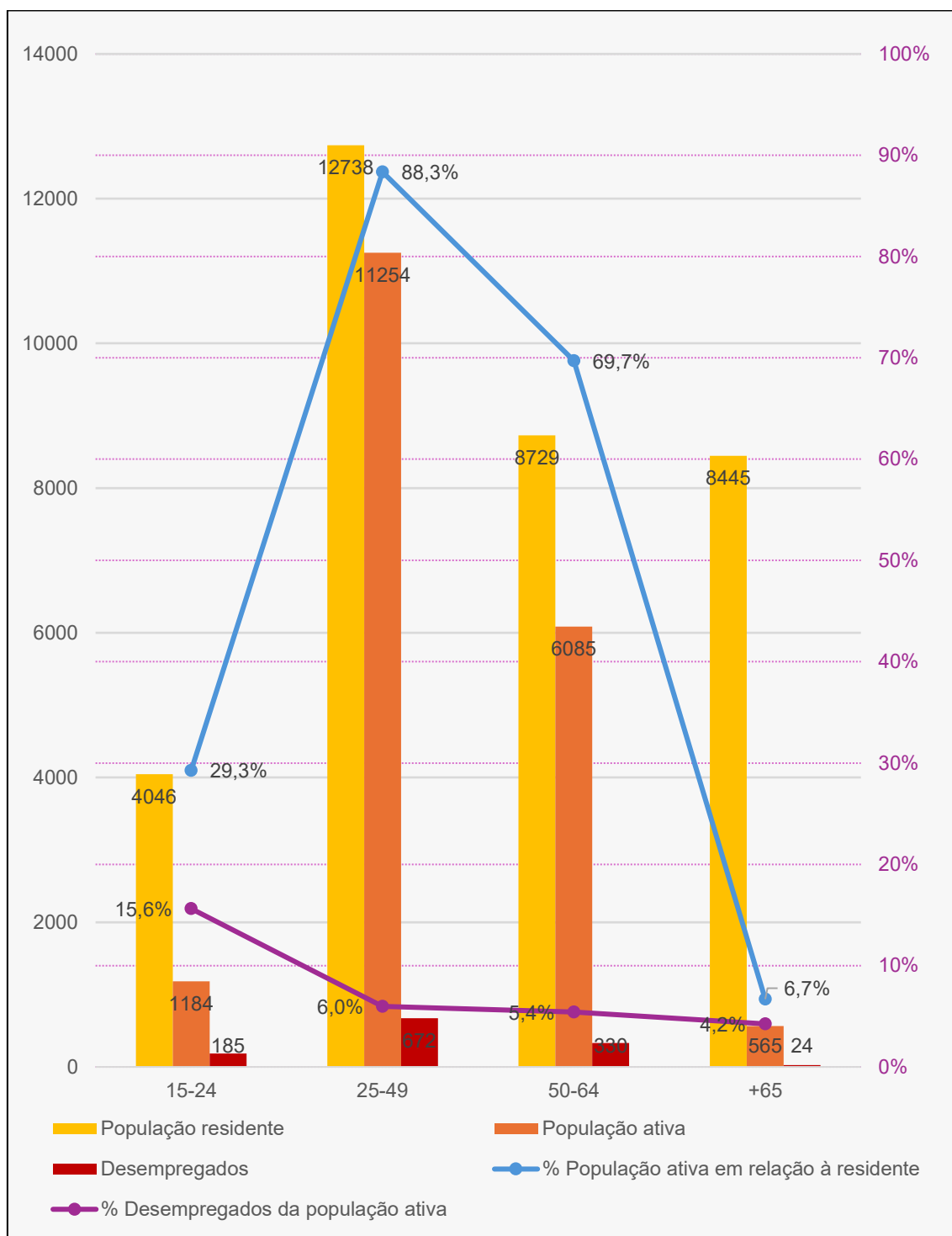
Gráfico 54. Desempregados por grupo etário em Ílhavo (Censos 2021).



Fonte: INE(Censos 2021); Novembro 2022.

Como se constata pelo Gráfico 54, o maior número de desempregados encontra-se no grupo etário dos 25 – 49 anos, como seria expectável, em parte porque é o grupo etário mais abrangente (intervalo de 25 anos). Deste modo, foi calculada a percentagem relativa ao número de pessoas que esse grupo etário contempla. Através deste cálculo é possível verificar que 6,25% das pessoas entre os 25 e os 49 anos estão desempregadas no município, sendo assim o grupo que apresenta maior valor relativo de todos. No outro espectro encontra-se o grupo de idade superior aos 65 anos, com percentagem abaixo do 1%. Este valor é expectável tendo em conta que se trata de uma idade próxima da idade definida para a reforma no país.

Gráfico 55. População residente, população ativa e desempregados por grupo etário em Ílhavo (Censos 2021).



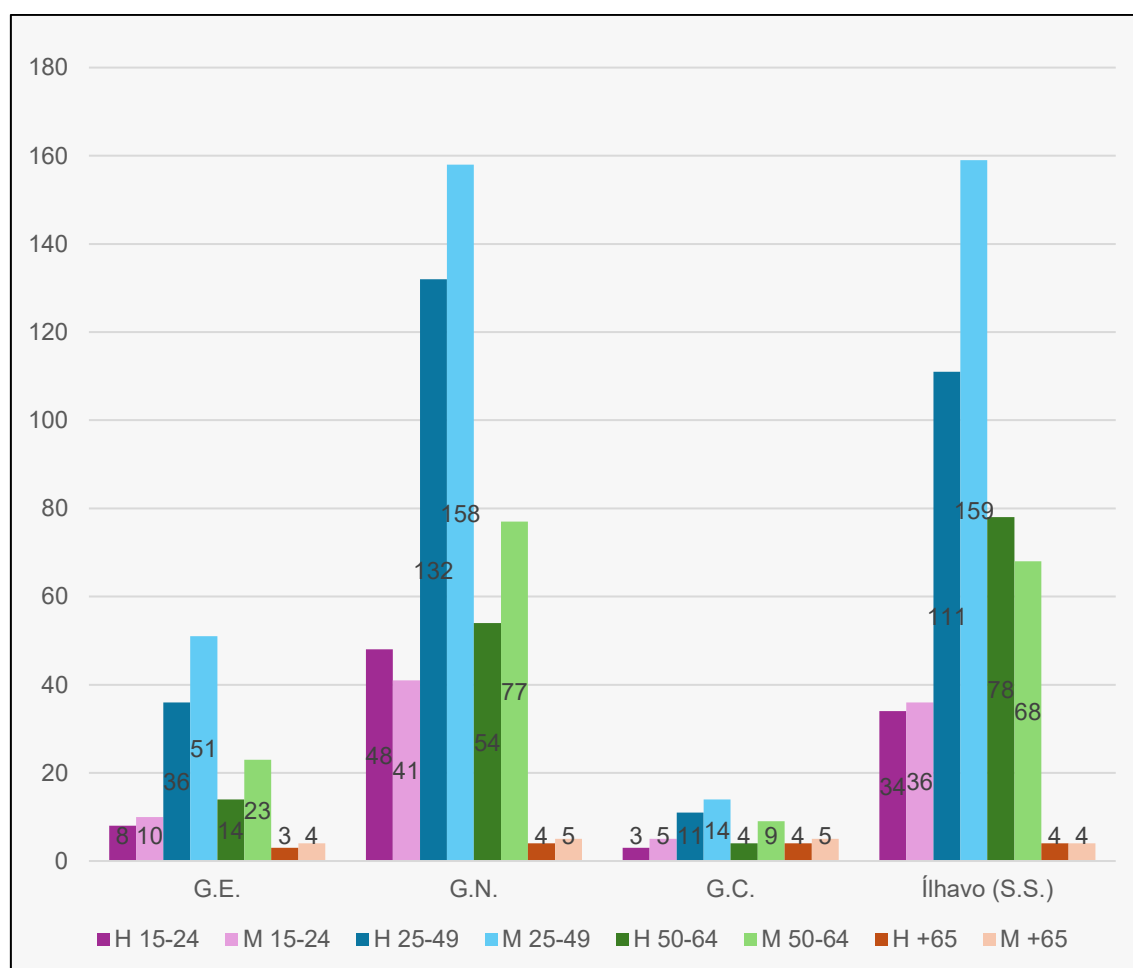
Fonte: INE (Censos 2021); Novembro 2022 e Março 2024.

Se analisarmos a quantidade de pessoas desempregadas em cada grupo etário comparativamente ao número de pessoas ativas nesse mesmo grupo, verificamos que no caso dos jovens entre os 15 – 24 anos existe uma taxa de desemprego de 15,6%, o que significa que existe uma maior dificuldade

destes em arranjar trabalho. Perto de 30% da população com idade entre 15 – 24 anos pertence à população ativa, mas estes são os que têm maior dificuldade em arranjar emprego. A taxa de desemprego nos restantes grupos etários é semelhante. Podemos ver que 88% da população dos 25 – 49 anos e 70% da população entre os 50 – 64 anos pertencem à população ativa. Cerca de 7% da população com idade superior os 64 anos pertence ainda à população ativa, com uma taxa de desemprego de 4,2%.

Em seguida foi combinada esta análise por grupo etário com a distribuição por freguesia e por sexo. Foi construído o gráfico abaixo apresentado.

Gráfico 56. Desempregados por grupo etário e por sexo nas diferentes freguesias de Ílhavo (Censos 2021).



Fonte: INE (Censos 2021); Novembro 2022.

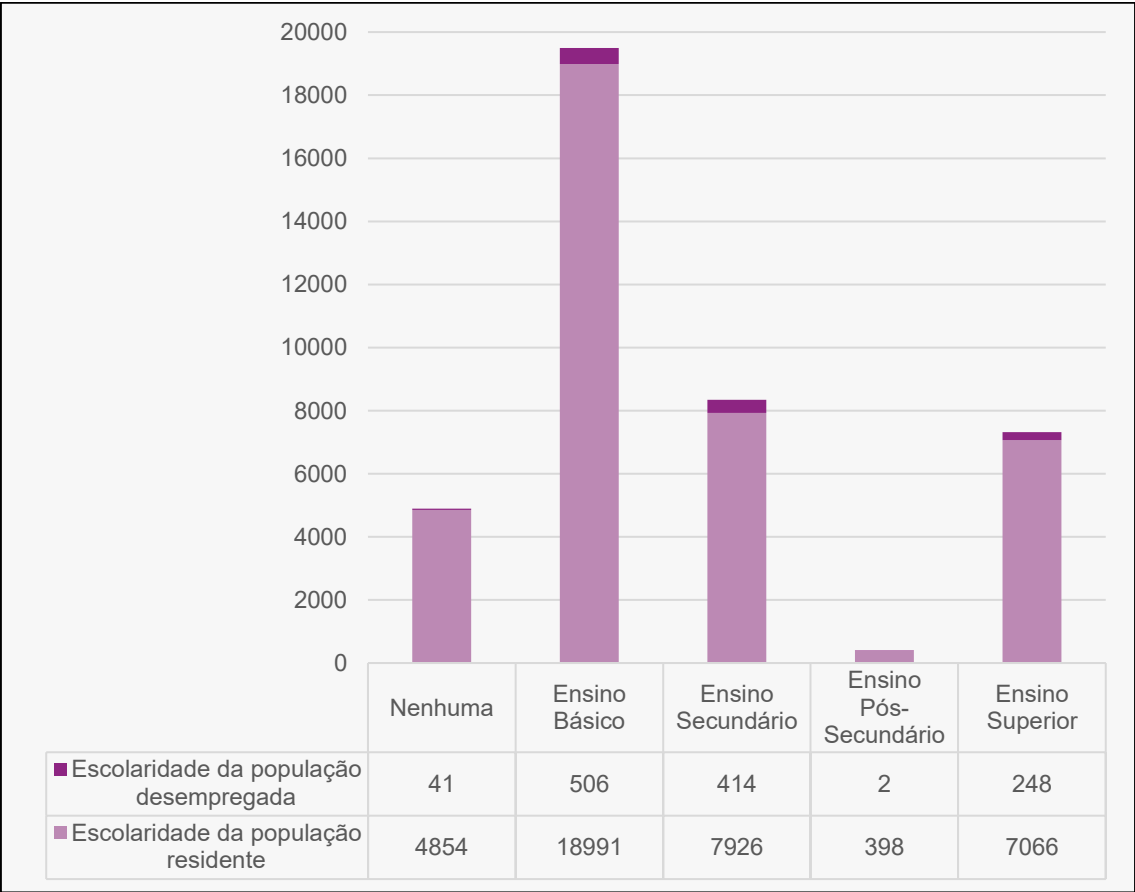
Tal como já foi analisado num gráfico anterior neste capítulo, confirma-se que na sua maioria são as mulheres que apresentam maior número de desempregados, tendo em quase todos os grupos etários e freguesias maior número de desempregados relativamente aos homens. As únicas exceções são o

grupo etário entre os 25 – 49 anos na Gafanha da Nazaré e em Ílhavo (São Salvador) no grupo dos 50 – 64 anos, em que notamos mais homens desempregados do que mulheres. Na maioria dos casos, os homens desempregados são cerca de 70 – 80% menos do que as mulheres dentro do mesmo grupo etário.

Este gráfico reafirma o maior número de desempregados no grupo etário 25 – 49 anos, ao ser o grupo em todas as freguesias com maior número, facto resultante de ser o grupo de maior representatividade da população, e também se nota que as freguesias com mais desempregados são as duas freguesias com mais população, como é natural.

Com estes dados adquiridos no INE é possível também analisar a distribuição do desemprego no que se refere ao nível de escolaridade das pessoas do concelho. Abaixo apresentamos um gráfico que nos mostra essa caracterização do concelho relativa à escolaridade.

Gráfico 57. População desempregada por nível de escolaridade no concelho de Ílhavo (Censos 2021).



Fonte: INE (Censos 2021); Novembro 2022.

Observando o gráfico acima verifica-se que uma grande fatia da população não tem o ensino secundário completo (60%). Esta informação pode estar relacionada com o envelhecimento da

população e a baixa escolaridade destes. Apesar deste facto, isso não se reflete numa grande percentagem destes em termos de desempregados relativamente aos outros níveis de escolaridade. Isto significa que em percentagem da população de cada nível de escolaridade, o nível de desemprego é semelhante, o que pode mostrar que Ílhavo é capaz de integrar pessoas de diversos níveis de escolaridade.

O número de pessoas desempregadas com o ensino secundário como nível de escolaridade é o que apresenta maior percentagem relativa, com 5,2%.

O ensino pós-secundário apresenta valores muito baixos de desemprego. Em relação a este grupo, a percentagem relativa dentro do mesmo é também pequena, sendo 0,5% da sua amostra. Isto pode ser resultado de este tipo de ensino, que engloba Cursos de Especialização Tecnológica (CET) e Cursos de Tecnologia Superior Profissional (CTeSP), ser focado nas necessidades do mercado de trabalho (no caso dos CET).

Nota-se que apesar de haver muitas pessoas sem escolaridade, o seu número de desempregados é baixo, pois apenas existem 41 pessoas destas sem emprego, equivalente a 0,8% deste grupo.

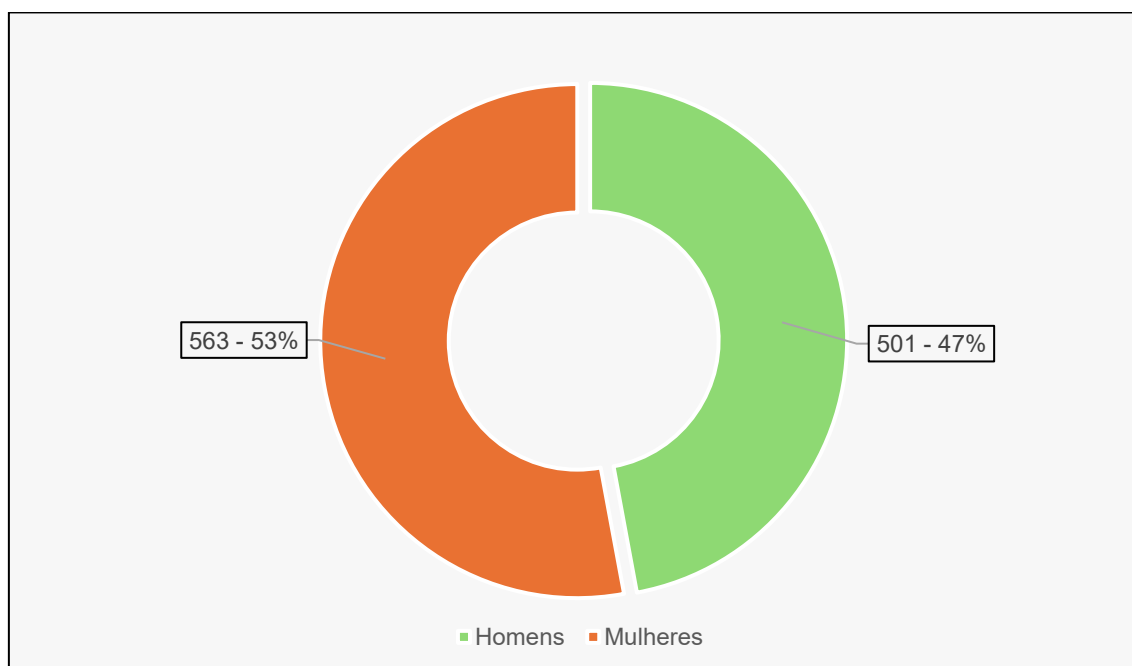
13.1.4. Desemprego Registado no IEF – situação recente (2024)

No que respeita a dados mais recentes, e em particular ao ano de 2024, a análise do desemprego no concelho baseia-se nos registos administrativos do IEF.

Apesar de se tratar de fontes distintas, a leitura conjunta dos dados do INE e do IEF permite uma compreensão mais completa das dinâmicas estruturais e conjunturais do desemprego no concelho.

De acordo com a plataforma Lxstat, encontravam-se registadas em 2024 um total de 1064 pessoas desempregadas no concelho, cuja distribuição por sexo é apresentada no gráfico seguinte.

Gráfico 58. Desempregados registados no IEFP distribuídos por sexo no concelho de Ílhavo no ano 2024.

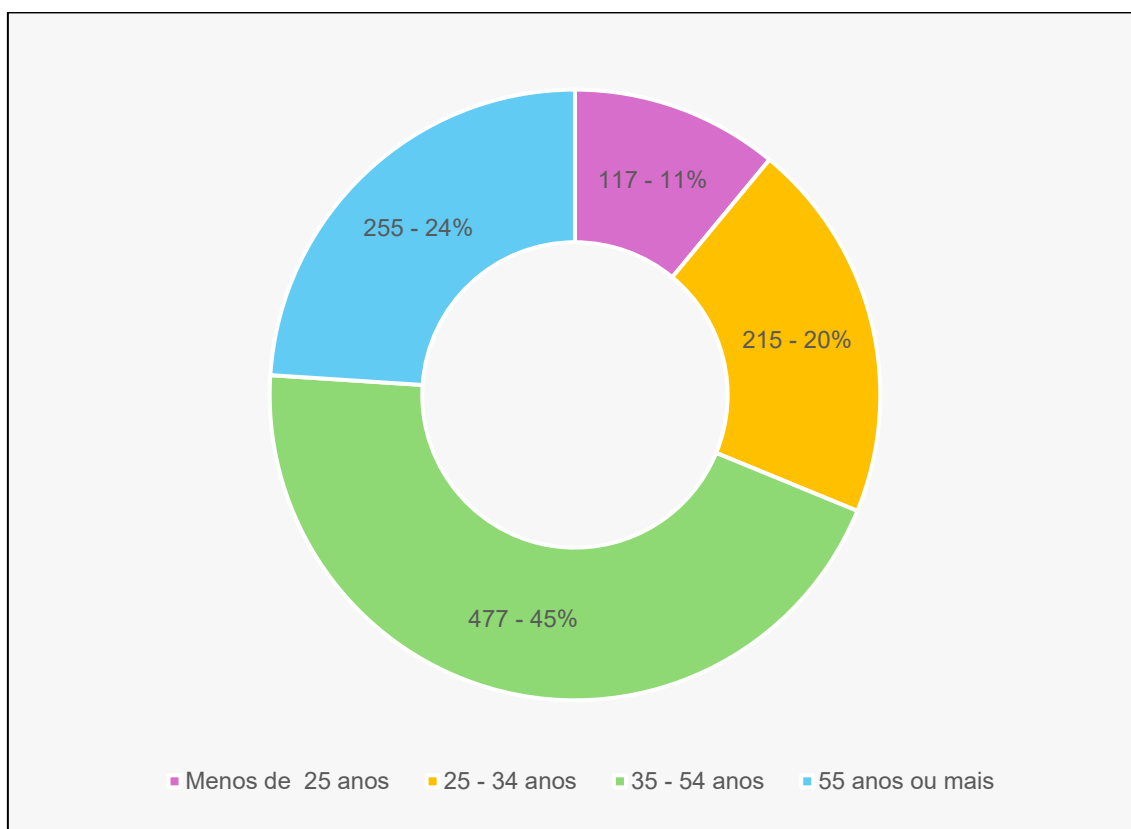


Fonte: Lxstat e IEFP; Janeiro 2025.

Tal como já se verificava nos dados dos Censos 2021, o número de mulheres desempregadas é superior ao de homens.

De forma semelhante à análise anteriormente realizada, apresenta-se em seguida a distribuição do desemprego por grupos etários. Atendendo a que os dados têm como fonte a plataforma Lxstat, com base nos registos do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), os intervalos etários utilizados não coincidem integralmente com os analisados anteriormente a partir dos dados dos Censos 2021, devendo essa diferença ser considerada na leitura comparativa dos resultados.

Gráfico 59. Desempregados registados no IEFP distribuídos por grupo etário no concelho de Ílhavo no ano 2024.

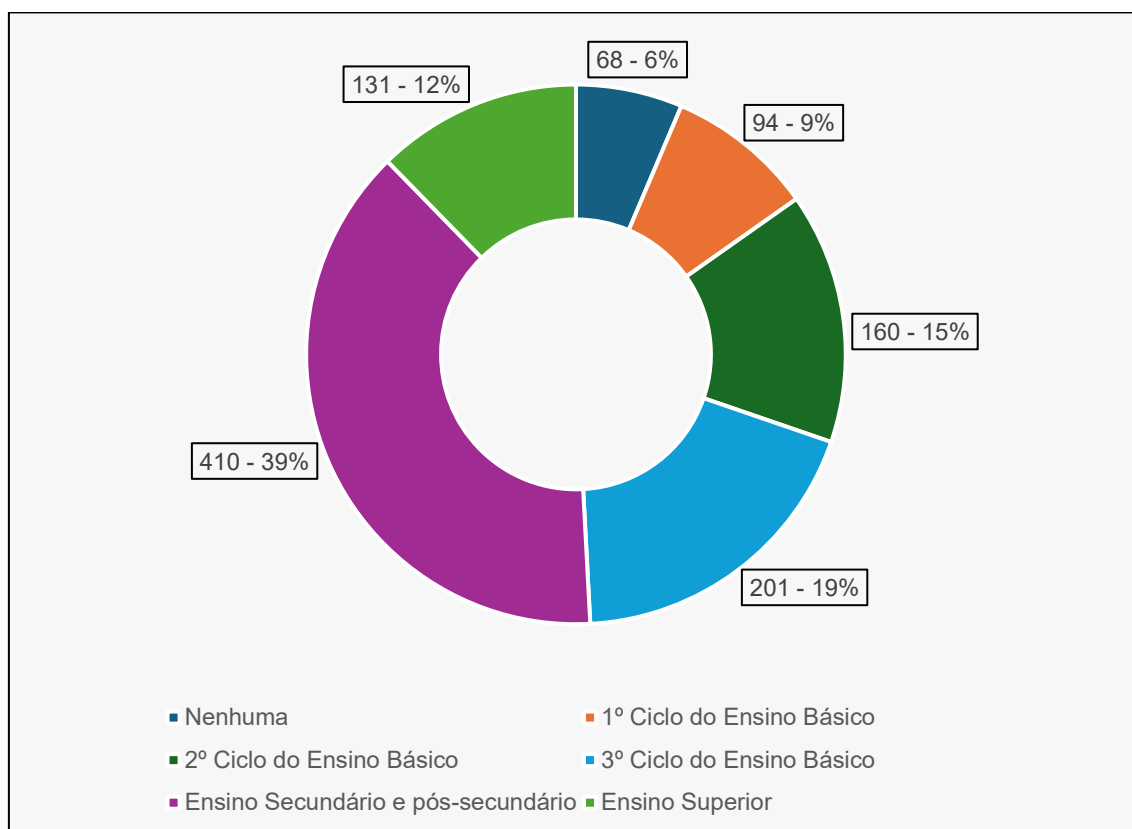


Fonte: Lxstat e IEFP; Janeiro 2025.

Como se pode ver, quase metade dos desempregados pertencem ao grupo etário entre os 35 – 54 anos. Em termos absolutos este grupo é o que regista maior quantidade de desempregados. Mesmo analisando em termos relativos, reparando que é um intervalo de 20 anos, o dobro da amplitude dos outros intervalos, este grupo é o que contém maior registo de desempregados.

A partir da mesma fonte de dados (IEFP), foi possível obter no Lxstat a distribuição dos desempregados por nível de escolaridade. Estes níveis estão agrupados de forma diferente relativamente aos dados anteriores do INE.

Gráfico 60. Desempregados registados no IEFP distribuídos por nível de escolaridade completo no concelho de Ílhavo no ano 2024.

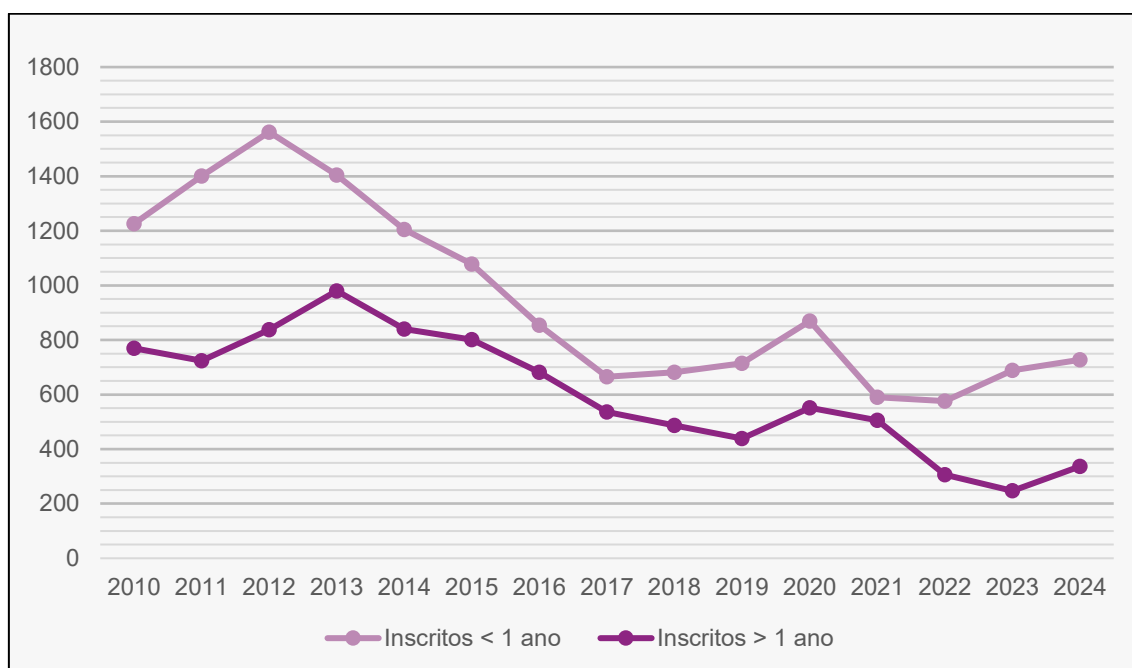


Fonte: Lxstat e IEFP; Janeiro 2025.

A maior porção de pessoas desempregadas são as que têm o secundário completo e em seguida quem ficou apenas com o ensino básico completo, respetivamente com 410 e 201 desempregados.

De seguida, procede-se à análise destes dados em função do tempo de inscrição no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Gráfico 61. Desempregados em Ílhavo por tempo de inscrição no IEFP.



Fonte: Lxstat e IEFP; Janeiro 2025.

É possível notar dois fenómenos aparentes da observação do **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**

A análise das séries anuais de inscritos no IEFP em Ílhavo mostra que os valores de pessoas inscritas há menos de 1 ano e há mais de 1 ano têm evoluções próprias, mas apresentam momentos em que as suas alterações de tendência parecem associar-se. É importante sublinhar que os dados são agregados e não permitem seguir indivíduos ao longo do tempo.

Apesar destas limitações, é possível observar que as inflexões — ou seja, mudanças de sentido na tendência — da série “< 1 ano”, tendem, por vezes, a anteceder inflexões na série “> 1 ano” com cerca de um ano de intervalo. Esta relação não demonstra causalidade direta entre as duas séries, mas é compatível com um modelo demográfico simples em que parte das pessoas que hoje se encontram inscritas há menos de 1 ano, poderão, no ano seguinte, integrar a categoria de desemprego de longa duração, contribuindo assim para oscilações da outra série.

Por exemplo, os dados mostram que entre 2012 e 2013 o número de inscritos há menos de 1 ano atinge um pico em 2012 (1562) e inicia uma descida a partir daí. No ano imediatamente a seguir, observa-se também uma descida no grupo dos inscritos há mais de 1 ano, que passa de 980 em 2013 para 840 em 2014. Registamos o pico na série “<1 ano” em 2012 e em seguida um pico na série “>1 ano” no ano imediatamente posterior, 2013. Embora estes valores não estabeleçam uma relação direta entre indivíduos específicos, ilustram uma sincronização entre inflexões: um ponto de partida para a descida na série “< 1 ano” é seguido, com desfasamento de um ano, por uma descida na série “> 1 ano”. Do mesmo modo podemos verificar que a inflexão do número de inscritos no ano de 2022 na série “< 1 ano” antecede também uma inflexão no ano de 2023 na série “>1 ano”.

No entanto, esta relação não é automática nem suficiente para afirmar que as mesmas pessoas transitaram de uma categoria para outra. O número de inscritos há mais de 1 ano resulta de múltiplos fatores acumulados ao longo do tempo, incluindo novas inscrições, saídas para o emprego, reentradas e mudanças administrativas, para além da eventual passagem de algumas pessoas da categoria “< 1 ano”.

As inflexões na série de inscritos há menos de 1 ano parecem antecipar, com um ano de desfasamento, inflexões na série de inscritos há mais de 1 ano. Isto sugere uma relação entre as duas dinâmicas, mas não permite afirmar que são as mesmas pessoas a transitar entre categorias.

A comparação entre as séries de inscritos há menos de 1 ano e há mais de 1 ano pode sugerir, à primeira vista, que a aproximação entre ambas indica uma maior permanência no desemprego e que o afastamento traduz uma menor retenção. No entanto, esta leitura deve ser feita com cautela, pois os dados disponíveis são agregados e não permitem identificar fluxos individuais entre as duas categorias.

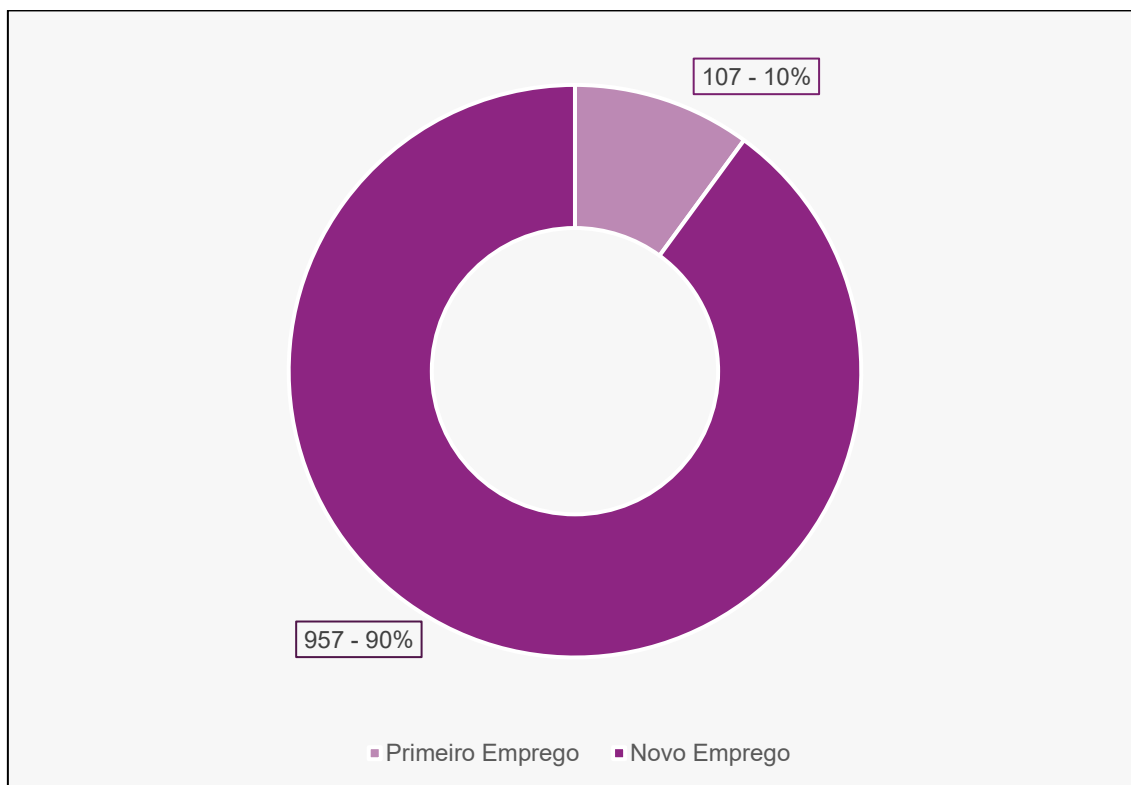
O que se pode afirmar é que a proximidade entre os valores totais das duas séries reflete a estrutura geral do desemprego, nomeadamente o peso relativo das situações de curta e de longa duração. Quando as duas linhas se aproximam, tal traduz-se num maior peso relativo do desemprego de longa duração; por oposição, quando se afastam, o desemprego de curta duração assume uma maior relevância proporcional. Contudo, esta leitura descreve apenas a composição do desemprego num determinado momento temporal, não permitindo concluir que as pessoas inscritas num dado ano permanecem necessariamente desempregadas no ano seguinte.

Neste enquadramento, observa-se que nos últimos três anos o desemprego de longa duração apresenta cerca de metade do peso do desemprego de curta duração, contrastando com o período compreendido entre 2015 e 2021, durante o qual ambas as categorias registavam valores relativamente próximos.

Assim, a leitura do gráfico acima permite constatar que, para além do aumento recente do número total de desempregados, o desemprego de longa duração mantém uma expressão significativa. Em 2024, registavam-se 337 pessoas inscritas no IEFP há mais de um ano, valor que corresponde a cerca de metade do número de pessoas inscritas há menos de um ano (727), evidenciando o peso relevante do desemprego prolongado no contexto atual do concelho.

Ainda relativamente ao desemprego podemos categorizar este quanto à procura do primeiro emprego ou à procura de emprego por parte de alguém já com experiência profissional, designado “novo emprego”. Seguidamente são apresentados os valores de cada relativamente ao ano de 2024.

Gráfico 62. Situação de procura de emprego dos desempregados em Ílhavo inscritos no IEFP em 2024.



Fonte: Lxstat e IEFP; Janeiro 2025.

De acordo com o **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**, feito através de dados visualizados na plataforma Lxstat, com o IEFP como fonte dos mesmos, 10% das pessoas inscritas procuram o primeiro emprego. Portanto a maioria das pessoas inscritas são pessoas com experiência profissional, ou seja, à procura de um novo emprego.

13.2. Formação Profissional e Empregabilidade

FOR-MAR – Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar

No território de Ílhavo existe um polo do Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar (FOR-MAR), organismo de âmbito nacional cuja missão consiste na promoção da formação profissional e na valorização dos recursos humanos dos setores ligados às atividades marítimas.

A intervenção do FOR-MAR desenvolve-se em dois eixos principais: por um lado, a formação profissional necessária à qualificação dos profissionais marítimos e, por outro, a avaliação e certificação da aptidão profissional.

O Centro Qualifica do FOR-MAR integra o Sistema Nacional de Qualificações e tem como objetivo a melhoria dos níveis de educação e formação de adultos, contribuindo para o aumento das qualificações da população, nomeadamente através do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

Centro Qualifica da Gafanha da Nazaré

O concelho dispõe igualmente de um polo do Centro Qualifica, sediado no Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré. À semelhança do Centro Qualifica do FOR-MAR, esta estrutura possibilita a realização de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e de RVCC Profissional (RVCC Pro).

O RVCC consiste no reconhecimento de competências escolares e profissionais adquiridas pelos adultos ao longo da vida, tendo em vista a obtenção de uma certificação. A vertente profissional (RVCC Pro) permite a certificação nas áreas de técnico administrativo e de técnico de ação educativa.

Para além destes processos, o Centro Qualifica da Gafanha da Nazaré disponibiliza ainda outras modalidades formativas, nomeadamente cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), Formações Modulares (FM) e ações de Português Língua de Acolhimento (PLA).

Emprego, formação e inclusão de pessoas com deficiência

No concelho existem igualmente respostas dirigidas à qualificação profissional e à integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência desenvolvidas pelas entidades com intervenção especializada nesta área. Estas respostas, apresentadas no capítulo 8 - Inclusão, assumem particular relevância no âmbito da empregabilidade, na medida em que promovem a aquisição de competências, a valorização profissional e a integração em contextos de trabalho adequados.

A CERCIAV desenvolve respostas orientadas para a qualificação e a inserção profissional de pessoas com deficiência ou incapacidade, destacando-se, no domínio da formação e do emprego, as seguintes áreas de intervenção:

- **Qualificação profissional**, através de ações formativas nas áreas da carpintaria, serralharia civil, agricultura e jardinagem, e hotelaria e restauração, adequadas a perfis com necessidades específicas;
- **Apoio à integração e reintegração profissional**, através de serviços de avaliação, orientação e acompanhamento na procura de emprego, em articulação com entidades empregadoras;
- **Desenvolvimento de competências ocupacionais e laborais**, com vista à preparação para contextos de trabalho protegidos ou, sempre que possível, para a integração em mercado de trabalho aberto.

O CASCI disponibiliza igualmente respostas na área da capacitação e inclusão socioprofissional de pessoas com incapacidade e/ou deficiência, destacando-se no âmbito da formação e da empregabilidade as seguintes:

- **Atividades ocupacionais e de capacitação**, orientadas para o desenvolvimento da autonomia pessoal, social e funcional;

- **Formação em contexto produtivo protegido**, através de unidades de produção nas áreas da agropecuária, carpintaria, serviços gerais, lavandaria, doçaria e olaria;
- **Promoção da integração profissional**, através do desenvolvimento de competências ajustadas às capacidades individuais e à possibilidade de transição para emprego apoiado ou mercado de trabalho aberto.

13.3. Apoio à Inserção Profissional e Acompanhamento ao Desemprego

SAFE – Serviço de Apoio à Formação e Emprego

O Serviço de Apoio à Formação e Emprego (SAFE) é um serviço do Município de Ílhavo prestado por protocolo estabelecido com o IEFP que constitui uma resposta de apoio dirigida a jovens e adultos em situação de desemprego. A sua principal finalidade é promover a integração no mercado de trabalho e o acesso a percursos de qualificação ajustados às necessidades individuais.

O SAFE atua na forma de gabinete de inserção profissional sendo a sua área geográfica de intervenção as freguesias da Gafanha da Nazaré, Gafanha do Carmo e o concelho de Vagos.

A intervenção do SAFE centra-se no acompanhamento, na informação e na orientação profissional, bem como no apoio contínuo à procura de formação e/ou de emprego, desenvolvendo, para o efeito, um conjunto diversificado de atividades, designadamente:

- Prestação de informação profissional a jovens e adultos desempregados;
- Apoio à procura ativa de emprego, incluindo elaboração de currículos, cartas de apresentação, resposta a anúncios e preparação para entrevistas;
- Divulgação de ofertas de emprego e apoio aos processos de colocação;
- Divulgação de oportunidades de qualificação e respetivo encaminhamento;
- Divulgação e encaminhamento para medidas de apoio ao emprego, à qualificação e ao empreendedorismo;
- Divulgação, no sítio oficial da Câmara Municipal, do Guia de Emprego, enquanto instrumento de apoio à definição de um plano pessoal de emprego.

GIP – Gabinetes de Inserção Profissional

O Município de Ílhavo e a Junta de Freguesia de São Salvador, em parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), disponibilizam dois Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), cujo objetivo é apoiar jovens e adultos desempregados na definição, desenvolvimento ou reformulação do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

O apoio prestado pelos GIP assenta num conjunto de ações, entre as quais se destacam:

- Acompanhamento personalizado de pessoas desempregadas;
- Captação de ofertas de emprego junto de entidades empregadoras;

- Divulgação e apoio à colocação em ofertas de emprego;
- Encaminhamento para ações de formação e qualificação;
- Divulgação de programas comunitários de mobilidade no emprego e na formação profissional;
- Motivação e apoio à participação em ocupações temporárias ou em atividades de voluntariado.

GIP Câmara Municipal de Ílhavo e SAFE

Atendendo à complementaridade entre o SAFE e os GIP, os dados apresentados de seguida referem-se ao conjunto dos encaminhamentos realizados por estes serviços no ano de 2024, disponibilizados pelo Gabinete de Inserção Profissional da Câmara Municipal de Ílhavo.

Tabela 63. Dados sobre o GIP da CMI e SAFE.

Nº total de utentes com intervenção	Nº total de atendimentos individuais	Nº de ações realizadas (informativas, formativas, convocatórias IEFP, etc.)	Nº de CV's elaborados	Nº de Boletim de Ofertas de Emprego enviados	Nº de encaminhamentos para emprego ou formação
1042	242	79	42	47	51 (registados no IEFP)

Fonte: GIP da CMI e SAFE; 2024.

Os dados agregados do GIP da Câmara Municipal de Ílhavo e do SAFE indicam 1042 utentes acompanhados e 242 atendimentos individuais realizados em 2024. São anotadas as ações informativas e de orientação, elaboração de currículos e envio de boletins de ofertas de emprego, bem como a concretização de encaminhamentos para emprego ou formação.

As áreas profissionais mais frequentes nos encaminhamentos para emprego incluem:

- Canalizador(a);
- Carpinteiro(a);
- Construção civil;
- Cuidador(a) de idosos;
- Eletricista(a);
- Empregado(a) de limpeza/andares;
- Empregado(a) de mesa;

- Logística;
- Manipulador(a) de pescado;
- Operador(a) fabril;
- Operadores de loja;
- Serralheiro(a);
- Soldador(a);
- Técnico(a) de manutenção.

GIP Junta de Freguesia São Salvador

Tabela 64. Dados sobre o GIP da Junta de Freguesia de Ílhavo (São Salvador).

Nº total de atendimentos individuais	Nº de ações realizadas (informativas, formativas, convocatórias IEFP, etc.)	Nº de CV's elaborados	Nº de pessoas em tutoria	Nº de encaminhamentos para emprego ou formação
398	45	20	43	239

Fonte: GIP da Junta Freguesia de Ílhavo (São Salvador).

Os dados relativos ao GIP de São Salvador evidenciam uma atividade regular de acompanhamento e apoio à inserção profissional, com um total de 398 atendimentos individuais realizados em 2024. Destacam-se 239 encaminhamentos para emprego ou formação, refletindo o papel central do gabinete na mediação entre pessoas desempregadas e oportunidades de inserção profissional, complementado por ações informativas, de orientação e de apoio individualizado, nomeadamente na elaboração de currículos e em momentos de tutoria.

No caso específico do GIP de São Salvador, os encaminhamentos para emprego realizados em 2024 incidiram maioritariamente nas seguintes áreas profissionais:

- Limpeza;
- Apoio a crianças;
- Apoio a idosos;
- Cozinha;
- Restauração (geral);
- Área fabril;

- Jardinagem;
- Serralharia e soldadura;
- Área administrativa.

13.4. Participação no Diagnóstico Social – sessão com pessoas em situação de desemprego com 50 anos ou mais

No sentido de complementar a análise estatística apresentada, realizaram-se duas sessões participativas com pessoas em situação de desemprego com 50 anos ou mais, desenvolvidas em articulação com os dois Gabinetes de Inserção Profissional que abrangem o território — o Gabinete de Inserção Profissional da Câmara Municipal de Ílhavo e o Gabinete de Inserção Profissional da Junta de Freguesia de São Salvador.

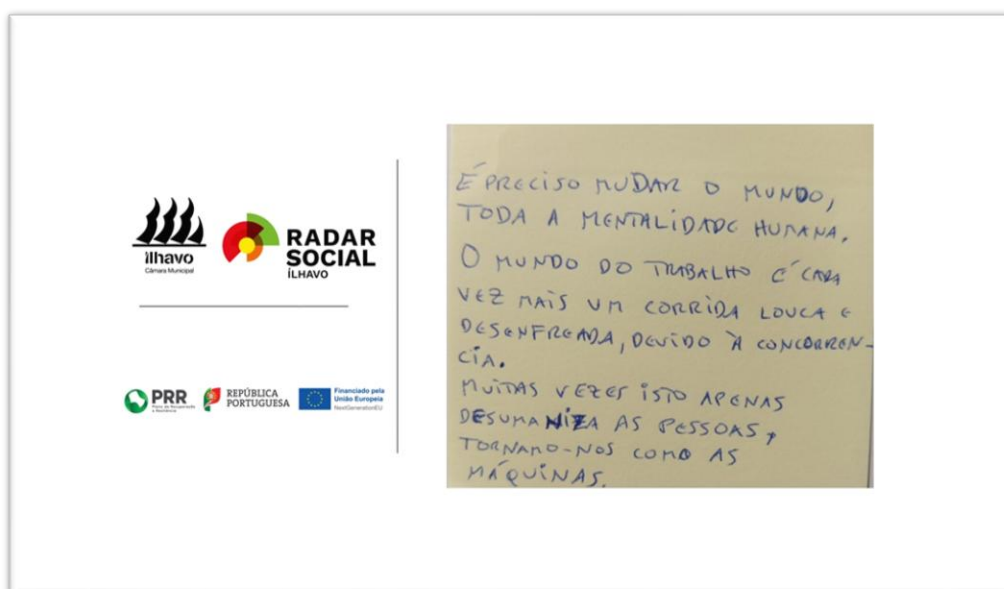
Caracterização das Sessões

- N.º total de sessões: 2;
- N.º total de participantes: 16 pessoas em situação de desemprego com 50 anos ou mais;
- As sessões realizaram-se nas seguintes datas e locais:
 - Gabinete de Inserção Profissional da Junta de Freguesia de São Salvador – 6 de Outubro de 2025 | 10 participantes
(Espaço exterior do Jardim do Santuário de Schoenstatt);
 - Gabinete de Inserção Profissional da Câmara Municipal de Ílhavo – 11 de Novembro de 2025 | 6 participantes
(Fábrica das Ideias, Gafanha da Nazaré).
- Metodologia: dinâmica participativa de registo escrito e partilha livre de contributos, organizada em campos temáticos. As pessoas participantes foram convidadas a refletir e a partilhar perceções, experiências e opiniões relacionadas com a sua situação de desemprego e com os desafios associados a esta fase do ciclo de vida.

Figura 13. Participação e registos durante as sessões com pessoas em situação de desemprego com 50 anos ou mais.



(A)



(B)

Campos explorados – análise qualitativa dos contributos

a) Dificuldades na procura de emprego – As pessoas participantes identificam como principais dificuldades na procura de emprego:

- O **preconceito associado à idade** – entendido como um fator de exclusão nos processos de recrutamento, associado à ideia de que a idade constitui um peso;
- A **desvalorização da experiência profissional** acumulada ao longo da vida;
- Processos de **recrutamento e seleção centrados no resultado imediato** – com entrevistas percecionadas como “formatadas, pouco atentas à motivação, ao percurso e às competências das pessoas”;
- As **habilitações literárias** – face às exigências crescentes de qualificação;
- As **dificuldades no uso das novas tecnologias**;
- O **desconhecimento dos atuais desafios e dinâmicas do mercado de trabalho**;
- A **redução da agilidade** – com o aparecimento de **problemas de saúde**, que condicionam o desempenho em alguns tipos de trabalho;
- A **disponibilidade mental e física** – considerada relevante na procura e manutenção de emprego.

b) Fatores externos e mudanças necessárias – Os contributos revelam fatores externos que condicionam a procura de emprego assim como para mudanças consideradas necessárias para facilitar a reinserção profissional:

- Inadequação e insuficiência dos **transportes públicos**, sobretudo face a horários de trabalho noturnos ou por turnos, limitando o acesso a oportunidades de emprego - necessidade de uma **maior rede de transportes** e de melhor articulação entre mobilidade e horários laborais;
- Dificuldades na **conciliação entre trabalho, procura de emprego e papéis de cuidado** – “maior apoio a pessoas com familiares dependentes”;
- Persistência de **critérios etários no acesso ao emprego** – eliminação de limites de idade nos processos de recrutamento;
- Rápida **evolução do mundo do trabalho**, com mudanças que tornam desajustadas algumas práticas e experiências anteriores;
- Elevada competitividade e pressão constante, vivido como **desumanizante** – necessidade de uma mudança de mentalidades e de modelos de trabalho mais humanizados;
- Valorização de **horários mais flexíveis**, ajustados às necessidades das pessoas em diferentes fases do ciclo de vida.

c) Recursos e apoios existentes e necessários – No âmbito das sessões, as pessoas participantes identificaram um conjunto de recursos já existentes, bem como apoios considerados necessários para melhorar os processos de procura de emprego e de reinserção profissional:

- **Recursos digitais de acesso à informação e oportunidades** – como a internet e a NETemprego, reconhecidos como ferramentas essenciais para a procura ativa de emprego, consulta de ofertas e realização de candidaturas;
- **Formação e capacitação ao nível das novas tecnologias;**
- **Necessidade de mentoria** – como apoio estruturado e individualizado; Recursos digitais de acesso à informação e oportunidades, como a internet e a NETemprego, reconhecidos como ferramentas essenciais para a procura ativa de emprego, consulta de ofertas e realização de candidaturas;
- **Acompanhamento e apoio personalizado** – com destaque para os Gabinetes de Inserção Profissional, valorizados pelo apoio prestado na preparação para entrevistas, orientação profissional e acompanhamento ao longo do processo de procura de emprego, sendo apontada a importância de um acompanhamento mais contínuo e próximo;
- **Formação e capacitação** – nomeadamente ao nível das novas tecnologias, identificadas como fundamentais para responder às atuais exigências do mercado de trabalho, bem como a necessidade de mentoria, enquanto apoio estruturado e individualizado;
- **Apoios institucionais e medidas de proteção** – onde se destaca o papel do Centro de Emprego, reconhecido como recurso central, mas com necessidade de melhorar o acompanhamento às pessoas desempregadas, e a sugestão de incentivos monetários dirigidos a quem efetivamente necessita, como forma de apoio durante os períodos de desemprego.

Ideias emergentes das Sessões

Das partilhas dos elementos que participaram nas 2 sessões e em relação ao desemprego com 50 anos ou mais, registam-se ideias centrais que ajudam a compreender os desafios da reinserção profissional nesta fase do ciclo de vida:

- O preconceito associado à idade e a desvalorização da experiência profissional surgem como fatores estruturantes de exclusão, fortemente sentidos nos processos de recrutamento e seleção.
- A desadequação entre as exigências atuais do mercado de trabalho e os percursos profissionais anteriores constitui um obstáculo relevante à empregabilidade.
- As dificuldades na adaptação às dinâmicas aceleradas e altamente competitivas do mundo do trabalho são vividas como desumanizantes,

- Os fatores externos, como a insuficiência de transportes ajustados aos horários de trabalho e a dificuldade de conciliação com responsabilidades de cuidado, condicionam significativamente o acesso ao emprego.
- O acompanhamento personalizado e contínuo é identificado como elemento-chave para a procura de emprego.
- A formação ao nível das novas tecnologias, o acesso a recursos digitais e o reforço de medidas de apoio institucional, incluindo incentivos dirigidos a quem mais necessita, são considerados fundamentais para facilitar a reinserção profissional.

Síntese Interpretativa: elementos-chave

A presente síntese resulta da leitura estatística do emprego e do desemprego no concelho e os contributos recolhidos no âmbito das sessões participativas com pessoas em situação de desemprego, permitindo integrar dados quantitativos e perceções vividas na identificação dos principais elementos-chave do capítulo.

- O desemprego no concelho apresenta uma evolução alinhada com as tendências nacionais, com redução até 2019, aumento no período pandémico e novo crescimento nos anos mais recentes, evidenciando uma recuperação ainda frágil.
- O desemprego de longa duração mantém ainda algum peso significativo, representando cerca de metade do desemprego de curta duração nos últimos anos, constituindo um fator acrescido de vulnerabilidade social e dificuldade de reinserção profissional.
- Verificam-se desigualdades territoriais no desemprego, com freguesias menos populosas a apresentarem, proporcionalmente, maior incidência relativa, o que reforça a importância de respostas ajustadas à realidade local.
- O desemprego afeta de forma mais expressiva as mulheres e mantém uma presença relevante entre os jovens e as pessoas com 50 ou mais anos, sendo este último grupo particularmente exposto a dificuldades de reinserção no mercado de trabalho.
- A relação entre qualificação, emprego e desemprego é central, destacando-se a importância da formação, da requalificação e da adaptação de competências, sobretudo face às exigências tecnológicas e às rápidas transformações do mercado de trabalho.
- O concelho dispõe de um conjunto diversificado de respostas de formação, qualificação e apoio à empregabilidade (Centros Qualifica, FOR-MAR, SAFE e Gabinetes de Inserção Profissional), com um papel de acompanhamento, orientação e encaminhamento para emprego e formação.
- A participação das pessoas em situação de desemprego com 50 e mais anos evidencia perceções de preconceito etário, desvalorização da experiência profissional, dificuldades no acesso às tecnologias, constrangimentos de mobilidade e problemas de conciliação com responsabilidades de cuidado.

- Os contributos qualitativos reforçam a necessidade de respostas mais personalizadas, de acompanhamento contínuo, de reforço da capacitação digital e de condições de trabalho mais flexíveis e humanizadas.

Em síntese global da informação aqui apresentada, o desemprego no concelho revela-se um desafio multidimensional, a resgatar intervenções ajustadas às características do território e das pessoas, e a prever maior qualificação, acompanhamento e melhorias nas condições de acesso ao mercado de trabalho.

14. Tecido Empresarial e Setor Social

O presente capítulo resulta da análise de um inquérito elaborado e aplicado pelo projeto Radar Social às empresas sediadas no Município de Ílhavo, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o contributo do tecido empresarial para o desenvolvimento social local.

O instrumento teve como finalidades: (i) conhecer práticas de responsabilidade social empresarial e identificar a disponibilidade das empresas para apoiar situações de emergência social; (ii) recolher contributos para a atualização do Diagnóstico Social do concelho; e (iii) sinalizar situações de vulnerabilidade social identificadas em contexto laboral.

O inquérito foi enviado a um total de 1032 empresas sediadas no município, tendo sido obtidas 83 respostas válidas, recolhidas entre os meses de Julho e Setembro de 2025. Considerando a taxa de resposta obtida (cerca de 8%), os resultados apresentados devem ser interpretados como indicativos e de natureza exploratória, não permitindo generalizações ao conjunto do tecido empresarial do concelho.

Ainda assim, a informação recolhida junto das empresas respondentes permite sinalizar **tendências**, **fragilidades**, disponibilidades e áreas de potencial articulação, constituindo um contributo relevante para a leitura integrada da realidade social local e para a reflexão sobre o reforço de mecanismos de articulação entre empresas, serviços sociais e outras entidades parceiras.

14.1. Caracterização das Empresas Respondentes

Setor de atividade

A distribuição das empresas respondentes por setor de atividade evidencia uma predominância do comércio por grosso ou a retalho, da indústria transformadora e do setor do turismo, hotelaria e restauração.

Tabela 65. Empresas por setor de atividade.

Setor de atividade	Nº de empresas
Indústria transformadora	17
Construção e obras públicas	4
Comércio por grosso ou a retalho	19
Turismo, hotelaria e restauração	11
Agricultura, pescas e aquicultura	2
Transportes e logística	4
Serviços de saúde e apoio social	4
Educação e formação	0
Serviços administrativos, técnicos ou profissionais	6
Tecnologias de informação e comunicação	2
Outras atividades de serviços pessoais	2
Atividades financeiras e seguros	0
Climatização e renováveis	2
Manutenção e reparação de equipamentos industriais	2
Metalomecânica	3
Energia, biocombustíveis e mobilidade elétrica	1
Outro	4

Fonte: Inquérito ao tecido empresarial, Projeto Radar Social; Julho – Setembro de 2025.

Dimensão de equipas

No que respeita à dimensão das empresas, observa-se um predomínio claro de micro e pequenas empresas, até 10 elementos.

Tabela 66. Empresas por n.º de colaboradores.

Nº de colaboradores	Nº de empresas
Até 10	51
11 a 50	21
51 a 250	7
Mais de 250	4

Fonte: Inquérito ao tecido empresarial, Projeto Radar Social; Julho – Setembro de 2025.

Esta estrutura empresarial influencia diretamente o tipo de envolvimento social possível, estando frequentemente associada a práticas mais flexíveis e de menor formalização.

Localização territorial (freguesia)

A maioria das empresas respondentes localiza-se nas freguesias de Gafanha da Nazaré e Ílhavo (São Salvador).

Tabela 67. Empresas por freguesia.

Freguesia	Nº de empresas
Gafanha da Encarnação	18
Gafanha da Nazaré	34
Gafanha do Carmo	2
Ílhavo (São Salvador)	29

Fonte: Inquérito ao tecido empresarial, Projeto Radar Social; Julho – Setembro de 2025.

14.2. Responsabilidade Social Empresarial: práticas existentes

Iniciativas formais de responsabilidade social

Relativamente à adoção de iniciativas formais de responsabilidade social empresarial, apesar de 26 empresas não registarem, ao momento, iniciativas neste âmbito, 57 referem desenvolver algum tipo de prática nesta área, estando na sua maioria a implementar mais do que uma ação.

Tipologias de iniciativas de responsabilidade social

Das iniciativas identificadas, é frequente a coexistência de mais do que uma tipologia por empresa.

Tabela 68. Empresas por tipologia de iniciativa de responsabilidade social.

Tipologia de iniciativa	Nº de empresas
Apoio a causas locais (eventos, patrocínios, projetos comunitários)	25
Parcerias com instituições locais	24
Doações regulares (alimentos, bens, equipamentos, etc.)	23
Promoção da diversidade e inclusão	14
Ações diretas com colaboradores (voluntariado, campanhas internas)	12
Iniciativas ambientais com impacto social	6
Outras iniciativas formais	6
Certificações/reconhecimentos em responsabilidade social	1

Fonte: Inquérito ao tecido empresarial, Projeto Radar Social; Julho – Setembro de 2025.

As práticas mais frequentemente referidas concentram-se no apoio a causas locais, nomeadamente através de patrocínios, contributos para eventos comunitários, apoio a associações culturais e

desportivas, festas locais e respostas a solicitações pontuais de entidades do concelho. Este tipo de envolvimento traduz uma forte ligação ao território e à comunidade local.

As doações regulares, identificadas por 23 empresas, assumem sobretudo a forma de bens alimentares, equipamentos, apoio financeiro e cedência de recursos, dirigindo-se maioritariamente a instituições particulares de solidariedade social, associações e entidades de proteção civil. Paralelamente, 24 empresas referem estabelecer parcerias com instituições locais, materializadas através de protocolos de cooperação, acolhimento de estágios, colaboração em projetos específicos, prestação de serviços ou apoio logístico e técnico.

As ações diretas com envolvimento dos colaboradores, como voluntariado empresarial, campanhas solidárias internas e recolhas de bens, embora com menor expressão, assumem um papel relevante na promoção de uma cultura organizacional socialmente responsável, ocorrendo maioritariamente de forma pontual ou associada a épocas específicas (ex.: Natal) ou situações de emergência.

No domínio da promoção da diversidade e inclusão, 14 empresas referem iniciativas orientadas para a integração de pessoas migrantes e de pessoas com deficiência, destacando-se práticas estruturadas, como políticas internas de inclusão, grupos de trabalho específicos e programas de integração.

As iniciativas ambientais com impacto social surgem de forma residual, estando associadas a práticas de reciclagem solidária, economia circular e doação de resíduos para fins sociais. Apesar de menos frequentes, estas iniciativas revelam um campo emergente de intervenção, com potencial para desenvolvimento futuro no âmbito da sustentabilidade social e ambiental.

Para além das tipologias referidas, algumas empresas mencionam outras iniciativas menos formalizadas, tais como programas internos de bem-estar e saúde ocupacional, apoios técnicos e logísticos a instituições sociais, aquisição regular de bens e serviços à economia social, protocolos de benefícios para utentes e colaboradores de entidades parceiras, ações solidárias realizadas sob anonimato e apoio direto a pessoas e famílias.

Do ponto de vista do grau de organização, observa-se que, entre as empresas respondentes, apenas uma parte desenvolve iniciativas de responsabilidade social de forma estruturada e continuada, nomeadamente através de parcerias formais, doações regulares, programas internos ou políticas definidas. A maioria das iniciativas referidas assume um caráter pontual, reativo ou dependente de solicitação, evidenciando uma menor formalização destas práticas.

O conjunto das respostas aponta para a existência de um potencial relevante de contributos do tecido empresarial para o desenvolvimento social local, assente numa diversidade de práticas solidárias. Contudo, considerando a natureza exploratória dos dados e a taxa de resposta obtida, este potencial apresenta-se ainda pouco sistematizado e pouco integrado em estratégias concertadas, sugerindo a pertinência de reforçar mecanismos de mediação, articulação e capacitação entre as empresas e o setor social.

14.3. Disponibilidade para Iniciativas de Inclusão Social

Na área da inclusão social, das 83 empresas respondentes, 51 manifestam disponibilidade para colaborar em iniciativas locais de inclusão social, enquanto 32 empresas referem não ter disponibilidade no momento.

Tipologias de colaboração em inclusão social

Tabela 69. Empresas por tipologia e colaboração em inclusão social.

Tipologia de colaboração	Nº de empresas
Contratação inclusiva	14
Acolhimento em estágios ou projetos ocupacionais	28
Participação em campanhas solidárias ou ações comunitárias	25
Voluntariado empresarial	8
Cedência de espaço ou equipamentos	14
Apoio a programas de formação/capacitação	9
Ações de sensibilização interna	20
Outro tipo de colaboração	15
Sem disponibilidade no momento	32

Fonte: Inquérito ao tecido empresarial, Projeto Radar Social; Julho – Setembro de 2025.

O acolhimento em estágios ou projetos ocupacionais destaca-se como a forma mais frequente de colaboração, representando uma via relevante para a integração socioprofissional de jovens em situação de risco e de pessoas em situação de desemprego de longa duração particularmente quando articulada com acompanhamento técnico e social.

A participação em campanhas solidárias e ações de sensibilização comunitária é referida por 25 empresas a evidenciar uma predisposição para ações pontuais, maioritariamente promovidas por entidades externas, e a refletir uma lógica de responsabilidade social de carácter mais circunstancial do que estruturado.

Paralelamente, 20 empresas indicam promover ações de sensibilização interna, nomeadamente sobre diversidade, igualdade de oportunidades e saúde mental, evidenciando uma abertura crescente para a criação de ambientes organizacionais mais inclusivos.

No que respeita a práticas com impacto mais direto na inclusão social, a contratação inclusiva de pessoas em situação de vulnerabilidade ou com deficiência é referida por 14 empresas. Um valor a refletir constrangimentos associados à adaptação de postos de trabalho, enquadramento legal ou necessidade de acompanhamento especializado, reforçando a importância de mecanismos de mediação, apoio técnico e incentivos à contratação.

A cedência de espaços ou equipamentos para ações sociais ou comunitárias é igualmente mencionado por 14 empresas, traduzindo a disponibilidade para colaborações de natureza logística.

Outras formas de colaboração são assinaladas por 15 empresas, sugerindo a existência de práticas diversas e não sistematizadas.

O apoio a programas de formação ou capacitação de públicos em situação de vulnerabilidade é referido por 9 empresas e a disponibilização de tempo das equipas de trabalho para ações de voluntariado empresarial por 8 respostas, retratando uma menor expressão de iniciativas que exigem investimento continuado de recursos humanos e financeiros.

Apesar de mais de metade das empresas inquiridas manifestarem disponibilidade para colaborar em iniciativas locais de inclusão social, o envolvimento identificado assenta predominantemente em ações pontuais e de menor compromisso estrutural.

14.4. Contributo para Respostas a Situações de Emergência Social

No painel de respostas, 48 empresas revelam-se disponíveis para apoiar situações de emergência social, enquanto 35 não apresentam disponibilidade no momento atual.

Tipologias de apoio e recursos a disponibilizar

Tabela 70. Empresas por tipologia de apoio a disponibilizar em situações de emergência social.

Tipo de apoio	Nº de empresas
Disponibilização pontual de alimentos ou bens essenciais	32
Cedência de espaço para armazenamento de alimentos	12
Cedência temporária de alojamento	4
Apoio com transporte ocasional	10
Apoio logístico/cedência de recursos	13
Armazenamento de bens de pessoas desalojadas	5
Outro tipo de apoio	15
Sem disponibilidade atual	35

Fonte: Inquérito ao tecido empresarial, Projeto Radar Social; Julho – Setembro de 2025.

A análise das respostas das empresas relativamente à disponibilização de recursos para situações de emergência social evidencia que as formas de colaboração mais frequentes se concentram em apoios de carácter imediato, flexível e de fácil mobilização, face a respostas mais estruturais e exigentes do ponto de vista organizacional.

A forma de colaboração mais referida corresponde à disponibilização pontual de alimentos ou bens essenciais, assinalada por 32 empresas. Este tipo de contributo assume-se como a forma mais direta

e célere de resposta em contextos de vulnerabilidade social, permitindo dar resposta a necessidades básicas imediatas em situações de emergência, como crises socioeconómicas, fenómenos climáticos extremos ou outras ocorrências inesperadas.

Seguem-se as modalidades de apoio logístico ou cedência de recursos em contexto de crise social, indicadas por 13 empresas, e a cedência de espaço para armazenamento ou acondicionamento de alimentos, referida por 12 empresas. Estas formas de colaboração revelam uma disponibilidade relevante para apoiar a operacionalização das respostas sociais, nomeadamente através da disponibilização de infraestruturas, equipamentos ou meios complementares essenciais à gestão de emergências.

Com menor expressão é assinalado, por 10 empresas, o apoio com transporte ocasional, como a deslocação de pessoas ou a entrega urgente de bens, seguindo-se com um número reduzido de respostas a cedência de espaço para armazenamento de bens de pessoas em situação de desalojamento temporário (5 empresas) e a cedência temporária de alojamento ou quartos em situações de emergência habitacional, mencionada por apenas 4 empresas. Estes dados refletem as maiores exigências logísticas, legais e organizacionais associadas a este tipo de apoio, bem como as responsabilidades que lhes estão inerentes.

Para além das tipologias previamente definidas, 15 empresas referem outros tipos de apoio em situações de emergência social tais como a colaboração com os Bombeiros Voluntários em situações de incêndio no território, a doação de material escolar, equipamentos informáticos e combustível, bem como o apoio à distribuição de refeições em contextos de acolhimento de pessoas deslocadas devido a conflitos armados, nomeadamente no âmbito da guerra.

Os resultados evidenciam que, entre as empresas disponíveis, as formas de colaboração mais frequentes estão ligadas à disponibilização imediata de bens essenciais e apoio logístico pontual, enquanto os recursos mais estruturais, como alojamento temporário ou cedência de espaço para armazenamento, apresentam menor expressão.

14.5. Promoção da Saúde Mental e do Bem-estar no Local de Trabalho

No domínio da saúde mental e bem-estar no trabalho, o conjunto de respostas das 83 empresas participantes no inquérito revela uma presença ainda desigual de iniciativas estruturadas, coexistindo práticas orientadas para a conciliação entre a vida profissional e pessoal com uma expressiva ausência de intervenção sistemática neste campo.

Do total de empresas que participaram neste levantamento, 31 referem não desenvolver qualquer iniciativa nesta área enquanto 52 indicam promover pelo menos uma medida associada à saúde mental e ao bem-estar das suas equipas colaboradoras.

Tipologias de iniciativas

Tabela 71. Empresas por tipologia de iniciativa de promoção de saúde mental e bem-estar em contexto de trabalho.

Tipologia de iniciativa	Nº de empresas
Conciliação entre vida profissional e familiar	36
Promoção de hábitos saudáveis	26
Redução do stress/bem-estar emocional	18
Sessões de sensibilização/formação	11
Mitigação de riscos psicossociais	8
Apoio a cuidadores informais	5
Apoio psicológico/acompanhamento	2
Outras iniciativas	6
Sem iniciativas	31

Fonte: Inquérito ao tecido empresarial, Projeto Radar Social; Julho – Setembro de 2025.

Entre as iniciativas mais assinaladas destaca-se a conciliação entre a vida profissional e familiar, referida por 36 empresas. Esta categoria integra um conjunto de práticas, nomeadamente flexibilização e ajuste de horários, a possibilidade de troca de folgas, a dispensa pontual para acompanhamento de filhos ou familiares, a concessão de dias ou meios-dias específicos para cuidados pessoais, bem como a redução do tempo anual de trabalho e a possibilidade de teletrabalho em situações justificadas. Estas medidas assumem um papel central na prevenção do stress laboral e na promoção do equilíbrio emocional.

A promoção de hábitos saudáveis no ambiente de trabalho é referida por 26 empresas a incluir iniciativas como ginástica laboral, yoga, meditação e práticas de relaxamento, organização de atividades desportivas, promoção de ambientes de trabalho positivos e colaborativos, bem como ações de teambuilding dentro e fora do contexto laboral.

A redução do stress e promoção do bem-estar emocional é assinalada por 18 empresas abrangendo sessões de risoterapia, disponibilização de materiais de apoio e sensibilização, vouchers personalizados de bem-estar, e estratégias de reforço das relações interpessoais com vista ao fomento de ambientes de trabalho mais humanizados e de proximidade.

No que respeita a respostas de carácter mais especializado, as sessões de sensibilização ou formação em saúde mental são referidas por 11 empresas. Neste campo são consideradas formações em gestão do stress e de conflitos. As ações de mitigação de riscos psicossociais surgem em 8

empresas, prevendo avaliações formais de riscos psicossociais, acompanhamento no âmbito da medicina no trabalho e definição de medidas preventivas organizacionais.

A disponibilização de apoio psicológico ou aconselhamento profissional é referida por apenas 2 empresas com a presença de um elemento de psicologia na empresa ou o acesso a sessões em regime de confidencialidade e anonimato, o que evidencia a reduzida implementação de respostas especializadas e continuadas nesta área.

O apoio a cuidadores informais é identificado por 5 empresas, maioritariamente através da flexibilização de horários e ajustes funcionais.

Outros tipos de ações relacionadas com saúde mental e bem-estar no trabalho, são referidos por 6 empresas através de diversas práticas tais como: consultas regulares de medicina no trabalho, nutrição, fisioterapia e massagens, protocolos com ginásios, programas estruturados de promoção da saúde, ações desenvolvidas em articulação com médicos no trabalho, bem como uma abordagem organizacional centrada no bem-estar global, na entreajuda e no sentimento de pertença das equipas.

Das respostas partilhadas, predominam medidas centradas para a conciliação entre vida profissional e pessoal e promoção de hábitos saudáveis. As respostas mais especializadas, como apoio psicológico estruturado, apresentam expressão residual, mas de relevância crescente.

14.6. Situações de Vulnerabilidade em Contexto Laboral

No que respeita ao conhecimento das empresas respondentes sobre situações de vulnerabilidade que possam afetar as suas equipas, verifica-se, de um modo geral, que este conhecimento é limitado e pouco sistematizado. Importa sublinhar que esta informação decorre de um número limitado de respostas face ao universo de empresas contactadas, não permitindo generalizações ao conjunto do tecido empresarial do concelho.

Uma parte significativa das empresas participantes refere não ter conhecimento de situações concretas. Entre as situações de vulnerabilidade que são reconhecidas pelas empresas, destacam-se as dificuldades de natureza socioeconómica (a insuficiência de rendimentos) e as dificuldades de transporte para o local de trabalho, a interferir com a estabilidade e o bem-estar dos elementos trabalhadores.

São igualmente identificadas vulnerabilidades associadas à saúde, como o alcoolismo e situações de doença de natureza psíquica ou mental, a evidenciar a presença de fragilidades com impacto direto na vida profissional e pessoal das equipas.

São ainda referidas as condições habitacionais precárias e as situações de migração em contexto de vulnerabilidade, apontando para fatores estruturais que extravasam o âmbito da relação laboral.

Acrescem referências quanto à sobrecarga de papéis, associada à acumulação de responsabilidades profissionais, parentais e de cuidado informal, bem como a situações de solidão e de stress excessivo ou desgaste emocional, enquadráveis no domínio dos riscos psicossociais.

No seu conjunto, os dados recolhidos sugerem que as situações de vulnerabilidade em contexto laboral tendem a ser pouco visíveis ou pouco sinalizadas, o que pode refletir não apenas a ausência de identificação formal, mas também a natureza sensível e, muitas vezes, invisível destas problemáticas. Neste sentido, o inquérito aponta para a relevância de promover ações de sensibilização e capacitação dirigidas às empresas, bem como de reforçar os mecanismos de articulação entre o tecido empresarial, os serviços sociais e as respostas da área da saúde, enquanto linhas estratégicas no âmbito de uma abordagem integrada da vulnerabilidade em contexto laboral.

Neste enquadramento, importa referir que o presente inquérito foi concebido no âmbito do projeto Radar Social com um duplo objetivo: por um lado, identificar a disponibilidade e o potencial contributivo do tecido empresarial em matéria de responsabilidade social e resposta a situações de emergência; por outro, sinalizar necessidades e oportunidades de reforço da articulação entre as empresas e a rede local de intervenção social. Os resultados obtidos, ainda que exploratórios, evidenciam a pertinência de aprofundar o trabalho de proximidade com o tecido empresarial, valorizando-o enquanto parceiro estratégico na identificação precoce, sinalização e encaminhamento de situações de vulnerabilidade, em estreita articulação com os serviços sociais e de saúde do território.

Síntese Interpretativa: elementos-chave

Em síntese, e em reforço de nota metodológica, importa sublinhar que a informação apresentada neste capítulo decorre de um inquérito de natureza exploratória, aplicado pelo Radar Social a empresas sediadas no território, não permitindo retirar conclusões nem generalizações sobre o conjunto do tecido empresarial do Município de Ílhavo.

Ainda assim, os dados recolhidos constituem um contributo relevante para o Diagnóstico Social, na medida em que permitem identificar sinais, disponibilidades e áreas onde se revela pertinente aprofundar a articulação entre o setor empresarial, o setor social e os serviços públicos, valorizando as empresas enquanto parceiras potenciais na promoção da coesão social, na prevenção de vulnerabilidades e na resposta integrada aos desafios sociais do território.

Perfil das empresas respondentes: as respostas recolhidas provêm maioritariamente de micro e pequenas empresas, localizadas sobretudo nas freguesias de São Salvador e da Gafanha da Nazaré, com maior expressão nos setores do comércio, da indústria transformadora e do turismo, hotelaria e restauração. Este enquadramento permite contextualizar os contributos apresentados, sem lhes atribuir caráter representativo do tecido empresarial do concelho.

A análise das respostas obtidas permite destacar, de forma sintética, os seguintes aspetos:

Responsabilidade social empresarial: as empresas respondentes referem o desenvolvimento de práticas diversas, maioritariamente de natureza pontual e pouco formalizada, centradas no apoio a causas locais, doações regulares e parcerias com instituições do concelho. Estas práticas evidenciam proximidade ao território e disponibilidade para colaborar, embora pouco integradas em estratégias estruturadas e continuadas. Neste enquadramento, a consolidação de parcerias mais estruturadas e a valorização das iniciativas de responsabilidade social já existentes poderão constituir pontos a aprofundar no âmbito das estratégias locais de coesão social e de promoção do desenvolvimento social do território.

Inclusão social e colaboração com a comunidade: é manifestada disponibilidade para colaborar em iniciativas locais de inclusão social, destacando-se o acolhimento em estágios ou projetos ocupacionais, a participação em campanhas solidárias e a promoção de ações de sensibilização interna. As formas de envolvimento que implicam maior compromisso estrutural, como a contratação inclusiva ou o voluntariado empresarial regular, surgem com menor expressão o que reforça a importância de mecanismos de mediação, acompanhamento técnico e incentivo à participação empresarial. Neste sentido, os dados sugerem a pertinência de uma estratégia local de promoção da responsabilidade social empresarial que valorize as práticas já existentes e crie condições para a sua evolução gradual para modelos mais sustentados de inclusão social e socioprofissional.

Resposta a situações de emergência social: as empresas que indicam disponibilidade tendem a privilegiar contributos imediatos e de fácil mobilização, como a disponibilização pontual de bens essenciais e apoio logístico. Os apoios que implicam maior complexidade organizacional, legal ou financeira apresentam menor expressão. Estes dados reforçam a importância da articulação dos mecanismos locais de resposta a emergências sociais e da promoção de parcerias estratégicas entre empresas, entidades públicas e organizações sociais.

Saúde mental e bem-estar em contexto laboral: observa-se uma presença desigual de iniciativas entre as empresas participantes. Predominam medidas associadas à conciliação entre a vida profissional e pessoal e à promoção de hábitos saudáveis. As respostas mais especializadas, como o apoio psicológico estruturado e a mitigação sistemática de riscos psicossociais, surgem de forma pouco expressiva.

Vulnerabilidades em contexto laboral: o conhecimento manifestado pelas empresas respondentes revela-se limitado e pouco sistematizado, sendo referidas, de forma dispersa, dificuldades socioeconómicas, problemas de transporte, questões de saúde mental, sobrecarga de papéis e condições habitacionais precárias. A reduzida sinalização destas situações reflete a natureza sensível e muitas vezes invisível destes problemas - vulnerabilidades no contexto de trabalho.

Bibliografia / Webgrafia

- Câmara Municipal de Ílhavo. (2024). *Diagnóstico social: Revisita 2024*. CMI. https://www.cm-ilhavo.pt/cmilhavo2020/uploads/document/file/9796/diagnostico_social_revisita.pdf
- Câmara Municipal de Ílhavo. (2025). *Carta Social Município de Ílhavo*. Departamento de Desenvolvimento Social e Saúde (DDSS). https://www.cm-ilhavo.pt/cmilhavo2020/uploads/document/file/9795/carta_social_ilhavo_mai2025_2.pdf
- Fialho, J, Silva, C. & Saragoça, J. (coordenadores). (2015). *Diagnóstico Social – Teoria, Metodologia e Casos Práticos*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Idáñez, M. J., & Ander-Egg, E. (12 de Março de 2007). *Diagnóstico Social: Conceitos e Metodologias*. Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal (Versão Portuguesa). <https://www.eas.pt/wp-content/uploads/2014/01/diagnostico-social-Diagn%C3%B3stico-Social-conceitos-e-metodologias-Maria-Jos%C3%A9-Aguilar-Id%C3%A1nez-e-Ezequiel-Ander-Egg-.pdf>
- Comissão Europeia. (2018). *O Pilar Europeu dos Direitos Sociais*. Comissão Europeia. https://commission.europa.eu/document/download/e03c60e7-4139-430b-9216-3340f7c73c20_pt?filename=social-summit-european-pillar-social-rights-booklet_pt.pdf
- Organização das Nações Unidas. (2015). *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. <https://ods.pt/>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2021). *Estratégia nacional de combate à pobreza 2021-2030*. República Portuguesa.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2018). *1.º Direito – Programa de apoio ao acesso à habitação*. República Portuguesa. <https://www.portaldahabitacao.pt/web/guest/beneficiarios>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2022). *Plano de ação da garantia para a infância 2022–2030*. República Portuguesa.
- Comissão Europeia. (2023). *Plano de Ação 2022-2030-Garantia Infância*. República Portuguesa. <https://www.garantiainfancia.gov.pt/documents/37502/40577/Plano+de+A%C3%A7%C3%A3o+da+GPI+2022-2030/91b475b4-1f88-4d4f-9886-183fe20adb85>

Legislação

- Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho. (2006). *Regulamenta a rede social, definindo o funcionamento e as competências dos seus órgãos, bem como os princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associados, em desenvolvimento do regime jurídico de transferência de competências para as autarquias locais*. Diário da República n.º 114/2006, Série 1ª Série 14/06/2006. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/115-2006-344943>
- Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro. (2005). *Complemento Solidário para Idosos*. Diário da República, 1.ª Série de 29/12/2005. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/232-2005-469064>
- Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de Junho. (2018). *Cria o 1.º Direito – Programa de apoio ao acesso à habitação*. Diário da República, 1.ª série. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/37-2018-115440317>
- Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de Julho. (2018). *Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva*. Diário da República, 1.ª série, n.º 129. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/54-2018-115652961>
- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro. (2019). *Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação*. Diário da República, 1.ª série, n.º 21. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/21-2019-118748848>
- Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto. (2020). *Transferência de competências para os municípios no domínio da ação social*. Diário da República n.º 156/2020, 1ª Série de 12/08/2020. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/55-2020-140087205>
- Decreto-Lei n.º 29-B/2021 de 4 de Maio. (2021). *Estabelece o modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência*. Diário da República n.º 86/2021, 1.ª Série de 04/05/202. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/29-b-2021-162756795>
- Decreto Regulamentar n.º 1/2022. (2022). *Estabelece os termos e as condições do reconhecimento do estatuto de cuidador informal bem como as medidas de apoio aos cuidadores informais e às pessoas cuidadas*. Diário da República, 1.ª série de 10/01/2022. <https://files.dre.pt/1s/2022/01/00600/0002100036.pdf>
- Despacho n.º 10143/2009, de 16 de Abril. (2009) *Aprovação do Regulamento da Organização e Funcionamento da Unidade de Cuidados na Comunidade*. Diário da República, Série II de 16/04/2009. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/10143-2009-2216310>
- Despacho n.º 18987/2009, de 17 de Agosto. (2009). *Regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar*. Diário da República, 2.ª série. <https://diariodarepublica.pt/dr/analise-juridica/despacho/18987-2009-3264226>

- Despacho Normativo n.º 8/2002. (2002). *Regulamenta o Programa de Apoio à Implementação da Rede Social*. Diário da República, 1.ª Série de 12/02/2002. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-normativo/8-2002-284915>
- Lei n.º 100/2019. (2019). *Aprova o Estatuto do Cuidador Informal*. Diário da República, 1.ª Série de 06/09/2019. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2019-124524843>
- Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro. (2009). *Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas*. Diário da República, 1.ª série. https://www.google.com/search?q=Lei+n.%C2%BA+112%2F2009%2C+de+16+de+Setembro&oq=Lei+n.%C2%BA+112%2F2009%2C+de+16+de+Setembro&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQIRigAdlBBzM1OWowajSoAgCwAgE&sourceid=chrome&ie=UTF-8
- Lei n.º 142/2015, de 08 de Setembro. (2015). *Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro*. Diário da República n.º 175/2015, Série I 08-09-2015. <https://diariodarepublica.pt/dr/analise-juridica/lei/142-2015-70215246>
- Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de Agosto. (2015). *Define as regras a observar no funcionamento dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à Família (CAF) e das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)*. Diário da República, 2.ª série. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/644-a-2015-70095687>
- Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março. (2021). *Transferência de Competências em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social para as câmaras*. Diário da República n.º 53/2021, 1.ª Série de 17/03/2021. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/63-2021-159614840>
- Portaria n.º 86/2022, de 4 de Fevereiro. (2022). *Regulamenta os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)*. Diário da República, 1.ª série, n.º 25. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/86-2022-178660787>
- Portaria n.º 9/2023 de 4 de Janeiro. (2023). alterada pela Portaria n.º 110/2024/1 de 19 de Março. (2024). *Determina a forma de cálculo das transferências financeiras do Fundo de Financiamento da Descentralização para o exercício, pelos órgãos das autarquias locais, da competência relativa ao transporte de alunos com necessidades específicas individuais*. Diário da República, 1ª Série. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/9-2023-205689377> alterada para [Portaria n.º 110/2024/1 | DR](#)
- Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de Janeiro. (2024). *Condições de atribuição dos passes gratuitos para jovens estudantes*. Diário da República, 1.ª série. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/7-a-2024-836205473>
- Portaria n.º 20/2024 de 26 de Janeiro. (2024). *Estabelece as normas aplicáveis à implementação, desenvolvimento e gestão de sistema integrado de georreferenciação social*. Diário

da República, 1.ª Série de 26/01/2024. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/20-2024-839326798>

- Resolução Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro. (1997). *Procede ao reconhecimento público da denominada «rede social»*. Diário da República n.º 267/1997, Série I. https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1666&tabela=leis&ficha=1&pagina=1
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021. (2021). *Aprova a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021 -2030*. Diário da República, 1ª série de 29/12/2021. <https://files.dre.pt/1s/2021/12/25100/0001900030.pdf>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2023. (2023). *Aprova o Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030*. Diário da República, 1ª Série de 17/01/2023. <https://www.garantiainfancia.gov.pt/documents/37502/0/Resolu%C3%A7%C3%A3o+n%C2%BA3+2023/f842a69f-3f90-471a-b6d2-57b7d34c7c0c>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2024. (2024). *Aprova o Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026*. Diário da República, 1ª Série de 12/01/2024. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2024/01/00900/0003100078.pdf>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2025. (2025). *Aprova a Estratégia Única dos Direitos das Crianças e Jovens 2025-2035*. Diário da República, Série I de 28/02/2025. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/34-2025-909307237>

Fontes Digitais

- Autoridade Marítima Nacional – <https://www.amn.pt/Paginas/Homepage.aspx>
- Bombeiros Voluntários de Ílhavo – <https://bvilhavo.pt/>
- Carta social – <https://www.cartasocial.pt/inicio>
- CASCI – <https://casci.pt/>
- CERCIAV – <https://cerciav.wordpress.com/>
- CLAIM – https://casaveracruz.pt/ova_dep/claim-aveiro/
- CMI – <https://www.cm-ilhavo.pt/>
- Data Centro CCDRC – <https://datacentro.ccdrc.pt/>
- Direção Geral de Estatística da Educação e Ciência – <https://www.dgeec.medu.pt/>
- Eco-Escolas – <https://ecoescolas.abaae.pt/>
- GNR – https://www.gnr.pt/MVC_GNR/
- ICNF – <https://www.icnf.pt/>
- Instituto do Emprego e Formação Profissional – <https://www.iefp.pt/>

- Instituto Nacional de Estatística - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE
- IPDJ – <https://ipdj.gov.pt/>
- Lxstat – <https://lxstat.pt/>
- PorData – <https://www.pordata.pt/pt>
- SEFSTAT – <https://sefstat.sef.pt/forms/home.aspx>
- Segurança Social – <https://www.seg-social.pt/ptss/pssd/home?dswid=-1651>
- Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT) – <https://snitsgt.dgterritorio.gov.pt/>

Anexos

Anexo I – Calendário das Sessões Participativas Dinamizadas pelo Radar Social

- 06-10-2025 – Pessoas em situação de desemprego com idade igual ou superior a 50 anos (GIP São Salvador) – 10 participantes;
- 13-10-2025 – Cuidadores informais – 10 participantes;
- 14-10-2025 – Equipa de cuidado: Lar São José – 5 participantes;
- 21-10-2025 – Grupo pessoas mais velhas: Laboratório de Envelhecimento – 17 participantes;
- 03-11-2025 – Grupo sócio caritativo: Conferência Vicentina – 10 participantes;
- 10-11-2025 – Equipa de cuidado: Centro Social Paroquial Nossa Senhora Nazaré – 7 participantes;
- 11-11-2025 – Pessoas em situação de desemprego com idade igual ou superior a 50 anos (GIP CMI) – 6 participantes;
- 13-11-2025 – Grupo pessoas mais velhas: Fórum Maior Idade – 12 participantes;
- 21-11-2025 – Grupo pessoas mais velhas: Sala de Estar – 13 participantes;
- 03-12-2025 – Cuidadores informais: área inclusão (CERCIIV) – 8 participantes;
- 04-12-2025 – Equipa de cuidado: Centro Comunitário Gafanha do Carmo – 14 participantes.

As sessões tiveram um total de 112 participantes.

